

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

Interpretações poulantzianas do Brasil recente:
síntese e apontamentos para uma crítica

Uberlândia

2022

RAPHAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

**Interpretações poulantzianas do Brasil recente:
síntese e apontamentos para uma crítica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI), da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho

Uberlândia

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48
2022

Oliveira, Raphael Rodrigues de, 1990-
Interpretações populacionistas do Brasil recente
[recurso eletrônico] : síntese e apontamentos para uma
crítica / Raphael Rodrigues de Oliveira. - 2022.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Economia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.420>
Inclui bibliografia.

1. Economia. I. Almeida Filho, Niemeyer, 1954-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-
graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Tese de Doutorado, Nº 79, PPGE				
Data:	24 de agosto de 2022	Hora de início:	16:00	Hora de encerramento:	9h50
Matrícula do Discente:	11813ECO006				
Nome do Discente:	Raphael Rodrigues de Oliveira				
Título do Trabalho:	Interpretações Poulantzianas do Brasil Recente: síntese e apontamentos para uma crítica				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desenvolvimento e Dependência				

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Professores Doutores: José Rubens Damas Garlipp - UFU; Carlos Alves do Nascimento - UFU; Luiz Antonio Mattos Filgueiras - UFBA; Rogério Naques Faleiros - UFES; Niemeyer Almeida Filho - UFU orientador do candidato. Ressalta-se que em conformidade com deliberação do Colegiado do PPGE e manifestação do orientador, a participação dos membros da banca e do aluno ocorreu de forma totalmente remota via webconferência. O professor Luiz Antonio Mattos Filgueiras participou desde a cidade de Salvador (BA). O professor Rogério Naques Faleiros participou desde a cidade de Vitória (ES). Os demais membros da banca e o aluno participaram desde a cidade de Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Niemeyer Almeida Filho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 24/08/2022, às 21:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Mattos Figueiras, Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Rubens Damas Garlipp, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/08/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Naques Faleiros, Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alves do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/08/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3857345** e o código CRC **945A10CE**.

Àqueles que não deixam que o passar do tempo transforme os seus sonhos, que “seguem em frente e seguram o rojão, que não fogem da raia a troco de nada”

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço aos meus pais Rodrigo e Rosiane, e ao meu irmão Luiz Carlos, que participaram, me incentivaram, e viabilizaram por diversos meios a minha trajetória educacional, e principalmente acadêmica desde o ano de 2009, momento em que entrei na graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e que culminou nessa tese de doutorado em Economia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A minha namorada, Amanda Teixeira Silveira, que desde quando nos conhecemos sabia da minha vontade de cursar o doutorado, e que, além de aceitar, aguentou as dificuldades da distância nos momentos em que tive que estar em Uberlândia, e me deu forças em todos os momentos, especialmente nos de dificuldade. Sem seu amparo, talvez eu não teria conseguido concluir esse trabalho, e finalizar essa etapa de minha vida.

Também agradeço aos meus dois orientadores nessa trajetória. Ao Professor Dr. Rogério Naques Faleiros, meu orientador durante a monografia e a dissertação de mestrado, e inspiração tanto para essa trajetória acadêmica, quanto para a perpetuação do meu interesse em ser professor, a despeito das diversas adversidades enfrentadas pelas Universidades Federais no contexto sociopolítico do Brasil recente. De maneira semelhante, ao Professor Dr. Niemeyer Almeida Filho, que mesmo sem nos conhecermos anteriormente, prontamente me aceitou como seu orientando e me deu a necessária liberdade para realizar esse trabalho dentro da mesma temática que eu já vinha atuando desde o trabalho de monografia e de dissertação, nunca se ausentando da tarefa de me orientar, sendo sempre paciente, solícito, e propositivo às discussões que envolvem a temática desse trabalho e que possibilitaram que essa tese ficasse da melhor forma possível. Pelo contexto em que assumi essa função de orientador, também é relevantemente responsável pela minha resiliência acadêmica.

Também agradeço aos meus colegas de turma pelo convívio, e especialmente àqueles com quem estabeleci maior relação de amizade e que pretendo manter por toda a vida, tais como Bruno Damasceno, Anderson Henrique, e Valdecy Caetano. Não posso me furtar também de agradecer ao casal de vizinhos do apartamento que vivi em Uberlândia, Silvano e Bel, que me trataram de forma muito especial, e sempre se mostraram muito prestativos e solícitos desde a minha chegada ao imóvel que residi durante a minha permanência nessa cidade, até o momento do meu retorno a Vitória.

Aos meus professores das disciplinas cursadas no PPGE-UFU, Aderbal Damasceno, Ana Paula Avellar, Carlos Saiani, Flávio Vilela, Marisa Botelho, sempre cordiais e abertos para o diálogo. À Camila, servidora da UFU e secretária do PPGE, que assim como os demais profissionais de secretaria que tive convívio durante a graduação e o mestrado, sempre se mostrou muito solícita e prestativa a tudo que precisei durante essa a minha trajetória acadêmica no Doutorado.

Aos secretários e secretárias do IERI, e aos diretores Wolfgang e Haroldo, que mesmo com pouco convívio pessoal, me deram todo suporte para que eu pudesse ter cumprido, da melhor forma possível, a árdua tarefa da atividade docente como professor substituto entre os meses

de março de 2020 e março de 2022, ainda mais na modalidade do ensino remoto, durante o cruel contexto da pandemia da Covid-19.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que financiou por 8 meses o meu doutorado por meio de bolsa de estudos.

E por fim, aos meus amigos de boa parte da minha vida, tais como Allan, Adriano, Eduardo, Lorenzo, Lucas, Luiz Ricardo, Paulo Victor, Rodrigo, Victor, pela longa amizade que percorre toda a minha trajetória até aqui, e espero que siga se perpetuando.

RESUMO

Desde o início da década de 2000, foram feitas diversas análises e interpretações sobre o Brasil sob as mais diversas vertentes teóricas, dentre as quais uma das que teve destaque tanto no âmbito acadêmico, quanto pela sua capacidade de se transpor para a discussão política, são as denominadas interpretações poulantzianas. Essas interpretações se fundamentam principalmente pela análise do Brasil das décadas de 1990, e sobretudo de 2000 e 2010, mediante a utilização de dois conceitos elaborados por Nicos Poulantzas, que são o bloco no poder e a burguesia interna. Entretanto, essas interpretações, ao se utilizarem desses conceitos, não fazem mediações tendo em vista as diferenças de trajetória das formações sociais, e do contexto que serve de base para o desenvolvimento dos mesmos, em comparação com a trajetória da formação social brasileira e o contexto para o qual são utilizados nas suas análises, assim como a ênfase dada na argumentação dessas interpretações em apenas uma entidade representativa de setores econômicos que supostamente fazem parte da burguesia interna, a ausência de contrafactuais, e a carência de elementos empíricos que poderiam embasar essa argumentação. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é realizar uma apresentação sobre a forma com que esses conceitos se apresentam em “Poder Político e Classes Sociais” e “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje”, obras publicadas por Poulantzas originalmente nos anos de 1968 e 1974 respectivamente, como eles são utilizados nas análises das supracitadas décadas por um conjunto de autores classificados por intérpretes poulantzianos do Brasil recente, tais como Armando Boito Júnior, Danilo Martuscelli, Décio Saes, e Luiz Filgueiras, para então defender que determinados elementos colocados pela argumentação dessas interpretações podem ser passíveis de críticas, sob o entendimento de que são limitados e insuficientes para a compreensão da realidade brasileira a partir dos mencionados conceitos. Para tanto foi feita revisão bibliográfica dos dois livros de Poulantzas que originaram os referidos conceitos de bloco no poder e burguesia, e que são os mais citados pelos intérpretes, assim como os textos de autoria desses intérpretes poulantzianos do Brasil recente.

Palavras-chave: bloco no poder; burguesia interna; Brasil recente; interpretações poulantzianas; Nicos Poulantzas.

ABSTRACT

Since the early 2000s, several analyzes and interpretations of Brazil have been carried out under the most diverse theoretical perspectives, which among them one that stood out both in the academic sphere and for its ability to transpose itself into political discussion, is the so-called poulantzian interpretations. These interpretations is based mainly on the analysis of Brazil in the 1990s, and especially in the 2000s and 2010s, through the use of two concepts developed by Nicos Poulantzas, which are the power bloc and the domestic bourgeoisie. However, these interpretations, when using these concepts, does not mediate with a view of the differences in the trajectory of social formations, and the context that serves as the basis for their development, in comparision with the trajectory of Brazilian social formation and the context for which they are used in their analyses, as well as the emphasis given in only one representative entify of economic sectors that supposedly are part of the domestic bourgeoisie, the abscence of counterfactuals, and the lack of empirical elements that could support this argument. In this sense, this work aims to realyze a presentation on the way which these concepts are presented in “Political Power and Social Classes” and “Classes in Contemporary Capitalism”, works originally published by Poulantzas in 1968 and 1974 respectively, how they are used in the analyzes of the aforementioned decades by a group of authors classified by poulantzian intepreters of Brazil, such as Armando Boito Júnior, Danilo Martuscelli, Décio Saes, and Luiz Filgueiras, therefore to defend that certain elements placed by these interpretations may be subject to criticism, under the understanding that theirs are limited and insufficient for the understanding of the Brazilian reality from the mentioned concepts. To this end, a bibliographic review of the two books by Poulantzas that originated the referred concepts of power bloc and domestic bourgeoisie, and which are the most citted by the aforementioned interpreters, was carried out, as well as the texts authored by these poulantzian interpreters from recente Brazil.

Keywords: power bloc; domestic bourgeoisie; recent Brazil; poulantzian interpretation; Nicos Poulantzas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referências a bloco no poder e burguesia interna nos textos dos intérpretes poulantzianos do Brasil recente.....	20
Quadro 2 - Exemplos de definições de burguesia interna para os intérpretes poulantzianos do Brasil recente.....	88
Quadro 3 - Setores econômicos representantes da burguesia interna para os intérpretes poulantzianos do Brasil recente.....	122
Quadro 4 - Síntese da posição das frações da burguesia no bloco no poder de acordo com as interpretações poulantzianas do Brasil recente.....	156

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ABBI** - Associação Brasileira de Bancos Internacionais
- BM** – Banco Mundial
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNDESPar** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações
- CEE** – Comunidade Econômica Europeia
- CGT** – Central Geral dos Trabalhadores
- CIESP** - Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo
- CNF** – Confederação Nacional das Instituições Financeiras
- CNI** – Confederação Nacional das Indústrias
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- FEBRABAN** – Federação Brasileira dos Bancos
- FENABAN** – Federação Nacional dos Bancos
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- IEDI** – Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial
- IFCH** – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
- IIF** – Instituto Internacional de Finanças
- ICMS** – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
- IOF** – Imposto sobre Operações Financeiras
- MSI** – Modelo de Substituição de Importações
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PCF** – Partido Comunista Francês
- PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PSB** – Partido Socialista Brasileiro
- PSDB** – Partido da Social-Democracia Brasileira
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia
- UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	Introdução	15
2	Frações de classe, bloco no poder, e burguesia interna em Nicos Poulantzas (2019; 1978).....	22
2.1	Frações de classe e frações da burguesia	23
2.2	O bloco no poder	33
2.3	A burguesia interna	64
	Considerações finais	76
3	Interpretações poulantzianas do Brasil recente.....	78
3.1	Elementos gerais das interpretações poulantzianas do Brasil recente.....	81
3.2	Governos neoliberais, neodesenvolvimentistas, e pós-neodesenvolvimentistas nas interpretações poulantzianas do Brasil recente (1990 – 2021).....	89
3.2.1	Burguesia interna e bloco no poder nos governos neoliberais (1990 – 2002).....	90
3.2.2	Burguesia Interna e bloco no poder nos governos “neodesenvolvimentistas” (2003 – 2015)	115
3.2.3	Burguesia interna e bloco no poder nos governos pós “neodesenvolvimentistas” (2016 - 2021)	132
	Considerações finais	155
4	Apontamentos para uma crítica às interpretações poulantzianas do Brasil recente	157
4.1	Diferenças de realidade no desenvolvimento e na utilização dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna.	160
4.2	Questões de contexto sobre a aplicabilidade dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna para o Brasil do século XXI.....	179
4.3	Questionamento às evidências da representação e dos conflitos entre as frações da burguesia no Brasil recente.....	184
4.4	Um retorno ao neodesenvolvimentismo?	201
	Considerações finais	202
	Conclusão	206
	Referências	211

1 Introdução

Esse trabalho consiste na etapa final de uma trajetória que se iniciou no ano de 2009, sendo antecedida por outros dois trabalhos feitos nos anos de 2014 e de 2016, e que tinham, de maneira geral, o mesmo objeto de análise: o Brasil, nos seus aspectos político e econômico, especialmente nas primeiras duas décadas do século XXI.

O ponto de partida do interesse científico deste autor sobre questões relacionadas a dinâmica política e econômica brasileira resulta de uma trajetória de vida, que amadureceu a partir de participação no movimento estudantil universitário e em partido político, e suscitou questionamentos e reflexões que também se colocaram no âmbito acadêmico durante a graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Do ponto de vista acadêmico, o momento central que desencadeou a referida trilogia se situa no decorrer da disciplina de Pensamento Econômico, Político e Social Brasileiro, ofertada pelo supracitado curso de graduação durante o primeiro semestre do ano de 2013. Em seguida, em março de 2014 foi apresentada como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas na UFES, a monografia com o título “Do antigo ao novo-desenvolvimentismo: aspectos históricos e críticos à ideologia do desenvolvimento no Brasil”¹, que tinha por objeto central de análise, as discussões sobre o denominado antigo, ou nacional, desenvolvimentismo, e o que se denomina por novo-desenvolvimentismo.

Nesse mesmo ano de 2014, ingressei como discente de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS-UFES), e no mês de junho participei como ouvinte do XIX Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). O tema do encontro era intitulado “(Neo)desenvolvimentismo em Questão”, e sob a luz dos então recentes protestos de 2013, ocorreu uma mesa de debates com o título “Manifestações sociais no Brasil sob o NeoDesenvolvimentismo”, em que participaram os professores Plínio de Arruda Sampaio Júnior (UNICAMP), Armando Boito Júnior (UNICAMP), e Marcelo Carcanholo (UFF)².

Naquele momento ainda inicial do meu mestrado, mantive a questão política e econômica do Brasil como minha área de interesse de estudos, mas no âmbito da elaboração da dissertação de mestrado, considerei dar maior ênfase as discussões que tratam da interpretação do Brasil, e que fazem uma plena articulação entre os elementos políticos e econômicos. Não foi uma mudança brusca em

¹ Oliveira (2014)

² Ver ENEP (2014).

relação ao que tinha feito em termos do meu trabalho de conclusão de curso de graduação, mas o estabelecimento de algumas escolhas relacionadas à recorte temporal e aos autores de referência, foram necessárias para o aprofundamento do que consistia nos principais elementos da monografia, da dissertação, assim como dessa tese.

Ao final do mestrado, no ano de 2016, foi apresentado como requisito para a obtenção do título de mestre, a dissertação com o título “Nova burguesia nacional” nos governos Lula e Dilma? Uma crítica as teses de Armando Boito Júnior (2003 – 2013)”³, em que foi feita uma análise e apontamentos críticos aos escritos do mencionado autor entre os anos de 2003 e 2013, que utiliza os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna desenvolvidos por Nicos Poulantzas, para fazer suas análises sobre o Brasil, especialmente no contexto das duas primeiras décadas do século XXI. Em termos do recorte de referências, o supracitado autor foi escolhido devido a sua proeminência tanto no âmbito acadêmico, com diversos textos escritos sobre o tema, participação em encontros e congressos, e orientação de dissertações e teses com essa temática, quanto no âmbito político, em movimentos sociais e no movimento sindical.

Salienta-se que as discussões e análises que têm por fundamento as relações entre o processo político e o desenvolvimento capitalista, constituem uma temática clássica que perpassa diversas áreas das ciências humanas e sociais, tais como a ciência política, a economia, a história, a história econômica, e a sociologia. Todavia, no contexto que remonta a meados das décadas de 1980 e 1990, em certo sentido foram deixadas de lado, ou minimamente perderam a relevância que tiveram anteriormente.

Por um lado, isso se deu em virtude da prevalência dos pressupostos e da metodologia associada à perspectiva liberal e à abordagem pós-moderna nas ciências humanas e sociais, tendo em vista o objetivo dessas perspectivas em fazer análises considerando um conjunto de indivíduos por meio da soma dos componentes econômicos individuais, ou especificamente com a ideia de novos atores sociais e das novas identidades (gênero, etnia, crenças). Frisa-se aqui que não se trata de deslegitimar a importância das discussões sobre os novos atores sociais e as novas identidades, mas sim que a forma como correntemente é situada, sem estarem inseridas em um pano de fundo mais amplo, e que envolve o âmbito político e econômico, as empobrece em termos de conteúdo e de substância. Por outro, também há os casos em que essas discussões não se colocam no sentido de ser uma importante ferramenta para se compreender o desenvolvimento histórico da sociedade

³ Oliveira (2016).

capitalista e de uma formação social dominada por esse modo de produção, a partir de questionamentos sobre de onde viemos, onde estamos, e para onde vamos, enquanto sociedade nacional, isto é, na forma de uma interpretação de determinada formação social.

Diante disso, é pelo entendimento de que as discussões colocadas por Poulantzas e pelas interpretações poulantzianas do Brasil recente, envolvem os âmbitos político e econômico a partir da utilização da mencionada ideia de frações de classe, e dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, que são ferramentas para o entendimento de uma sociedade em concreto em termos de sua história, trajetórias, e vias de desenvolvimento, assim como as respectivas estratégias e ações políticas vis-à-vis um projeto político correspondente, é que se apresentam as credenciais da importância da discussão proposta por essa tese no período atual. Ressalva-se que essa tese não se trata de uma iniciativa isolada, sendo notório que durante a década de 2000, e desde então, tenha ocorrido uma retomada de estudos sobre a realidade brasileira que levam em consideração os âmbitos político e econômico, sendo o mesmo caminho seguido nesse trabalho, com o intuito de promover discussões que abrangem as relações entre o processo político e questões econômicas que se referem ao desenvolvimento capitalista no Brasil recente.

Isso posto, o tema dessa tese diz respeito as interpretações do Brasil no período que abrange os 31 anos das décadas de 1990, 2000, e 2010, até o ano de 2021, e que é denominado nesse trabalho por Brasil recente. Dentro dessa discussão sobre interpretações do Brasil no referido contexto, se situa o objeto dessa tese, e que se refere as interpretações que têm por base a ideia de frações da burguesia, e os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, oriundos de Nicos Poulantzas, e que aqui é denominada por interpretações poulantzianas do Brasil recente.

Nesse sentido, o problema que se coloca sobre o objeto de pesquisa é a constatação de que determinados elementos da argumentação dessas interpretações são insuficientes e limitados para a análise da realidade brasileira. Tendo em vista que os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna são desenvolvidos com base em realidades de formações sociais de metrópoles europeias, e originalmente foram formulados para explicar a realidade dessas formações sociais que possuem trajetória histórica distinta em relação a formação social brasileira, como também em contextos distintos dos quais a interpretações poulantzianas se dedica a analisar o Brasil, é necessária a realização de mediações acerca da utilização desses conceitos com a finalidade de interpretar a realidade brasileira no período classificado por Brasil recente. Além disso, destaca-se um outro elemento da argumentação colocada pela referida interpretação que é considerado como limitado e insuficiente, que concerne na ênfase dada as publicações da Federação das Indústrias do Estado de

São Paulo (FIESP) e as declarações de seus dirigentes, enquanto a representação do comportamento político da burguesia interna no supracitado período histórico, *pari passu* se constata nessa argumentação a ausência de declarações de outras entidades e dirigentes representativos dos setores econômicos que compõem a burguesia interna, assim como das demais frações da burguesia disputam a posição hegemônica no bloco no poder.

Diante disso, o objetivo dessa tese é, por meio da apresentação da forma como a ideia de frações de classe, especialmente da burguesia, e os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna são colocados pelo autor que os desenvolve, e dos elementos que constituem as interpretações poulantzianas do Brasil recente, apontar quais os pontos da argumentação dessa interpretação são insuficientes e limitados para a interpretação do Brasil recente. A partir desse objetivo geral busca-se apresentar de que forma as discussões sobre as frações de classe, especialmente da burguesia, e os conceitos de bloco no poder e burguesia interna aparecem em duas obras de Poulantzas, “Poder Político e Classes Sociais” (POULANTZAS, 2019), publicado originalmente no ano de 1968, e “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje” (POULANTZAS, 1978)⁴, que é constituído por um compilado de três textos organizados e publicado em formato de livro no ano de 1974, de que forma esses conceitos são utilizados, e quais são os elementos que constituem as denominadas interpretações poulantzianas do Brasil recente, e, por fim, quais são as insuficiências e os limites dessa interpretação.

Para tanto, foi feita revisão bibliográfica mediante a leitura das duas referidas obras de Poulantzas, com ênfase na discussão sobre frações de classe, bloco no poder, e burguesia interna, e de textos de quatro autores que se enquadram na definição de intérpretes poulantzianos do Brasil recente, considerando a proeminência dos mesmos nas discussões sobre o tema: Armando Boito Júnior, Danilo Martuscelli, Décio Saes, e Luiz Filgueiras. Além disso, contou-se com o aproveitamento de conhecimentos adquiridos ao longo da mencionada trajetória acadêmica, e dos trabalhos feitos anteriormente à essa tese (OLIVEIRA, 2016; 2018), e que têm a mesma temática de discussão.

A relevância e a contribuição desse trabalho se enquadram tanto no âmbito teórico quanto no âmbito político, que em certo sentido constitui o próprio âmbito teórico em uma perspectiva mais ampla. No que se trata da contribuição no sentido teórico, consiste na revisão das argumentações das referidas interpretações poulantzianas, acrescentando de que maneira Poulantzas (2019; 1978)

⁴ Nesse trabalho foram utilizadas a versão da Editora Unicamp de Poder Político e Classes Sociais, sendo referenciado por (POULANTZAS, 2019), e a versão da Editora Zahar, segunda edição, de As Classes Sociais no Capitalismo Hoje, sendo referenciado por (POULANTZAS, 1978).

concebe as supracitadas ideias de frações de classe, e os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, e apontando os elementos de crítica à essa interpretação, que é vigente e tem influência nas ciências sociais brasileira. A princípio, é o primeiro trabalho a se colocar diretamente de forma crítica à essa interpretação, e que, para tanto, busca no autor que concebe as referidas ideias e conceitos, de que forma, e em que bases, elas se constituem. Em termos da contribuição no sentido político, parte-se do entendimento de que a prática política não é eximida de um substancial teórico, e, nesse sentido, esse trabalho adiciona, especialmente nesse ano eleitoral e de um possível novo governo a partir de 2023, uma interpretação que possa contribuir com a prática política durante o período eleitoral e o novo mandato presidencial a ser iniciado no próximo ano.

Cabe ressaltar que, embora seja a terceira parte de uma trilogia que corresponde a trajetória acadêmica e de pesquisa desse autor, esse trabalho avança em relação ao que foi feito na mencionada dissertação de mestrado, em três aspectos. Em primeiro lugar, buscou-se compreender de que maneira as discussões sobre frações de classe, bloco no poder, e burguesia interna, aparecem no próprio autor que os concebe, isto é, Poulantzas. Segundo que ao invés de ter enfoque em apenas um autor das interpretações poulantzianas, foram incluídos outros três (3) autores que também se utilizam das ideias de frações de classe, especialmente da burguesia, e dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, para fazerem análises do Brasil recente, o que concede robustez a própria ideia de interpretações poulantzianas. Por fim, o contexto histórico de análise foi ampliado, abrangendo também o entendimento da referida interpretação sobre os governos de Collor, de FHC, e o período pós-2013.

Enfatiza-se que esse trabalho não tem a pretensão de desqualificar, de qualquer maneira, as análises feitas pelos referidos intérpretes poulantzianos. Muito pelo contrário, justamente devido ao reconhecimento da importância da própria trajetória desses autores, e das análises feitas pelos mesmos, que foi dedicado esforço em tentar compreendê-las, para então apontar quais dos elementos dessas análises podem ser considerados insuficientes e limitados para uma interpretação do Brasil recente. E isso no sentido que fazer apontamentos críticos não significa “negar”, “desmerecer”, mas sobretudo indicar caminhos para aprimoramentos tendo em vista um objetivo comum, especialmente quando a discussão se encontra no mesmo campo teórico, que é o campo do marxismo.

Outra questão importante de se ressaltar é que este trabalho não se propõe a fazer, do ponto de vista de ser o objetivo geral ou específico, uma análise acerca do pensamento de Poulantzas, assim como uma avaliação sobre a forma com que este autor se apropria, de maneira correta ou não, dos textos e

dos entendimentos dos autores que utiliza como referências, tais como Antônio Gramsci, Friedrich Engels, Karl Marx, e Vladimir Lênin. Conforme o próprio título evidencia, trata-se de uma análise das interpretações poulantzianas, e a leitura das duas referidas obras de Poulantzas (2019; 1978) se faz necessária devido à ausência em diversos trabalhos acadêmicos, tais como os textos dos referidos intérpretes que serão referenciados nesse trabalho, da apresentação sobre como essas ideias e conceitos são formulados pelo referido autor, antes de servirem de embasamento e serem utilizados de “forma livre” por esses, e decorre das menções feitas pelos supracitados intérpretes às mesmas, à medida que citam esses conceitos nos seus textos, conforme pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1 - Referências a bloco no poder e burguesia interna nos textos dos intérpretes poulantzianos do Brasil recente

Autor	Referência a bloco no poder a partir de qual obra do Poulantzas	Referência a burguesia interna a partir de qual obra do Poulantzas
Boito Júnior	“Poder Político e Classes Sociais” (2006a; 2006b; 2007; 2012a; 2019)	“As Crises das Ditaduras” (2006b; 2007; 2016c; 2020a) “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje” (2012a)
Filgueiras	“Poder Político e Classes Sociais” (2017a; 2017b; 2019)	“As classes Sociais no Capitalismo Hoje” (2017a ⁵ ; 2017b; 2019) “Poder Político e Classes Sociais” (2017b)
Martuscelli	“Poder Político e Classes Sociais” (2009)	“As Crises das Ditaduras” (2009; 2018) “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje” (2009; 2018)
Saes ⁶	“A crise das Ditaduras” (2014) “Fascismo e Ditadura” (2014) “Hegemonia e Dominação no Estado Moderno” (2014) “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje” (2014) “Poder Político e Classes Sociais” (2014)	

Fonte: Elaboração do autor a partir dos textos dos autores citados que estão nas referências desse trabalho.

Cabe apontar que é de conhecimento a discussão acerca de “duas fases teóricas” de Poulantzas, que envolvem os conceitos de bloco no poder e burguesia interna. Entretanto, não sendo objetivo desse trabalho fazer uma análise específica desse autor, comparando sua trajetória e fases, foi dada atenção as duas referidas obras que originam os conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e

⁵ Citado como Poulantzas (1974) mas nas referências aparece como Poulantzas (1975).

⁶ Em Saes (2014) o autor faz menções a todas as obras apontadas no quadro se referindo aos conceitos de bloco no poder e hegemonia política. No mesmo texto o autor cita burguesia interna como um conceito de Poulantzas, mas sem se referenciar a alguma obra específica do mesmo. Em Saes (2016), o autor faz o mesmo, e insere “Poder Político e Classes Sociais”, “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje”, e “Fascismo e Ditadura”, nas referências.

as quais são majoritariamente mencionadas como referências quando esses conceitos são utilizados pelos referidos intérpretes poulantzianos do Brasil recente.

Isso posto, além dessa introdução, essa tese está estruturada em 3 capítulos. No primeiro capítulo é apresentado de que maneira a ideia de frações de classe, e os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna aparecem em Poulantzas (2019; 1978). No segundo capítulo são apresentados os elementos gerais que conformam a denominadas interpretações poulantzianas do Brasil recente, assim como de que maneira essa interpretação compreende o período denominado por Brasil recente, sendo dividido em três subperíodos que compreendem os intitulados governos neoliberais entre os anos de 1990 e 2002, governos neodesenvolvimentistas entre os anos de 2003 e 2015, e os governos pós-neodesenvolvimentistas entre os anos de 2016 e 2021. No terceiro e último capítulo são feitos apontamentos sobre quais seriam os elementos limitados e insuficientes da referida interpretação, tendo em vista a ausência de mediações acerca das especificidades do local e do contexto analisado, e um breve prognóstico sobre a conjuntura política brasileira atual. Por fim são apresentadas a conclusão e as referências bibliográficas utilizadas nesse trabalho.

2 Frações de classe, bloco no poder, e burguesia interna em Nicos Poulantzas (2019; 1978)

Inicialmente, e antes de ser feita a apresentação dos elementos que conformam o que será denominado nesse trabalho por interpretações poulantzianas do Brasil recente, este capítulo tem o propósito de demonstrar de que forma as ideias de frações de classe, especialmente da burguesia, e os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, que servem de base para a argumentação da dessas interpretações, aparecem nas duas principais obras de Nicos Poulantzas⁷ que são mencionadas pelos intérpretes poulantzianos. Conforme poderá ser visto no capítulo seguinte a este, os textos associados as supracitadas interpretações têm como referência básica três ideias contidas nos livros “Poder Político e Classes Sociais” (POULANTZAS, 2019), publicado originalmente no ano de 1968, e “As classes sociais no capitalismo hoje” (POULANTZAS, 1978), que é constituído por um compilado de três textos organizados e publicado em formato de livro no ano de 1974⁸.

Para os interesses desse trabalho, no primeiro livro, Poulantzas (2019) apresenta as ideias referentes às frações de classes, especialmente as frações da classe burguesa, e, o que é uma das suas principais contribuições teóricas, e que consiste no desenvolvimento do conceito de bloco no poder, enquanto no segundo livro, especificamente na primeira parte, o autor escreve sobre o conceito de burguesia interna. São esses três elementos, frações da classe burguesa, bloco no poder, e burguesia interna, que permeiam e fundamentam a argumentação que é encontrada nos textos dos intérpretes do Brasil recente, tal como serão abordados nesse trabalho.

Fazer a apresentação na forma de um capítulo desse trabalho, sobre a maneira com que os conceitos de bloco no poder e burguesia interna aparecem, quais são as referências, contextos, e exemplos de formações sociais, utilizados nas duas mencionadas obras de Poulantzas, se faz necessário pois tanto nos textos dos referidos intérpretes poulantzianos do Brasil recente, quanto em escritos de outros autores que também se referenciam nessa perspectiva para fazerem análises da realidade brasileira recente, se constata a utilização livre e direta desses conceitos, sem mediações sobre os fundamentos e as referências de formações sociais e contextos utilizadas pelo autor que os origina para os seus desenvolvimentos. Contudo, e de maneira a evitar enganos e falsas expectativas, ressalva-se que não se constitui uma preocupação, objeto, e objetivo desse capítulo, e tampouco desse trabalho, uma abordagem completa das obras de Poulantzas e de sua trajetória teórica, e nem

⁷ Importante sociólogo marxista de origem grega que fez carreira como professor e foi militante comunista. Se tornou amplamente conhecido durante o período que viveu na França entre 1960 e 1979.

⁸ Cabe reforçar que nesse trabalho foram utilizadas a versão da Editora Unicamp de Poder Político e Classes Sociais, sendo referenciado por (POULANTZAS, 2019), e a versão da Editora Zahar, segunda edição, de As Classes Sociais no Capitalismo Hoje, sendo referenciado por (POULANTZAS, 1978).

mesmo uma revisão sobre a forma com que este autor interpreta e se utiliza dos escritos de Karl Marx e de outros clássicos do marxismo, como por exemplo Vladimir Lenin e Antônio Gramsci, conforme são recorrentemente mencionados nos seus textos.

Portanto, sendo o objetivo deste trabalho apresentar e estabelecer apontamentos para uma crítica à interpretação, de matriz poulantziana, sobre a trajetória histórico-política do Brasil recente, é que se faz necessário preliminarmente demonstrar como a ideia de frações de classes e os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna são apresentados pelo autor de referência dos intérpretes, nas duas obras que são as mais referenciadas por esses. Para tanto, foi feita revisão bibliográfica das duas obras mencionadas e com ênfase nas partes que abrangem a discussão sobre as frações de classe, especialmente da classe burguesa, e os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna seguindo a ordem cronológica dos referidos textos, e as ideias contidas nesses, em que inicialmente será exposto o que se refere à Poulantzas (2019) e que trata respectivamente das frações de classe e do bloco no poder, para em seguida o que está contido em Poulantzas (1978) e que trata da discussão sobre o conceito de burguesia interna.

Nesse sentido esse capítulo está estruturado, para além dessa introdução, em três seções e breves considerações finais. Na primeira seção é feita a discussão sobre a maneira com que a discussão acerca da ideia de frações de classe, com ênfase nas frações da burguesia, aparece em Poulantzas (2019). As duas seções seguintes abordam a forma com que os conceitos de bloco no poder e burguesia interna aparecem na supracitada obra e em Poulantzas (1978), respectivamente.

2.1 Frações de classe e frações da burguesia

Em Poulantzas (2019), a ideia de fracionamento das classes sociais aparece inicialmente no segundo capítulo da parte “I” da obra e que são intitulados, respectivamente, por “Política e Classes Sociais” e “Questões Gerais”. Além de uma breve introdução, o supracitado capítulo conta com 7 seções que tratam sobre “o problema do estatuto teórico das classes”, “as classes em um modo de produção e em uma formação social”, “o papel da luta política de classes na sua definição”, “as classes distintas e as frações autônomas de classe”, “frações, categorias, camadas”, “estruturas e práticas de classe: a luta de classes”, e por fim, “conjuntura, forças sociais, previsão política”, em que, de acordo com o referido autor, o seu objetivo é apresentar, tendo por base os textos políticos de Marx, Engels, e Lênin, um conceito, de matriz marxista, de classe social e de luta de classe, assim como a respeito

da forma com que esses conceitos incidem sobre o que denomina domínio do político (POULANTZAS, 2019, p. 59).

No que é o enfoque deste trabalho, o primeiro momento em que a ideia de frações de classe aparece na mencionada obra se dá na segunda seção, “as classes em um modo de produção e em uma formação social”, quando a ideia de fracionamento, dissolução, e fusão de classes sociais, se manifesta enquanto resultante da combinação das instâncias dos modos de produção, que abrange a instância do econômico, do político, e do ideológico. Nesse sentido, a análise feita por Poulantzas aponta inicialmente as limitações de se constatar as classes sociais e as frações de classe considerando o exame teórico do que denomina por modo de produção puro, em que, no caso do modo de produção capitalista, seria possível constatar apenas duas classes tal como exposto por Marx em *O Capital*, e que se refere a classe dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados.

Tendo como base para a discussão determinados contextos de transição do modo de produção feudal em direção à dominância do modo de produção capitalista em algumas formações sociais, o autor classifica a formação social a partir da sobreposição de diversos modos de produção, dominante e dominados, sendo possível então constatar a presença de mais classes e frações em uma formação social do que seria possível na análise de um modo de produção na sua forma pura. Nesse sentido, o autor aponta para as limitações da análise sobre classes e frações a partir da sua inserção apenas no âmbito econômico, isto é, das relações de produção, ressaltando a importância dos níveis do político e do ideológico de uma formação social, e da articulação das estruturas dessa formação e do modo de produção.

Nesse sentido, a discussão se coloca como parte de um processo de sobredeterminação e de subdeterminação de classes, pois se considera a existência de uma combinação de dominâncias entre diversos modos de produção no interior de uma formação social, e que “os efeitos da combinação concreta das instâncias respectivas dos modos de produção [...] dão origem a toda uma série de fenômenos de fracionamento de classes, de dissolução de classes, de fusão de classes, em suma, de sobredeterminação e subdeterminação de classes” que é restringida de ser observada no âmbito da análise dos modos de produção puros (POULANTZAS, 2019, p. 72).

Na quarta seção do mesmo capítulo, “as classes distintas e as frações autônomas de classe”, o autor aponta para a discussão sobre as formas de determinação e de apresentação das classes sociais, e das frações de classe, no interior de uma formação social. Dada a complexidade dos efeitos da combinação dos modos de produção que constituem uma formação social em relação às classes

sociais, existem dificuldades de entendimento quando se trata da presença das classes no que Poulantzas considera por modos de produção puros, e na existência das classes e frações enquanto classes distintas e frações autônomas em uma determinada conjuntura. Isso se deve a possibilidade de certas classes sociais, que são concebíveis no âmbito de um modo de produção puro, poderem se apresentar no interior de determinada formação social enquanto dissolvidas ou fundidas com outras classes, isto é, como frações autônomas de classe relativamente a outras classes, e até mesmo enquanto categorias sociais específicas. Essa dificuldade pode ser visualizada na nota de rodapé nº 26 do referido capítulo, em o referido autor diz:

De fato, o problema das “frações” de classe é mais complicado, mas tomo aqui apenas o caso de certas classes que se tornam, devido à combinação, frações de outras classes. Na formação social pode-se, ademais, descobrir, como efeitos próprios das estruturas políticas concretas dessa formação, o aparecimento de frações dentro de uma mesma classe [...] Por outro lado, o fracionamento de uma classe pode estar presente já no modo “puro” de produção, e no nível econômico desse modo: por exemplo, a burguesia comercial, industrial, financeira (POULANTZAS, 2019, p. 97).

Isto posto, o que qualifica uma classe ou fração é a sua caracterização como força social no interior de uma formação social, sendo então denominada por classe distinta e fração autônoma. E essa qualificação resulta do fato de que a sua existência econômica, que é expressa pelas suas relações de produção, se reflete sobre os outros mencionados níveis, do político e do ideológico. Dessa forma, além do modo de presença das classes e frações no interior de uma formação social, deve-se levar em consideração a delimitação dessa presença nos níveis político e ideológico, assim como os critérios, não exclusivos do nível econômico, que permitem identificar a existência de uma classe ou fração enquanto força social em uma formação social.

É nesse sentido que se apresenta a ideia de efeitos pertinentes, enquanto reflexo, para além do econômico, da existência das classes, e frações de classe, na qualidade de força social. Ao passo que as classes e frações se apresentam no nível econômico desde o “modo de produção puro”, as suas determinações também dependem da distinção e da caracterização que ocorre nas instâncias do político e do ideológico. O critério que permite apontar a existência de uma classe ou fração em uma determinada formação social é encontrado quando os efeitos pertinentes expressam a relação das frações de classe com as relações de produção.

Diante disso, os mencionados efeitos pertinentes podem ser identificados nas estruturas que conformam um determinado modo de produção, e nas relações políticas, sociais e ideológicas, e

resultam das modificações das estruturas políticas e ideológicas nos campos das lutas política e ideológica, e das relações de representação de classe. São definidos pelas implicações que são geradas nos níveis políticos e ideológicos em uma conjuntura específica de uma formação social, indo além do lugar ocupado por uma fração, ou classe, no processo de produção, e por vezes uma parte da caracterização de um fenômeno histórico particular. São considerados por Poulantzas (2019) enquanto um elemento de análise novo, e que pode ser utilizado para a compreensão da transformação dos limites dos níveis das estruturas e da luta de classes. Mediante o estudo da conjuntura em que se observam esses efeitos, se torna possível a caracterização desses limites e, por meio da repercussão dos referidos efeitos, a própria ideia de pertinência. Ou seja, a pertinência pode se manifestar:

[...] por uma modificação importante das relações de “representação” de classe, refletindo-se a existência de uma classe por mudanças importantes de estrutura ou de estratégia do partido de uma outra classe, de tal maneira que ele possa apresentar-se também como representante da primeira, no caso em que esse partido tem um papel importante na luta política de classes [...] ou, ainda, por um deslocamento da contradição no âmbito da luta política das outras classes etc. (POULANTZAS, 2019, p. 80).

Em relação à ideia de classe distinta e fração autônoma como força social, e sua interação com o nível do político, há dois elementos que são ressaltados por Poulantzas. O primeiro trata da possibilidade de existência de uma classe distinta, ou de uma fração autônoma, em uma conjuntura concreta, mesmo que essa não possua organização política e ideologia própria. Isso é possível em razão do fenômeno histórico particular que pode instituir uma nova forma de organização do Estado, e assim expressar o reflexo da existência econômica dessa classe distinta, ou fração autônoma, no âmbito do nível político. Nesse sentido, a partir da ideia de efeitos pertinentes, é o próprio fenômeno histórico que institui a classe, ou fração, enquanto distinta, ou autônoma, em uma formação social e em determinada conjuntura, não sendo necessário para a sua existência uma organização política, ou uma ideologia própria, dessas classes, ou frações.

Para tratar da situação mencionada acima, e para outras questões que aparecem ao longo de toda a obra, Poulantzas (2019) recorrentemente se apoia nos escritos de Marx, com ênfase em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” e “Luta de Classes na França”, para demonstrar de que maneira a questão do fracionamento pode ser compreendida. Um desses exemplos diz respeito a discussão apontada acima, mediante a diferenciação do Estado francês durante a segunda república (1848 - 1852) e o Estado Bonapartista (1852 – 1870), ambos sob a liderança de Luís Bonaparte, enquanto

presidente e imperador. Aponta que no período do Estado Bonapartista, os camponeses parcelares exerceram influência sobre o nível da estrutura política na medida em que a figura da liderança desse processo político, Luís Bonaparte, Imperador da França, se apresentava como representante da referida classe mesmo que, efetivamente, fosse o representante dos interesses da burguesia. Dessa forma, se apresentar enquanto “representante”, também tornava a caracterização dos camponeses parcelares enquanto força social no nível das estruturas ideológicas.

O segundo elemento se refere ao caso de a existência econômica de uma classe, ou fração, não ser refletida por um fenômeno histórico específico. Diante disso, o lugar ocupado no processo de produção se manifesta no nível político pela organização política de outras classes e pelas próprias instituições do Estado que levam em consideração essa classe-fração, como por exemplo, através da participação política legitimada pelo sufrágio. A diferença em relação ao primeiro elemento é que essa manifestação não é propiciada pelo fenômeno histórico particular, e dessa forma, a existência de uma classe, ou fração, não teria sido legitimada a partir da ideia de efeitos pertinentes. Ou seja, corresponde apenas a uma variação dos limites estabelecidos pelos efeitos pertinentes emanados, por exemplo, pela democracia constitucional.

A ressalva colocada por Poulantzas (2019) é que a ausência de “efeitos pertinentes” no nível político não significa uma ausência de prática política, mas sim que não se constituiriam em classe distinta, ou fração autônoma. Nesse caso, o autor aponta que os camponeses parcelares no mencionado período Bonapartista da segunda metade do século XIX na França, não poderiam ser considerados classe distinta, assim como os pequenos camponeses, os arrendatários feudais, e os operários agrícolas na Alemanha durante o período de Bismarck devido as próprias características do Estado alemão nesse período, descrito como de estruturas feudais defasadas em relação à dominação do modo de produção capitalista no nível econômico, e do próprio Bismarckismo enquanto fenômeno histórico particular.

Uma última questão sobre a ideia de efeitos pertinentes que Poulantzas coloca ênfase se direciona a relacioná-la com a explicação acerca da subdeterminação e da sobredeterminação das classes e das frações de classe. A subdeterminação é entendida pela dominação das classes do modo de produção dominante em uma determinada formação social, e a relação entre as estruturas e as classes dominantes desse modo de produção dominante. No que se trata da sobredeterminação, deve-se ter em mente a relação entre as classes de um modo de produção dominante e as classes dos modos de produção dominados em uma formação social, em que o processo de sobredeterminação depende das formas de dominância entre as classes sociais dos modos de produção dominantes e dominados.

Em vista disso, e em continuidade à discussão sobre classes e frações de classes, tendo em vista a ideia de efeitos pertinentes e considerando um modo de produção dominante em uma formação social, o autor aponta para a importância da relação entre as estruturas políticas e ideológicas e as classes dominantes desse modo de produção. Isso se deve ao fato que essas estruturas impactam na luta de classes e resultam no impedimento das classes e frações que correspondem aos modos de produção não dominantes se organizarem política e ideologicamente de forma independente. São os efeitos pertinentes que tornam possível localizar a fronteira de existência e de atuação de uma classe subdeterminada enquanto classe distinta, ou fração autônoma, isto é, como força social, e é por isso que há um movimento de polarização das classes dos modos de produção não dominantes, assim como das classes do modo de produção dominante.

A importância dessas questões pode ser compreendida quando a análise se direciona para o plano político, pois é neste plano que emergem as consequências que dependem do caráter de um grupo social quando definido enquanto classe distinta, ou fração autônoma, e que se relacionam ao papel desempenhado por esse grupo enquanto força social em uma determinada conjuntura, seja na sua ação declarada, ou na constituição de alianças entre as forças sociais. Assim, por meio da ideia de efeitos pertinentes, o nível da luta política provoca efeitos na forma de representação, nas modalidades de ação, e na constituição de alianças sociopolíticas, por meio da presença de uma classe distinta, ou fração autônoma, no âmbito da cena política, isto é, no lugar em que há defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas das classes em relação a sua representação partidária por partidos políticos.

Esse entendimento sobre a ação declarada é utilizado por Poulantzas (2019, p. 93), com base em Lênin, ao defini-la a partir de quatro (4) características: 1) É a organização específica, política e ideológica, de uma força social, e que vai além da repercussão no nível político por efeitos pertinentes; 2) é a organização de poder de uma classe; 3) tendo em vista que uma classe, ou fração, pode existir enquanto força social sem preencher as condições de organização que as permitam entrar nas relações que circunscrevem o poder político, a ação aberta significa, regra geral, um poder político próprio de uma força social; 4) normalmente, esse poder se manifesta junto da organização da classe, ou fração, em um partido político distinto-autônomo.

Ademais, aponta Poulantzas (2019, p. 93-94), à medida que a ação declarada se situa na indeterminação da conjuntura da ação combinada das forças sociais, “o único critério que pode mostrar qual é a forma concreta que essa combinação toma num determinado momento [...] é a participação efetiva” na luta política por parte de uma classe, ou fração, a partir de condições

particulares de organização, o que demonstra de que maneira a ação combinada das forças sociais se manifesta em determinada conjuntura. É sob esse entendimento que se tem a distinção entre luta política e luta econômica, que será descrita mais adiante, assim como a compreensão acerca da dominância do nível econômico na organização econômica e política das classes sociais e das frações de classe.

Isso posto, a conjuntura é o elemento de importância para a observação da referida existência e atuação das classes distintas, ou das frações autônomas. Poulantzas (2019, p. 91) a define enquanto o momento atual e, de maneira mais ampliada, o “objeto da prática política e lugar privilegiado onde se reflete a individualidade histórica sempre singular de uma formação, é a situação concreta da luta política de classe”. Pode ser detalhada, no que tange a sua aparência no nível da luta política de classe, em relação a forma como é gerada uma determinada conjuntura, e o que uma determinada conjuntura permite no que se refere a luta de classes. Sendo entendida como produto das práticas do conjunto dos níveis da estrutura, isto é, dos já mencionados níveis econômico, político e ideológico, a conjuntura se apresenta a partir dos efeitos dessas estruturas sobre as práticas, e assim um processo histórico em uma formação social assume um caráter único, assim como a relação de individualidade dessas estruturas e da concretude da luta de classes, em determinada conjuntura.

Sobre a discussão a respeito das frações de classe em termos de níveis e instâncias econômicas, políticas e ideológicas, Poulantzas mais uma vez recorre a textos de Marx para apontar de que maneira a questão do fracionamento pode ser compreendida. Um dos exemplos (POULANTZAS, 2019, p. 77-78), dentre os muitos colocados pelo referido autor, e mais uma vez considerando “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” e “Luta de Classes na França”, concerne ao questionamento sobre os camponeses parcelares serem considerados, ou não, classe distinta, e uma fração autônoma. Considerando uma conjuntura concreta em uma determinada formação social, as condições econômicas dessa classe são diferenciadas em relação às demais classes, constituindo-se então uma classe no nível econômico, embora os membros dessa classe não possuíssem interesses semelhantes que possibilitasse a criação de uma organização política dessa classe. Entretanto, o que os caracteriza enquanto classe distinta é o fato de que o seu lugar no processo de produção é refletido no nível das estruturas políticas considerando um aspecto histórico-político que é próprio, e que se manifesta na forma de um fenômeno político que se inseriu em uma determinada conjuntura, que é o Bonapartismo. No entendimento do autor, o fenômeno histórico não teria existido sem a presença dos camponeses parcelares, e por isso esses são caracterizados enquanto classe distinta, uma força social, mesmo na ausência de uma organização político-partidária própria.

Outro exemplo utilizado por Poulantzas (2019), também a partir de Marx, diz respeito ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Grã-Bretanha. Nesse caso, o autor tem em vista a constituição da classe burguesa primeiro enquanto uma fração autônoma e, em seguida, como classe distinta da nobreza feudal, e isso ainda que faltasse a organização política e ideológica que lhe fosse própria, mediante um processo que se realiza por meio da “representação” da classe burguesa pelos Whigs, que era um partido representante de uma fração dos proprietários de terra (POULANTZAS, 2019, p. 79-80).

O terceiro e último exemplo envolve a supracitada ideia de sobredeterminação das classes dos modos de produção dominados por parte das classes do modo de produção dominante, e tem como pano de fundo a Grã-Bretanha. Se refere as transformações da nobreza feudal em fração da burguesia mediante a capitalização da renda fundiária, dos pequeno-burgueses (camponeses, artesãos) em frações da burguesia (pequenos capitalistas), e dos camponeses parcelares em operários assalariados, ou seja, “de todo o tipo de decomposição das classes subdeterminadas e da resistência a essa decomposição, que comanda precisamente a existência ou não de uma classe ou fração enquanto força social, enquanto classe distinta ou fração autônoma” (POULANTZAS, 2019, p. 80).

Uma outra discussão colocada por Poulantzas (2019) e que abrange o âmbito da descrição das frações de classe é a caracterização, e a distinção, entre o que denomina por partes de classe, e que são representadas pelas “categorias sociais”, as “frações”, e as “camadas sociais”.

O supracitado autor define as categorias sociais como conjuntos sociais com efeitos pertinentes e que, portanto, podem se tornar forças sociais, apontando como exemplos o caso da burocracia, e de suas relações com o Estado, e o das relações dos intelectuais com a instância do ideológico. É caracterizada pela sua especificidade e pela mencionada ideia de sobredeterminação, em que a sua particularidade é expressa mediante a sua relação com estruturas não econômicas, como por exemplo as relações entre o Estado e o ideológico. As frações, conforme já mencionado, consistem nos conjuntos sociais passíveis de se tornarem frações autônomas, isto é, o substrato de forças sociais eventuais levando em consideração o entendimento sobre os denominados efeitos pertinentes. Por fim, as camadas sociais são representadas, por exemplo, pela “aristocracia operária”, as “cúpulas da burocracia e da administração”, e as próprias frações. De acordo com Poulantzas (2019, p. 82), o termo camada social indica “os efeitos secundários da combinação dos modos de produção em uma formação social sobre as classes”.

A distinção entre as frações autônomas e as categorias sociais decorre dos níveis de identificação, em que as frações se situam no nível econômico, tal qual as frações burguesas comercial, industrial, e financeira, e as categorias se situam para além do nível do econômico. Embora tanto as frações quanto as categorias sociais possam constituir forças sociais, há uma problemática em torno da diferenciação que diz respeito às frações que são identificáveis exclusivamente no nível político. Neste nível, a distinção ocorre pelas características que as categorias carregam a partir da sobredeterminação dessas em termos das estruturas políticas e ideológicas “das quais elas são o efeito específico” (POULANTZAS, 2019, p. 82). Para ilustrar esse entendimento, o referido autor aponta para dois casos específicos. O primeiro, com base no já referido “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, se relaciona a ideia de frações identificáveis exclusivamente no nível político, apontando para o caso da fração burguesa republicana no período da Assembleia Nacional Constituinte na França. O segundo caso trata da relação entre a burocracia e o aparelho de Estado, sendo este último o correspondente às funções técnicas (econômicas, políticas e ideológicas), e a burocracia o conjunto de sujeitos que ocupam os cargos nesse aparelho, denominado por Poulantzas (2019) por “pessoal do Estado”, tal qual a administração, a burocracia *stricto sensu*, o corpo militar, e isso considerando uma formação social específica.

No que se refere à distinção entre as camadas sociais e as frações, toma-se novamente a atenção para o nível do político, considerando que as camadas sociais não são passíveis de se constituírem forças sociais. É possível observar tanto as frações que decorrem do âmbito político quanto as camadas que decorrem do âmbito econômico, apontando como exemplo para este último, o caso da “aristocracia operária”. A importância das camadas sociais, mesmo diante de sua ausência enquanto força social, é designar, por meio dos efeitos secundários da combinação de modos de produção, as franjas-limites das classes, ou seja, as categorias e frações possíveis de ter influência sobre a prática política das camadas. O exemplo da “aristocracia operária” supostamente exerce essa influência na prática política da classe operária ao atuar politicamente como uma espécie de “funcionário” operário da burguesia.

É diante dessas observações que também assume importância na análise das frações a partir dos níveis econômico e político de organização das classes, a distinção entre a luta econômica e a luta política. Essa importância parte do entendimento de que por mais que uma classe, em sua luta política, tenha enfoque em aspectos inerentes ao nível econômico, isso não significa que essa classe se ausente da luta no nível político, tendo em vista, mais uma vez, a ideia de efeitos pertinentes. A explicação para tal situação é que, para Poulantzas (2019), o fator econômico possui a determinação

de última instância e o papel dominante em termos da classificação das classes e das frações de classe enquanto força social.

A partir dessas definições teóricas, e com exemplos concretos, sobre a forma de delimitação da presença, da distinção, e do caráter de uma classe distinta, ou fração autônoma, em uma formação social, cabe então apresentar de que maneira o autor as situa no âmbito da disputa política.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser apresentado, e que se encontra no terceiro capítulo da primeira parte de Poulantzas (2019), é a definição acerca da disputa política enquanto disputa pelo poder do Estado⁹, sendo este poder caracterizado a partir da classe social ou fração de classe que o detém. A perda ou ganho de poder de uma classe, ou fração de classe, repercute em ganho ou perda de poder de uma série de outras classes e frações, sejam elas dominantes ou dominadas. Ou seja, é importante ressaltar que para o referido autor, essa disputa tem como característica o fato que a “linha de demarcação da relação conflitual específica entre dominação e subordinação, que caracteriza efetivamente as relações de poder, não significa absolutamente e em nenhum nível uma dicotomia de dois grupos-sujeitos permutando poder-soma zero” (POULANTZAS, 2019, p. 120).

Além disso, e ainda no que se refere à disputa política, no primeiro capítulo da segunda parte de Poulantzas (2019), intitulados respectivamente por “O problema” e “O Estado capitalista”, o autor faz menção ao conceito de hegemonia com vistas a luta política entre as classes e entre as frações de classe no âmbito do poder do Estado¹⁰. Esse conceito é de suma importância na análise feita por Poulantzas no que diz respeito a discussão das classes e das frações de classe enquanto forças sociais, tanto por causa da abrangência das práticas políticas das classes e das frações consideradas como dominantes em uma determinada formação social sob o modo de produção capitalista, quanto devido ao fato de situar a relação entre o Estado capitalista e essas classes e frações a partir da caracterização do Estado enquanto manifestação do poder político, e conforme o direcionamento que é dado a esse Estado pela classe, ou fração, que exerce a posição de hegemonia.

Embora seja um conceito elaborado, no âmbito do marxismo, por Antônio Gramsci, Poulantzas (2019) aponta que o utiliza de maneira distinta à medida que abrange uma análise que se coloca para além do Estado, com ênfase na prática política das classes e das frações dominantes em uma formação capitalista. Dessa forma, o referido autor descreve que os dois sentidos para os quais se utiliza do conceito correspondem a caracterização da hegemonia por meio da indicação dos

⁹ O autor faz a menção ao poder de Estado a partir da distinção em termos do aparelho de Estado.

¹⁰ Essa luta ocorrerá em termos do que se denomina por bloco no poder, apresentado na seção seguinte.

interesses políticos das classes e frações dominantes nas relações dessas com o Estado capitalista, sendo esse Estado considerado como a representação do interesse geral do corpo político que é o “povo nação”, e ao entendimento de que esse Estado, em conjunto com as características específicas da luta de classes, constituem os elementos que viabilizam o funcionamento do que denomina bloco no poder. O bloco no poder é composto por várias classes ou frações politicamente dominantes, e é a fração dominante, de uma das classes dominantes, que detém a dominância que caracteriza o que se denomina por posição hegemônica.

Portanto, em Poulantzas (2019), o conceito de hegemonia expressa a relação entre a dominação de uma das classes, ou frações, dominantes, em relação às outras classes ou frações, também dominantes, em uma formação social capitalista, e ao mesmo tempo essa classe, ou fração, hegemônica, concentra, no nível político, a função de representar o interesse geral do povo nação ao assumir uma dominação específica entre as demais classes e frações dominantes nas relações particulares de cada uma com o Estado.

Feitas essas considerações iniciais sobre de que maneira a discussão acerca das classes sociais e das frações de classe se manifestam na discussão proposta por Poulantzas (2019), cabe avançar na discussão mediante o desenvolvimento do argumento a respeito da importância da luta política, e principalmente dos reflexos dessa luta no âmbito do Estado capitalista a partir do supracitado conceito de bloco no poder, que é de suma importância tanto em termos das análises feitas pelo referido autor, quanto na sua utilização pelos intérpretes poulantzianos.

2.2 O bloco no poder

Tendo sido apresentados os elementos gerais que permeiam a discussão sobre classes sociais e frações de classe em Poulantzas (2019), cabe então situar essa discussão junto ao relevante conceito de bloco no poder, que assume papel central nas discussões propostas pelas interpretações poulantzianas do Brasil recente. Na referida obra, embora o conceito apareça inicialmente vinculado às discussões sobre hegemonia que aparecem no capítulo 1 da parte II, intitulados respectivamente por “O problema” e “Estado capitalista”, e em seguida no que se refere aos tipos de Estado e formas do Estado capitalista no capítulo 2 da mesma parte II, intitulado “Tipologia e tipo de Estado capitalista”, o tratamento mais acurado do mesmo é apresentado tanto no quarto capítulo da parte III, intitulados respectivamente por “O Estado capitalista e as classes dominantes” e “Traços

Fundamentais do Estado Capitalista”, quanto no quarto capítulo, de mesmo título, mas da parte IV, sendo esse último intitulado “A unidade do poder e a autonomia relativa do Estado capitalista”.

Inicialmente, Poulantzas (2019) apresenta o bloco no poder enquanto uma particularidade do Estado capitalista nas formações sociais que são dominadas por este modo de produção, e que se situa no âmbito das relações desse Estado com as classes e as frações de classe dominantes. Para o mencionado autor, o Estado capitalista apresenta algumas especificidades tendo em vista quatro fatores: 1) a individualização dos agentes da produção, e a aparição desses indivíduos na qualidade de sujeitos jurídico-políticos apenas no âmbito do político; 2) os interesses políticos que as classes e frações dominantes possuem e que são respondidos pelo Estado, e assim esses interesses se tornam o “interesse geral” do denominado povo nação por meio desse Estado que é intitulado por Estado popular nacional de classe; 3) as relações entre as formas de Estado capitalista; 4) a configuração típica da relação entre esse Estado e as classes e as frações dominantes, considerando um estágio da própria formação capitalista.

Cabe ressaltar que mesmo que esse trabalho não tenha a pretensão de fazer uma discussão sobre teoria do Estado, e tampouco sobre a teoria do Estado em Poulantzas, é importante fazer uma breve apresentação acerca do entendimento do referido autor sobre as referidas especificidades, levando em conta que a discussão sobre o bloco no poder deriva das mesmas.

Isso posto, a primeira característica fundamental do Estado capitalista diz respeito ao fato que a caracterização dos indivíduos não se restringe a agentes da produção tal como se situam no nível econômico, seja enquanto trabalhadores, seja como proprietários dos meios de produção, mas abrangem a ideia de que são indivíduos cidadãos, isto é, sujeitos políticos que gozam de liberdade e igualdade. Nesse sentido, as instituições do Estado capitalista se organizam em torno desses princípios de liberdade e de igualdade, e tornam, por meio de um sistema jurídico de caráter normativo e constituído por um conjunto de leis baseadas nesses princípios, os indivíduos em pessoas políticas.

Assim, a discussão colocada por Poulantzas (2019) sobre essa primeira característica do Estado capitalista guarda relação com a discussão sobre duas autonomias, que se referem a autonomia do Estado capitalista em relação ao nível do econômico, e a autonomia desse nível em relação ao nível do político. A primeira autonomia é estabelecida nas relações do Estado capitalista com as relações de produção, e demarca os limites da relação entre o Estado e a luta de classes, sendo essa última relação o elemento primordial para a discussão sobre o bloco no poder. A segunda se enquadra na

discussão sobre a caracterização dos indivíduos não pela sua posição enquanto agentes da produção, mas por serem indivíduos cidadãos, isto é, sujeitos políticos, que resultam do processo de separação do produtor direto em relação aos meios de produção, embora a determinação enquanto indivíduos, sujeitos políticos, não se dê nessa separação.

Desse modo, a questão colocada por Poulantzas (2019) concerne a quais são as características do nível do econômico que implicam o Estado capitalista, em que o basilar da discussão proposta pelo mencionado autor é a crítica às interpretações que apontam para a plena separação entre a sociedade civil, formada pelo conjunto dos indivíduos, e o Estado, o que configuraria uma autonomia específica do político. Diante disso, aponta o referido autor que determinadas formas com que o conceito de sociedade civil é utilizado, resulta em torná-lo incapaz de abranger a estrutura do econômico, sobretudo as relações de produção, que tem importância na discussão sobre o Estado, a luta de classes, e o bloco no poder. Ou seja, acerca dessa questão, a preocupação de Poulantzas (2019) é apreender de que maneira ocorre a emergência do econômico no modo de produção capitalista, nas relações capitalistas de produção, e como tratar os agentes da produção como os referidos indivíduos cidadãos, tendo em vista que o que caracteriza o Estado capitalista é a individualização desses agentes da produção, que corresponde justamente a característica real das relações capitalistas de produção.

Nesse sentido, em termos das estruturas das relações de produção, Poulantzas (2019) aponta que o pressuposto do modo de produção capitalista é a mencionada separação do produtor direto em relação aos meios de produção, o que denomina, a partir de Marx, por “nudez” do agente da produção. Essa separação, tendo em vista a regulação e a distribuição dos lugares específicos dos níveis do econômico e do político, estabelece os limites da intervenção entre esses níveis e, embora não seja o fato que diretamente resulte no aparecimento dos agentes da produção como indivíduos nas relações de produção, tem a sua importância por revelar esses agentes como suportes das estruturas do processo de trabalho, assim como por viabilizar a análise da relação do Estado com a luta de classes, à medida que trata da relação do Estado com o econômico e, conseqüentemente, desse Estado com as relações de produção.

Conseqüentemente, a supracitada relação é estabelecida no sentido de que a sua separação se reflete na constituição dos agentes da produção como sujeitos jurídicos, como por exemplo, por meio do contrato de trabalho, da compra e venda da força de trabalho, e da propriedade jurídica dos meios de produção. Dessa forma, torna possível o aparecimento desses agentes como indivíduos em virtude dessas relações jurídicas, embora não sendo gerados enquanto tal nas relações de produção

em si. O sentido dessa limitação das relações de produção tornarem, por si, os agentes da produção em indivíduos, considera que, no nível econômico, a separação não é um processo de individualização desses agentes, mas, pelo contrário, tem por consequência um processo de coletivização a partir da socialização do processo de trabalho, em que os trabalhadores se tornam um mecanismo coletivo da produção e, no âmbito dos proprietários dos meios de produção, o processo de concentração de capital.

Portanto, à medida que a referida separação permite apenas a aparição dos agentes da produção enquanto indivíduos-sujeitos no âmbito do nível jurídico-político, é nesse nível que se tornam enquanto tais. E isso sem a determinação econômica e o pertencimento de classe, o que manifesta a referida autonomia específica do político e do econômico, em uma estrutura do processo de trabalho.

Essa estrutura do processo de trabalho define a relação de propriedade dada pela contradição, no nível econômico, entre a socialização das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção, permitindo a instauração dos agentes como trabalhadores independentes, e enquanto sujeitos quando se trata do âmbito jurídico-político. Por isso, não aparecem enquanto sujeitos indivíduos, e sim como suportes de uma estrutura do processo de trabalho, isto é, agentes produtores. E desse modo, a estrutura do processo de trabalho, que se dá no âmbito econômico, é sobredeterminada pelo âmbito jurídico político tendo em vista que o econômico se reflete no jurídico-político, e o jurídico político intervém no econômico, gerando efeitos nas relações sociais, que é onde se situa o âmbito da luta de classes.

Compreendida a relação entre o Estado capitalista e as relações de produção, Poulantzas (2019) avança na discussão sobre as demais especificidades do Estado capitalista relacionando-o também com a luta de classes, e isso a partir de outras duas relações, sendo uma entre o Estado e a luta econômica de classe em relação ao Estado e a luta política de classes, e a outra entre as estruturas políticas e as relações de produção. Neste caso, o autor aponta para a autonomia específica das estruturas políticas e econômicas e, conseqüentemente, para a autonomização da luta política em relação a luta econômica, assim como seus reflexos sobre a luta de classes.

Em vista disso, e ampliando a discussão acerca da ideia de individualização gerada pelo Estado capitalista, Poulantzas (2019) aponta que a característica fundamental da luta econômica de classe é o denominado “efeito isolamento”. É devido a esse efeito que as instâncias jurídicas e ideológicas, e não a simples separação dos produtores diretos em relação aos meios de produção, são os elementos

que caracterizam os agentes da produção distribuídos em classes sociais enquanto sujeitos jurídicos e ideológicos. Todavia, esse efeito também tem a função de ocultar as relações dos agentes da produção como relações de classe, caracterizando a luta econômica por meio da atomização dos indivíduos, tendo em vista o fato das relações sociais econômicas serem caracterizadas pelo fracionamento.

Logo, em comparação a luta política, a luta econômica se caracteriza por ser feita de forma individual, local, parcial, e isolada, enquanto a luta política é feita considerando a unidade de classe. Por isso, o referido efeito isolamento também pode ser denominado por “concorrência”, que ocorre entre os trabalhadores, e entre os capitalistas, pois oculta aos agentes da produção, em sua luta econômica, as suas relações de classe.

Poulantzas (2019) aponta que por essas razões a localização das classes sociais em Marx ocorre especialmente no âmbito da luta política tendo em vista que, mesmo que os indivíduos, enquanto agentes da produção, já estejam distribuídos em classes sociais na transação de contrato de trabalho, essa é uma situação que se enquadra no âmbito do jurídico, e que são os efeitos do jurídico e do ideológico sobre as relações sociais econômicas, isto é, o efeito isolamento, que não permitem que essa luta seja vivida como uma luta de classe. Em outras palavras, o efeito isolamento sobre as relações sociais econômicas, onde se insere a luta econômica, não se manifesta simplesmente como efeito da referida individualização dos agentes da produção, mas principalmente por meio das relações de conflito entre trabalhadores e capitalistas, trabalhadores e trabalhadores, capitalistas e capitalistas, trabalhadores de um ramo, de um local, ou de um setor, e trabalhadores de outros ramos, locais, e setores, entre capitalistas de um ramo industrial e capitalistas de outros ramos industriais, e entre distintas frações do capital.

Sob esse entendimento, Poulantzas (2019) percebe os motivos de Marx para fazer a distinção entre a luta econômica, considerada como privada e empreendida por agentes indivíduos, sujeitos jurídicos e políticos, e a luta política, considerada como pública, que se dá a partir de instituições políticas que são representativas da unidade desses indivíduos. Para exemplificar de que maneira a luta política é um efeito do âmbito jurídico e ideológico, o primeiro autor mais uma vez recorre a exemplos dados pelo segundo mediante trechos extraídos do 1º congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, e da supracitada obra “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, e que dizem respeito às continências de se conquistar limites à jornada de trabalho por meio de um acordo privado entre trabalhadores e capitalistas. Esses limites decorrem da constatação de que o capital dispõe de maior força na ação puramente econômica e que, portanto, seria necessária uma

ação política geral, tal como pôde ser visto na derrota do proletariado francês na revolta de junho de 1848, e seu conseqüente recuo em termos das ambições revolucionárias ao se direcionar para a luta econômica, e na luta política da burguesia, de seus interesses de classe, que a indispunha e atrapalhava os negócios, direcionando essa classe, progressivamente, a renunciar de seu interesse geral de classe, isto é, da luta política, em prol de interesses particulares e privados, ou seja, também para a luta econômica.

Em síntese, a superestrutura jurídico-política do Estado capitalista assume duas funções que correspondem a isolar e a representar, à medida que instaura os agentes da produção distribuídos em classes enquanto sujeitos jurídico-políticos, enquanto efeito isolamento nas relações sociais econômicas, e se vincula as relações sociais econômicas ao representar a unidade das relações que são isoladas no corpo político que é o povo nação, formado pelo conjunto dos indivíduos cidadãos, manifestando o efeito isolamento. Essa dupla função se reflete nas contradições internas das estruturas do Estado em relação ao público e o privado, aos indivíduos enquanto pessoas políticas e as instituições representativas da unidade do povo nação, e entre as liberdades políticas em relação ao interesse geral.

Sendo assim, o que ocorre não é uma separação entre sociedade civil e Estado, mas uma autonomia das estruturas e das práticas, isto é, a autonomia específica do Estado capitalista em termos das relações de produção e, principalmente, o reflexo dessa autonomia na luta de classes, e que resulta na autonomia entre a luta econômica e a luta política. Dado o efeito isolamento das relações sociais econômicas, o Estado tem uma autonomia específica pelo fato de ser o representante da unidade do povo nação.

Sobre a relação do Estado capitalista com a luta política de classe, Poulantzas (2019) aponta que o referido efeito isolamento na luta econômica incide sobre a luta política porque uma das características dessa última é a tendência em constituir a unidade de classe mediante o isolamento da luta econômica. Do ponto de vista da prática da luta política das classes dominantes, o objetivo é conservar o Estado capitalista, e por meio desse, também conservar as relações sociais existentes, constituindo a referida prática em uma unidade de classe a partir do isolamento da sua luta econômica e da conformação dos interesses políticos dessa classe como representativos do interesse geral do povo nação. Isso é necessário em razão das estruturas particulares do Estado capitalista na sua relação com a luta econômica de classe, e devido ao isolamento da luta econômica das classes dominadas. É assim que se estabelece a relação entre o referido Estado nacional popular de classe com as classes politicamente dominantes.

Considerando os elementos apresentados anteriormente sobre algumas das especificidades do Estado capitalista, para Poulantzas (2019) esse Estado se apresenta como a unidade política de uma luta econômica, que manifesta o referido efeito isolamento, e sendo o representante do interesse geral de interesses econômicos que são concorrentes e divergentes, ocultando aos agentes, aos indivíduos, por meio desse efeito, o seu caráter político de classe, no nível de suas instituições políticas. Logo, esse Estado é entendido como um Estado popular nacional de classe que encarna a vontade popular do povo nação, representando a unidade desse povo nação, que é o conjunto de cidadãos indivíduos que tem como substrato real o mencionado efeito isolamento.

Da mesma maneira, é um Estado “de classe” que se apresenta como um Estado “popular de classe”, e que, diferente de regimes monárquicos, não tem na vontade divina a sua base de legitimação, pois se fundamenta no conjunto de indivíduos cidadãos, formalmente livres e iguais. Esses indivíduos cidadãos exercem seus direitos, de forma específica, por meio do sufrágio, que é considerado como a expressão da vontade geral da nação, e que imprime a esse Estado, e ao povo nação o qual representa, a soberania popular. Esse povo nação não emerge pela caracterização desses indivíduos enquanto agentes da produção, distribuídos em classes sociais, mas sim pela determinação do Estado capitalista a partir da massa de indivíduos cidadãos que participam da comunidade política nacional pelo sufrágio universal. As leis que constituem o sistema jurídico e se baseiam nos princípios da liberdade e igualdade, se refletem na caracterização dos indivíduos cidadãos, e manifestam a referida vontade geral do corpo político que é a nação, o interesse geral da sociedade, em um Estado de direito tal qual o Estado capitalista moderno se propõe a representar.

Uma outra discussão colocada por Poulantzas (2019) diz respeito ao tipo de Estado, as formas do Estado capitalista, e ao estágio de uma formação capitalista. Para o autor, nas relações entre esse Estado com as classes e frações de classe, é possível identificar, dentro de um mesmo tipo de Estado, distintas formas desse Estado em diferentes estágios do modo de produção capitalista.

O tipo de Estado de um determinado modo de produção se refere a autonomia específica das estruturas econômicas e políticas. No caso do modo de produção capitalista, se caracteriza pela autonomia do Estado e das relações sociais econômicas, implicando em um tipo específico de articulação do nível do político e do nível do econômico. As modificações dessa autonomia, e dessas relações, não coloca em questionamento os termos dessas relações, pois continua sendo o mesmo tipo de Estado.

Considerando o tipo de Estado capitalista, Poulantzas (2019) apresenta duas formas de Estado: o Estado intervencionista e o Estado não intervencionista. A localização dessas formas se dá no âmbito das relações entre as instâncias do econômico e do político, e dessas relações com o campo da luta de classe, considerando uma determinada formação social. As distintas formas de Estado não correspondem a distintas matrizes dessas relações, mas sim a formas diferenciadas que essas relações podem se apresentar dentro de uma mesma matriz, isto é, no Estado capitalista.

Logo, as formas de Estado em uma formação social são caracterizadas por articulações específicas das estruturas econômicas e políticas, ou, em outras palavras, formas específicas de intervenção e de não intervenção do econômico no político e vice-versa. Devem ser entendidas de acordo com as alterações das referidas relações entre as instâncias do econômico e do político, sob o pressuposto de existência de uma autonomia entre o Estado e as relações sociais econômicas, e das referidas instâncias do econômico e do político, tendo em vista os graus e as formas específicas dessas autonomias. Uma modificação específica da relação entre o político e o econômico é identificável mediante o seu reflexo nas relações entre o Estado e o campo da luta de classes, e o que marca as diversas formas de Estado são as relações entre o econômico e o político, e a intervenção, ou não, do Estado no econômico.

A mencionada autonomia do econômico e do político não significa que não haja uma intervenção específica do político no econômico, do mesmo modo que uma intervenção acentuada neste, não implica uma abolição dessa autonomia. Essa autonomia é uma característica do modo de produção e de uma formação capitalista, que caracteriza o tipo de Estado capitalista. O que se altera entre as formas desse Estado são as relações específicas em termos dessa autonomia, à medida que as formas de intervenção pressupõem uma autonomia específica. São as modificações das relações entre o econômico e o político, sem romper com essa autonomia, que regulam as modificações das intervenções, e produzem os limites dessas intervenções do econômico no político, e vice-versa.

Isso posto, a modificação na forma do Estado capitalista, e das referidas relações que fundamentam as formas desse Estado, se refletem sobre o campo da luta de classes, e correspondem tanto a luta econômica, isto é, a relação do Estado com o isolamento das relações sociais econômicas, quanto a luta política, ou seja, a relação do Estado com a hegemonia de classe e o bloco no poder. Cada forma desse Estado, localizada em um estágio de uma formação social, vai corresponder a uma configuração típica do bloco no poder.

Os estágios correspondem a coexistência de formas específicas e diferenciadas de um modo de produção em uma formação social dominada por um determinado modo de produção. Para uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, cada estágio se refere a dominância de uma forma do modo de produção capitalista sobre as outras formas, que correspondem a uma determinada fase, e cada fase corresponde a dominância de um modo de produção. As formas do modo de produção capitalista apontadas por Poulantzas (2019) são a produção mercantil simples, o capitalismo de estado monopolista, a produção capitalista privada, a produção capitalista social, e o capitalismo monopolista. Os estágios correspondem ao capitalismo privado, o capitalismo social, o capitalismo monopolista, e o capitalismo monopolista de Estado.

Todas as formas do modo de produção capitalista são caracterizadas pela mencionada autonomia do econômico em relação ao político, e indicam um tipo de articulação específica do político e do econômico mediante os efeitos de uma dessas instâncias dentro dos limites colocados pela outra. Assim, por exemplo, o capitalismo privado, que é uma das formas do modo de produção capitalista puro e estágio de uma formação, implica em uma forma de Estado, o Estado não intervencionista, e o capitalismo monopolista, uma outra forma do modo de produção capitalista puro e estágio de uma formação, implica em outra forma de Estado, o Estado intervencionista.

Ressaltando que o que diferencia essas formas de Estado é justamente a maneira com que se dá a relação entre o econômico e o político, e as formas de intervenção, e de não intervenção, do econômico no político, e vice-versa, que são identificáveis nas relações entre o Estado e a luta de classes, o que marca os denominados estágios são essas diversas formas de intervenção entre o econômico e o político, remetendo a determinadas formas do Estado capitalista que correspondem a certas formas do modo de produção capitalista. Logo, formas do Estado capitalista de diferentes estágios de uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, correspondem a formas do Estado capitalista de determinadas formas do modo de produção capitalista, e cada forma desse Estado localizada em um estágio corresponde a uma configuração típica do bloco no poder. Por isso que cada estágio, caracterizado por formas diferentes do Estado capitalista, é analisado pelas modificações no bloco no poder.

Retomando para a discussão específica sobre o bloco no poder, cabe reforçar que para Poulantzas (2019), esse conceito deriva do entendimento de que, em comparação a outros tipos de Estado, há uma particularidade do Estado capitalista que resulta da estrutura específica desse Estado, e de suas relações com as classes e frações dominantes. Nessa relação, esse Estado responde aos interesses políticos das classes e frações dominantes em um estágio de uma formação social capitalista,

considerando a já referida ideia de coexistência de modos de produção, e de classes e frações de modos de produção dominantes e dominados, em que as relações entre as classes dominantes têm configurações distintas a depender do estágio e da formação social que se está analisando.

No que se trata da sua constituição, do aparecimento, e considerando que uma formação social é constituída por uma sobreposição de distintos modos de produção (dominantes e dominados) que, nas formações capitalistas, se reveste de formas específicas de coexistência entre várias classes e frações (dominantes e dominadas) no âmbito da luta de classes¹¹, tem-se o entendimento de que a relação de dominação e subordinação no âmbito político extrapola o dualismo característico no qual a luta de classes é usualmente compreendida por meio de classe, ou fração, dominada, e classe, ou fração, dominante. Essa interpretação resulta em uma crítica à ideia da relação entre o Estado e a classe, ou fração, dominante, entendida no singular.

E para uma explicação da ideia de bloco no poder, deve se levar em consideração dois tipos de relações entre o Estado capitalista e as classes e frações, no plural, dominantes. Um tipo é classificado enquanto institucional, isto é, se refere a estrutura do Estado capitalista e a sua funcionalidade como unidade especificamente política do poder de Estado. O outro tipo diz respeito à configuração particular tanto das relações entre as classes dominantes, quanto do vínculo e das relações entre essas classes e o Estado, que funcionam em uma unidade política específica. É no âmbito dessa unidade política específica que se situa o conceito de bloco no poder.

As razões de existência do bloco no poder são divididas por Poulantzas (2019) em três: 1) a particularidade, na estrutura do Estado capitalista, da coexistência de dominação política de várias classes e frações devido a fatores internos das instituições do Estado capitalista na sua relação com o campo da luta política de classe; 2) a pluralidade das classes e frações dominantes em uma formação capitalista; 3) a constatação de que a classe burguesa se apresenta no modo de produção capitalista dividida em frações.

¹¹ Este entendimento pode resultar do fato que, conforme visto desde a seção sobre classes e frações, os exemplos que o autor utiliza para embasar as suas argumentações compreendem contextos históricos de processos de transformações e de passagem do modo de produção feudal em direção ao modo de produção capitalista em metrópoles europeias, como é o caso especial da França, no contexto entre a II república e o Império de Luís Napoleão, da Inglaterra, no contexto da passagem do feudalismo para o capitalismo, da Alemanha, no contexto do processo de unificação sob a liderança de Bismarck, e da Rússia no contexto de transição do czarismo para o socialismo soviético. Em relação a França, Inglaterra, e Alemanha, Poulantzas (2019) recorre a textos de Marx e Engels, e no que se refere à Rússia, à textos de Lênin. Esse é um aspecto importante de ser apontado pois tanto o conceito de bloco no poder, quanto o conceito de burguesia interna, que serão vistos na terceira seção desse capítulo, são elaborados com base em conjunturas de formações sociais que possuem uma determina trajetória histórica, em que, no caso de sua utilização para outras formações sociais e contextos, exige uma mediação no âmbito da construção e da interpretação dessas conjunturas e formações a partir desses conceitos.

A primeira razão tem como base a perspectiva das relações entre o Estado capitalista e a coexistência da dominação política de várias classes e frações no âmbito institucional desse Estado, e traz à luz o reforço na discussão da referida questão do sufrágio a partir dos escritos de Marx. Conforme mencionado anteriormente, e entendendo o sufrágio enquanto uma instituição característica de um Estado autônomo em relação ao âmbito econômico, e que possibilita que esse Estado se apresente, a partir dessa instituição, enquanto a encarnação do interesse geral da população a qual está circunscrita, o faz ter três funções. Uma dessas funções é a de ser a instituição que estende a relação do Estado capitalista com a coexistência particular de dominação das várias classes e frações de classes dominantes. Outra dessas funções é a de delimitar o que denomina por cena política¹², em que as classes se apresentam de forma diferente em relação ao bloco no poder. Por fim, a outra função é a de situar a relação entre o Estado capitalista e as relações existentes entre as várias classes e frações que se localizam no âmbito do poder político, possibilitando a participação, e a posse, do poder político. Sobretudo, o sufrágio, a partir da ideia de bloco no poder, distingue o Estado capitalista de outras formas de Estado que consagram o poder para ser dominado exclusivamente por uma classe ou uma fração dominante, novamente no singular¹³.

A segunda razão se apresenta a partir da constatação da sua relação com o campo das práticas políticas das classes dominantes, e que depende da referida pluralidade das classes e frações dominantes, que por sua vez depende do que é denominado por fato geral de toda formação social. Esse fato geral diz respeito a referida coexistência de modos de produção e de classes e frações desses distintos modos de produção, e o que é colocado por Poulantzas (2019) é que essa coexistência assume aspectos particulares no capitalismo principalmente quando a análise se direciona a discussão da grande propriedade fundiária¹⁴.

Essa discussão é tratada por Poulantzas (2019) de maneira especial na observação do processo de dominação do modo de produção capitalista em relação ao setor agrícola. Tendo por base cinco casos de desenvolvimento do modo de produção capitalista, da forma de integração do setor agrícola, assim como da trajetória da classe dos grandes proprietários da renda fundiária nos Estados Unidos, na Alemanha, na Rússia, na Grã-Bretanha e na França, argumenta que embora essa classe seja parte do que se denomina por modo de produção capitalista puro, ela é absorvida pela

¹² Poulantzas (2019) menciona que há outros termos utilizados para designar o mesmo espaço, como por exemplo a esfera política e a órbita política.

¹³ Ver Poulantzas (2019, p. 236).

¹⁴ Mais sobre essa discussão está situada no capítulo 4 da parte II de Poulantzas (2019) que trata dos modelos da revolução burguesa nesses três países.

burguesia e passa a fazer parte da classe burguesa enquanto uma fração autônoma, em um processo de transição operado sob a direção da burguesia nos âmbitos político e ideológico. O referido caráter autônomo depende das razões político-ideológicas e econômicas, considerando a ideia de efeitos pertinentes. A importância da classe dos grandes proprietários da renda fundiária enquanto classe distinta e autônoma no capitalismo se associa as próprias ideias de coexistência complexa da pluralidade das classes e frações dominantes, que é uma característica do bloco no poder, e de permissão de participação no âmbito do poder, das classes dominantes de modos de produção dominados e das frações da burguesia. Esse processo terá características particulares em cada país, o qual Poulantzas (2019) menciona de maneira mais específica os casos da França, Grã-Bretanha e Alemanha.

A terceira razão do surgimento do bloco no poder como fenômeno particular de uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, e de especial importância para os objetivos desse trabalho, é a menção feita por Poulantzas (2019, p. 239), ao fato que “[...] a classe burguesa apresenta-se, no modo de produção capitalista, constitutivamente dividida em frações de classe” e que “O problema das frações de classe é, de fato, bastante complicado em Marx” (2019, p. 239). Embora se tenha o reconhecimento, as ressalvas, e as distinções em relação a frações de uma formação social no sentido que as “frações econômicas”¹⁵ da burguesia (comercial, industrial e financeira) não se relacionam com a combinação concreta dos diversos modos de produção, ou com os efeitos particulares da instância do político, mas sim com a própria constituição do capital enquanto relação de produção. E é por conta desses efeitos que se torna possível a existência de frações que se situam de maneira específica no campo da prática política. Neste caso, Poulantzas (2019, p. 239), também se utilizando de “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, faz novamente referência à fração burguesa republicana na França, não sendo classificada como uma fração burguesa unida por grandes interesses comuns, e separada das outras por fatores do âmbito econômico, mas, sobretudo, pela convergência entre seus membros, dos sentimentos de antipatia à Luís Felipe, e de nostalgia em relação à antiga república e ao nacionalismo francês.

Portanto, a definição do conceito de bloco no poder, enquanto conceito que se situa no âmbito do político e no campo das práticas políticas, é dado por Poulantzas (2019, p. 240-241) como “A unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, em sua

¹⁵ As aspas se referem ao fato que, conforme o próprio Poulantzas (2019, p. 239) coloca-as ao mencionar que Marx, em O Capital, “não emprega o termo fração para designar o capital comercial, industrial e financeiro, sendo estes considerados como “formas de existência”, mas “separadas”, do mesmo capital”.

relação com uma forma particular do Estado capitalista”¹⁶. A configuração da unidade dessas classes ou frações se relaciona com um determinado estágio de uma formação social capitalista, em que o referido campo das práticas políticas reflete uma determinada forma de articulação e divisão do âmbito econômico, político, e ideológico, e dos níveis de luta de classe, entendimento esse que se aproxima da mencionada ideia acerca da forma de Estado.

Levando em consideração apenas o nível político, isto é, da representação das classes em partidos políticos, a referência é às contradições de classe, principal e secundária, que se manifestam nos limites do bloco no poder em um determinado estágio de uma formação social capitalista, se aproximando o conceito à ideia de forma de regime. Nesse sentido, a luta política de classes indica as relações partidárias de classe na supracitada cena política, onde é possível delimitar o campo das práticas políticas de classe, e o bloco no poder, em uma forma de Estado, e a representação dessas práticas por partidos políticos em uma forma de regime.

A importância do conceito de bloco no poder deriva da constatação feita por Poulantzas (2019) de que embora Marx não o utilize, nos escritos políticos desse último, especialmente nos referidos “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” e “Luta de classes na França”, tenha questões próximas, indicações gerais, e apresentação de alguns conceitos, em relação ao que preconiza o referido conceito de bloco no poder. Ressalta ainda que existem limitações nas análises feitas nessas obras devido ao período que é objeto da análise, e que resultam em problemas de periodização e de distinção de conceitos. Essa possibilidade de se observar questões que se associam a ideia de bloco no poder nos referidos textos de Marx, são consideradas relevantes por Poulantzas (2019) à medida que esse autor considera, com base em Lênin, que o período estudado reflete o que se considera estágios de transformação de uma formação social capitalista, que são considerados enquanto “Traços comuns a toda evolução moderna dos Estados capitalistas em geral [...] A França apresentou de forma nítida e concentrada em sua rápida sucessão esses mesmos processos de desenvolvimento próprios do conjunto do mundo capitalista” (LÊNIN, “s.d.”¹⁷, p. 358 apud POULANTZAS, 2019, p. 241).

Sob esse entendimento, Poulantzas (2019) menciona que a análise de Marx nos referidos textos políticos enquadra uma determinada periodização das formações sociais capitalistas em que o elemento constante dessa análise é a ideia de unidade contraditória particular de várias classes, ou

¹⁶ Na parte que trata sobre as interpretações poulantzianas, será apresentado um quadro com as definições utilizadas pelos intérpretes sobre o bloco no poder. Ver: (p. 88 - 89).

¹⁷ A referência é a obra “O Estado e a revolução” de Lênin, mas encontra-se sem data na menção feita por Poulantzas (2019).

frações de classe dominante. Também, que essa unidade corresponde a uma forma particular de Estado e a existência da relação entre, de um lado, uma forma de Estado, e de outro, a configuração concreta da unidade de várias frações dominantes, assim como a dominação política de várias classes e frações. Entretanto, embora se observe a identificação dessas questões nos referidos escritos políticos de Marx, Poulantzas (2019) aponta que as análises feitas nessas obras também apresentam limitações para o desenvolvimento teórico da unidade contraditória característica do conceito de bloco no poder, devido à ausência da associação dessa unidade com a ideia de hegemonia¹⁸, tal qual é aplicada nesse conceito.

Portanto, é a conjugação entre a ideia de hegemonia com o conceito de bloco no poder que consiste no acréscimo teórico feito por Poulantzas (2019) no âmbito da análise política do marxismo, pois nas referidas obras políticas de Marx, que abrangem os períodos da Restauração Bourbon, da Monarquia Constitucional de Luís Felipe, da República Parlamentar, e da queda de Luís Felipe e a ascensão de Luís Bonaparte, como formas particulares do Estado capitalista, são mencionados termos excludentes à ideia de hegemonia, como, por exemplo, “dominação exclusiva”, um “monopólio do poder”, de “uma classe ou fração” (POULANTZAS, 2019, p. 242-245), embora o primeiro autor entenda que o que é demonstrado nesses textos se refira justamente a dominação política de várias classes e frações de classe. Ou seja, por mais que seja possível apreender nos textos de Marx que há a constatação da relação entre a forma de Estado e a unidade contraditória de várias frações dominantes, é a ausência do conceito de bloco no poder que impossibilita o tratamento teórico dessa unidade, e conseqüentemente bloqueia o entendimento da coexistência de várias frações no âmbito da dominação política.

Assim, nos textos de Marx, na tentativa de localizar a fração hegemônica no interior do que seria o bloco no poder, aparece que uma dessas frações é classificada como a fração exclusivamente dominante, ou seja, uma contraposição ao que preconiza o conceito de bloco no poder, que se baseia em uma unidade contraditória de várias frações da classe dominante. Nesse sentido, Poulantzas (2019), aponta para os exemplos de Marx que dizem respeito à denominada restauração e a monarquia de Luís Felipe, e a república parlamentar. Para o caso da monarquia, se verifica um bloco no poder formado pelos grandes proprietários de terra, pela burguesia financeira e pela burguesia industrial, em que se atribuía o monopólio do poder inicialmente aos grandes proprietários de terra, e posteriormente a burguesia financeira, de forma compartilhada com a burguesia industrial. Acerca da república parlamentar, usualmente entendida como uma forma de

¹⁸ A junção da ideia de hegemonia com o conceito bloco no poder será apresentada mais adiante.

Estado a qual o interesse geral de classe subordinava simultaneamente as pretensões das diferentes frações e todas as outras classes da sociedade a partir da ideia de igualdade de poder e de interesses de classe comuns, embora sem renunciar à rivalidade entre si, constituiu a unidade particular, isto é, a possibilidade de as três frações coexistirem com direitos iguais, mas que, todavia, a dominação exclusiva era exercida pela aristocracia financeira. E esse é o motivo que resulta na utilização, por parte de Marx, dos termos “aliança” e “fusão”.

Sobre os supracitados termos, Poulantzas (2019, p. 243) entende que a “aliança” é passível de ser estabelecida entre as diversas frações, e por isso é um termo possível de ser utilizado devido a caracterização que o termo proporciona para a ideia de uma unidade e de uma contradição dos interesses das classes ou frações aliadas. Dessa forma, pode funcionar entre as classes ou frações que compõem o bloco no poder, ou entre uma dessas frações e outras classes ou frações que não fazem parte do bloco no poder, como por exemplo a relação da pequena burguesia com o bloco no poder. Normalmente, essas alianças são estabelecidas em um nível determinado do campo da luta de classes, e combinada com uma luta intensa nos outros níveis.

Contudo, o referido autor faz uma crítica à utilização do termo “fusão” pelo fato deste indicar uma totalidade de elementos equivalentes, do mesmo modo que termos como “complementar” e “síntese”. Ou seja, é um termo que traz consigo uma concepção de partilha entre os elementos “fusionados” em relação ao poder de Estado, assim como a negação da ideia de unidade do poder do Estado capitalista, se contrapondo ao que preconiza o conceito de bloco no poder que trata de uma unidade que é contraditória, e caracterizada por uma complexa relação entre distintas frações em termos da fração que assume a posição hegemônica. Diante disso, a utilização do supracitado termo também pode resultar na concepção de uma unidade circular em que não há dominante, e tampouco uma autonomia específica das frações e classes que ocupam o bloco no poder, não permite pensar a unidade como uma totalidade não de elementos equivalentes, mas sim de partes, classes ou frações dominantes, sendo que uma dessas parte é hegemônica no interior desse bloco no poder.

Seguidas à essas observações, Poulantzas (2019) segue com o desenvolvimento do conceito de bloco no poder, relacionando-o com a já mencionada ideia de hegemonia, que na visão do referido autor é indissociável do conceito. Levando em consideração as observações feitas a respeito da ausência do conceito de bloco no poder nas análises de Marx, o que é apresentado nessas análises enquanto a fração “exclusivamente dominante”, mesmo admitindo a dominação política de várias frações, supostamente evidencia a busca pela localização do que seria, em termos do bloco no

poder, a “fração hegemônica”. Conforme já demonstrado anteriormente, em Poulantzas (2019), a ideia de hegemonia se refere à classe ou fração que se constitui enquanto o elemento dominante da unidade contraditória das classes ou frações politicamente dominantes, ou seja, do bloco no poder, e pela sua constituição enquanto classe ou fração hegemônica do conjunto da sociedade.

De forma preliminar, os exemplos apontados por Poulantzas (2019) são o da hegemonia da burguesia financeira na França ao dizer que “A particularidade histórica da França consiste, a esse respeito, na hegemonia quase constante, a partir de Luís Felipe, do capital financeiro (POULANTZAS, 2019, p. 258), ao passo que para o caso da Grã-Bretanha e da Alemanha, que “esse lugar cabe frequentemente ao capital comercial e industrial” (POULANTZAS, 2019, p. 258).

No entanto, a despeito desses exemplos e da descrição do entendimento da ideia de hegemonia, cabe destacar que o processo de constituição de uma classe ou fração enquanto hegemônica no âmbito do bloco no poder não resulta do acaso, mas decorre dos interesses antagônicos entre as classes e frações no campo da luta de classes, tornando possível o estabelecimento da posição de hegemonia devido a própria unidade do poder institucional do Estado capitalista. Conforme mencionado anteriormente, à medida que o bloco no poder corresponde à unidade particular das classes e frações dominantes, hegemônicas ou não, então não consiste em uma partilha equivalente do poder de Estado, isto é, em poderes iguais entre as classes e frações partícipes desse bloco, sendo essa a razão pela qual a utilização do termo “fusão”, para a explicação dessa unidade, é prejudicada. É a relação entre o Estado capitalista e as classes e frações hegemônicas, o elemento que atua pela unidade política que é caracterizada pela égide de uma classe ou fração hegemônica, e que polariza os interesses contraditórios das diversas classes e frações do bloco no poder mediante a constituição dos interesses econômicos da fração hegemônica, em interesses políticos¹⁹.

A classe ou fração hegemônica em termos do bloco no poder, e por consequência, do conjunto da sociedade, representa o interesse geral em comum tanto das classes e frações que fazem parte do bloco no poder, sendo esse interesse geral a própria exploração econômica e a dominação política que as classes e frações dominantes exercem considerando o seu lugar no processo de produção, quanto do conjunto da sociedade, a partir da própria função ideológica da fração hegemônica. Essa representação da dupla função hegemônica que uma classe ou fração exerce, em relação ao bloco no poder e ao conjunto da sociedade, regra geral se concentra em uma mesma classe ou fração, e

¹⁹ Esse é um entendimento importante para este trabalho, em que o enfoque das interpretações sobre o Brasil recente que se guiam por essa perspectiva tem justamente esse entendimento acerca da fração hegemônica, considerando a constituição dos interesses econômicos em interesses políticos, a partir do direcionamento da política econômica por um determinado governo em uma determinada conjuntura.

depende da conjuntura e da composição das forças sociais em cada conjuntura, tendo em vista as defasagens, dissociações, e deslocamentos das funções de hegemonia em classes e frações diferentes, podendo inclusive ocorrer de uma classe ou fração ser hegemônica no conjunto da sociedade e outra no bloco no poder.

Nesse sentido, Poulantzas (2019) aponta que há diferenças entre o processo de constituição da hegemonia em termos de uma classe ou fração em relação à outras classes e frações do bloco no poder, e no que se refere ao conjunto de uma formação social, incluindo as classes dominadas. Essa diferença coincide com a demarcação dos lugares de dominação e subordinação que as classes ocupam em uma formação social. O interesse geral representado pela fração hegemônica, na sua relação com as classes dominantes, se situa no lugar de exploração daquela sobre essas no processo de produção. Em relação ao conjunto da sociedade, leva em consideração a relação da fração ou classe hegemônica em termos das classes dominadas, em que o interesse geral representado pela primeira decorre da sua função ideológica.

Isso posto, e conforme já mencionado, a configuração típica de um bloco no poder inicialmente depende de uma conjuntura que institui os limites dessa configuração. Esses limites são estabelecidos conforme um estágio determinado, e possibilita observar as possíveis variações das relações de classe, ou seja, as modificações do bloco no poder que, todavia, não suscitam mudanças na forma de Estado. Dessa forma, de acordo com uma determinada conjuntura, haverá uma relação de classe típica relacionada à um estágio de uma formação social determinada. Além disso, essa configuração típica também depende, considerando a conjuntura e as relações de classe típicas, da combinação entre, por um lado, a classe ou fração hegemônica, e por outro, as demais classes e frações que compõem o bloco no poder, e isso no sentido da forma de hegemonia que é estabelecida nessa relação, ou, em outras palavras, da natureza das contradições e da relação das forças que compõem o bloco no poder.

Ainda sobre a discussão acerca do bloco no poder associada a ideia de hegemonia, existe a possibilidade de deslocamento da hegemonia de uma classe ou fração para outra. Para Poulantzas (2019), esse deslocamento representa a modificação da composição do bloco no poder mediante a entrada ou saída de classes ou frações, e pelo conseqüente deslocamento do aspecto principal da contradição entre o bloco no poder e as outras classes e frações. A demarcação entre as variações de alianças de classes e frações em relação ao bloco no poder, no sentido que uma classe aliada pode fazer parte do bloco no poder, e uma classe ou fração do bloco no poder pode se tornar uma classe aliada, ocorre a partir de uma configuração típica do bloco no poder, e se manifestam por esses

deslocamentos. Em geral, não acarretam transformações da forma de Estado, mas caso os deslocamentos resultem de transformações dos fatores determinantes do bloco no poder, podem acarretar mudanças nas formas de Estado.

Ainda em relação ao bloco no poder, Poulantzas (2019) caracteriza e distingue os termos classes aliadas, classes apoio, classes reinantes, e classes detentoras. Tendo por referência uma forma do Estado capitalista em um estágio, a relação e a distinção dos conceitos de bloco no poder e classes aliadas, embora implique em uma unidade concomitante à contradição de interesses, apresentam quatro diferenças no que se refere a natureza da contradição entre os membros do bloco no poder, e entre os membros da aliança.

A primeira diferença diz respeito ao fato que é possível o bloco no poder demarcar as diferenças das contradições entre as classes e frações que o compõem, e em relação a uma forma de Estado capitalista em um estágio. Conforme mencionado anteriormente, a aliança pode funcionar entre as classes e frações do bloco no poder, e por uma dessas classes e frações em aliança a outra classe e fração que não faça parte do bloco no poder, desde que existam contradições entre as classes e frações do bloco no poder e as classes e frações aliadas, evocando mais uma vez o exemplo da relação de aliança entre a pequena burguesia e o bloco no poder.

A segunda diferença é caracterizada pelo fato que a natureza das contradições determina o caráter da unidade do bloco no poder, em que a aliança funciona em apenas um nível determinado do campo da luta política de classes, e de maneira combinada à uma luta intensa nos outros níveis. Retomando o exemplo da aliança política entre o bloco no poder e a pequena burguesia, abrange a intensa luta do primeiro contra o segundo, e combinada com a luta política contra a representação política da pequena burguesia. Em contraposição, o bloco no poder se caracteriza pela unidade, ou homogeneidade relativa, em todos os níveis da luta de classes, econômica, política e ideológica, considerando os sacrifícios mútuos a que incorrem as classes e frações partícipes do Bloco no poder, mas que não impedem as contradições entre essas classes e frações.

A terceira diferença diz respeito ao caso de ocorrerem mudanças nas relações de força, resultando em uma dissolução do bloco no poder e/ou da aliança. Tanto no âmbito do bloco no poder quanto em relação às alianças, essas mudanças não resultam em transformação na forma de Estado, mas pode levar a mudanças apenas na forma de regime. Um exemplo dessa situação que é apontado por Poulantzas (2019) é o caso da forma de Estado da república parlamentar no contexto da ascensão de

Luís Bonaparte, e o conseqüente deslocamento da pequena burguesia desde uma posição de classe aliada ao bloco no poder, para uma posição de classe satélite.

Por fim, a última diferença diz respeito ao aspecto cronológico em que o Bloco no poder não deve ser entendido enquanto uma aliança de longo prazo pois há alianças que perduram enquanto ocorrem transformações no bloco no poder. Nesse caso, o exemplo apontado por Poulantzas (2019), a partir de Engels, se refere ao caso da Alemanha, diante da aliança permanente entre a pequena burguesia, na posição de classe aliada, e a burguesia financeira, fração do bloco no poder, em contra a burguesia industrial, outra fração membro do bloco no poder.

No que se trata da relação entre uma classe apoio e o bloco no poder, deve ser entendida enquanto um complemento dos conceitos de bloco no poder e aliança, considerando as variações dos limites de uma forma de Estado, e de uma configuração do bloco no poder, em um estágio. A classe apoio é representativa das classes sobre as quais uma forma de Estado capitalista se apoia, tal qual os camponeses parcelares e o lumpenproletariado no período de Luís Bonaparte, e a pequena burguesia durante a república parlamentar.

Se diferencia do que foi tratado acerca do bloco no poder e da classe aliada, devido à natureza das contradições e da unidade entre bloco no poder, classes aliadas, e classes apoio. A caracterização das classes apoio se baseia no fato que o apoio a uma classe ou fração não se fundamenta em sacrifício político dos interesses do bloco no poder e das classes aliadas, mas em um processo de ilusões ideológicas, a exemplo dos camponeses parcelares durante o governo de Luís Bonaparte. Esse apoio é considerado por Poulantzas (2019) como indispensável para a dominação de classe²⁰, e seu aspecto de ilusão ideológica se expressa no apoio dado por uma classe a uma forma de Estado e que não repercute em nenhuma medida política a favor dessa classe, mas resultam em ações de compromisso que retroalimentam a ilusão ideológica, que é a base desse apoio político.

Portanto, a discussão sobre as classes apoio trata das razões desse apoio tendo em vista o fato de resultar do temor, fundado no imaginário das classes que conformam as classes apoio, em relação ao poder da classe operária. Conforme este apoio não se fundamenta na formação de uma comunidade de interesses baseada em sacrifícios mútuos entre as classes apoio e o bloco no poder, mas sim no fator político da luta de classe por parte da classe operária, é esse fator que é considerado enquanto o elemento essencial da unidade do bloco no poder e das alianças de

²⁰ Na parte sobre as interpretações poulantzianas do Brasil recente essa discussão é retomada a partir de Boito Júnior (2021). Ver: (p. 152).

dominação de classe, direcionando as classes apoio a apoiarem as classes que eventualmente atuem em prejuízo de seus interesses. Todavia, para a classe apoio, esse prejuízo se situa em um patamar menor do que seria em uma situação de poder por parte da classe operária, e por isso a denominada ilusão ideológica da classe apoio deve ser considerada não sob a atitude do Estado e das classes dominantes, mas em termos da ação política do proletariado.

Sob esse entendimento, a unidade formada entre as classes apoio com relação as classes do bloco no poder e as classes aliadas, é influenciada pelos fatores que levam tanto ao apoio, quanto a separação, da primeira em relação as duas últimas. Essa unidade, primeiramente, ao não se manifestar por relações imediatas de classe, ou seja, enquanto uma unidade política, se reveste da crença em um Estado que se situa além da luta de classes, e supostamente é capaz de servir aos interesses da classe apoio em detrimento dos interesses do bloco no poder e das classes aliadas. Segundo, essa unidade passa pela intermediação do Estado, tendo em vista que é um apoio a uma forma específica de Estado que atua enquanto uma barreira à conquista do poder pela classe operária. A ocultação ideológica da natureza, da função, e do papel mediador do Estado resulta do grau de subdeterminação política das classes apoio, ou seja, da sua incapacidade de se elevar ao status de classe com organização política autônoma considerando o seu lugar no processo de produção, já que essa organização política passa pela própria mediação direta do Estado. A compreensão de Poulantzas sobre essa questão é extraída da interpretação desse autor acerca de Marx, considerando que os camponeses parcelares e a pequena burguesia, na dificuldade de representarem a si mesmas, deixavam se representar por outras classes que apareciam enquanto protetoras em relação à outras classes.

Logo, as relações entre as classes e frações que compõem o bloco no poder, as classes aliadas e as classes apoio, são complexas e se articulam conforme uma determinada conjuntura. Ressalta-se que as modificações das alianças e dos apoios não resultam em uma modificação da forma do Estado no âmbito da periodização em estágios, a não ser caso ocorra de forma concomitante a modificações dos fatores que constituem a configuração do bloco no poder.

As outras duas designações de classe apontadas por Poulantzas (2019), as classes reinantes, que representam uma classe que governa, mas que não necessariamente é a classe dirigente, e as classes detentoras do Estado, são discutidas junto às ideias de periodização de uma formação social em estágios, e de cena política, em que ambas recobrem o nível do político.

Conforme já mencionado, a periodização de uma formação em estágios é medida pela relação temporal de cada nível (econômico, político e ideológico), e se distingue da relação temporal específica do nível político porque a temporalidade desse nível depende das suas estruturas específicas em uma determinada formação social. A partir de Marx, Poulantzas (2019) faz uma divisão em duas as periodizações. A primeira periodização demarca os limites de um estágio, fixados em um nível de estruturas e práticas, sendo recoberta pelos conceitos forma de Estado e, no campo das práticas políticas das classes dominantes, bloco no poder. Neste caso da primeira periodização, o exemplo apontado é o da França considerando três períodos: fevereiro a maio de 1848; de maio de 1848 a maio de 1849, abrangendo a constituição da república e a Assembleia Nacional Constituinte; de maio de 1849 até o início de dezembro de 1851, o período da República Constitucional e da Assembleia Nacional Legislativa. A segunda periodização delimita o ritmo do nível político circunscrito a um estágio, sendo recoberta pelo conceito forma de regime, em que as transformações não são diretamente relacionadas às modificações na relação entre os níveis do político e do econômico, mas às estruturas próprias do Estado capitalista, tais como a representatividade partidária²¹, o sufrágio, e às transformações da forma de Estado. De maneira semelhante, os exemplos que ilustram a segunda periodização se referem a três sub-períodos do contexto da República Constitucional francesa de meados do século XIX: do final de maio de 1849 até o começo de junho, em que decorre a luta entre a democracia e a burguesia, que resulta na derrota do partido pequeno burguês, denominado por partido democrata; de meados de junho de 1849 até o final de maio de 1850, em que se instaura a ditadura parlamentar da burguesia” e a supressão do sufrágio; do final de maio de 1850 até o início de dezembro de 1851, diante do conflito entre a burguesia e Luís Bonaparte, que resulta na derrubada da República Constitucional Parlamentar.

A relação entre as duas periodizações anteriormente mencionadas, e que recobrem a prática política e a cena política, não devem se distinguir em termos cronológicos, como se, por exemplo, a periodização da prática política fosse de longa duração e a da cena política de curta duração, mas deve considerar a diferença do próprio âmbito de análise e do arcabouço teórico das duas periodizações. Ou seja, é possível que diante de um rompimento da aliança entre classes, persista o acordo partidário em que os entendimentos entre as classes rompidas no âmbito do campo da luta de classes se mantenham no âmbito da cena política mediante a relação entre partidos políticos. Da

²¹ Aqui se apresenta outro elemento muito importante para as discussões desse trabalho, e que se situam na dimensão político-partidária.

mesma maneira, uma forma de regime político “por exemplo, o bipartidarismo na Grã-Bretanha, pode ter uma duração efetiva mais longa do que uma forma de Estado (Poulantzas, 2019, p. 257).

Isso posto, Poulantzas (2019) segue desenvolvendo o conceito de bloco no poder associando-o a representação político-partidária das classes sociais, que é um dos elementos que fazem parte da mencionada segunda periodização à medida que recobre o campo das práticas das classes dominantes no âmbito da cena política. Nesse sentido, segue tendo como base os escritos políticos de Marx, e aponta que o conceito de cena política diz respeito ao espaço particular do nível das práticas políticas de classe nas formações capitalistas, e isso a partir da ação e da luta das forças sociais organizadas por meio da representação em partidos políticos. Ressalta ainda que é na cena política onde se encontram as defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas de classe, em contraposição a representação partidária por meio dos partidos políticos na cena política, e que dessa forma, é o espaço em que se situa a problemática da representação política.

Em vista disso, a entrada e a saída de uma classe ou fração na cena política depende da conjuntura, que é o elemento que determina tanto a organização do poder entre a cena política e o sufrágio, ou seja, as relações entre classes e frações com os partidos políticos, quanto a estrutura do sufrágio, que é a institucionalidade que permite a precipitação das classes e frações na cena política. Por isso, a conjuntura também é um dos fatores de organização das classes e frações em partidos políticos.

A problemática da cena política, ou da representação política, está associada à sua relação com o espaço das práticas políticas. Conforme a existência de uma classe distinta, ou fração autônoma, enquanto força social, supõe que a sua presença se dê no nível político por efeitos pertinentes, há diferenças nessa presença no nível das práticas políticas, que se refere a ação aberta, e na cena política. Essa diferença é explicada pelo fato que na cena política, a presença de uma classe distinta, ou fração autônoma, pressupõe a organização de poder de uma classe em um partido político, ou seja, não necessariamente da mesma maneira que a sua prática política.

Todavia, ressalta-se que é a delimitação da cena política que permite estabelecer relações entre as formas de regime e o campo da ação político-partidária. O principal fator de determinação de uma forma de regime, da mesma maneira que as relações entre formas de Estado e o bloco no poder, é a sua relação com a ação concreta dos partidos no campo da cena política. Dessa maneira, as formas de regime, observadas pela periodização das estruturas políticas, se relacionam com uma determinada configuração concreta das relações entre os partidos das classes dominantes na cena política, ou seja, com uma determinada periodização da luta política de classes.

É dessa constatação que Poulantzas (2019) aponta para a utilidade do conceito de bloco no poder no âmbito da discussão das classes dominantes e da ação dos partidos políticos representativos dessas classes na cena política. O bloco no poder em um determinado estágio de uma formação social estabelece os limites das relações partidárias, e esses limites delimitam o ritmo e os limites desse estágio, assim como do bloco no poder, no âmbito da cena política. Sendo assim, determinadas relações partidárias vão corresponder a uma forma de regime que se situa dentro dos limites estabelecidos pela forma de Estado, que por sua vez corresponde a um determinado bloco no poder.

Portanto, o bloco no poder e as relações que este determina entre as classes e frações dominantes, atuam na localização e na decifração do significado real de classe nas relações partidárias no interior de um estágio, junto com as defasagens e as relações políticas de classe.

Contudo, são feitas ressalvas ao se considerar apenas o campo da cena política com o objetivo de se descobrir as relações de classe enquanto relações partidárias. Esse tipo de análise pode incorrer em equívocos pelo desconhecimento das defasagens entre os níveis de determinação de classe e das frações ao se considerar uma conjuntura concreta. Como exemplo desse possível equívoco, indica-se uma situação em que uma classe ou fração pode desaparecer da cena política devido à uma derrota eleitoral do partido representativo dessa classe ou fração, pela desintegração desse partido (que ocorre no campo da cena política), ou pela exclusão desse partido das relações partidárias com outros partidos das classes dominantes, mas continuar sendo partícipe do bloco no poder. E isso pelo fato que esses fatores, que levam a uma ausência de uma classe ou fração na cena política, não necessariamente repercutem em exclusão dessa classe no bloco no poder. Ou seja, considerando a periodização da cena política, uma classe ou fração pode estar ausente em inúmeros casos, mas permanecendo presente na periodização do bloco no poder, tal como apontado por Poulantzas (2019), a respeito da burguesia industrial no período de Luís Felipe na França.

Diante disso, e retomando a questão das classes reinantes e das classes detentoras do Estado, cabe afirmar que os partidos representativos das classes reinantes estão presentes nos lugares dominantes da cena política, e as classes detentoras correspondem as classes em que se recruta o pessoal político, burocrático e militar que ocupa as “cúpulas” do Estado. Nesse sentido, o exemplo dado por Poulantzas (2019) é o dos “*Whigs*” na Grã-Bretanha, que eram os representantes aristocratas, na cena política, da burguesia comercial e industrial, mas que ajudaram nas concessões que se mostraram inevitáveis no processo de desenvolvimento social e político nesse país, defendendo interesses e princípios que não são em rigor os seus, mas lhe são impostos pela evolução da burguesia como classe dominante. Também cabe mencionar que existem distinções entre as classes

e frações que são politicamente dominantes e integrantes do bloco no poder em comparação tanto as denominadas classes reinantes, quanto as classes detentoras do aparelho do Estado.

No que se trata da diferença em relação as classes reinantes, sendo representada pelos partidos políticos que ocupam os espaços dominantes da cena política, deve-se levar em consideração a existência de defasagens entre a classe ou fração política dominante que é hegemônica, e a classe ou fração política que governa, sendo essa última considerada como a classe reinante, tal como a burguesia no final do período de Bismarck na Alemanha. E isso tendo em vista o lugar de uma classe ou fração no campo das práticas políticas, e no campo da cena política. As mencionadas defasagens do lugar de uma classe ou fração no campo das práticas políticas e no campo da cena política, são observadas junto à uma série de transformações que ocorrem no âmbito da representação partidária, tais como a composição dos partidos, as suas relações políticas, e o seu conteúdo representativo. Os interesses políticos de uma classe ou fração que é representada pelos partidos de outras classes ou frações reinantes só podem ser descobertos a partir da elucidação das referidas defasagens entre a prática política e a cena política, em que o papel ideológico é fundamental nesse processo.

Em vista disso, entende-se que os deslocamentos que ocorrem no campo das práticas políticas não coincidem com os deslocamentos que se processam no campo da cena política. Em outras palavras, os deslocamentos do índice de hegemonia de uma classe ou fração para outra classe ou fração no âmbito do bloco no poder não coincide com os deslocamentos da representação partidária na cena política. Logo, se evidencia a possibilidade de uma classe ou fração hegemônica do bloco no poder estar ausente da cena política.

No que concerne a diferenciação entre a classe ou fração hegemônica, e a classe ou fração detentora do aparelho de Estado, essa última, ora se distingue, ora se identifica com a classe ou fração hegemônica, e isso de acordo com cada conjuntura concreta. Também é possível de ocorrer de a classe, ou fração, hegemônica ser também ao mesmo tempo a classe reinante e a classe detentora, do mesmo modo que a classe, ou fração, reinante, pode ser a classe detentora, mas sem ser hegemônica, e tampouco participe do bloco no poder. Neste caso, o exemplo apontado por Poulantzas (2019) é o da aristocracia fundiária britânica, que no contexto do século XIX ocupava a cena política sendo classe reinante por meio da sua representação partidária pelo partido “*Tories*” e fornecia pessoal para ocupar as posições burocráticas e militares pelo partido “*Whigs*”. Todavia, mesmo sendo duas frações da aristocracia, era a burguesia que detinha a posição hegemônica no âmbito do bloco no poder.

Assim, essas possíveis combinações são complexas e podem representar até mesmo uma descentralização das três posições, ocupadas por uma classe ou fração diferente. O outro exemplo apontado por Poulantzas (2019) sobre essa situação diz respeito ao caso da França na III República, antes da 1ª Guerra Mundial, em que a fração financeira da burguesia era hegemônica no âmbito do bloco no poder, e dividia o lugar de classe detentora com a fração industrial da burguesia, enquanto a pequena burguesia e a média burguesia eram as frações que ocupavam a posição de classe reinante. De maneira semelhante, uma classe que é aliada ao bloco no poder pode ser, por um determinado período, a classe reinante, em que se observa a defasagem entre a classe, ou fração, em relação a sua representação partidária. Um exemplo dessa situação seria o caso de auxílio por parte da classe ou fração reinante, ou detentora, em direção à classe ou fração hegemônica, ou à outra classe, ou fração, que fosse partícipe do bloco no poder.

Em síntese, de acordo com Poulantzas (2019), o importante para essas análises é não reduzir as relações de classe às relações de partidos políticos, e vice-versa, na medida em que o fundamental é demonstrar quais são os limites das práticas políticas e da cena política, assim como quais são os conceitos que são aplicáveis nas relações dos elementos pertinentes nesses dois âmbitos. Nesse sentido, o conceito de bloco no poder, que tem por objeto o terreno das práticas políticas a partir da ideia de hegemonia, serve para elucidar as relações das classes dominantes com as relações dos partidos, e seus efeitos na cena política, uma vez que essas relações são ocultadas pelas inúmeras variáveis inerentes as relações partidárias. Em relação aos conceitos específicos que abrangem os referidos terrenos da prática e da cena política, no caso da classe ou fração reinante, recobre o papel da classe ou fração hegemônica na cena política, e no caso do bloco no poder, recobre as relações dos partidos das classes e frações partícipes do bloco no poder, e que atuam no âmbito da cena política. Por fim, em relação a referida ideia de aliança em termos da prática política e da cena política, é necessário ter precisão se a questão se refere a uma aliança de classes ou frações, em que o termo aliança é apropriado, ou uma aliança de partidos políticos, em que se torna possível utilizar o termo acordo nas relações entre partidos políticos.

Isso posto, as relações entre as classes e frações dominantes, que são determinadas pelo bloco no poder, atuam na localização e na significação de classe, ou fração, no âmbito das relações partidárias, embora consequentemente apontando para a defasagem existente entre essas relações e as relações políticas de classe, e correspondendo a defasagem entre o lugar de uma classe ou fração na cena política, e na prática política. Essa defasagem se associa às transformações que ocorrem no âmbito da representação partidária, ou seja, na composição, nas relações, e no conteúdo que as

representa. Os interesses políticos da classe ou fração hegemônica podem ser representados pelos partidos de outras classes ou frações reinantes, e que só podem ser descobertos levando-se em consideração as defasagens existentes, isto é, pela distinção entre essas classes ou frações, se são hegemônicas ou reinantes, ou se exercem as duas funções.

A defasagem entre a cena política e a prática política pode ser observada em todas as relações dos elementos que são inerentes a ambas como por exemplo²²:

[...] o bloco no poder pode dar lugar, na cena política, a um bloco de partidos, a uma aliança de partidos, ou mesmo ainda a uma luta aberta e declarada dos partidos. Basta mencionar o caso muito frequente de um partido da oposição parlamentar – durante uma etapa da periodização da cena política –, que representa de fato uma classe ou fração do bloco no poder – do estágio de uma formação no qual se situa essa etapa. **Inversamente, um acordo partidário pode ocultar uma luta intensa no campo das práticas políticas, e basta mencionar o caso frequente de certos acordos exclusivamente eleitorais** (POULANTZAS, 2019, p. 257, grifos do autor).

Outra discussão que diz respeito ao bloco no poder se relaciona ao seu entendimento enquanto expressão da referida unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide de uma classe ou fração hegemônica. Trata-se da autonomia relativa do Estado capitalista em termos do campo geral da luta de classes, e da função política específica desse Estado no âmbito das relações das classes e frações dominantes no interior de uma formação social capitalista. Sob esse aspecto, cabe compreender qual é o efeito da mencionada coexistência das várias classes e frações que constituem o bloco no poder, no terreno da dominação política.

Essa abordagem se apresenta em Poulantzas (2019) na forma de uma crítica à ideia de “elites políticas” que, de acordo com o referido autor, corresponde a negação de uma classe dominante tendo em vista o entendimento de “poder compartilhado” por essas elites, e a ideia de que a burguesia seria uma classe coerente e monolítica. A contraposição à ideia de elites políticas, ou do compartilhamento do poder por essas elites, tem como ponto de partida a constatação da incapacidade da classe burguesa, e de suas frações, de instituir uma unidade política, isto é, de se elevar ao nível hegemônico com base em seus próprios partidos políticos no âmbito da cena política²³. Supostamente, essa incapacidade também se expressa na inépcia dessa classe, e de suas

²² Essa é outra questão importante para a análise do caso brasileiro no período histórico recente.

²³ Tanto a discussão sobre a defasagem entre a cena política e a prática política que foi colocada anteriormente, quanto o que foi colocado sobre a incapacidade burguesa de se elevar ao nível hegemônico com base em seus próprios partidos políticos no âmbito da cena política são elementos importantes que aparecem na discussão sobre o caso brasileiro.

frações, em transformar, pelos seus próprios meios de organização, um interesse que lhe seja específico, em interesse político.

Essa dificuldade de conformação da unidade das classes e frações do bloco no poder decorre do próprio entendimento acerca do acentuado fracionamento antagônico que é característico da classe burguesa, e expresso desde as relações de produção, e do efeito isolamento que não é compensado nas relações sociais econômicas na classe burguesa. O exemplo dado por Poulantzas é de uma citação de O 18 de Brumário de Luís Bonaparte: “Essa burguesia, que, a cada instante, sacrificava seu próprio interesse geral de classe, seu interesse político, a seus interesses particulares mais limitados, mais sujos”. (MARX, “s.d.”²⁴, p. 327 apud POULANTZAS, 2019, p. 307). É sob essas considerações que se entende que as relações entre as frações da burguesia, no âmbito da dominação política, se esgotam em fricções e contradições que as tornam incapazes de governar politicamente, a partir da ideia de unidade política.

Embora sejam contradições secundárias²⁵, essas contradições entre as frações no seio da classe burguesa, repercutem em uma situação de constante instabilidade no âmbito da dominação no nível político. Por isso é importante analisar as relações que intervêm entre os principais grupos das classes neste nível, e as forças auxiliares que são designadas e submetidas à influência das frações hegemônicas.

De acordo com Poulantzas (2019), nessa discussão sobre a unidade política no bloco no poder, o papel do Estado é o de organizar essa unidade a partir da posição hegemônica de uma classe ou fração, e de forma com que os interesses específicos dessa classe ou fração hegemônica polarize com os interesses específicos das demais classes e frações que fazem parte do bloco no poder. Todavia, esse papel do Estado de arbitrar essa relação marcada pela polarização de interesses, ocorre apenas em caso de sobressalência da incapacidade dos partidos políticos representativos da classe burguesa, e de suas frações, em desempenhar o papel organizacional da unidade e da hegemonia de maneira autônoma, o que em regra ocorre²⁶. Dessa forma, o Estado assume a função de organizar politicamente o bloco no poder, e até mesmo de forma permanente, sendo seu papel essencial ser o fator de unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica, organizando os interesses dessa classe ou fração, mas também considerando as classes e frações não hegemônicas.

²⁴ A referência é a obra “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” de Marx, mas encontra-se sem data na menção feita por Poulantzas (2019).

²⁵ A contradição principal seria entre a classe trabalhadora e a classe burguesa.

²⁶ Aponta Poulantzas (2019, p. 309; 316) que essa seria uma diferença em relação aos partidos socialistas-comunistas.

Diante disso, a classe burguesa, e suas frações, são representadas diante do Estado por meio da atuação de frações parlamentares, que funcionam como correias de transmissão do poder de Estado. De maneira específica, o Estado ascende à uma maior autonomia ao assumir o referido papel de organizador da unidade do bloco no poder, especialmente quando os partidos da classe, e das frações burguesas, estão em declínio, e mesmo que esse declínio não signifique uma desorganização política do bloco no poder, já que o Estado assume esse papel²⁷. Portanto, a característica do Estado capitalista em relação às classes e frações dominantes é a de apresentar uma unidade própria e de maneira conjugada à sua autonomia política, sendo o fator de unidade do bloco no poder.

Consequentemente, aponta Poulantzas (2019), sob a ótica do bloco no poder, e diferente da perspectiva das elites políticas, não se trata de forças sociais que partilham entre si o poder institucionalizado, mas sim de classes e frações dominantes que, se situando no âmbito da dominação política, só podem assegurar essa dominação estando politicamente unificadas. A referida unidade própria do Estado resulta da manifestada pluralidade das classes e frações dominantes, em que a relação entre essas classes e frações não se orienta por uma forma de partilha do poder, mas sim a partir da necessária atuação do Estado enquanto fator organizacional da unidade política dessas classes e frações, e isso sob a égide de uma classe ou fração que é hegemônica. Ou seja, a unidade política das classes e frações corresponde a unidade do poder do Estado enquanto fator de organização dessa unidade política, e essa unidade do poder do Estado é entendida na sua relação particular com a classe ou fração hegemônica, de maneira correspondente à relação entre esse Estado, e os interesses específicos dessa classe ou fração. O exemplo dado por Poulantzas (2019) sobre essa situação tem como base Marx e remonta ao período entre 1848 e 1852 na França em que se pôde observar a relação entre o Estado e o bloco no poder a partir do funcionamento unitário do poder institucional em proveito da classe ou fração hegemônica nesse contexto.

No âmbito da análise feita por Poulantzas (2019), essas observações se colocam também em termos da dupla crítica às concepções do Estado capitalista enquanto representante do conjunto da classe burguesa e, na fase do capitalismo monopolista, da fração monopolista. O entendimento é o de que esse Estado é representante dos interesses do bloco no poder em seu conjunto, e sempre funcionou sob uma relação com a classe ou fração hegemônica do bloco no poder, estando a serviço dos

²⁷ Esse seria o caso, segundo Poulantzas (2019, p. 316) de uma autonomia do Estado com predomínio do poder executivo, e isso somado ao declínio dos partidos e a substituição desses por grupos de pressão.

interesses específicos dessa classe ou fração, e sem impedir a dominação política das outras classes ou frações que sejam partícipes do bloco no poder.

Isso posto, a mencionada autonomia relativa do Estado capitalista é determinada por essa função do bloco no poder e da classe, ou fração, hegemônica, e pode se manifestar de diversas formas, e o Estado capitalista pode então ser compreendido como um fiador político dos interesses das diversas classes e frações partícipes do bloco no poder diante dos interesses específicos das classes e frações hegemônicas desse bloco no poder, e que direciona umas contra as outras. A própria função de organizador político da classe ou fração hegemônica expressa os sacrifícios necessários à classe ou fração hegemônica na materialização dessa hegemonia.

Esse entendimento alcança uma terceira crítica de Poulantzas (2019) acerca da concepção do Estado capitalista, conforme vista em outra obra de Marx e Engels, “O Manifesto Comunista”. Considera-se que a concepção esboçada nessa obra é insuficiente devido ao entendimento do referido Estado enquanto comitê de gestão dos interesses da burguesia, e que por essa visão perde-se de vista o papel complexo do Estado no bloco no poder, bem como da sua relação particular com a classe ou fração hegemônica.

O exemplo apontado por Poulantzas (2019, p. 310–311), a partir de Marx, em termos da autonomia relativa do Estado é o caso do Bonapartismo na França. O primeiro autor observa que a gestação desse caso histórico concreto é resultante das contradições entre as classes e frações que ocupavam a posição de poder, mediante a incapacidade de uma dessas classes e frações de se constituir enquanto hegemônica, e assim empreender a unificação do bloco no poder sob a sua égide. Diante disso, considera que o Segundo Império francês corresponde

“a dissolução do bloco no poder sob a égide do capital financeiro [...] no momento em que essa fração rompe com seu partido político, com os “políticos que a representavam”, e se torna “bonapartista” [...] O Estado do Segundo Império é assim relativamente autônomo em relação ao bloco no poder, e a essa fração financeira, embora sirva aos interesses da burguesia em seu conjunto e, mais particularmente [...] aos interesses do capital financeiro (POULANTZAS, 2019, p. 310-311).

Em síntese, de forma crítica a ideia de equilíbrio, o entendimento de Poulantzas (2019) sobre a referida autonomia relativa do Estado capitalista pode ser visto da seguinte forma:

[...] no tocante ao bloco no poder e à classe ou fração hegemônica não se deve a um equilíbrio de força das classes e frações dominantes, entre as quais o poder institucionalizado operaria como árbitro. Com efeito, regra geral, a classe ou fração hegemônica, cujo organizador político o Estado constitui, detém precisamente a preponderância entre as outras forças do bloco no poder; essa posição privilegiada que ela ocupa não impede, no entanto, a autonomia relativa do Estado a seu respeito [...] a unidade e a autonomia relativa do Estado se revestem nas diversas formas concretas de Estado e de regime, de formas particulares, ou mesmo de graus diferenciados (POULANTZAS, 2019, p. 311).

Por fim, e de maneira a encerrar a discussão sobre o bloco no poder, a última observação que deve ser feita, e que consta em Poulantzas (2019), diz respeito a ideia de separação dos poderes, com ênfase nos poderes executivo e legislativo, e partindo do entendimento acerca da relação entre a unidade própria do Estado capitalista e as instituições desse Estado.

Para o referido autor, o Estado capitalista é entendido enquanto uma unidade centralizada²⁸ que se organiza a partir da dominância de um dos referidos poderes, sendo esses poderes entendidos para além do âmbito formal, enquanto refletores das relações das forças políticas com as diferenças existentes no âmbito do funcionamento das instituições do Estado. A mencionada dominância de um dos poderes se caracteriza pelo fato de ser a instância principal da unidade do Estado, constituindo o lugar, seja o poder executivo ou o poder legislativo, onde se concentra o poder institucionalizado e unitário desse Estado, refletindo as relações internas de subordinação dos demais poderes do Estado ao poder dominante, e constituindo o denominado “princípio da unidade do poder do Estado” (POULANTZAS, 2019, p. 312).

Essa unidade do Estado capitalista enquanto lugar central de poder institucionalizado, representa os dois princípios da unidade do poder do Estado que são as unidades políticas do Estado nação e do bloco no poder, sob a égide da classe ou fração hegemônica, que se relacionam na instância principal desse Estado, que é o local em que se evidencia a legitimidade do poder político institucionalizado. Nesse sentido, e derivada dos dois princípios da unidade do poder do Estado e do local da relação entre esses princípios, é possível visualizar as duas instâncias que se referem a relação entre o Estado e as relações sociais econômicas isoladas, que se expressam nas instituições do Estado e nas relações entre o Estado e as classes dominadas, e que refletem a soberania popular, e a relação do Estado com as classes e frações dominantes, tal qual se manifesta no interior do Estado enquanto unidade do bloco no poder, e sempre tendo em vista a égide de uma classe ou fração que assume a função de ser hegemônica.

²⁸ Mais uma vez Poulantzas (2019, p. 312) ressalta que não se trata de partilha, multicentralidade, ou equilíbrio de poder.

Em vista disso, esse lugar central do poder institucional é o mesmo nas duas relações do Estado, seja com as relações sociais econômicas isoladas, ou com as classes e frações dominantes. E isso na medida em que é nesse lugar institucional, e por intermédio do Estado, que a classe ou fração hegemônica se organiza como representativa de um interesse geral de uma população, em que a soberania popular se materializa, nessa classe ou fração hegemônica, e torna os interesses específicos dessa classe ou fração nos interesses do bloco no poder. A instância da unidade interna do Estado capitalista concentra a relação dos dois princípios de unidade do poder institucional e representa o lugar onde se forma, por intermédio do Estado, a organização política da classe ou fração hegemônica em termos da sociedade e do bloco no poder.

Tendo em vista a relação entre o Estado capitalista e o bloco no poder, a distinção entre os dois poderes a qual Poulantzas (2019) dá ênfase, o legislativo e o executivo, abrange uma série de fatores que se institucionalizam como relações entre os poderes, ou pela separação desses. Essa situação decorre das próprias relações complexas que são características das classes e frações partícipes do bloco no poder, tal qual a influência que essas exercem sobre esses poderes, e considerando a presença, e as relações complexas, de várias classes e frações de classe no terreno da dominação política, o que fundamenta a ideia do bloco no poder. Portanto, “a distinção dos poderes é, nesse sentido, uma característica de um Estado que funciona diante de um bloco no poder” (POULANTZAS, 2019, p. 313).

Poulantzas (2019) indica quatro períodos da história francesa para ilustrar essa situação. Inicialmente aponta que no período pós-revolução, a separação do poder executivo e do poder legislativo expressou o conflito entre a nobreza e a burguesia, respectivos controladores dos mencionados poderes, em que a distribuição do poder foi feita em benefício do poder executivo, conseqüentemente, da nobreza. Em seguida, durante a convenção, o poder executivo foi representado pela fração comercial da burguesia, e o legislativo pela fração industrial e financeira também da burguesia, em que a fração financeira e o poder legislativo assumem o papel dominante. Segue o autor, agora com base nas análises de Marx em “O 18 de Brumário” e “Lutas de classe na França”, apontando que as relações entre os poderes executivo e legislativo no contexto anterior ao golpe de Luís Bonaparte, eram refletidas entre a fração financeira, mediante o poder executivo, e a fração industrial, por meio do poder legislativo, ressaltando que mesmo as medidas tomadas por Bonaparte a favor da burguesia industrial, não expressavam uma não hegemonia da fração financeira, pois essa inclusive se interessou pelo processo de industrialização que foi executado. Por fim, na terceira república, a burguesia financeira e os grandes proprietários de terra visaram instituir

uma primazia do poder executivo sobre o poder legislativo devido a fraca base governamental no parlamento, e pelo próprio predomínio do poder executivo até então, mas que durante esse período essas duas frações estabeleceram seu controle sobre o parlamento, especialmente a fração financeira, e o senado, principalmente os grandes proprietários de terra, permanecendo o poder legislativo enquanto poder representativo da instância central do Estado.

Nesse sentido a questão que se coloca são as duas situações que podem ocorrer, isto é, o executivo e o legislativo serem controlados pela mesma classe ou fração hegemônica, ou se refletirem classes ou frações diferentes do bloco no poder. Se essa influência é exercida por classes e frações diferentes para cada poder, ela se materializa em lugares institucionais diferentes, não havendo nem uma real separação dos poderes e, tampouco, uma partilha efetiva do poder político em benefício dessas classes. De maneira específica, nesse caso, a unidade do poder institucional do Estado é mantida concentrada em torno do lugar dominante que reflete a classe ou fração hegemônica, e os outros poderes funcionam como uma espécie de resistência ao poder dominante em que, inseridos na função unitária do Estado, contribuem para a organização da hegemonia da classe, ou fração, que se manifesta como força política no poder dominante. Todavia, sendo ambos os poderes controlados pela mesma classe ou fração hegemônica, a distinção dos poderes é inexistente.

2.3 A burguesia interna

Uma vez realizados os apontamentos acerca dos elementos que perpassam as ideias de frações de classe, especialmente da classe burguesa, e de bloco no poder, de maneira a finalizar a apresentação dos três termos que são encontrados em Poulantzas (2019; 1978) e que constituem a base da argumentação das interpretações poulantzianas do Brasil recente que são o objeto de análise desse trabalho, cabe então demonstrar de que forma o conceito de burguesia interna é elaborado pelo referido autor. A referência apresentada pelos intérpretes do Brasil recente sobre o conceito de burguesia interna é encontrada em “As classes sociais no capitalismo hoje” (POULANTZAS, 1978), livro composto por três escritos²⁹, e que o referido conceito se situa na segunda parte do primeiro escrito da obra, intitulados respectivamente “O Estado Nacional” e “A internacionalização das relações capitalistas e o Estado-Nação”.

²⁹ Além do já mencionado primeiro escrito, o segundo é intitulado “As burguesias: suas contradições e suas relações com o Estado”, em que se tem por enfoque uma análise sobre capital monopolista e capital não monopolista e suas relações com o Estado (sendo este de mesmo entendimento em relação à Poder Político e Classes Sociais), e por fim o terceiro que é intitulado “A pequena-burguesia tradicional e a nova pequena burguesia”.

Cabe ressaltar inicialmente que os três escritos do livro trazem entendimentos sobre frações, e a relação entre o Estado e a classe ou fração hegemônica, que foram extraídos e são complementares ao que foi mencionado a partir de “Poder Político e Classes Sociais”. Além disso, esses se referem “sobretudo ao inimigo e aos aliados potenciais da classe operária” (POULANTZAS, 1978, p. 7), e se baseiam em duas questões fundamentais colocadas pelo supracitado autor, que são: 1) os efeitos da denominada internacionalização do capital, especialmente da expansão do capital norte-americano, na fase do capitalismo monopolista-imperialista; 2) compreender esses efeitos nas formações sociais das metrópoles imperialistas europeias, especialmente na França.

Em vista disso, e tendo por foco o conceito de burguesia interna, a primeira questão se refere ao entendimento das novas relações entre as formações sociais imperialistas (Estados Unidos, países europeus, e Japão) e seus efeitos sobre os aparelhos de Estado, repercutindo em uma suposta dicotomia entre Estados Nacionais e “Super-Estados” (Estados Nacionais sobrepostos), e também quais são as relações e as funções desses Estados diante do processo de “internacionalização do capital” e das “firmas multinacionais”. A segunda questão é ainda mais relevante para o desenvolvimento desse trabalho pois a análise feita pelo referido autor a partir do conceito de burguesia interna, que é utilizada pelos intérpretes poulantzianos acerca da dinâmica econômica, política, e social do Brasil recente, especialmente a partir da primeira década do século XXI, carece de qualquer forma de mediação em termos das particularidades das formações sociais das metrópoles imperialistas em comparação a uma formação social como a brasileira.

De forma a não cometer nenhuma omissão, ou injustiça, na análise, cabe destacar que em apenas dois momentos do texto são feitas ressalvas e considerações acerca do entendimento sobre a burguesia interna na análise de países não imperialistas, e nem metrópoles, ou nos termos do autor, países dominados e dependentes, como é o caso do Brasil. Primeiro, antes da introdução do livro, Poulantzas (1978) faz uma advertência ao mencionar que os textos que constituem a obra são direcionados às metrópoles imperialistas e as formações europeias por constituírem um campo específico, e posteriormente faz uma breve menção, com ressalvas, aos países dominados e dependentes ao dizer:

As análises concernentes à fase atual do imperialismo e que tratam também de problemas mais gerais referem-se certamente aos países dominados e dependentes. Mas, o objetivo principal do texto sendo as formações imperialistas, e em particular as formações europeias, o material empírico refere-se essencialmente a tais formações. Neste caso, a França recebe aqui um tratamento privilegiado [...] é simplesmente, porque é aqui que se situa minha experiência pessoal [...] é também evidente que as

análises que faço referem-se, em certas particularidades, ao conjunto destas formações e, sob certos aspectos, ao conjunto da corrente imperialista (POULANTZAS, 1978, p. 9, grifos do autor).

O outro momento em que é feita uma menção aos referidos países dominados e dependentes, se situa no primeiro escrito, na parte em que o referido autor está tratando do conceito de burguesia interna, ao mencionar que essa burguesia:

[...] não se trata de uma simples burguesia compradora: ela possui um fundamento econômico e uma base de acumulação próprios ao mesmo tempo no interior de sua formação social, não afetando a dominação do capital americano nas economias das outras metrópoles da mesma forma que aquelas das formações periféricas e no exterior. Mesmo no nível político-ideológico, ela continua a apresentar especialidades próprias, **prendendo-se tanto à sua situação presente e ao seu passado de capital imperialista “autocentrado”, o que a distingue das burguesias das formações periféricas. Mas pela “industrialização periférica”, núcleos de burguesia interior podem igualmente aparecer nas formações periféricas:** se essas burguesias não constituem de modo algum as burguesias nacionais das fases precedentes ao imperialismo, elas não se reduzem forçosamente ao que G. Frank designa como Lumpen-burguesias (POULANTZAS, 1978, p. 78, grifos do autor)

Ressalta-se por fim que na segunda parte do primeiro escrito, na seção intitulada “O Estado nacional”, em que se discute a questão da burguesia interna, em comparação a menção às formações periféricas que foi citada anteriormente, são feitas ao menos outras 13 menções às metrópoles imperialistas.

Seguindo adiante para além dessas observações iniciais, cabe então apresentar de que forma o autor concebe o supracitado conceito de burguesia interna. Conforme mencionado anteriormente, o pano de fundo da análise são as questões referentes ao Estado nacional nas metrópoles imperialistas europeias diante do avanço do capital norte-americano e das firmas multinacionais, e conseqüentemente a própria questão do Estado e das “burguesias nacionais”. O intuito de Poulantzas (1978) é discutir os limites e as possibilidades dos Estado nacionais e das burguesias dos países europeus em face do movimento do supracitado capital e das firmas multinacionais, assim como levantar discussões acerca do grau, e da forma de perda dessas possibilidades, considerando que as instituições e os aparelhos de Estado não possuem poder próprio, e sim expressam os poderes de classes e frações, especialmente da classe ou fração dominante.

De forma complementar, o referido autor também tem por motivação o estabelecimento de uma crítica as concepções do que denomina “superimperialismo” e as ideias do Partido Comunista Francês sobre o tema. Nesse sentido, aponta que a primeira concepção tem o entendimento de que

as burguesias das metrópoles imperialistas não podem mais adotar posições de classe que as levem a fazer parte do povo, e que dessa forma só existiriam as burguesias compradoras, que são simples intermediárias entre a economia nacional e o capital estrangeiro. Por outro lado, aponta que a segunda concepção tem como ponto de partida as contradições de interesses econômicos entre a burguesia nacional e o capital imperialista estrangeiro, no sentido que a burguesia nacional deixou de existir, tendo em vista as camadas industriais com bases de acumulação própria no interior e no exterior de uma formação social. Logo, além de levar em consideração as mencionadas relações entre as burguesias europeias e o capital norte-americano, é também de maneira crítica à essas análises, e as definições e distinções de burguesia nacional e compradora, que o autor aponta para o desenvolvimento do conceito de burguesia interna.

Em relação a burguesia nacional, Poulantzas (1978) aponta que essa fração da burguesia se distingue da burguesia compradora tendo em vista sua caracterização por critérios econômicos, políticos e ideológicos. Nessa perspectiva, não se trata apenas do capital autóctone que se distingue do capital imperialista estrangeiro por critérios econômicos, devido ao fato que é possível a existência de setores da burguesia, industrial ou comercial, que sejam enfeudados no capital estrangeiro³⁰. A caracterização dessa fração da burguesia também não deve se restringir apenas a elementos setoriais, tais como as frações do capital industrial ou do capital comercial, pois o referido autor leva em consideração a característica de interpenetração entre os capitais na fase do capitalismo em que a análise é feita. Por fim, a caracterização dessa fração da burguesia não deve se restringir a distinção entre o capital monopolista, o grande capital, o capital não monopolista, e o médio capital, pelo fato que é possível existir grandes monopólios que atuem como burguesia nacional.

Em síntese, a burguesia nacional é definida como “A fração autóctone da burguesia que, a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria” (POULANTZAS, 1978, p. 76). Esse lugar relativamente autônomo não se reduz a posição de classe, e mesmo que tenha efeitos sobre essa posição, não impede que essa fração da burguesia seja suscetível de adotar posições de classe e de formar alianças com as massas populares em conjunturas de luta anti-imperialista e de libertação nacional.

³⁰ O exemplo dado pelo autor é o de burguesias latifundiárias exportadoras na América Latina em que, todavia, apresentam a característica de burguesia nacional.

Em contrapartida, a burguesia compradora é outra fração da burguesia que é definida por Poulantzas (1978) de maneira prévia ao entendimento sobre a burguesia interna. Sobre essa fração, como o oposto da burguesia nacional tendo em vista a ausência de base própria de acumulação de capital e a atuação enquanto simples intermediária do capital imperialista estrangeiro “[...] e que é assim, do triplo ponto de vista econômico, político, e ideológico, internamente enfeudado no capital estrangeiro” (POULANTZAS, 1978, p. 76).

Em relação as duas frações da burguesia mencionadas anteriormente, o referido autor aponta que os supracitados entendimentos e caracterizações sobre as mesmas são insuficientes para a análise das burguesias das metrópoles imperialistas no período que faz a sua análise, denominada fase atual do imperialismo, ao se levar em consideração a expansão do capital americano nesse contexto. Portanto, argumenta que é por meio de um “conceito novo”, o de burguesia interna, que se torna possível analisar a situação concreta, pelo menos no que diz respeito às metrópoles imperialistas, nas suas relações com o capital americano.

Diante disso, e em razão da reprodução do capital americano nas formações das metrópoles imperialistas, a burguesia interna é imbricada por múltiplos elos de dependência aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob o domínio do capital americano. É uma fração da burguesia que coexiste e se diferencia da burguesia compradora, e que, além de não possuir as características estratégicas da burguesia nacional, tampouco é uma versão dessa burguesia, tendo em vista o fato de possuir fundamento econômico e base de acumulação própria no interior de sua formação social. Por isso, Poulantzas (1978) entende que o capital americano afeta as economias das metrópoles imperialistas de maneira distinta das formações periféricas³¹, devido ao fato que a burguesia interna tem as suas especificidades próprias no nível político-ideológico, e que se prende, no contexto de aumento da presença do capital americano, ao seu passado de capital imperialista “autocentrado”, culminando na sua diferenciação em relação as burguesias das formações periféricas.

Diante disso, é possível acrescentar, que as diferenças entre a burguesia interna e a burguesia compradora não se circunscrevem às distinções entre a grande capital monopolista e o capital não monopolista, entre o capital produtivo (industrial) e o capital bancário, e entre uma burguesia limitada ao mercado interno e uma burguesia com estratégia de exportação e alcance de mercados internacionais. Por exemplo, sobre as especificações de mercado, a fração da burguesia que tem sua

³¹ Embora não especifique essas diferenças, e tampouco de que forma ocorrem os mencionados efeitos no caso das formações periféricas

atuação concentrada no mercado interno pode ser representativa de setores que estejam inteiramente enfeudados no capital americano, e inclusive ser fundamental para esse mercado, do mesmo modo que uma fração da burguesia com estratégia de expansão internacional pode ser representada por firmas multinacionais de capital com origem nacional, mas que possuem autonomia em relação a contradições com o capital americano. Efetivamente, as diferenças entre essas duas frações da burguesia, interna e compradora, e que caracteriza a própria burguesia interna, atravessam uma direção que depende fundamentalmente da conjuntura em que “o conceito de burguesia interna remonta ao processo de internacionalização e não a uma burguesia “fechada” em um espaço nacional” (POULANTZAS, 1978, p. 80).

Isso posto, o entendimento é o de que a burguesia interna apresenta contradições em relação ao capital norte-americano, mas que não a leva a adotar posições de autonomia, ou independência, em relação a esse capital. Todavia, essas contradições provocam efeitos sobre os aparelhos de Estado nas formações das metrópoles imperialistas e nas suas relações com o próprio Estado norte-americano. Assim, no que se refere ao elemento central ao qual a discussão sobre a burguesia interna está inserida, e que diz respeito a questão dos Estados nacionais, Poulantzas (1978) aponta que a fundamentação da sua análise está no entendimento acerca das formas de aliança e das contradições existentes entre as burguesias das metrópoles imperialistas e o capital norte-americano. Essa colocação é qualificada mediante a defesa feita pelo autor de que a internacionalização do capital não suprime, e tampouco abala os Estados nacionais, seja em termos de uma suposta integração e domínio do capital nacional dessas metrópoles pelo capital norte-americano, ou no que se refere a uma suposta extinção do Estado, e a suposta assunção do que denomina um “superestado americano”, em que o capital norte-americano hipoteticamente dirige as outras burguesias imperialistas.

Dessa maneira, a questão que envolve a discussão sobre a burguesia interna se situa em termos de como esse processo de internacionalização do capital afeta a política e as formas institucionais dos Estados nacionais, mediante um sistema de interconexões que não se limita a pressões exteriores e mútuas entre Estados e capitais justapostos, e nem tende a constituir formas e instâncias representativas de instituições supranacionais, ou supraestatais. Poulantzas (1978) argumenta que esses Estados nacionais se encarregam dos interesses do capital imperialista dominante e em desenvolvimento em uma formação social específica, como, por exemplo, da complexa interiorização desse capital junto a burguesia local que é dominada, e conseqüentemente apoiam o

capital americano e o capital autóctone com medidas de subvenções, de dispensa fiscal, de política industrial, dentre outras que tratam da atuação do capital autóctone no exterior.

Logo, a despeito de toda a discussão acerca de um Estado supranacional, a reprodução internacional do capital sob a dominação do capital americano continua a se apoiar sobre os Estados nacionais, em que cada Estado tenta fixar, sobre este capital, um momento desse processo de reprodução. As contradições entre as burguesias internas das metrópoles imperialistas europeias e o capital americano são assumidas por cada Estado nacional ao conceder esses apoios, sendo que, no caso da burguesia interna, é direcionado ao setor econômico que é nacionalizado, mesmo que isso não signifique que este setor funcione enquanto burguesia nacional, tendo em vista que é parte do processo de internacionalização do capital.

Sob este entendimento, o Estado nacional a partir do seu referido papel de organizador da classe ou fração hegemônica, intervém em um campo interno que é atravessado pelas contradições imperialistas, e no qual as contradições entre as frações das classes dominantes em uma formação social estão internacionalizadas. Essa intervenção se dá em favor de grandes monopólios autóctones, de setores do capital médio, e de certas frações do capital europeu, sendo representadas frequentemente por intervenções indiretas em favor de certas frações do capital americano que as diversas frações do capital autóctone e do capital europeu são dependentes, e contra outras frações deste mesmo capital americano.

Todavia, essa questão dos apoios não se configura na contradição principal das classes dominantes imperialistas, isto é, entre o capital norte-americano e o capital das metrópoles imperialistas europeias. A dependência que é estabelecida entre o capital autóctone dessas metrópoles e o capital americano atravessa diversas frações do primeiro, e a desarticulação interna dessas frações é o que constitui as contradições entre esses capitais, e isso enquanto uma forma complexa da reprodução, nas burguesias internas, das contradições que são próprias do capital norte-americano. Portanto as contradições do capital das metrópoles imperialistas europeias se caracterizam por mediações complexas e extrapoladas em função do capital americano, em que a burguesia interna é composta por elementos caracterizados por serem heterogêneos e conjunturais.

Em vista disso, a contradição principal das burguesias das metrópoles imperialistas se passa de acordo com as conjunturas, tanto no que se refere as contradições do capital imperialista dominante, quanto da internacionalização que esse capital impõe. Em outras palavras, essa contradição principal perpassa o seio da burguesia interna e de suas lutas internas, e raramente se desloca entre a

burguesia interna e o capital americano. É a desarticulação e a heterogeneidade da burguesia interna que explica a fraca resistência dos Estados europeus frente ao capital americano, e o consequente surgimento de novos meios de pressão das firmas multinacionais representativas desse capital em relação aos Estados europeus, como por exemplo, mediante evasões fiscais, especulação monetária, flexibilização aduaneira.

Isso posto, uma outra questão colocada é a configuração do bloco no poder, isto é, quais são as alianças específicas das classes e frações dominantes nas metrópoles imperialistas.

Esse bloco no poder, conforme já mencionado, não deve ser apresentado sob um plano puramente nacional tendo em vista a sua articulação com os capitais imperialistas no processo de internacionalização e, conseqüentemente, a assunção dos interesses das burguesias internas e do capital imperialista por parte dos Estados dessas metrópoles, seja esse capital dominante ou não. A particularidade da questão nacional se encontra no fato que os capitais imperialistas estrangeiros não fazem parte, enquanto força social autônoma, de cada bloco no poder em questão, ou seja, a burguesia americana e suas frações, a burguesia alemã e suas frações, não estariam diretamente presentes, como tais, no bloco no poder na França, por exemplo.

Todavia, mesmo que não seja de forma direta, no caso da burguesia francesa é apontado por Poulantzas (1978) que essa presença é assegurada por certas frações da burguesia autóctone, em virtude da dinâmica do processo de internacionalização e os conseqüentes impactos nessas frações, pela interiorização dessas burguesias estrangeiras e sua representação no seio das burguesias locais, e devido a própria reprodução do capital imperialista dominante nas metrópoles imperialistas. São esses elementos que se direcionam para o entendimento das defasagens existentes no âmbito da hegemonia no bloco no poder nesses países, ou seja, as frações hegemônicas dessas metrópoles imperialistas não necessariamente são aquelas que possuem maiores vínculos com o capital americano, embora possam ser partícipes do bloco no poder.

No que se refere ao impacto da internacionalização para o entendimento da configuração do bloco no poder e das relações das frações da burguesia com o Estado nas metrópoles imperialistas, Poulantzas (1978) buscar se distinguir de duas perspectivas que aceitam a existência de uma burguesia nacional nos países europeus.

A primeira dessas perspectivas é identificada nos escritos de Ernest Mandel e em boa parte das formulações dos Partidos Comunistas ocidentais da época, e é baseada pela aceitação da burguesia nacional, embora incorrendo em uma indefinição sobre a delimitação dessa burguesia em cada país,

sendo considerada então enquanto o produto de grandes monopólios europeus em contraposição ao capital médio europeu. A crítica feita por Poulantzas (1978) a essa perspectiva se situa na compreensão de que a falta de coordenação e cooperação entre as burguesias europeias, em face da expansão do capital americano, é resultante dos efeitos de uma nova estrutura de dependência entre essas burguesias e esse capital. Por conseguinte, as relações entre as burguesias europeias são descentralizadas e são acometidas pelos efeitos provocados pela interiorização do capital americano no interior dessas burguesias, e isso faz com que cada Estado nacional europeu se encarregue tanto dos interesses das suas burguesias, inclusive da burguesia interna, quanto de suas concorrentes, as outras burguesias europeias, refletindo a referida dependência em relação ao capital americano.

A segunda perspectiva que é criticada por Poulantzas (1978) é associada ao entendimento dos Partidos Comunistas Europeus, especialmente do Partido Comunista Francês, em que o referido autor identifica a concordância com a existência de uma burguesia nacional a partir da distinção entre o capital monopolista – grande capital, o único dominante e representado pelos grandes monopólios de alcance global – e o capital não monopolista – médio capital, pequeno capital nacional, representado pela pequena burguesia –, do processo de interpenetração do capital monopolista, e da dominação do capital americano. Sob esse entendimento, forma-se uma aliança entre o capital monopolista e não monopolista no enfrentamento ao capital americano, configurando então o caráter da burguesia nacional. A crítica feita pelo referido autor correspondente à ausência, nessas análises sobre a existência da burguesia nacional, dos efeitos da socialização do processo de trabalho, e das consequências desse processo sobre a dependência do capital médio e do grande capital, especialmente em um processo de internacionalização do capital.

Por fim, as partes finais do texto se referem a discussões sobre o Estado e a nação, e o papel econômico do Estado em termos da reprodução internacional das classes sociais, diante da internacionalização e a interiorização do capital, no contexto da dominância do capital americano nas formações sociais das metrópoles imperialistas europeias. Embora não tenha relação direta com o desenvolvimento do conceito de burguesia interna, esses elementos serão apresentados apenas como forma de reforçar qual é o contexto em que o autor se fundamenta para o desenvolvimento desse conceito, e quais são as preocupações que baseiam a sua análise.

No que se refere ao Estado e a nação, Poulantzas (1978) aponta que ao mesmo tempo em que a internacionalização e a dominância do capital norte-americano modificaram o Estado nas metrópoles imperialistas europeias, também conservaram a sua natureza enquanto Estado nacional. Essa ideia de conservação da natureza de Estado nacional se enquadra no entendimento de que o

Estado não é uma simples ferramenta das classes dominantes e que, portanto, a internacionalização do capital não resulta na ascensão de uma supranacionalidade dos Estados. Além disso, o referido autor menciona outros dois aspectos dessa manutenção da natureza do Estado nacional que seriam o apoio do campesinato a esse caráter nacional, e as classes que ocupam os aparelhos do Estado.

Dessa forma, mesmo considerando o processo de internacionalização e seus efeitos, o Estado nacional preserva a sua unidade de forma concomitante a coesão de uma formação social que é dividida em classes, concentrando em si as contradições de classe do conjunto dessa formação, legitimando os interesses das classes e frações que são dominantes, e assumindo as contradições, a nível mundial, entre as classes e frações. Logo, não se trata de uma suposta contradição entre uma base que é representada pela internacionalização da produção, e uma superestrutura que é representada pelo Estado nacional.

Outra questão colocada são os efeitos do processo de internacionalização em relação as classes operárias dos países europeus. Mesmo que, do ponto de vista das relações de produção e da socialização do trabalho, as lutas se desenvolvam em termos de uma base mundial, é a forma nacional dessas lutas que prevalece, e isso devido ao desenvolvimento desigual entre os países, e as especificidades de cada formação nacional. O que se observa em termos da internacionalização do Estado e da luta de classes, é o papel que o Estado assume na repressão dessa luta no plano internacional³², expressando uma extraterritorialidade, e uma extensão de suas funções e intervenções para além do local onde se desenvolve o capital autóctone.

Assim, em termos das condições políticas e ideológicas no âmbito da luta de classes, a internacionalização não elimina a entidade nacional, não modifica o espaço social no sentido de romper os vínculos entre o Estado e a nação, e mantém, enquanto formação social nacional, os espaços de reprodução ampliada do modo de produção capitalista e os núcleos de desenvolvimento desigual. Não sendo a nação, e nem a relação Estado e nação, simples vínculos econômicos, os vínculos entre ambos não se rompem, preservando tanto a entidade própria de cada um em sua determinação como unidade econômica, unidade territorial, unidade linguística, unidade simbólica-ideológica-tradições, quanto as formas nacionais da luta de classes.

Em síntese, a internacionalização nas metrópoles imperialistas repercute em cada país de maneira específica, e apenas no que diz respeito a certos elementos da determinação da nação, assim como

³² Poulantzas (1978) cita o caso de alianças militares supranacionais, como por exemplo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

modifica o Estado que, todavia, se mantém enquanto um Estado nacional. Aponta Poulantzas (1978) que nessas metrópoles imperialistas europeias, mesmo diante dos referidos processos de internacionalização, de dominância do capital americano, e da nova estrutura de dependência que é estabelecida, não houve a emergência de um Estado acima das nações, e o que se pôde observar foram algumas rupturas na unidade nacional, como, por exemplo, os regionalismos que resultam da própria tendência à desarticulação interna de determinadas formações sociais europeias e de suas respectivas economias.

No que se trata da internacionalização e do papel econômico do Estado, a discussão é direcionada para a relação entre as empresas multinacionais de grande porte e o Estado, que não representam duas entidades possuidoras de um poder que é redistribuído a si próprias, pois se assim o fosse, quanto maior e mais concentrado o poder econômico, maior é o poder retirado do Estado. Efetivamente, o Estado intervém de maneira decisiva nessa concentração, e o processo de internacionalização não fere em nada o papel dominante do Estado no âmbito do capitalismo monopolista. Ou seja, as funções econômicas do Estado continuam indispensáveis à reprodução do grande capital, mas não explicam as razões de continuidade da intervenção econômica, tendo em vista as hipóteses de que, em um contexto de internacionalização, esse Estado nacional estaria desprovido dessas intervenções em favor das instituições de Estados supranacionais. Um exemplo apontado por Poulantzas (1978) dessas instituições, e que necessitam de coordenação da política econômica de diversos Estados, é a Comunidade Econômica Europeia (CEE), todavia, afirma o referido autor, não se constitui um aparelho que suplanta os Estados nacionais.

Pondera o supracitado autor que essas funções econômicas não são funções técnicas e neutras, impostas pela necessidade de uma produção “neutra”, e que essa ideia de neutralidade corresponde a referida concepção do Partido Comunista Francês (PCF), que tem como fundamentos os entendimentos acerca do Estado enquanto fator orgânico da produção, e a distorção das funções econômicas, sendo neutra e técnica, em favor dos grandes monopólios, mas que poderiam ser em prol das massas populares. Assim, essa concepção apresenta o entendimento de uma mudança no poder de Estado que resulta na ideia de um Estado supranacional, e de uma justaposição e adição entre o capital monopolista e o Estado nacional, em que as funções do Estado não são transformadas ou modificadas, mas se sobrepõem as funções nacionais. É desse entendimento que resulta a ideia da burguesia nacional, aliada do médio capital em contraposição ao capital cosmopolita na defesa do Estado nacional.

Contudo, Poulantzas (1978) destaca que o capital internacional se insere em cada formação social se juntando e se dobrando às especificidades do capitalismo monopolista de Estado, em que a estrutura de cada formação social é reorganizada em relação a esse capital. Assim, tendo em conta o campo da luta de classe de uma formação social, as funções econômicas dos Estados, ao invés de serem neutras e técnicas, são expressões do próprio papel político desse Estado no âmbito da exploração e da dominação de classe. E por isso não se pode separar as diversas intervenções e funções do Estado como se fosse possível a transferência efetiva de uma dessas funções, no caso a econômica, aos aparelhos supranacionais, ou, supraestatais, de forma a manter para esse Estado apenas um papel repressivo e ideológico.

Em vista disso, as instituições e a internacionalização de algumas das funções públicas não se sobrepõem aos Estados nacionais, mas expressam as transformações que são interiorizadas nesses Estados à medida que passam a se encarregar da internacionalização dessas funções. Não se referem às transformações somente no âmbito da intervenção econômica, mas também se considera os aspectos repressivos e ideológicos. Dessa forma, o capital que ultrapassa os seus limites nacionais tem recursos tanto nos Estados nacionais de sua origem quanto em outros, resultando em uma distribuição complexa no contexto de reprodução internacional do capital sob domínio do capital americano, podendo ter efeitos descentralizadores e deslocadores no exercício das funções dos Estados nacionais. A depender da conjuntura, o Estado nacional de uma metrópole imperialista pode ter a tarefa de intervenção em alcance internacional inerente à reprodução e a manutenção do sistema capitalista no seu conjunto.

O último tópico de discussão se refere a função do Estado na reprodução internacional das classes sociais, e que é inerente à sua própria função na reprodução ampliada do modo de produção capitalista. O momento determinante dessa reprodução é a própria reprodução ampliada das classes e das relações sociais, tendo o Estado um papel próprio e específico de intervir na reprodução dos lugares das classes sociais e na qualificação e sujeição dos indivíduos de maneira a possibilitar a ocupação e a distribuição desses lugares, por parte desses indivíduos. As questões que se colocam se referem ao fato que, se é o Estado nacional que sempre retoma esse papel, e se esse papel depende da especificidade da luta de classes em uma formação social, isso não significa que em um contexto de internacionalização o Estado nacional se coloque em termos da divisão social imperialista do trabalho, e de uma reprodução capitalista das classes sociais no plano mundial, e o papel dos Estados nacionais europeus depende da forma da divisão do trabalho entre os Estados Unidos e a Europa.

Em suma, as modificações do papel dos Estados nacionais europeus no âmbito da reprodução internacional do capital sob o domínio do capital americano, e das condições políticas e ideológicas dessa reprodução, provocam transformações institucionais decisivas nos aparelhos desses Estados, em que as formas particulares de um Estado forte, autoritário, e policial, expressam a luta de classes nesse contexto e no lugar da nova estrutura de dependência nessas formações sociais.

Considerações finais

Conforme mencionado, o objetivo desse capítulo foi apresentar de que maneira a discussão sobre a ideia de frações de classe, e os conceitos de bloco no poder e burguesia interna aparecem em Poulantzas (2019; 1978), que é o autor que os desenvolve e que serve de referência para as interpretações poulantzianas do Brasil recente. Uma das motivações para isso diz respeito à constatação de que em diversos trabalhos que se utilizam desses conceitos poulantzianos, como os que serão referenciados no próximo capítulo, não são apresentadas as bases, os referenciais de apoio, os contextos em que as discussões desses conceitos estão associadas nas referidas obras de Poulantzas, resultando apenas na utilização direta e livre desses, com vistas a fundamentar análises de formações sociais de toda ordem, e em diversos contextos.

De acordo com o que foi visto, para o supracitado autor, a discussão sobre frações de classe leva em consideração não apenas a inserção das classes e frações no âmbito econômico, mas especialmente a manifestação dessas classes e frações no âmbito político, seja a partir da prática política, ou mediante a organização dessas classes e frações em partidos políticos, isto é, no que se refere ao campo da cena política, embora essa prática política não se restrinja à cena política. A capacidade de classes, ou frações de classe, influenciarem politicamente uma determinada conjuntura é o que torna uma determinada classe, ou fração, capaz de ser considerada enquanto força social, que corresponde a sua qualificação enquanto classe distinta, ou fração autônoma, fenômeno esse compreendido a partir da ideia de efeitos pertinentes.

Além disso, no que se refere ao conceito de bloco no poder, o autor o considera uma especificidade do Estado capitalista, tendo em vista o entendimento de que o modo de produção capitalista é constituído pela coexistência de diversos modos de produção e, conseqüentemente, de frações das classes dominantes e das classes dominadas desse modo de produção e de outros modos de produção, tal qual pode ser visto pela ideia de subdeterminação e sobredeterminação de classe. Esse entendimento corresponde aos exemplos apontados pelo autor na discussão do tema, tendo como

base principalmente os escritos de Marx, Engels, e Lênin, que tratam do contexto de transição do feudalismo em direção ao modo de produção capitalista, e da dominação desse modo de produção, considerando os casos da França, da Grã-Bretanha, e da Alemanha, em meados do século XIX.

Esse conceito trata da unidade contraditória entre diversas frações da classe dominante, isto é, da burguesia, no âmbito do Estado capitalista, no sentido que à medida que uma dessas frações assume a posição hegemônica no bloco no poder, seus interesses econômicos se transformam em interesses políticos que são representados por esse Estado, e de maneira que esses interesses também se tornam os interesses do conjunto da sociedade, ou nas palavras de Poulantzas (2019), do povo nação. As distintas frações da classe burguesia, em cada conjuntura, disputam essa posição hegemônica no âmbito do bloco no poder de acordo com seus interesses, e conformam distintos arranjos nesse âmbito, que correspondem à cada conjuntura política.

Por fim, foi visto de que maneira o conceito de burguesia interna se coloca enquanto um meio de análise das realidades de metrópoles europeias no contexto de expansão do capital norte-americano nessas metrópoles. A constatação de Poulantzas (1978), é a de que os conceitos de burguesia nacional e burguesia compradora eram insuficientes para esse contexto, e que, portanto, era necessário cunhar um novo conceito que explicasse a nova realidade, e o consequente comportamento político da burguesia das metrópoles europeias, que foi o conceito de burguesia interna. Ressalta-se que o referido autor também aponta, mas sem detalhamentos, que esse conceito também pode ser utilizado para países “periféricos” e “dependentes”.

Diante do que foi apresentado nesse capítulo, e de forma a dar prosseguimento a esse trabalho, cabe então apresentar de que maneira a ideia de frações de classe, especialmente da burguesia, e os conceitos de bloco no poder e burguesia interna, são utilizados e aparecem nas análises das referidas interpretações poulantzianas do Brasil recente, o que será visto no capítulo seguinte.

3 Interpretações poulantzianas do Brasil recente

O objetivo do capítulo anterior era apresentar as ideias sobre as frações de classe, em especial relativas as frações da classe dominante em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista, isto é, a burguesia, e os conceitos de bloco no poder e burguesia interna, a partir dos dois trabalhos de Poulantzas (2019; 1978) que são os mais referenciados pelos autores que serão denominados nesse capítulo por intérpretes poulantzianos do Brasil recente. Nesse sentido, a proposta era a de demonstrar a que correspondem esses conceitos, quais são as bases e os contextos em que se fundamentam as suas formulações, e de que maneira são utilizados pelo referido autor que é referência para a mencionada interpretação. Com isso, torna-se então possível avançar no objetivo geral, e nos objetivos específicos desse trabalho, por meio dos propósitos desse segundo capítulo, que se concentram em apresentar de que maneira os que se fundamentam nessa perspectiva e nesses conceitos, doravante intérpretes poulantzianos, os utilizam para realizar as suas interpretações sobre o período denominado por Brasil recente.

O supracitado período compreende a década de 1990 até os dias atuais, e diz respeito a contraposição feita pelos intérpretes poulantzianos entre três subperíodos. O primeiro é denominado por neoliberal, caracterizado pela hegemonia da fração intitulada por capital financeiro internacional, em aliança com a burguesia associada³³, no âmbito do bloco no poder, sendo representado pelos governos de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), doravante FHC. O segundo subperíodo é caracterizado por uma política econômica denominada por neodesenvolvimentista, que supostamente resultou em alterações no âmbito do bloco no poder com a ascensão, ou hegemonia³⁴, da denominada burguesia interna, representado pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), doravante Lula, e de Dilma Rousseff (2011 – 2016). Por fim, o terceiro subperíodo, denominado por pós-neodesenvolvimentista, é caracterizado por um retorno das políticas econômicas neoliberais e da hegemonia do capital financeiro internacional e da burguesia associada no âmbito do bloco no poder, representado pelos governos de Michel Temer (2016 – 2018) e de Jair Bolsonaro (2019 -).

³³ A interpretação poulantziana se utiliza do termo “associada” para se diferenciar da ideia de compradora pois o segundo corresponde a termo utilizado na China antes da revolução de 1949 e que envolvia a esfera comercial, enquanto o primeiro abrange também as esferas industrial e bancária (SAES, 2014, p. 115). Outra denominação utilizada para essa mesma fração da burguesia é burguesia cosmopolita. Em outra nota de rodapé adiante, será feito o detalhamento dessa fração para o caso brasileiro.

³⁴ Essa alteração e o grau de ascensão, são objeto de diferenças entre as interpretações que serão apresentadas, ora sendo feita menção a uma ascensão sem hegemonia, ora sendo feitas afirmações que ocorreu o alcance da hegemonia pela burguesia interna no bloco no poder, conforme poderá ser visto, e será ressaltado, durante o capítulo.

Cabe ressaltar que são muitos os autores que se fundamentam, sob uma perspectiva poulantziana, nos referidos conceitos de bloco no poder e burguesia interna para fazer análises sobre a realidade brasileira, e que a utilização desses conceitos não se restringe ao contexto contemporâneo. Em certo sentido, o que ocorreu nesse contexto que remonta, sobretudo, aos primeiros anos da década de 2000, e que tem como pano de fundo a vitória de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002, assim como os 13 anos subsequentes de mandatos presidenciais sob a liderança desse partido, foi a substancial ampliação da quantidade e da importância atribuída às pesquisas produzidas sob essa perspectiva no âmbito da ciência política, da história política, da história econômica, e em diversas outras áreas das ciências humanas e sociais brasileira, conforme pode ser visto em anais de congressos, periódicos, dissertações, e teses. Sob esse ponto de vista, inclusive foi cunhado por Berringer (2020) o termo “Escola de Campinas”, para se referir à trajetória dessa linha de pesquisa no âmbito do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (UNICAMP). E mesmo após os governos de Lula e Dilma, as análises sob essa perspectiva continuaram, seja no sentido de uma revisão dos escritos feitos sobre o período desses governos, ou enquanto análises e caracterizações do período subsequente e atual, que abrangem os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro.

Todavia, para este trabalho foi feita uma seleção de autores que se referenciam em Poulantzas e que utilizam os mencionados conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, considerando a proeminência e a amplitude que as suas análises alcançam nos temas e espaços em que se inserem. Nesse sentido destacam-se os escritos de Armando Boito Júnior, Danilo Martuscelli, e Décio Saes, que têm por enfoque as discussões no âmbito da ciência política, e de Luiz Filgueiras, que tem como ênfase a análise do ponto de vista econômico.

Boito Júnior, é professor titular de ciência política no IFCH da UNICAMP, e pode ser considerado como um dos principais autores que se utilizam dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna para realizar interpretações do Brasil recente. Foi orientando de mestrado de Décio Saes, e possui ampla trajetória de trabalhos acadêmicos, análises para meios de comunicação, participação em eventos políticos junto ao movimento sindical, a movimentos sociais, a partidos políticos, e em eventos acadêmicos, discutindo essa temática, vocalizando a sua interpretação e entendimentos, seja para o desenvolvimento de novos trabalhos acadêmicos, e/ou para subsidiar ações sociopolíticas. No início dos anos 2000 inaugurou uma nova agenda de pesquisa formalizada a partir dos títulos “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal (2010 – 2014)”, “Burguesia interna e bloco no poder (2010 – 2016)”, e “A frente neodesenvolvimentista e sua crise (2003 – 2016)”, que

resultaram em diversos textos sobre a discussão acerca do bloco no poder, da burguesia interna, e da política econômica em termos comparativos entre os governos FHC, Lula e Dilma, e Temer e Bolsonaro, assim como, na função de professor, orientou diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado com essa temática.

Danilo Martuscelli é professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e foi orientado por Boito Júnior tanto em nível de mestrado quanto de doutorado, ambos realizados no IFCH da UNICAMP, e que resultaram em dissertação e tese que têm por base as discussões que envolvem os referidos conceitos de burguesia interna e bloco no poder. Também possui projetos de pesquisa formalizados que tratam sobre a referida temática de discussão, como “neoliberalismo e relações de classe no Brasil (1999 – 2013)”, e “Estado e bloco no poder na Argentina (2003 – 2015)”³⁵. Tem diversos textos escritos sobre a referida temática do bloco no poder e da burguesia interna no Brasil recente, cabendo destacar o fato que foi o revisor técnico da edição de “Poder Político e Classes Sociais” publicada em 2019 pela editora UNICAMP, utilizada como referência nesse trabalho.

Décio Saes pode ser considerado um dos precursores da introdução da perspectiva poulantziana no Brasil, tendo como marco a sua tese de livre docência sobre a formação do Estado burguês no Brasil (BERRINGER, 2020, p. 38). O próprio autor (SAES, 2013) demarca essa sua posição ao mencionar que, mesmo não sendo o precursor, faz parte de uma segunda geração de autores que se baseiam em ideias a partir de Louis Althusser, que é a base dos estudos de Poulantzas, especialmente em “Poder Político e Classes Sociais”. É recorrentemente considerado um autor de referência nas ciências sociais brasileiras, principalmente para as discussões que têm por base os referidos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna para a interpretação do Brasil, tendo orientado dissertações e teses, assim como escrito, além da referida tese de livre docência, artigos, e concedido entrevistas que abordam a sua visão a partir dessa perspectiva.

Por fim, Filgueiras é professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo uma longa trajetória acadêmica de pesquisa em diversos temas da economia, dentre os quais se destacam os trabalhos sobre padrões de desenvolvimento e regime macroeconômico em economias capitalistas dependentes. Desde meados dos anos 2000 e até o período atual tem sido um dos poucos autores da área de economia que lidam com os referidos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, tendo participado de bancas de dissertação de mestrado e de tese doutorado com

³⁵ Embora o objeto desse trabalho seja o Brasil, desse projeto de pesquisa de Martuscelli resultou um texto comparativo com a situação argentina e tendo como pano de fundo a discussão sobre a burguesia interna e que será referenciado nesse trabalho por Martuscelli (2018).

essa temática, e principalmente escrito textos em que utiliza esses conceitos, em alguns desses tem como referência os textos de Boito Júnior, embora com algumas diferenças de entendimento a respeito do denominado neodesenvolvimentismo, e como pano de fundo a vinculação entre um determinado padrão de desenvolvimento, o regime macroeconômico, e as vicissitudes do bloco no poder. Também cabe mencionar que o autor se insere em discussões para além da área da economia, assim como não se restringe a participar de debates apenas ao âmbito acadêmico.

Feita essa breve apresentação dos autores que foram selecionados enquanto os intérpretes poulantzianos do Brasil recente de referência para esse trabalho, cabe ressaltar que não se tem como objetivo o estudo individualizado, ou comparado, da produção acadêmica de cada um dos referidos autores e de suas análises sobre o tema no referido período denominado por Brasil recente. O que se pretende é demonstrar as ideias que constituem os escritos desses autores de forma conjunta, a partir da utilização que fazem dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna para a interpretação do Brasil no período especificado.

Isso posto, esse capítulo está dividido em duas seções, e concisas considerações finais, sendo que na primeira seção, seguinte a essa introdução, são apresentados, de forma resumida, os elementos gerais da denominada interpretações poulantzianas do Brasil recente. A segunda seção, mais ampla e dividida em três subseções, abrange as interpretações dos referidos autores para o período entre os anos de 1990 e 2021 que compreende a ideia de Brasil recente, e de que maneira tratam dos três subperíodos que perpassam a década de 1990, os anos de 2003 a 2016, e o período entre os anos de 2016 até 2021, tendo como base os governos correspondentes a cada um desses contextos.

3.1 Elementos gerais das interpretações poulantzianas do Brasil recente

Em termos gerais, podem ser apontados três elementos que fundamentam as análises sobre o Brasil recente por parte dos referidos autores da interpretações poulantzianas: 1) A ideia de que a história, e as vicissitudes do âmbito político, devem ser interpretadas tendo como elemento central as disputas entre as frações da burguesia, e que essas disputas se dão em torno da posição hegemônica no bloco no poder e se refletem no âmbito político-partidário em distintos projetos de desenvolvimento ou, em outras palavras, em distintos regimes macroeconômicos que executam determinadas medidas de política econômica; 2) o denominado processo de financeirização da economia capitalista em escala mundial das décadas de 1970 e 1980, também denominado por mundialização, ou globalização financeira, não resultou em uma unificação das burguesias seja em

termos setoriais (comercial, industrial, financeira), ou geográficos (uma burguesia mundial), e que, portanto, é possível de se falar na existência de uma burguesia interna no Brasil no contexto que abrange desde a década de 1990 até o momento atual, a partir do conceito de burguesia interna elaborado por Poulantzas; 3) a configuração do bloco no poder e como a burguesia interna se situa nesse, considerando os três períodos históricos que compreendem os denominados governos neoliberais da década de 1990, os governos neodesenvolvimentistas, entre 2003 e 2016, e os governos pós-neodesenvolvimentistas a partir de 2016.

Acerca do primeiro elemento geral, o entendimento histórico e político sobre o Brasil recente por parte das interpretações poulantzianas é o de que as disputas político-partidárias durante este período, muito além da dimensão tradicional de luta de classes e de antagonismos entre o que se pode denominar por economia política do capital e economia política do trabalho³⁶, refletem principalmente as disputas entre as frações da burguesia por hegemonia no âmbito do bloco no poder, e o consequente direcionamento da política econômica para contemplar os interesses da respectiva fração que ocupa essa posição hegemônica em cada conjuntura. Essas disputas, aparentemente, se apresentam na forma de tentativas de retomada de antigos programas político-econômicos em condições históricas distintas, sendo o neoliberalismo uma retomada do liberalismo clássico, e o neodesenvolvimentismo como o resgate do desenvolvimentismo, e que cada programa caracteriza um determinado contexto histórico e um determinado governo, sustentado social e politicamente por uma frente política. Conforme já mencionado, nesse sentido, o período a que se refere a ideia de Brasil recente, é dividido em três subperíodos que correspondem a implementação do neoliberalismo no Brasil durante os governos Collor e FHC na década de 1990, ao período do neodesenvolvimentismo dos governos Lula e Dilma entre 2003 e 2016, e ao retorno do neoliberalismo por meio do interregno governo Temer entre 2016 e 2018, e com continuidade no período atual durante o governo Bolsonaro, que é classificado por Boito Júnior (2019; 2020a; 2020b; 2021) e Filgueiras (2019) enquanto um governo “neofascista” e “neoliberal”.

Desse modo, essa disputa entre as diversas frações da burguesia acerca da posição hegemônica no bloco no poder, se expressa no âmbito político partidário e nos distintos regimes macroeconômicos, ou de iniciativas de política econômica, que os mencionados governos executaram, e principalmente refletem as prioridades e vantagens direcionadas as distintas frações da burguesia conforme a estrutura do bloco no poder em cada um dos períodos históricos mencionados. Sob esse ponto de

³⁶ A ideia sobre o conflito entre a economia política do trabalho e a economia política do capital foi propagada por Marx no âmbito do primeiro congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, e dizia respeito as diversas lutas do proletariado, dentre as quais a luta pela redução da jornada de trabalho na França.

vista, um elemento importante que é apontado pelos intérpretes poulantzianos é a possibilidade de haver distintos regimes macroeconômicos, por meio de distintas iniciativas de política econômica, e distintas frações hegemônicas no âmbito do bloco no poder, mesmo que situados em um mesmo padrão de desenvolvimento em que, para o período do Brasil recente, esse padrão é denominado por liberal periférico (FILGUEIRAS, 2017a; 2017b), e capitalista neoliberal (BOITO JÚNIOR, 2012a).

Em síntese, esse primeiro elemento geral é importante pois confere centralidade ao conceito de bloco no poder e suscita as discussões sobre as disputas entre as frações da burguesia pela posição de hegemonia em cada período histórico, com ênfase para o entendimento da posição assumida pela burguesia interna. Para o caso brasileiro, Saes (2014) aponta que a hegemonia política da fração da burguesia denominada por associada³⁷, que ascendeu no âmbito do bloco no poder a partir do início do regime militar em 1964, e alcançou seu auge na década de 1990, e o desaparecimento político da burguesia nacional³⁸, não se perpetuou de forma ininterrupta pois, considerando a dimensão econômica e o nível de industrialização da economia brasileira, resultou em uma situação de convivência política oscilante entre a burguesia associada e a denominada burguesia interna. Essa convivência tem sido ora pacífica, e ora conflitiva, e que os conflitos entre as mencionadas frações da burguesia têm se refletido de maneira que “o processo eleitoral nacional tem sido desde 2002 o palco principal dessa modalidade de disputa política” (SAES, 2014, p. 117).

Em outras palavras, o entendimento sobre esse primeiro elemento pode ser visto da seguinte maneira³⁹:

[...] essa disputa entre distintas frações do capital e da burguesia, tal como vem se apresentando no Brasil nos últimos anos, vem reconfigurando, em cada conjuntura, a correlação de força no interior do bloco político no poder – que se expressa no plano

³⁷ De acordo com Boito Júnior (2012a, p. 75) é composta por grupos financeiros nacionais, empresas nacionais associadas à estrangeiras, empresas de importação e o próprio capital estrangeiro. Filgueiras (2017b, p. 150) aponta que essa fração pode ser reconhecida nos seguintes setores: “atividades e mercados financeiros (bancos, fundos de investimento e de pensão, empresas de consultoria e assessoria financeira, seguradoras, corretoras, planos de saúde); empresas brasileiras fornecedoras e prestadoras de serviços, articuladas ou associadas às multinacionais em vários tipos de negócio; alta gerência das empresas multinacionais na indústria e no agronegócio; grandes grupos de marketing e comunicação; grandes escritórios de advocacia e auditoria, e, mais recentemente, grandes universidades privadas, muitas delas de propriedade do capital estrangeiro”.

³⁸ A discussão sobre a existência ou não de uma burguesia nacional na história do Brasil é assunto conflitante entre os textos que serão utilizados como referência nesse trabalho, tendo em vista que ora aparece como que existiu em determinados contextos históricos, tal como apontado por Saes (2014), ora como se não tivesse existido.

³⁹ Pimenta (2018, p. 2), de maneira crítica a essa perspectiva, argumenta que essas análises se fundamentam por: “[...] considerar a cena política e os agentes estatais e governamentais como entes relacionados à esfera material das classes sociais, mais precisamente, das disputas entre as frações das classes dominantes. Os conflitos programáticos, partidários ou institucionais só podem ser compreendidos através de uma referência aos interesses econômicos contraditórios entre tais frações”.

imediate da representação e dos partidos em distintos projetos políticos, identificados com um maior, ou menor, grau de dependência da economia brasileira. Por isso, esses distintos projetos implicam repercussões distintas sobre a disputa político-econômica entre capital e trabalho, as formas e a intensidade de exploração da força de trabalho, e as políticas econômicas e sociais dos governos. Desde a década de 2000, e mais ainda na atual conjuntura, a luta de classes entre capital e trabalho tem sido subsumida à disputa entre duas frações do capital/da burguesia brasileira (FILGUEIRAS, 2017a, p. 3).

O segundo elemento geral das interpretações poulantzianas é o entendimento sobre os efeitos do processo de financeirização em relação as frações de classe, e especialmente no que concerne às frações da burguesia em países como o Brasil. Principalmente nos escritos dos mencionados três autores que discutem a temática no âmbito da ciência política, há o apontamento crítico à algumas análises classificadas por esses como “modelo alternativo de análise política marxista”. De acordo com Boito Júnior, Martuscelli, e Saes, as análises com base nesse “modelo alternativo” se difundiram assumindo a ideia de que no contexto da mundialização financeira supostamente ocorreu uma reunificação econômica e política das frações da burguesia, em que essa classe passou a ser entendida como um grupo multifuncional que se confronta com o Estado capitalista. Logo, por esse entendimento, essas análises baseadas nesse “modelo alternativo” “dispensa, por entendê-los inúteis, não apenas o conceito de “fração de classe” como também os complementares “bloco no poder” e “hegemonia política”⁴⁰ (SAES, 2014, p. 105-106).

Em termos teóricos, para Saes (2014), essas análises se associam à sociologia empirista dos grupos sociais, que se baseia na contestação de que não se pode analisar o fracionamento da burguesia devido ao fato de que as frações dessa classe não se fazem presentes politicamente em todas as conjunturas. Portanto, essas frações supostamente não se constituem enquanto grupos políticos organizados e com capacidade de atuação independente frente à outras frações e ao Estado capitalista, embora hipoteticamente se diferenciem no plano econômico.

Do mesmo modo, Martuscelli (2009, p. 2-3) caracteriza esse modelo de análise e interpretação dos efeitos do processo de mundialização financeira enquanto um “modismo” que “tem suscitado uma série de questionamentos sobre a operacionalidade e a validade de certos conceitos, noções e categorias utilizadas na explicação dos fenômenos sociais contemporâneos”. O autor classifica em três vertentes de análises críticas à ideia de fracionamento da burguesia: 1) a que se fundamenta na denominada sociologia dos altos quadros; 2) a que dá ênfase na análise das grandes empresas

⁴⁰ Ressalta Saes (2014) que a ideia de hegemonia poderia permanecer no âmbito do “modelo alternativo” desde que reclassificado nos termos de Gramsci.

multinacionais em contraposição ao Estado nacional; 3) a que considera o processo de financeirização como o elemento fundamental para o fim dos fracionamentos da burguesia.

Boito Júnior (1999) vai além das supracitadas classificações dos críticos à ideia de continuidade do fracionamento da burguesia diante dos efeitos do processo de financeirização, mencionando que essas interpretações são parte da ideologia da globalização que, por suposto, é parte da ideologia neoliberal.

De maneira específica para a realidade brasileira, Saes (2007) menciona que não houve, enquanto consequência do referido contexto classificado pelo autor por “novíssima dependência”, a liquidação da burguesia local e do setor público no Brasil, e isso tendo em vista que, no setor financeiro, os três maiores bancos continuaram sob controle do capital nacional, o agronegócio voltado para a exportação continuou “nas mãos” de grupos econômicos internos, e que parte da burguesia industrial local permaneceu operando mesmo diante dos efeitos dos processos de abertura comercial e da consequente desnacionalização de alguns segmentos desse setor econômico. O referido autor ainda menciona que o Brasil foi um dos poucos países capazes de reagir, no sentido político, a esse contexto, mediante a implementação de políticas econômicas que impediram as consequências de “liquidação da burguesia local e do setor público no Brasil”, e que se direcionaram a atender os interesses da fração da burguesia denominada por burguesia interna.

Sob o mesmo entendimento, Boito Júnior (2012a) aponta que a referida “análise alternativa” classificada como um “modismo”, pode ser entendida e contradita com base nas interpretações poulantzianas, da seguinte forma:

A nova onda de internacionalização da economia capitalista, característica do último quartel do século XX, induziu alguns autores a afirmar ou sugerir o desaparecimento das burguesias nacionais (Miglioli, 1998; PIJL, 1998). Contrariando essa expectativa, assistimos no Brasil da década de 2000, à ascensão política de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder vigente no Estado brasileiro (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 67).

Contudo, cabe ressaltar que essas colocações não significam que esses autores, intérpretes poulantzianos, negligenciem os efeitos do referido processo de financeirização. Martuscelli (2012) reconhece esses efeitos na alteração da forma de organização das empresas e na capacidade de subordinação do Estado por meio do direcionamento da política econômica e social. De maneira semelhante, Filgueiras (2006) aponta para o caso:

[...] dos chamados grupos econômicos que atuam nas mais diversas esferas da atividade econômica – ultrapassando e apagando as fronteiras e as distinções entre os diversos lugares e funções possíveis no processo de acumulação a partir da unificação/integração de unidades de negócio, relativamente autônomas, sob o comando e propriedade de um único poder central que toma as decisões acerca do conjunto de interesses do grupo, constituindo-se, assim, **num único bloco de capital**. No presente momento histórico, a tendência é de que a lógica financeira articule e dirija o conjunto dos interesses desses grupos. Mesmo quando não tenham, como negócio principal, a atividade bancária (FILGUEIRAS, 2006, p. 181, grifos do autor).

No mesmo texto (FILGUEIRAS, 2006), embora não utilize o conceito de bloco no poder, menciona que no âmbito do bloco dominante⁴¹ as frações relevantes são aquelas que se articulam organicamente com a esfera financeira por meio de um banco, ou de outro tipo de instituição financeira de propriedade do grupo econômico, embora mencione, e nesse sentido concordando com Saes (2007), que mesmo que a maioria dos grandes grupos econômicos no Brasil não tenha essa ligação, se beneficia da especulação financeira, do instrumento da dívida pública, e dos níveis da taxa de juros. Ou seja, há reconhecimento dos efeitos da mundialização financeira, inclusive para a atuação das frações da burguesia, mas esses não foram suficientes para se afirmar que não há mais viabilidade para se utilizar conceitos que lidem com a ideia de fracionamento na classe burguesa, e especialmente com os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna.

Portanto, é sob esses termos que os referidos autores reforçam e se utilizam da ideia de frações da burguesia em que, não obstante os impactos do denominado processo de mundialização financeira, especialmente em países como o Brasil, esses não impedem a utilização dos conceitos centrais nas análises da realidade brasileira no contexto do Brasil recente pelas interpretações poulantzianas, que são os conceitos de bloco no poder e de burguesia interna.

Sobre a definição do conceito de burguesia interna, inicialmente cabe ressaltar, conforme apontado no capítulo anterior, que a sua elaboração está inserida na experiência histórica de países europeus. Esse entendimento é reconhecido por Martuscelli (2009, p. 21) que atesta que “o exemplo histórico a que Poulantzas recorre como referência é o das burguesias europeias dos anos 1970, formadas como resultado do forte processo de internacionalização do capital naquele período”⁴² e também

⁴¹ Em Filgueiras (2006, p. 181), o autor utiliza o termo “bloco dominante” aparentemente enquanto sinônimo de bloco no poder, de maneira que considera os mesmos elementos definidores do referido conceito tal como a composição, em cada conjuntura, por distintas classes e frações de classe em que, em cada fração, assume uma posição de liderança e hegemonia a partir da sua capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais classes e frações, considerando os interesses específicos da fração hegemônica, que são reconhecidos como interesses gerais do bloco no poder.

⁴² Recentemente, Berringer (2020) fez algumas considerações que de certo modo são conflituosas tanto com a interpretação de Poulantzas, quanto com a de textos dos referidos intérpretes poulantzianos no Brasil, a exemplo do mencionado Martuscelli (2009). Dentre esses pontos conflitantes mencionam-se: 1) que a ideia de burguesia interna

por Saes (2014, p. 116), que menciona que a burguesia interna pode surgir em países capitalistas centrais, mencionando a França e a Itália, e que “Esse surgimento resulta da internacionalização crescente das economias capitalistas que já eram industrializadas, mas ainda assim passaram por processos de desnacionalização e privatização”.

Todavia, ambos os autores ressaltam que “Ela também pode emergir em países capitalistas periféricos, onde se concretiza um modelo de industrialização dependente” (SAES, 2014, p. 116), e que “Embora não tenha desenvolvido tal hipótese, o próprio Poulantzas aponta essa possibilidade” (MARTUSCELLI, 2009, p. 22), o que leva a Martuscelli (2018, p. 59) inclusive cunhar o termo “burguesia interna dependente” que, entretanto, não é utilizado por nenhum dos demais autores que se baseiam neste referencial teórico para a análise da realidade brasileira. Ou seja, os dois referidos autores ressaltam a possibilidade de utilização do conceito de burguesia interna para a análise de realidades econômicas, históricas, políticas, e sociais, como a brasileira no século XXI, e a utilizam tendo por referência a forma como o conceito é desenvolvido por Poulantzas, não fazendo ressalvas de maior relevância sobre o fato da elaboração desse conceito ter como base os países centrais, de características econômicas, históricas, políticas, e sociais distintas de países como o Brasil, um país caracterizado pelo seu passado colonial, e pela dependência e o subdesenvolvimento, que podem ser interpretados como decorrência desse passado.

Além disso, outro elemento importante sobre a definição da burguesia interna diz respeito ao fato que, ao ser entendida enquanto fração da burguesia que não desapareceu com o processo de mundialização financeira a partir das décadas de 1970 e 1980, se situa entre outras duas frações da burguesia do ponto de vista econômico e da ação política: a burguesia nacional e a burguesia associada. Logo, para as interpretações poulantzianas, a burguesia interna é representada no Brasil por empresas que possuem o *core* da sua acumulação no país e que estabelecem relações, mas sobretudo competem, com empresas de capital estrangeiro no âmbito do mercado interno, assim como ambicionam expandir sua atuação para além das fronteiras nacionais, passando então a competir com o capital estrangeiro também neste âmbito.

É sob esse ponto de vista que se tem o entendimento de que, no que se trata da ação política, essa fração da burguesia ora vai coadunar com as medidas de política econômica que se direcionam a atender aos interesses do capital estrangeiro, e especialmente do capital financeiro, ora vai

elaborada por Poulantzas se situa no imediato pós-segunda guerra mundial; 2) e que, nesse sentido, o termo supostamente pode ser utilizado para a interpretação da realidade brasileira desde o governo de Getúlio Vargas (1950 – 1954).

reivindicar medidas de política econômica que a favoreça, em detrimento das demais frações da burguesia. Essa atuação caracteriza a possibilidade apontada pelos intérpretes poulantzianos de que essa fração da burguesia pode, em determinados momentos, se associar politicamente a coalizões, ou frentes políticas, de sustentação a governos que executem medidas de política econômica que priorizem o atendimento aos interesses dessa fração. Ou seja, sobre a “política da burguesia interna”⁴³:

Seu modo de presença na cena política é ambíguo e oscilante. Defende políticas que consolidem sua posição e assegurem sua sobrevivência, potencialmente ameaçada pela mera presença econômica do capital estrangeiro – essa é sua dimensão nacional. A posição ambivalente dessa fração perante o capital estrangeiro contribui, obviamente, para que ela assuma uma atitude reticente perante propostas de frente ou de aliança com as classes populares (SAES, 2014, p. 116).

Em praticamente todos os textos utilizados como referência para esse capítulo há menções a definição de burguesia interna, normalmente apontando Poulantzas como referência do conceito. Diante disso, cabe assinalar alguns dos apontamentos feitos sobre os referidos intérpretes poulantzianos acerca do conceito de burguesia interna, conforme pode ser visto no quadro 2.

Quadro 2 - Exemplos de definições de burguesia interna para os intérpretes poulantzianos do Brasil recente

(Continua)

Referência	Definição de burguesia interna
Boito Junior (2012a)	<p>“uma nova burguesia nacional, uma fração da classe burguesa a qual se aplica sob medida o conceito de burguesia interna elaborado por Poulantzas (1978)” (p. 67).</p> <p>“A burguesia interna conforme sua perspectiva ocuparia uma posição intermediária entre o que se chama “antiga burguesia nacional” e a “velha burguesia compradora”, buscando “ao mesmo tempo associar-se ao capital imperialista e limitar sua expansão no interior do país” (p. 68).</p>
Filgueiras (2017b)	<p>“A grande burguesia interna, conceito cunhado por Nicos Poulantzas (1974, 1977), não é sinônimo de burguesia nacional; diferentemente desta última, que já não existe no Brasil há décadas, não possui contradições incontornáveis com os capitais estrangeiros e o imperialismo, não é nacionalista; mas possui um espaço próprio de reprodução do capital que não passa necessariamente pela aliança com estes últimos - portanto, diferencia-se também da burguesia cosmopolita associada, política e objetivamente, ao imperialismo” (2017b, p. 150).</p>

⁴³ Definições semelhantes podem ser vistas em: (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 60; 2012a, p. 67); (MARTUSCELLI, 2009, p. 21).

Quadro 2 - Exemplos de definições de burguesia interna para os intérpretes poulantzianos do Brasil recente

(Conclusão)

Referência	Definição de burguesia interna
Martuscelli (2018)	“[...] é uma fração de classe que possui uma posição ambivalente diante do capital estrangeiro ou imperialista, oscilando entre a contradição e a dependência. Configura-se, portanto, como uma fração que não pode vir a participar de uma frente anti-imperialista e tampouco se comportar como uma mera correia de transmissão dos capitais forâneos. A burguesia interna é uma fração de classe que emerge nas formações sociais dependentes como fruto do processo de desenvolvimento das forças produtivas e da internacionalização do capital, daí advindo, assim, sua característica como fração de classe: é dependente financeira e tecnologicamente do capital estrangeiro ou imperialista e, ao mesmo tempo, resiste de forma seletiva a tais interesses sem confrontá-los abertamente como força anti-imperialista [...] é uma fração de classe que aceita com seletividade a presença do capital estrangeiro ou imperialista numa dada formação social. Tais características levam a burguesia interna a expressar sua fragilidade econômica, política e ideológica diante ao imperialismo, aceitando tendencialmente o lugar subordinado que lhe é reservado na divisão internacional do trabalho” (p. 62).
Saes (2007)	“Essa fração burguesa, por um lado, não se identifica com a burguesia articulada ao capital estrangeiro (ou “burguesia associada”), já que ela tem algumas divergências com o imperialismo e não pode, portanto, apoiar inteiramente as políticas exigidas pelo capital financeiro internacional. Mas, por outro lado, a burguesia interna distingue-se da antiga burguesia nacional, que estava tendencialmente interessada na ampliação do mercado interno e na redistribuição da renda com vistas à criação de um mercado de massas” (p. 168–169).

Fonte: Boito Júnior (2012a); Filgueiras (2017b); Martuscelli (2018); Saes (2007). Elaboração do autor a partir das referências apontadas.

O terceiro elemento geral que constitui as análises dos intérpretes poulantzianos diz respeito a utilização dos conceitos bloco no poder e burguesia interna, e da posição dessa fração da burguesia no bloco no poder durante o período classificado neste trabalho por Brasil recente, considerando os diferentes governos que perpassaram por essa trajetória. As questões inerentes à essa discussão serão tratadas na seção a seguir.

3.2 Governos neoliberais, neodesenvolvimentistas, e pós-neodesenvolvimentistas nas interpretações poulantzianas do Brasil recente (1990 – 2021)

Conforme mencionado anteriormente, para a compreensão de contextos históricos a partir de elementos do âmbito político e econômico, as interpretações poulantzianas sobre o Brasil recente têm como enfoque a utilização dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e como elemento central, a posição dessa fração da burguesia, em relação às demais frações dessa classe, no âmbito do bloco no poder. Assim, os referidos intérpretes dividem o período histórico que percorre desde a década de 1990 até o contexto atual, em três etapas, em que a primeira etapa é associada aos denominados governos neoliberais, que abrangem os governos Collor (1990-1992) e FHC (1995 –

2002)⁴⁴, a segunda etapa diz respeito aos governos neodesenvolvimentistas de Lula (2003 – 2010) e Dilma (2011 – 2016), e a terceira etapa é identificada por uma suposta retomada da agenda neoliberal durante os governos Temer (2016 – 2018) e Bolsonaro (2019 -), inclusive sendo considerado por Boito Júnior e Filgueiras, o contexto do governo Bolsonaro como representativo de um neofascismo neoliberal no Brasil.

Essa seção está dividida em três subseções em que, inicialmente, serão apresentadas a caracterização feita sobre o neoliberalismo e a posição da burguesia interna e do bloco no poder a partir dos denominados governos neoliberais. Ou seja, serão considerados tanto o entendimento geral dos referidos intérpretes sobre o neoliberalismo, quanto a interpretação dos referidos governos neoliberais. Em seguida será feita a análise acerca da compreensão que os referidos autores têm dos governos Lula e Dilma, considerando o entendimento desses acerca da inflexão na posição da burguesia interna no bloco no poder neste período. Por fim, será apresentada a interpretações poulantzianas no que se refere a um aparente novo processo de inflexão política que decorreu a partir do processo de impeachment e a caracterização do governo Bolsonaro, tendo em vista a posição da burguesia interna nesse processo e no referido governo, assim como o arranjo que configura o bloco no poder desde então.

3.2.1 Burguesia interna e bloco no poder nos governos neoliberais (1990 – 2002)

A primeira etapa da análise sobre as interpretações poulantzianas do Brasil recente diz respeito aos anos de 1990 a 2002, considerando os governos neoliberais desse período. Em relação a essa classificação, e a discussão sobre a forma de realizar a interpretação e a caracterização de governos, a primeira questão que se coloca é que, tal qual é apontado por Saes (1996, p. 11), o “conhecimento da orientação política de um governo só pode ser obtido através do exame de medidas, propostas e iniciativas políticas que, no seu conjunto, compõem a estratégia governamental”. O que o supracitado autor, e Boito Júnior (1999), Martuscelli (2012), e Filgueiras (2006) fazem é analisar os governos classificados enquanto neoliberais sob os referidos parâmetros do que compõe a estratégia governamental, assim como as implicações dessa estratégia no âmbito das disputas no bloco no poder. Nesse sentido, os governos Collor e FHC são classificados enquanto neoliberais devido as

⁴⁴ Não há por parte das interpretações poulantzianas a partir dos conceitos bloco no poder e burguesia interna uma análise específica sobre o governo de Itamar Franco (1992 – 1994), sendo apenas reconhecido enquanto uma continuidade da agenda neoliberal em termos do Bloco no poder.

características dos planos de governo, da base de sustentação sociopolítica desses planos, e das medidas de política econômica que foram colocadas em prática por esses governos.

Todavia, ainda antes de entrar nas análises específicas feitas pelas interpretações poulantzianas do Brasil recente no que diz respeito a esses governos, é necessário apontar o que constitui essa denominada política estatal neoliberal para essa perspectiva.

Sob esse ponto de vista, Filgueiras (2006, p. 179) estabelece uma divisão entre a doutrina, o projeto político-econômico, e o modelo neoliberal. Em um sentido mais geral, a doutrina corresponde aos elementos que conformam a crítica ao Estado de bem-estar social e ao socialismo mediante uma “atualização regressiva do liberalismo”. Esses elementos fundamentam teoricamente a política estatal neoliberal para o contexto dos governos neoliberais, podendo ser então considerada enquanto uma “[...] apologia abstrata do mercado que se aplica, de um modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista, ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses” (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 30).

Embora os referidos autores das interpretações poulantzianas levem em conta a importância da proximidade entre os elementos que conformam uma vertente teórica de pensamento e o conteúdo de uma determinada política estatal, também ressaltam a ideia de que a influência do pensamento, baseado no liberalismo econômico, sobre o conteúdo da política econômica, deve ser compreendida sob a luz de um contexto histórico e de um local específico de análise. Ou seja, sendo a doutrina o elemento geral, a ideia de projeto e de modelo neoliberal tem de ser discutida a partir da identificação dos elementos que caracterizam a forma concreta de expressão do neoliberalismo enquanto programa político-econômico, tendo em vista a mencionada especificidade do contexto e do local, e o que conforma as diferenças, tanto do projeto, quanto do modelo, de acordo com cada país e suas respectivas formações sociais.

Logo, o ponto de partida para a compreensão do contexto do neoliberalismo no Brasil no âmbito dos referidos governos Collor e FHC, deve ser a interpretação do neoliberalismo enquanto uma política estatal que assumiu a forma de um conjunto de ações graduais direcionadas ao desmonte da política estatal anterior, isto é, do denominado nacional-desenvolvimentismo ou modelo de substituição de importações, doravante MSI (SAES, 2007).

Isso posto, é possível entender a ideia de modelo econômico neoliberal, ou de padrão⁴⁵ de desenvolvimento liberal-periférico, por meio das políticas que foram implementadas no Brasil durante o referido período dos governos Collor e FHC, tais como as aberturas comercial e financeira, e a desregulamentação de mercados, com a consequente posição hegemônica do capital financeiro ante as demais frações da burguesia. Do mesmo modo, depreende-se que as características específicas do neoliberalismo no âmbito do capitalismo dependente brasileiro resultam da trajetória prévia dessa economia, o que diferencia o neoliberalismo nesse país em comparação a outros países.

Essa trajetória prévia ao neoliberalismo é dividida pela referida interpretação em dois momentos que demarcam os denominados modelos de desenvolvimento primário exportador, entre os anos de 1850 e 1930, e de substituição de importações, entre os anos de 1930⁴⁶ e 1990. Esse último, anterior imediato ao período do neoliberalismo, é caracterizado pelo processo de industrialização da economia brasileira com acentuado estímulo devido ao deslocamento de filiais de empresas industriais e financeiras dos países centrais que então passaram a atuar diretamente no território nacional em associação, ou não, com outros setores da economia nacional, e também em virtude dos investimentos realizados por meio da iniciativa estatal em ramos industriais até então não constituídos nessa economia, resultando na expansão, tanto da oferta de bens de consumo duráveis, não duráveis, e de insumos de produção, quanto do incipiente mercado consumidor interno, embora permanecendo as características de uma economia marcada pela concentração de renda.

De acordo com Saes (2007), a base sociopolítica do MSI era constituída pela articulação de três setores econômicos. Dois desses setores eram vinculados à indústria, e dentre esses um era o principal, comandado pelo capital estrangeiro, e outro secundário, comandado pela burguesia local que fornecia insumos para o setor industrial principal, e o terceiro era vinculado ao setor público e se direcionava ao provimento da infraestrutura física para o desenvolvimento industrial, sendo comandado pela burocracia civil-militar, denominada por Boito Júnior (1999) como burguesia de Estado.

Para Saes (2007), esse modelo liderado pelo capital estrangeiro resultou em uma acomodação tanto da burguesia local, que consolidou uma posição subalterna na dinâmica econômica industrial, quanto de parte das classes trabalhadoras, em que, no caso dessas, expressavam uma percepção

⁴⁵ Nessa parte do texto será utilizado o termo modelo conforme pode ser visto em Filgueiras (2006). Na sessão sobre as interpretações do processo de impeachment e do governo Bolsonaro, será utilizado o termo padrão de desenvolvimento, conforme se encontra em Filgueiras (2017a; 2017b; 2019)

⁴⁶ Saes (2007) considera esse período a partir da década de 1950.

quase que natural, e até mesmo vantajosa, da proeminência do capital estrangeiro na economia nacional, e isso devido a geração de empregos e as possibilidades de salários mais elevados. Ou seja, para o referido autor, era um modelo de desenvolvimento em que as suas características reduziam a capacidade de gerar contestações, seja da burguesia local, tendo em vista que se colocaram os limites de sua identificação enquanto uma burguesia nacional⁴⁷, ou por parte da própria massa de trabalhadores, na sua organização em direção a luta anti-imperialista.

Em Saes (1996), a interpretação da decadência do antigo modelo e a sua substituição pelo neoliberalismo, é expressa na medida que o autor considera enquanto neoliberal toda ação que contribua para o desmonte das políticas que tenham por objetivo o incentivo à independência econômica nacional, a promoção do bem-estar social e do pleno emprego (ou keynesianismo), e a mediação dos conflitos socioeconômicos. Dessa forma, esse processo explicita uma nova (FILGUEIRAS, 2017a; 2017b) ou uma novíssima (SAES, 2007) forma de dependência que se caracteriza pelo desinteresse do capital financeiro, do capital monopolista industrial, e até mesmo de governos estrangeiros, especialmente do governo norte-americano, em novos investimentos e na instalação de novas estruturas produtivas que até então eram parte fundamental do avanço da industrialização de outros países, como por exemplo, do Brasil. Por meio de organismos multilaterais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), e a Organização Mundial do Comércio (OMC), há um movimento de pressão junto aos governos de países latino-americanos para que esses redirecionassem as suas políticas econômicas ao encontro das diretrizes do programa neoliberal, e tendo como plano de fundo para essas orientações, o diagnóstico do elevado nível de endividamento externo dessas economias, e das causas desse endividamento.

Para as interpretações poulantzianas, essas iniciativas que conformam o programa neoliberal podem ser enquadradas em três pilares básicos que objetivavam: 1) a desregulamentação do mercado de trabalho por meio da flexibilização de direitos trabalhistas e de políticas sociais, denominado por círculo externo; 2) a desarticulação do aparelho produtivo estatal a partir das privatizações, denominado por círculo intermediário; 3) as aberturas comercial e financeira da economia

⁴⁷ Esse é um elemento importante e que é apontado por quase todos os autores da interpretação Poulantziana do Brasil recente, isto é, ora mencionam a ideia de existência da burguesia nacional – como por exemplo em Saes (2014) ao mencionar que o golpe militar de 1964 determina a desaparecimento política da burguesia nacional -, ora reconhecem as limitações de se falar em uma burguesia nacional na história política e econômica do Brasil – como no mencionado caso de Saes (2007) e também de Martuscelli (2012). A importância se refere ao fato que o conceito de burguesia interna em Poulantz (1978) deriva, e se diferencia, do conceito de burguesia nacional, o que implica em limitações na apropriação e uso desse conceito para a interpretação do Brasil. Mais elementos sobre essa limitação serão objeto de discussão no capítulo 3.

brasileira, denominado por círculo menor e central. A implicação dessas iniciativas é a promoção de mudanças no padrão de intervenção do Estado na economia brasileira, mesmo que não seja uma retração radical da atividade estatal ou do volume dos gastos públicos, já que há custos econômicos e sociais para operacionalizar esse desmonte.

Em vista disso, e conforme os objetivos desse trabalho, é importante detalhar esses três pilares do programa neoliberal à luz dos interesses das frações da burguesia e das consequências no âmbito do bloco no poder no Brasil da década de 1990.

De acordo com Boito Júnior (1999), que é o autor que utiliza a terminologia de “círculos”, o círculo externo abarca os interesses de todas as frações da burguesia independentemente da escala (pequena, média ou grande empresa), da origem (burguesia local ou estrangeira), ou da área de atuação (comercial, industrial, ou financeira), sendo que a fração denominada por capital financeiro é a principal interessada na redução dos gastos sociais, na desregulamentação do mercado de trabalho, e na flexibilização das políticas sociais, já que é remunerado por serviços da dívida que advém do orçamento público. Em comparação, o denominado círculo intermediário é mais restrito em termos de abrangência de interesses devido ao fator escala, pois os mais favorecidos pelas medidas que se enquadram nesse círculo foram as grandes empresas do setor bancário e industrial, sobretudo de capital nacional, embora em algumas situações em associação com capital estrangeiro⁴⁸. Logo, ao não abarcar os interesses do pequeno e do médio capital, consequentemente não gerou ações, por parte desses, em defesa, e tampouco de crítica às iniciativas que conformam esse círculo. Por fim, o círculo central é o mais restrito no que se refere a abrangência de interesses pelo fato que apenas o capital imperialista e a fração bancária do capital monopolista, que é a representante do núcleo da burguesia associada brasileira, e que seus interesses são um prolongamento dos interesses do capital financeiro internacional⁴⁹, terem seus interesses contemplados com as iniciativas que conformam esse círculo. Os interesses dessas duas frações mencionadas anteriormente, o capital imperialista e a fração bancária do capital monopolista, se concentram nas medidas de privatização dos bancos estaduais, e consequentes ampliações dos bancos privados, a internacionalização do setor financeiro, e a orientação das políticas monetária e

⁴⁸ Boito Júnior (1999) aponta que as empresas que participaram e foram as maiores beneficiadas do processo de privatização foram os bancos Safra, Bamerindus, Bradesco, Itaú, Boa Vista, Unibanco e Bozano Simonsen, e os grupos industriais Ipiranga, Fosfertil, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Vicunha, Gerdau, Votorantim. Embora ressalte que o entrelaçamento entre os grandes grupos fosse de difícil conhecimento em detalhes, talvez pela época do texto.

⁴⁹ O denominado capital financeiro internacional é identificado como a fração que rivaliza com a burguesia interna no âmbito do Bloco no poder no contexto dos anos 2000. Essa situação será mais bem explicitada na discussão sobre o referido contexto histórico. De acordo com Boito Júnior (2012a, p. 75) é composta pelos “grandes conglomerados que unificam bancos, serviços, e indústria, sob o comando das finanças”.

fiscal com vistas a perpetuar as taxas de juros vigentes em patamares elevados⁵⁰, tendo em vista os montantes pagos aos serviços da dívida pública interna e externa.

Conforme mencionado, e sendo as repercussões de uma determinada estratégia de política econômica no âmbito das frações da burguesia e do bloco no poder um dos principais elementos da interpretação poulantziana, os referidos círculos que representam o programa neoliberal resultam em divisões, atritos, e acomodações em posições que culminam em uma nova configuração do bloco no poder.

Sob esse entendimento, um primeiro elemento importante é a posição da referida burguesia de Estado, que foi alvo tanto de campanha política e ideológica da frente neoliberal, quanto do processo de redemocratização. De acordo com Boito Júnior (1999), essa fração da burguesia que ocupou uma posição relevante no âmbito do Bloco no poder no período anterior ao neoliberalismo, e que era então composta por agentes da burocracia de Estado que atuavam nas empresas estatais que foram privatizadas, como, por exemplo, mineradoras, indústrias, bancos, operadoras de serviços urbanos, aceitou o processo de privatização praticamente sem luta, e passou por um processo de transformação em direção a própria concepção de burguesia privada, tendo em vista a possibilidade que os diretores de empresas estatais tiveram de se tornarem acionistas, mesmo que minoritários, das empresas que foram privatizadas.

Outro elemento importante de ser ressaltado sobre as repercussões da política econômica neoliberal no âmbito das frações da burguesia e do bloco no poder, diz respeito a interpretação da ideia de restrição da abrangência de interesses de alguns círculos, especialmente do círculo intermediário e do círculo central. Em ambos os casos, essa restrição pode ser vista no interior do próprio setor financeiro, e na relação deste setor com o setor industrial.

No que se refere ao interior do setor financeiro, as críticas emanadas desde associações representativas do denominado médio capital bancário, dentre as quais Boito Júnior (1999) menciona a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos, e em contraposição a essa, a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), que representava os bancos estrangeiros ou com participação do capital estrangeiro, se direcionavam ao processo de concentração que estava ocorrendo no setor, e aos ganhos obtidos em maior proporção, a partir da política monetária, pelas

⁵⁰ Essa condição evidencia para Boito Júnior (1999) um indício do predomínio dos interesses do setor bancário no interior do conjunto da fração burguesa monopolista, com a diferença que no período neoliberal se agregam novos elementos.

grandes empresas financeiras, isto é, especialmente pela fração denominada por capital financeiro internacional.

Por outro lado, na relação do setor financeiro com o setor industrial, ressalta-se que o médio capital bancário também foi beneficiado pelos efeitos da política monetária, enquanto o setor industrial, especialmente o médio capital industrial, incorreu em perdas devido as já mencionadas elevadas taxas de juros vigentes entre as décadas de 1980 e 1990. Em termos da fração monopolista da burguesia brasileira, também era objeto de crítica de entidades representativas do setor industrial as diferenças de rentabilidade das grandes empresas desse setor em comparação com as empresas do setor financeiro, incluindo os grandes bancos privados nacionais. Sob os efeitos da política monetária e de abertura comercial, as medidas de diversificação de investimentos tomadas por empresas do setor financeiro em direção ao setor industrial privado e estatal, sobretudo por iniciativas dos grandes bancos privados nacionais, e do mesmo modo as ações do setor industrial visando aumentar sua participação no setor financeiro, não foram suficientes para amenizar os conflitos a fim de alcançar um equilíbrio no conjunto dos interesses desses setores, o que pôde ser observado nas diferenças reivindicatórias das manifestações de atuação política das associações dos grandes bancos e de grandes indústrias, e até mesmo de representantes de indústrias estrangeiras⁵¹.

É por isso que, do ponto de vista da restrição de interesses do círculo central, se considera que uma fração do capital monopolista e do capital imperialista, representativa do setor financeiro, teve seus interesses plenamente contemplados, e que a fração industrial incorreu em perdas motivadas pelas medidas de política econômica que foram de encontro aos seus interesses. Ressalva-se que, no que tange à política de taxa de juros, deve-se considerar que a própria fração industrial se colocou em uma posição defensiva, não promovendo ações contestatórias devido ao diagnóstico de fragilidade externa da economia brasileira desde a década de 1980, o que, todavia, resultou no predomínio dos interesses do capital bancário nacional e do capital financeiro internacional, enquanto fração hegemônica no bloco no poder e, conseqüentemente, na orientação política do Estado brasileiro.

Ou seja, para a interpretação poulatziana, as políticas econômicas que caracterizam um determinado modelo de desenvolvimento, em que no caso abordado até aqui, é o projeto neoliberal que caracteriza o modelo neoliberal, resultam e refletem as alterações que ocorrem no âmbito da configuração do bloco no poder. Na etapa final do denominado MSI, circunscrito historicamente entre o final da ditadura militar e o encerramento do governo de José Sarney (1985 – 1989), a

⁵¹ Um exemplo que pode ser apontado é o das montadoras do setor automotivo devido às medidas de abertura comercial e de reforma tributária, em relação à importação de veículos, tal como pode ser visto em BAPTISTA (2009).

hegemonia no bloco no poder era estabelecida a partir da política econômica que preservava os interesses gerais da burguesia, e priorizava os interesses do conjunto da fração monopolista da burguesia brasileira, representada pelas grandes empresas financeiras, industriais e comerciais. Essa hegemonia sofreu uma inflexão diante das políticas econômicas que conformam o projeto neoliberal e que resultaram na mudança do modelo de desenvolvimento em direção ao neoliberalismo a partir da década de 1990, permanecendo a hegemonia do grande capital, mas com diferenças tendo em vista as perdas relativas de algumas das frações da burguesia brasileira, tanto em relação as frações imperialistas, quanto no interior dessa burguesia.

Logo, de maneira geral, e considerando os referidos três círculos da política econômica que caracterizam os denominados governos neoliberais, a análise feita pelas interpretações poulantzianas se fundamenta no comportamento sociopolítico das frações da burguesia e, com menor relevância por estarem fora do âmbito do bloco no poder, da classe trabalhadora, do movimento sindical, e das classes médias, em relação a essas medidas econômicas. Para essa perspectiva, tem-se o entendimento de que houve um consenso entre todas as frações da burguesia no tocante as flexibilizações de direitos trabalhistas e das políticas sociais, porém, também houve discordâncias e conflitos a respeito do ritmo de implementação das medidas de privatizações e, especialmente, das medidas de abertura comercial e financeira. Dessa forma, para uma interpretação e qualificação da forma com que o projeto neoliberal foi implementado no Brasil, cabe identificar esses conflitos considerando os governos identificados enquanto neoliberais.

Filgueiras (2006) aponta que, em termos comparativos a outros países, o Brasil foi o último país da América Latina a implementar o projeto neoliberal devido as mencionadas discordâncias entre as frações da classe dominante que expressavam a complexa estrutura produtiva do país, assim como as dificuldades de adaptação de alguns setores frente ao novo contexto, com ênfase principal nos efeitos das políticas econômicas neoliberais no setor industrial. Inclusive, o autor aponta que até meados da década de 1980, a proposta de algumas frações da classe dominante era de reformulação do MSI por meio da manutenção da importância do papel do Estado na economia, mas com alterações na amplitude dessa atuação.

No âmbito político, algumas das correntes políticas que durante a vigência do MSI eram comprometidas com a referida articulação entre o capital estrangeiro, a burguesia local e o setor público, dentre as quais as correntes nacionalistas, desenvolvimentistas, e reformistas, passaram por um processo de revisão dos seus programas políticos e se tornaram parte das forças políticas que assumiram a função de liderança na implementação do programa neoliberal. Saes (2007) aponta

que, de certa maneira, essa atuação resultou até mesmo no congelamento da expansão econômica da burguesia local, apontando como exemplo no âmbito político brasileiro, o caso do Partido da Social-Democracia Burguesia (PSDB), que, ao assumir a posição de governo, passou a executar um programa de política econômica conforme as exigências do capital financeiro internacional. Esse movimento expressa, conforme apontado no capítulo anterior, um deslocamento da representação partidária de classe, isto é, o abandono de um partido, ou de uma corrente política, da representação de interesses de uma classe, ou fração de classe, para representar os interesses de outra classe ou fração⁵².

Isso posto, o projeto e o modelo neoliberal, e as suas reverberações nas disputas entre as distintas frações de classe da burguesia, e entre essas frações e as classes trabalhadoras, também devem ser compreendidas sob as características próprias de cada país. A especificidade que caracteriza a ideia do projeto neoliberal é o que determina que o neoliberalismo, enquanto política estatal, está inserido em um contexto histórico, e assim tem diferenças na forma e no êxito de implementação das políticas que lhe caracterizam, conforme a realidade e o contexto de cada país⁵³. Ou seja, ao mesmo tempo em que ponderações e gradualismo possam ser caracterizados como “desvios” da política neoliberal em relação a doutrina, e isso mesmo que os tomadores de decisão no âmbito governamental se inspirem nessa doutrina e tenha apoio político e social para a implementação dessas medidas, deve-se ter em vista os efeitos que essas políticas geram sobre a economia e a sociedade, e que, portanto, são suscetíveis de enfrentarem resistências.

Além da própria resistência por parte das frações de classe que mais incorrem nos impactos sociais e econômicos das medidas neoliberais, conforme aponta Boito Júnior (1999, p. 29-30), e é um dos elementos centrais das interpretações poulantzianas do Brasil recente, uma fonte de contradição entre a doutrina e o projeto neoliberal, e, portanto, de resistência ao projeto, são os conflitos

⁵² Este é um ponto importante da perspectiva poulantziana, que tem o entendimento de que os mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) executaram uma política econômica conforme as exigências da denominada burguesia interna, em contraposição aos governos Collor e FHC, que executaram uma política econômica conforme as exigências do capital financeiro internacional e da burguesia associada. Essa não seria uma questão específica do Brasil, pois há casos semelhantes tanto em nível de América Latina quanto em nível da Europa ocidental, no contexto das décadas de 1980 e 1990.

⁵³ Saes (1996) aponta para a importância de se levar em consideração a variação das condições socioeconômicas de cada país, que resulta em diferentes aproximações das políticas neoliberais em relação ao modelo neoliberal para cada país. A partir de Perry Anderson, menciona como exemplos, em uma escala de implementação dessas medidas, a Inglaterra durante os governos de Margaret Thatcher no topo, em seguida, os governos trabalhistas na Austrália e na Nova Zelândia na década de 1980, que implementaram medidas que compreendem os três círculos e foram mais bem sucedidos no enfrentamento à resistências à essas medidas, e, de forma mais modesta, as iniciativas na França durante os governos de François Mitterrand na década de 1990, e na Alemanha durante as décadas de 1980 e 1990, em que nesses dois últimos países, identifica que houve maiores obstáculos econômicos e políticos na implementação das políticas que são classificadas enquanto neoliberais.

existentes no interior das frações burguesas. Assim, para essa perspectiva, o que se teve no Brasil da década de 1990 foi o neoliberalismo possível tendo em vista as particularidades econômicas, políticas, sociais, e de trajetória histórica, desse país.

Adentrando na discussão específica de governos neoliberais, de acordo com Filgueiras (2012), a evolução da implementação do modelo neoliberal no Brasil pode ser dividida em quatro (4) fases. A primeira é considerada como a mais turbulenta, e isso no sentido dos efeitos provocados pela ruptura com o MSI por meio das primeiras ações concretas de política econômica durante o governo Collor. A segunda fase foi a de ampliação e consolidação desse projeto durante o primeiro governo FHC, que foi sucedida por uma terceira fase de aperfeiçoamento e ajuste do modelo econômico brasileiro baseado no projeto neoliberal, que se situou entre o segundo governo FHC e o primeiro governo Lula. Por fim, o que pode ser considerado uma quarta fase, embora passível de críticas⁵⁴, abrange o 2º governo Lula e o primeiro governo Dilma, em que há uma acomodação da burguesia interna no âmbito do bloco no poder que refletiu as iniciativas de política econômica caracterizadas por uma atuação mais direta do Estado e pela arbitragem exercida por essa atuação no que se refere aos interesses das distintas frações da burguesia.

Dentre os governos classificados por neoliberais, o governo Collor é considerado como o marco inaugural do período neoliberal do Brasil pois, mesmo que o programa político e econômico que representa o projeto neoliberal, isto é, de “estado mínimo” a partir de reformas “direcionadas para o mercado”, de iniciativas de privatizações, de abertura comercial, e de internacionalização do sistema financeiro nacional, já fosse apoiado e defendido por diversas instituições e frações da burguesia desde o final da década de 1970⁵⁵, principalmente pela fração do grande capital bancário e financeiro, que atua como intermediadora dos interesses imperialistas no país em conjunto ao denominado capital financeiro internacional, esse foi o primeiro governo pautado, em termos de discurso e de medidas de política econômica, pelas diretrizes da doutrina neoliberal. Logo, é a partir do referido mandato presidencial, e dos governos subsequentes, que ocorreram as mudanças estruturais que desde então, de acordo com Filgueiras (2006), foram estruturando um novo modelo

⁵⁴ Existem discordâncias em relação a classificação dos governos Lula e Dilma como neoliberais, assim como em relação a questão da posição das frações da burguesia, especialmente da burguesia interna, como acomodação ou hegemonia.

⁵⁵ Nakatani e Oliveira (2010) situam as iniciativas com esse teor desde a década de 1980. Saes (2007) aponta que desde a década de 1980 o capital financeiro pressionou pela implementação de políticas de privatização, abertura comercial e internacionalização do sistema financeiro. Em Saes (1996), o autor indica que a grande burguesia industrial, por meio de suas instituições representativas tais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fez campanha desde a constituição de 1988 a favor da desregulamentação, ou em outros termos, da liquidação dos direitos sociais e trabalhistas.

econômico resultante do projeto neoliberal no Brasil, em que, através do direcionamento da política econômica, e das mudanças estruturais implementadas por sucessivos governos, as relações entre as classes e frações de classes, e a configuração do bloco no poder com as suas frações hegemônicas, foram se alterando.

Nesse sentido, Martuscelli (2012) aponta que a análise sobre esse governo, e que vale, com as devidas ponderações, para os demais que serão analisados adiante, deve ter como base quatro elementos: 1) a implementação das políticas neoliberais; 2) a forma como essas políticas foram implementadas nesse contexto; 3) qual foi a reação de alguns setores da sociedade brasileira, tais como a grande burguesia bancária e financeira, a grande burguesia industrial, as classes médias e trabalhadoras, o movimento sindical e popular; 4) de que maneira se organizou o bloco no poder nesse período. Esses elementos correspondem aos mencionados aspectos apontados por Saes (1996) de que a análise sobre a política estatal neoliberal deve ir além da proximidade entre a doutrina e o conteúdo da política, ou seja, de que é necessário circunscrevê-la à um contexto histórico pois a política estatal repercute a influência de fatores econômicos e extraeconômicos. Do mesmo modo, corrobora com o que é apontado por Filgueiras (2006) no que diz respeito aos processos econômicos e políticos que levaram a vitória eleitoral dessa candidatura que representava o programa político neoliberal, as forças sociais que formaram a base de apoio e de sustentação ao referido governo e à sua política econômica, que evidenciaram as distintas frações da burguesia que passaram a compor o bloco no poder, assim como as contradições e as disputas internas decorrentes desse processo.

Nesse sentido, e iniciando pelo contexto interno, é o primeiro governo eleito por meio de eleições diretas desde as eleições de 1960 e sob a vigência da Constituição Federal de 1988, e algumas das medidas governamentais implementadas e aventadas, foram de encontro às conquistas e direitos sociais, especialmente dos trabalhadores, conquistados tanto historicamente, quanto referendados na referida carta magna. Externamente, é o período da derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de difusão do conjunto de iniciativas de política econômica que compreendem o que ficou conhecido por Consenso de Washington⁵⁶. Assim, sendo o governo Collor classificado como a primeira experiência de um projeto neoliberal no Brasil, a partir de seu programa político econômico baseado na doutrina política e econômica mais geral do neoliberalismo, as iniciativas de política econômica que caracterizam esse, e que vale para os demais governos neoliberais no Brasil, são denominadas por Martuscelli (2012, p. 22) por contrarreformas pois “não logra reformar o

⁵⁶ Mais sobre o consenso de Washington ver o já referenciado texto de Baptista (2009).

capitalismo para atender os interesses das classes subalternas”, mas busca reduzir algumas das conquistas que essas classes obtiveram no período anterior e na própria constituição de 1988.

Sob esse entendimento, e considerando a trajetória prévia de apoio a medidas com esse caráter, o reconhecimento da crise estrutural, a rejeição aos paradigmas do MSI, e a forma como foi percebida a Constituição Federal de 1988 pelas diversas frações da classe burguesa, resultaram no diagnóstico de que a solução para tais situações passava pela implementação do projeto e do modelo neoliberal, tendo a candidatura Collor contado com o apoio de diversas frações da burguesia, empresas de comunicação, e até mesmo de frações das classes trabalhadores, das classes médias, e parcelas da população de menor renda e escolaridade. Dessa forma, o resultado das eleições de 1989 pode ser entendido enquanto a expressão do conjunto desses elementos no contexto em que estavam inseridos, em que, por meio do programa político do candidato eleito, onde se estabelece a maneira de lidar com os conflitos entre as frações da classe burguesa e dessas com a classe trabalhadora, foi dado o aval eleitoral, através do sufrágio, para a implementação das políticas identificadas com as contrarreformas neoliberais.

Isso posto, para a compreensão do projeto neoliberal, cabe apontar as questões que se colocaram no que diz respeito às contradições na implementação dessas políticas, e de que maneira essas contradições repercutiram no âmbito da organização política das classes sociais dominantes, isto é, da burguesia em termos do bloco no poder, mas também das demais classes sociais.

No que se refere a classe dominante nesse período, Filgueiras (2006) aponta que, mesmo com contradições e disputas internas, o suporte a eleição de Collor e ao projeto neoliberal ocorreu devido a mobilização da classe trabalhadora para além da pauta econômica durante a década de 1980, ou seja, pelo temor da burguesia em perder o controle político da sociedade. Observa o autor acerca da pertinência de três frações hegemônicas no que denomina bloco dominante, que eram: 1) o denominado capital financeiro internacional, representado pelos fundos de pensão, fundos mútuos de investimento, grandes bancos dos países desenvolvidos; 2) os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, representados pelas empresas que sobreviveram ao processo de globalização de forma competitiva, ou associada de forma subordinada ao capital estrangeiro, e que atuam diretamente no setor financeiro mas se fazem presentes em outras esferas; 3) o capital produtivo multinacional associado, ou não, ao capital nacional. Além disso, o bloco no poder também era constituído por outras frações não hegemônicas tais como os grandes grupos econômicos sem articulação orgânica com a esfera financeira, ou não financeirizados, e os grandes e médios capitais

dos setores do agronegócio, da indústria, do comércio, de serviços, que se direcionavam ou para o mercado externo, ou para o mercado interno.

Para o supracitado autor, as maiores dificuldades de viabilização de uma unidade política das frações burguesas nos termos do bloco no poder se encontravam na política econômica, embora mencione que os efeitos econômicos, políticos, e sociais das medidas adotadas, isto é, a redução da atividade econômica, o aumento do desemprego, a desvalorização dos salários, a imobilização da poupança e de ativos financeiros, a queda das alíquotas de importação que facilitou a entrada de capitais estrangeiros e dificultou a produção nacional devido ao acirramento da concorrência com produtos estrangeiros de maior conteúdo tecnológico, alcançaram e foram percebidos por todas as frações de classes.

De maneira específica sobre as frações burguesas, um primeiro elemento que é apontado por Martuscelli (2012) trata da natureza teórica dos planos de estabilização monetária, que foi de encontro à expectativa de algumas dessas frações que apoiaram eleitoralmente o então candidato Collor. Em termos gerais, as razões dessa frustração se referem especialmente as medidas de confisco de ativos financeiros, ao fim do *overnight*, a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), ao congelamento de preços, e ao ritmo das medidas de abertura comercial. Além disso, as iniciativas de desarticulação do aparelho estatal, isto é, de redução do papel do Estado, e dentre as quais se incluem o desmantelamento da política industrial, as iniciativas de privatizações e as quebras de monopólios estatais, as medidas de abertura comercial, e as restrições na concessão de subsídios e de crédito ao setor agrícola no início do governo Collor, embora tenham sido revertidas no segundo ano do mandato mediante ações de incentivos direcionados à consolidação da agroindústria e do agronegócio, também são consideradas como fator de dificuldade na construção da unidade política entre as frações burguesas no âmbito do bloco no poder.

Martuscelli (2012) identifica a posição do denominado grande capital bancário e financeiro nacional, que representa a vanguarda do programa político-econômico neoliberal devido as suas adesões a esse programa desde o momento anterior ao governo Collor, tendo em vista a atuação do capital financeiro internacional, durante o referido governo, de pressionar a favor da extinção dos dispositivos constitucionais de distinção da nacionalidade e da origem do capital, da desregulamentação do sistema financeiro, e da abertura do sistema financeiro nacional por meio da permissão de entrada de capital estrangeiro. Ademais, as instituições representativas do setor, como por exemplo a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) e a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), atuaram em favor da

implementação de um plano de estabilização monetária de teor ortodoxo, o que, todavia, não ocorreu, e de redução do papel regulador do Estado por meio das medidas de abertura comercial e financeira, das privatizações, e da desregulamentação do mercado de trabalho.

O supracitado autor aponta que as contestações por parte dessa fração em relação as iniciativas de política econômica do governo Collor se referiam às mencionadas medidas de política monetária, mas especialmente à pressão por maior participação de representantes do setor no processo de formulação e execução das medidas de política econômica. Todavia, o setor foi atendido e beneficiado por um conjunto de outras medidas como a abertura comercial, as medidas de ajuste fiscal, a adoção de políticas de livre negociação salarial por meio das câmaras setoriais, a eliminação da reposição salarial automática, a participação do setor nas privatizações, a relativa liberalização das normas relativas ao capital estrangeiro, a maior articulação entre os mercados financeiros nacional e internacional, que permitiram a ampliação do acesso de investidores estrangeiros nas bolsas de valores no Brasil, a flexibilização das condições para remessas de lucros, a facilitação de acesso a crédito externo, e a própria substituição no Ministério da Fazenda com a nomeação de um ministro, Marcílio Marques Moreira, que foi indicado pelo setor.

Ainda sobre a política econômica do período, Martuscelli (2012) aponta para outra fração da burguesia, a grande burguesia industrial, considerando, para tanto, as iniciativas da FIESP⁵⁷. As reivindicações dessa fração eram semelhantes às da fração bancária e financeira, em que criticava alguns elementos da política monetária, tais como o confisco de ativos financeiros e o congelamento de preços, mas apoiava as medidas de flexibilização do mercado de trabalho, de livre negociação salarial na forma das câmaras setoriais e do denominado “entendimento nacional”, e o processo de privatizações, pelo fato que diversas empresas do setor participaram dos leilões de empresas estatais. Entretanto, também reivindicavam uma maior participação no processo político decisório e de implementação da política econômica neoliberal, inclusive tendo indicado o então senador José Serra (PSDB-SP) para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda. Contudo, mesmo que essa reivindicação não tenha sido atendida, também não resultou em uma posição de oposição a Marcílio Marques Moreira, que efetivamente ocupou a posição de Ministro a partir do segundo ano do governo Collor.

⁵⁷ A atuação da FIESP é recorrentemente considerada pela interpretações poulantzianas do Brasil recente como um parâmetro central nas discussões sobre a política econômica e os arranjos do bloco no poder, sobretudo como uma representante da burguesia interna entre o final da década de 1990 e as duas primeiras décadas do século XXI.

Cabe destacar que essa fração da burguesia teve uma posição oscilante na defesa das medidas de política econômica caracterizadas por neoliberais, tendo em vista que em diversas situações reivindicou a defesa de seus interesses setoriais por meio da iniciativa estatal. Nesse sentido, o principal ponto de discordância dizia respeito a forma, ao ritmo, e a amplitude das medidas de abertura comercial, em que essa fração adotou uma postura em defesa do gradualismo como forma de ser possível a adaptação da estrutura industrial brasileira em relação as novas exigências competitivas do mercado, caracterizada pela inserção de novos produtos com uma maior intensidade tecnológica, menor custo, e produzido com fatores de produção de maior produtividade. Dessa forma, a crítica era de teor qualitativo em relação a abertura comercial, tendo em vista que, no geral, era uma iniciativa apoiada por todas as frações da grande burguesia, sendo criticado apenas o modo como estava sendo colocada em prática.

Contudo, mesmo sendo apenas uma crítica qualitativa, Filgueiras (2006) aponta que essa posição não deixa de ser um dos elementos que contribuem para as dificuldades de implementação do projeto neoliberal no país, considerando os seus efeitos no interior das classes dominantes, e pelo fato de atingir de forma diferenciada os diversos ramos da produção industrial e agroindustrial. Martuscelli (2012) aprofunda essa questão ao apontar que as referidas críticas se vinculavam a elementos de ordem estrutural e conjuntural. Em relação aos de ordem estrutural, aponta que a burguesia industrial brasileira se constituiu a partir de uma relação de dependência ao capital estrangeiro, o que configura uma situação de não formação de uma burguesia nacional típica, do mesmo modo que apontado por Saes (2007). Essa burguesia é classificada como dependente e de frágil caráter político e ideológico pois, ao mesmo tempo que busca se colocar de maneira autônoma em relação aos interesses do capital estrangeiro, sua efetiva atuação de maneira contrária aos interesses do capital estrangeiro é limitada. No que se trata dos elementos de ordem conjuntural, sendo a década de 1990 um contexto de difusão dos preceitos das denominadas contrarreformas neoliberais em diversos países do mundo, e dos conflitos políticos e sociais daí decorrentes, essa fração da burguesia adotou uma posição de aliança política com os interesses imperialistas ao aceitar o pacote de medidas que constituem as políticas neoliberais, mesmo que algumas dessas medidas afetassem diretamente os seus interesses.

A referida postura oscilante de criticar algumas, mas de aceitar, no geral, as medidas neoliberais, pode ser entendida enquanto o reflexo da mencionada fragilidade política-ideológica dessa fração da burguesia em relação ao capital imperialista, e que resultou em uma posição defensiva dessa fração na conjuntura política do início da década de 1990. Essa posição foi reforçada pelos efeitos

da recessão econômica e de medidas de política econômica que favoreceram o setor exportador, e que impactaram negativamente de forma mais acentuada determinados setores da indústria, enquanto favoreceu a outros⁵⁸. Portanto, essa dualidade entre contemplação de reivindicações e atritos de interesses, resulta em uma situação de resistência seletiva por parte da grande burguesia industrial e das suas entidades representativas.

Embora tanto a grande burguesia industrial quanto a grande burguesia bancária e financeira tivessem apoiado à candidatura Collor e o programa político neoliberal, um elemento de contestação comum dessas frações em relação ao mandato presidencial se direcionava à mencionada restrição e esvaziamento dos espaços de participação política desses setores na elaboração e no direcionamento da política econômica, contestação essa que também emanava desde o âmbito político partidário. A base para essa crítica eram as extinções dos conselhos e das comissões de caráter consultivo e deliberativo, que outrora contavam com a participação empresarial e governamental, assim como a prioridade na escolha por quadros técnicos para ocupar os principais ministérios econômicos, em detrimento de indicações dos setores econômicos representativos das referidas frações e dos partidos políticos da base do governo.

Portanto, a contestação se caracterizava pela crítica a centralização e ao fortalecimento do poder executivo na tomada de decisões, em detrimento do poder legislativo e de outros setores socioeconômicos, tais como as referidas entidades representativas das frações da burguesia. Progressivamente, o governo Collor se direcionou para uma situação de isolamento, e as tentativas de reversão desse isolamento ocorreram por meio de reformas ministeriais⁵⁹, dentre as quais a mencionada indicação de Marcilio Marques Moreira, mas que não significaram uma aproximação com os partidos políticos que seriam representantes das frações burguesas⁶⁰, mantendo a área econômica relativamente fechada para o alcance da intervenção desses partidos.

⁵⁸ De acordo com Martuscelli (2012), os setores mais impactados por essas medidas foram a indústria mecânica, a indústria de plásticos, e a indústria de vestuário, essa última devido a competição com produtos importados. Os setores menos afetados foram a indústria de alimentos, a indústria de bebidas, a indústria de fumo, a indústria de perfumaria, e a indústria de extração mineral.

⁵⁹ Martuscelli (2012), menciona como exemplo da redução das possibilidades de participação e indicações, o número de ministérios, que passou de 22 para 12 e que, inicialmente, 3 eram ocupados por políticos. Depois da reforma ministerial de 1992, foi ampliado o número de ministérios para 16, sendo 8 ocupados por políticos. Da mesma maneira a reformulação no sentido da disposição dos ministérios de 7 para 3 na área econômica, e de 6 para 4 na área social, concentrando as decisões e reduzindo a zona de influência política dos partidos nessas áreas. Além disso, ressalta que o Banco Central assumiu uma maior importância em termos das decisões de política econômica. O entendimento do autor é de que as iniciativas adotadas, especialmente em 1992, foram tentativas do governo de sair do isolamento.

⁶⁰ Esse é um elemento que reiteradamente aparece nas interpretações poulantzianas na tentativa de expressar os conflitos no âmbito do bloco no poder por meio do plano político partidário a partir da identificação de partidos que seriam representantes dos interesses de determinadas frações da classe burguesa.

Em síntese, as classes dominantes adotaram uma posição de apoio na implementação das políticas neoliberais, embora tenham feito reivindicações de interesses comuns, e principalmente, específicos. Assim, a resistência e a insatisfação das frações da burguesia que apoiaram a candidatura Collor e a plataforma neoliberal, se limitaram à crítica à algumas das medidas de política econômica, sobretudo em relação à abrangência e ao ritmo, e à busca por uma maior participação no processo de elaboração e de execução da política econômica, isto é, de implementação do projeto neoliberal. As críticas não configuraram uma oposição ao conjunto da política neoliberal, e ainda menos se apresentavam enquanto uma alternativa ao neoliberalismo ao se colocarem, no máximo, enquanto iniciativas para a superação da instabilidade hegemônica.

Essa instabilidade hegemônica reflete a ideia de limitação à constituição de um bloco no poder tendo em vista que a hegemonia passa a ser exercida em conjunto por diferentes frações burguesas, isto é, não há uma única fração hegemônica nos termos requeridos por um bloco no poder. Distingue-se da ideia de incapacidade hegemônica pois essa expressa a situação de aguda crise hegemônica na qual nenhuma fração consegue impor a sua hegemonia política, e que, para tanto, são necessários outros fatores, tais como um movimento de contestação social à natureza de classe da política de Estado. Logo, em termos da política e do bloco no poder neoliberal, o que ocorreu foi que, inicialmente, a política econômica neoliberal do governo Collor não alcançou o resultado de viabilizar os interesses das diferentes frações da classe dominante em disputa no âmbito do bloco no poder, e assim dissolver por completo os resquícios do antigo modelo econômico, o que limitou a constituição de um bloco no poder neoliberal, e expressou a crise do referido governo, mas não do regime político.

Ainda cabe mencionar sobre o governo Collor, a partir de Martuscelli (2012), as resistências e os apoios ao projeto neoliberal fora do âmbito das classes dominantes e de seus representantes no plano político-partidário. No contexto desse governo, tanto a classe média quanto o movimento sindical tiveram um comportamento político difuso dado que ao mesmo tempo que as políticas neoliberais impactavam os seus interesses, tais como o confisco da poupança, o congelamento de salários, em parte as medidas de privatizações, e geravam reações por parte desses setores sociais, a base do discurso neoliberal, também na forma de insatisfação em relação ao MSI, os direcionou para o apoio as políticas neoliberais.

Em relação as classes médias, além da política econômica propriamente dita, o projeto neoliberal se apresenta sob o *status* de modernizante e crítico às “práticas estatais”⁶¹, sendo esses fatores potencializados pela recorrente posição da mídia de apresentar a suposta falência do serviço público e a sobrevalorização da alternativa por meio dos serviços privados. O direcionamento dado às políticas sociais mediante cortes de recursos das áreas de educação, cultura, e saúde, não se constituiu enquanto um elemento determinante para situar as classes médias na oposição às políticas neoliberais pois, desde a década de 1970, passaram a usufruir de forma mais intensa de um conjunto de serviços privados, como por exemplo, a assistência médica, através da saúde suplementar, a previdência privada, por meio da previdência complementar, e a educação privada. É sob esse entendimento que Boito Júnior (1999) aponta para o desenvolvimento de um setor da burguesia que é denominado por nova burguesia de serviços⁶², que atua economicamente na oferta de serviços nas mencionadas áreas da saúde, da previdência privada, e da educação, e é explorada pelo próprio setor bancário, por exemplo, a partir de seguros de saúde e planos de previdência privada.

Logo, no âmbito político, as classes médias assumem nesse contexto uma posição reacionária pois sua existência, enquanto fração de classe, depende da ausência e da decadência de políticas públicas sociais que objetivem o cumprimento de direitos sociais. Nesse sentido, parte das classes médias se colocou no plano sociopolítico de forma favorável a política econômica neoliberal sobretudo no que se refere a desregulamentação e a redução de direitos sociais, embora não dispusesse da mesma capacidade de influência no direcionamento da política econômica em comparação as frações partícipes do bloco no poder. Desse modo, ocuparam uma posição estratégica no âmbito da política neoliberal por terem se beneficiado diretamente dessa política, mesmo que esses benefícios não tenham resultado de sua força política própria, atuaram em conformidade aos interesses gerais do neoliberalismo, isto é, de estigmatização de políticas sociais ofertadas pelo setor público, embora ressalve-se a possibilidade de que mudanças no âmbito das políticas sociais, irem ao encontro dos interesses dessa fração.

No âmbito do movimento sindical, Martuscelli (2012) aponta como marco importante do referido comportamento difuso, a criação, com apoio do governo federal e da FIESP, da Força Sindical em 1991. Essa constatação tem importância pela caracterização feita pelo referido autor sobre essa central sindical, entendida enquanto instrumento político de difusão das premissas do modelo

⁶¹ Tais como: “Estado parasitário”, “cartorial”, “empreguista”, que supostamente absorve os poucos recursos do povo pelo sistema tributário e coloca esses a disposição de “uma casta de privilegiados destituídos de qualquer utilidade social – burocratas e políticos profissionais” (MARTUSCELLI, 2012, p. 25).

⁶² Para os demais períodos, nenhum dos referidos intérpretes faz menção à essa nova burguesia de serviços.

neoliberal e de defesa da política econômica do governo Collor entre a classe trabalhadora, se contrapondo ao sindicalismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Essa caracterização dessa central é feita com base tanto nos sindicatos que se filiaram, sendo majoritariamente sindicados do setor privado, especialmente os sindicatos de trabalhadores das maiores empresas siderúrgicas, em que era potencializado o discurso crítico ao estatismo, ao funcionalismo público, as empresas estatais, e a precariedade do setor público na prestação de serviços, quanto na sua atuação nos processos de privatização, de desregulamentação do mercado de trabalho, ao apoiar a política de livre negociação, de flexibilização da jornada e do contrato de trabalho, e de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas, boicotando as greves organizadas pela CUT no período.

Por fim, o último elemento importante para o entendimento da política neoliberal, as frações de classe, e o bloco no poder no contexto do governo Collor, é a interpretação da crise política que resulta no processo de impeachment.

Considerando as frações da burguesia, as motivações de descontentamento correspondiam, ao mesmo tempo, aos sentimentos de morosidade e de demasiada aceleração na implementação de algumas medidas de política econômica por parte do referido governo, tais como a desregulamentação da economia e o processo de abertura comercial. Por outro lado, do ponto de vista das classes médias e do movimento sindical, o descontentamento se associava a percepção de redução no nível de bem-estar social, de desvalorização dos salários, e dos índices de desemprego. Todavia, conforme já apontado, são críticas que se situaram sobre os efeitos de algumas dessas políticas e da não efetivação de outras, mas que, no geral, não tiveram forças para se constituírem como uma crítica ao neoliberalismo e a política neoliberal, especialmente por parte das frações da burguesia.

No âmbito político-partidário, a manifestação desses descontentamentos se expressou por meio dos conflitos entre os poderes executivo e legislativo, como resultante do já mencionado processo de centralização de decisões, especialmente de política econômica, no poder executivo. Ressalta-se que houve um agravante na interação entre os dois referidos poderes devido a repercussão dos casos de corrupção que surgiram, e que progressivamente ganharam espaço nos meios de comunicação e na

sociedade em geral, resultando na instalação de comissões parlamentares de inquérito no congresso nacional⁶³.

De acordo com Martuscelli (2012), as manifestações populares que expressaram a referida crise política foram capitaneadas pelo movimento estudantil, que atuou enquanto agentes substitutos das classes burguesa e proletária como massa de manifestação, dado que esses últimos se colocaram enquanto incapazes de defender seus interesses de classe no plano político institucional. O teor dessas manifestações refletia o discurso das classes médias, com semelhanças aos elementos que geraram a insatisfação por parte dessas em relação ao governo Collor, e correspondendo a situação de classe do movimento estudantil. Dentre esses elementos, o referido autor aponta que o impacto da política neoliberal sobre as classes médias, expressado pela recessão econômica, pela inflação, pelo arrocho salarial, pelo aumento do desemprego, e pela precarização do sistema escolar, limitou a possibilidade de diferenciação social em relação aos efeitos sentidos pelo conjunto dos trabalhadores, contrariando os interesses das classes médias por meio do medo da proletarização devido a piora das condições de vida. Todavia, dentro do próprio movimento estudantil também havia espaço para outras pautas de reivindicação direcionadas às críticas diretas às privatizações, à recessão, à dependência do FMI, às mensalidades escolares, e à corrupção do governo federal.

Em síntese, é interpretado como um movimento que se orientou por uma perspectiva mais próxima da política das classes dominantes e de avanço do neoliberalismo, que não repercutiu na configuração de um discurso crítico e de construção de uma proposta de política econômica alternativa. Esse entendimento pode ser visto pelo próprio apoio dado pelos meios de comunicação, embora não tenha sido necessariamente esse apoio que tenha potencializado as manifestações, e pela ausência de repressão policial.

Portanto, do ponto de vista das insatisfações das frações burguesas e das classes médias, devem ser caracterizadas como pontuais e seletivas, e, no geral, enquanto econômico-corporativas, pois visavam contemplar interesses econômicos específicos de cada setor econômico e social que foi afetado, ou que não teve seus interesses atendidos na velocidade e na magnitude esperada. E essa caracterização decorre pelo fato que essas insatisfações não repercutiram em evidenciar o caráter de classe da política neoliberal, ou uma crítica direta ao neoliberalismo, isto é, ao modelo econômico que começava a ser gestado pelo Estado brasileiro.

⁶³ Essa é uma questão importante pois as repercussões dos casos de corrupção também ganham espaço no âmbito da interpretações poulantzianas para a explicação da crise política no contexto dos anos 2015 e 2016.

Assim, a decadência e a queda do governo Collor não resultam em uma crise da política neoliberal, pois é uma crise específica de um determinado governo que não produz efeitos significativos no âmbito da mobilização popular, e tampouco amplia o “espaço institucional para a crítica popular à orientação de classe desse tipo de política estatal” (SAES, 1998, p. 141, apud MARTUSCELLI, 2012, p. 52). Também não expressa uma crise do regime político em vigor, já que a resolução encontrada para ela foi pela via constitucional. É esse entendimento que faz Martuscelli (2012) concluir, conforme apontado anteriormente, que se tratava de um contexto de instabilidade hegemônica devido as limitações para a constituição de um bloco no poder neoliberal, e isso considerando o interesse de parte das frações da classe dominante em adequar o ritmo de dissolução de elementos característicos do antigo modelo econômico, o MSI.

Também classificado enquanto um governo neoliberal, embora na época tivessem tentativas de classificá-lo enquanto neosocial (SAES, 1996), os dois governos de FHC (1995 – 1998; 1999 – 2002) são interpretados de maneira distinta quando se compara o primeiro e o segundo mandato, apesar de ambos expressassem o mesmo objetivo da frente política que o apoiou eleitoralmente e politicamente, isto é, de derrotar o campo político associado à esquerda no espectro político nacional.

Essa frente política de apoio aos governos FHC, denominada neoliberal conservadora, aglutinou múltiplos setores sociais, e era constituída por diversos segmentos da burguesia, pela maioria da classe média e um contingente importante das massas populares. Era dirigida, no sentido hegemônico, pelos setores que representavam os interesses do denominado capital financeiro internacional, das instituições financeiras multilaterais (FMI e BM), e de governos estrangeiros (no caso o governo dos EUA), ou seja, do setor econômico, ideológico, e politicamente mais poderoso do campo político conservador. O objetivo da frente política, e conseqüentemente do governo eleito no final de 1994, e empossado no começo de 1995, era o de dar continuidade as medidas políticas iniciadas durante o governo Collor, e se direcionar para a realização integral do programa econômico neoliberal, em que, no caso do Brasil, diz respeito ao amplo programa de privatizações, de desregulamentações, especialmente do mercado de trabalho, e de abertura financeira, tendo em vista que a abertura comercial já havia se iniciado durante o governo Collor. Desde o início do primeiro governo FHC, as iniciativas de política econômica se direcionaram para o atendimento desse objetivo visando a aprovação de um extenso programa de privatizações, de reformas constitucionais propostas pelo poder executivo, dentre as quais as reformas trabalhistas,

previdenciária, tributária e administrativa⁶⁴, a quebra de monopólios estatais, com ênfase nos setores de petróleo e gás e de telecomunicações, e a ampliação da abertura econômica direcionada ao setor financeiro por meio da abertura do sistema financeiro nacional a bancos estrangeiros.

Todavia, da mesma maneira que no governo Collor, houve resistências à implementação dessas medidas, com críticas advindas inclusive dos setores que defendiam o programa neoliberal e, por vezes, essas críticas alcançavam até mesmo o interior do próprio governo. Esses conflitos, críticas, e resistências no interior da frente política neoliberal se manifestaram após o processo eleitoral, à medida que cada setor passou a atuar com vistas a defender, e conseqüentemente apoiar, apenas as medidas que satisfaziam, e que não interferiam, nos seus interesses específicos. É a partir dessa constatação que Saes (1996) detalha o comportamento de quatro setores econômico-sociais.

Os grandes bancos nacionais atuaram de forma favorável às desregulamentações do mercado de trabalho e apoiando as privatizações, medidas essas que reiteradamente eram reforçadas no âmbito do discurso pelo seu aspecto ideológico de “luta contra o socialismo”. Para esse setor, do mesmo modo que durante o governo Collor, as privatizações representavam novas oportunidades de negócios por meio da compra, a preços baixos, de empresas estatais rentáveis, e de continuidade de ancoragem desse setor na esfera produtiva. Mas, considerando seus interesses específicos, assumiram uma postura defensiva em outros pontos do programa neoliberal na medida em que, conforme menciona Saes (1996), a FEBRABAN se colocou de maneira contrária a abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros, atuando como grupo de pressão em prol da manutenção do artigo 52 dos Atos sobre as Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que proibia a entrada de capital estrangeiro novo no sistema financeiro nacional. Em vista disso, a posição adotada pelo governo FHC como forma de equilibrar o discurso de abertura econômica e a resistência por parte da burguesia bancária nacional, foi a de firmar acordos junto à OMC, tendo em vista a incapacidade de previsão de alcançar o referido grau de abertura financeira por meio de reformas constitucionais.

Outra fração da burguesia, a grande burguesia industrial sendo representada principalmente pela FIESP e a CNI, passou a ser crítica ao ritmo das privatizações, tendo em vista que progressivamente deixava de ser o principal setor beneficiado por esse tipo de medidas. Também se manteve, no geral, tanto favorável às medidas de desregulamentação das relações de trabalho e de privatizações,

⁶⁴ Durante o governo FHC, em termos do setor público, além da ampliação do Plano Nacional de Desestatização, também foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que durou entre 1995 e 1999 e foi comandado por Luiz Carlos Bresser-Pereira.

quanto crítica, qualitativamente, a abertura da economia brasileira, classificada enquanto total e incondicional, e que propiciava a acentuação do temor iniciado ainda no governo Collor a respeito dos efeitos dessa medida sobre o setor industrial brasileiro, especialmente nos setores automobilístico e de informática, e que poderia levar ou ao desaparecimento do empresariado industrial no país, ou a sua conversão em importadores, isto é, em comerciantes de produtos similares de origem estrangeira. Diante disso, as duas referidas entidades representativas do setor industrial organizaram, junto a outras entidades representativas das pequenas e médias empresas industriais⁶⁵, protestos de maior amplitude e com a pauta crítica às medidas de política econômica neoliberal que iam contra os seus interesses.

Em termos dessas manifestações capitaneadas por entidades representativas de empresas do setor industrial, Boito Júnior (1999) destaca dois desses episódios. O primeiro foi a manifestação feita em maio de 1996 em Brasília, em que participaram empresários representantes da grande, média, e pequena indústria de várias unidades da federação, especialmente de São Paulo, e dos setores mais afetados pela abertura comercial, tais como as indústrias de bens de capital, de componentes eletrônicos, de têxteis, de calçados, e de brinquedos. A pauta de reivindicação era ampla, e tinha por base o diagnóstico de que a política econômica estava provocando o sucateamento industrial, mas também se sobressaiam as posições contrárias à abertura comercial, e em favor da desvalorização cambial e da redução da taxa de juros. Essa manifestação teve alguns elementos característicos próprios tais como a aproximação da FIESP com a CUT e a Força Sindical, no sentido que essa entidade de representação do setor industrial apoiou a greve promovida por essas centrais sindicais, embora com o objetivo de, implicitamente, utilizá-las, em certo sentido de forma não consentida pelas centrais sindicais, como forma de pressão pela aprovação de reformas neoliberais no âmbito do congresso nacional. Uma vez alcançadas algumas das aprovações pretendidas, o apoio à greve foi retirado. O segundo episódio mencionado se refere ao denominado fórum das reformas, organizado pela FIESP em junho de 1997. Entretanto, nesse contexto ocorreu uma certa inflexão na atuação da burguesia industrial que recuou nas críticas à abertura comercial e à política de juros, e acentuou a ofensiva com o objetivo de aprovação de reformas neoliberais tais como as reformas administrativa, previdenciária, tributária e trabalhista. O retorno a posição crítica as políticas neoliberais só ocorreu no final do referido ano.

⁶⁵ Essa situação é importante para ressaltar o que é apontado pela interpretações poulantzianas e que diz respeito a complexidade das relações intrafrações em que, ao mesmo tempo que pode haver conflitos de interesses entre o capital financeiro e o capital industrial, dentro do próprio capital industrial, considerando a escala das empresas, também pode haver conflitos.

Ambos os mencionados movimentos tiveram resultados, sendo que do primeiro resultaram as concessões feitas pelo governo federal na forma de salvaguardas, de direitos compensatórios, de medidas antidumping, de manutenção de barreiras tarifárias e não tarifárias para alguns setores, de compensação de isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os exportadores, e de abertura de linhas de crédito. Do segundo, resultou apenas a elaboração de um documento por parte dos participantes em que foi exigida a celeridade na votação das “reformas neoliberais”.

Cabe ressaltar também que esses movimentos reiteram o que diz respeito às contradições apontadas pelas interpretações poulantzianas acerca da relação da burguesia industrial com a política neoliberal. Ao mesmo tempo em que esse setor manifestava uma certa resistência seletiva à algumas medidas, também atuava em apoio a outras. Do mesmo modo, essa dualidade deve ser entendida pelos efeitos da política neoliberal sobre determinados setores da burguesia industrial, pois ao mesmo tempo que permitiu o crescimento de alguns setores, teve efeitos regressivos em outros. São por essas razões que a defesa de algumas medidas neoliberais, tais como as privatizações e, especialmente, a flexibilização do mercado de trabalho e a redução de direitos sociais, funcionavam como uma espécie de moeda de troca em relação aos efeitos negativos das políticas neoliberais sobre o setor industrial. E isso não significa que essa fração se defendesse do avanço dos interesses do capital financeiro ou do capital estrangeiro em detrimento dos seus interesses, mas sim que adotava uma linha de menor resistência ao neoliberalismo por meio de uma estratégia baseada em ataques aos direitos dos trabalhadores e na aquisição de empresas estatais, e que era limitada, tendo em vista que a quantidade de empresas públicas é finita e a classe trabalhadora poderia se reerguer e se organizar na defesa de seus direitos.

Ainda sobre as classes dominantes partícipes da frente política de sustentação aos governos FHC, os grandes proprietários de terra eram representados pela Sociedade Rural Brasileira e pela União Democrática Ruralista, que também se manifestaram em favor da maioria das medidas que faziam parte do programa político neoliberal, com a exceção daquelas que não convinham aos seus interesses, como por exemplo, e da mesma forma que durante o governo Collor, a liquidação de subsídios à produção agrícola e o fim do tratamento especial dado pelo Estado aos agricultores com dívidas.

Em relação aos segmentos que não fazem parte das classes dominantes, mas que faziam parte da frente política conservadora, as políticas neoliberais eram incorporadas pelas classes médias e trabalhadoras como parte de um projeto de modernização do país e em sintonia com as críticas

feitas por parte desses segmentos ao aparelho estatal. Porém, o apoio ao discurso e as medidas de política econômica que aparentemente objetivavam uma redução da intervenção do Estado na vida econômica e social, não era atribuído de maneira absoluta devido ao fato que esses setores também exigiam certa intervenção e proteção do Estado, especialmente em termos das condições de vida e das relações de trabalho, resultando na dualidade entre o apoio e a crítica às políticas neoliberais. A mudança que ocorre em relação ao governo Collor é que, em certa medida, até mesmo centrais sindicais consideradas conservadoras naquele período, como por exemplo a Força Sindical e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), se colocaram em oposição às iniciativas de liquidação dos direitos sociais e trabalhistas, e de maneira mais específica, às reformas administrativa e previdenciária, da forma como era planejado pela corrente política neoliberal.

As críticas feitas ao programa neoliberal pelos setores que o defendiam também eram observadas para além do âmbito da ação das frações de classe, abrangendo o plano político-partidário, o interior da equipe governamental, e a relação entre o governo federal e governos estaduais alinhados⁶⁶.

No plano político-partidário, Saes (1996) aponta que em alguns momentos ocorreram cisões no interior dos partidos que compunham a então base do governo no congresso nacional, como, por exemplo, o PSDB, o Partido da Frente Liberal (PFL), e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De forma específica, menciona as votações a respeito da quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, das reformas da previdência social e da administração pública, assim como durante as discussões em relação a fixação de um teto anual de juros.

No que se refere a equipe governamental, as análises se direcionam para os conflitos entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento acerca do ritmo de execução do programa neoliberal. Boito Júnior (1999) aponta para essa questão enquanto um reflexo dos conflitos de interesses entre o grande capital industrial e o grande capital bancário, considerando a política de juros e a abertura comercial. Esses conflitos refletiam as diretrizes de duas tendências dentro do governo federal, denominadas neoliberal extremada e neoliberal moderada, em que os representantes da primeira ocupariam as posições de comando do Ministério da Fazenda e do Banco Central, expressando a defesa dos interesses do grande capital bancário e do capital financeiro internacional, e os representantes da segunda ocupariam o Ministério da Indústria e Comércio, expressando a defesa dos interesses do grande capital industrial, inclusive reconhecidos enquanto

⁶⁶ A maior ênfase dada tanto por Saes (1996) quanto por Boito Júnior (1999) se refere ao âmbito político-partidário e aos conflitos no interior do governo FHC. No caso da relação entre o governo federal e governos estaduais, o conflito mencionado por Saes (1996) é entre o BACEN e o governo do Estado de São Paulo sobre a privatização do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA).

tal pelas associações industriais. Entretanto, como já foi mencionado, esses possíveis conflitos eram limitados, e não constituíam um antagonismo consistente e que fosse de encontro ao conjunto da política neoliberal. Não obstante, essa situação político-institucional direcionou o governo federal a adotar, como forma de execução de suas políticas, o expediente de medidas provisórias que resultaram em um fortalecimento do poder executivo em detrimento do poder legislativo, e isso visando conter as resistências dentro do próprio campo político neoliberal, o que Saes (1996) caracteriza por “autoritarismo civil”.

Por fim, conforme apontado por Saes (1996), o que se colocava diante desses conflitos era a oportunidade do campo político opositor, à esquerda no espectro político, de explorar a possibilidade de construção de uma alternativa política a partir da articulação entre o referido campo e os setores econômicos, políticos, e sociais, que manifestavam resistência ao programa neoliberal, embora o referido autor ressalte que dentro desses setores havia reticências à adesão ao referido campo opositor, e ao consequente fortalecimento de uma frente política crítica ao neoliberalismo. Conforme aponta Boito Júnior (1999), durante toda a década de 1990 não houve nenhum interesse, por exemplo, da grande burguesia industrial, em abandonar a frente política neoliberal, e, dessa forma, a possibilidade de alternativa política, e do desempenho dessa alternativa, dependiam da capacidade do campo opositor em construir táticas e apresentar um plano político-econômico que fosse ao mesmo tempo alternativo e atrativo, especialmente para os setores do campo político conservador que se mostravam resistentes à forma como o projeto, e o modelo neoliberal, estavam sendo implementados. Para as interpretações poulantzianas, a mesma questão que foi colocada para a esquerda brasileira nesse contexto do final da década de 1990 e começo dos anos 2000, foi posta aos “comunistas” das décadas anteriores ao ano de 1964, e que, da mesma forma, não poderia ser resolvida de forma isenta de contradições, conforme será visto adiante nas discussões sobre os denominados governos “neodesenvolvimentistas”.

3.2.2 Burguesia Interna e bloco no poder nos governos “neodesenvolvimentistas” (2003 – 2015)

A década de 2000 e a primeira metade da década de 2010 podem ser consideradas como um marco nos estudos que têm como enfoque a utilização dos referidos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna para a interpretação do Brasil, tendo em vista o entendimento das interpretações poulantzianas acerca desse período como um novo contexto no âmbito das relações entre as frações

de classe e, especialmente, do bloco no poder no Brasil⁶⁷. Essa ideia de marco decorre pela proliferação de textos e análises que se referenciam nesses conceitos para realizar interpretações sobre a realidade brasileira, como, por exemplo, em trabalhos de conclusões de curso, em dissertações de mestrado, em teses de doutorado, em entrevistas, em artigos em congressos e periódicos acadêmicos, em livros autorais, e na publicação de novas edições, tal como o mencionado “Poder Político e Classes Sociais” (POULANTZAS, 2019), que foi relançado em 2019 pela editora Unicamp.

Para a referida perspectiva poulantziana, o que fundamenta o entendimento desse contexto é a identificação de que o resultado das eleições presidenciais de 2002, com a vitória de Lula e do PT, resultou em alterações no âmbito da política econômica que, conseqüentemente, repercutiram em mudanças nas posições das frações da burguesia no bloco no poder. Nesse contexto, a situação que possibilitou a formação de uma frente política que uniu frações da burguesia com frações não burguesas que se identificavam com o referido candidato e partido desde suas origens, tendo em vista “os interesses de participação de uma fração da burguesia em uma “ampla frente de classes por um desenvolvimento nacional autônomo” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 57), chegou ao ponto de ser interpretada, e em certo sentido equiparada, a situação vivenciada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1950, (BOITO JÚNIOR, 2007; 2012a), como o momento de ascensão de uma “nova burguesia nacional” no bloco no poder.

Cabe ressaltar que os elementos mais gerais desse novo contexto não se restringiram ao Brasil, mas se inseriram em uma conjuntura mais ampla de vitórias eleitorais de diversas frentes políticas que se colocavam enquanto críticas às políticas neoliberais que foram vigentes em diversos países durante a década de 1990 na América Latina. Nesse sentido, convém mencionar, e ressaltando que cada país tem as suas características próprias, os casos da Venezuela com Hugo Chávez (1999), da Argentina com Nestor Kirchner (2003)⁶⁸, do Uruguai com Tabaré Vasquez (2004), da Bolívia com Evo Morales (2006), e do Equador com Rafael Correa (2006), como experiências de governos

⁶⁷ Esse entendimento acerca de um novo contexto e de mudanças no âmbito político, suscitou diversos estudos sobre o período que alcançaram outras perspectivas além das interpretações poulantzianas. Uma outra vertente que tem proximidades e diferenças em relação a perspectiva poulantziana, e que até os dias atuais é relevante no debate acadêmico e político, é a vertente do Novo-Desenvolvimentismo.

⁶⁸ Exemplos nesse sentido são os mencionados casos do Brasil e da Argentina. Martuscelli (2018, p. 58), aponta que “Argentina e Brasil são experiências políticas que viram a emergência das burguesias internas como força social. Sem pôr em xeque a hegemonia política do capital financeiro internacional e da burguesia associada a ele, as burguesias internas argentina e brasileira lograram acomodar seus interesses no bloco no poder, contemplados numa proporção qualitativamente superior quando comparada ao dos anos 1990. Boito Júnior (2016c, p. 83) afirma que “O neodesenvolvimentismo vigorou nas décadas de 2000 e 2010 não apenas no Brasil de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, mas também na Argentina de Nestor e de Cristina Kirchner”

“progressistas”, ou “social-liberais”, ou “neodesenvolvimentistas”. Por mais que haja críticas no sentido de as limitações desses governos terem executado uma política anti-neoliberal, isto é, de ultrapassar o discurso, todos foram eleitos sob essa postura de oposição às medidas neoliberais, e foram parte do processo histórico de questionamento político-popular ao neoliberalismo nos respectivos países, o que também é denominado pela literatura por “onda rosa”⁶⁹.

Ademais, um primeiro ponto importante colocado pelos intérpretes poulantzianos do Brasil recente a respeito dos referidos governos Lula e Dilma, é a retomada do pressuposto de análise das propostas e iniciativas políticas, e de política econômica, que no conjunto compõem uma estratégia governamental, assim como as implicações dessa estratégia para as frações de classe e para o âmbito do bloco no poder, para que a partir de então seja possível realizar a classificação desses governos. Dessa forma, o que é feito pelos autores que se referenciam nessa perspectiva é a discussão acerca da caracterização e do alcance das mudanças no âmbito do modelo econômico, da política econômica, e de suas consequências para a dinâmica das frações de classe e do bloco no poder.

No que se trata do primeiro governo Lula (2003 – 2006), não há um consenso se a política econômica executada no período expressou uma plena continuidade, ou se havia elementos de diferenciação em relação aos governos neoliberais. Filgueiras (2006; 2012; 2017a; 2017b) entende que o primeiro governo Lula expressou a continuidade de uma das etapas do modelo neoliberal que havia sido inaugurada durante o segundo governo FHC, e, portanto, não houve mudanças no modelo de desenvolvimento, mas apenas algumas limitadas alterações no âmbito do regime macroeconômico. Para o referido autor, esse período pode ser entendido como:

[...] uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula). Em particular, o Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais – implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas –, além de alterar a

⁶⁹ Martuscelli (2018, p. 57-58) aponta para uma maior aproximação dos casos do Brasil e da Argentina como exemplos de governos que “não podem ser caracterizados como pós-neoliberais pois a política que implementaram se limitou a reformar o capitalismo neoliberal e a resistir à “novíssima dependência” (e não a confrontá-la)”, e para uma possível separação entre um grupo de países que consistiria no “núcleo bolivariano” que tentou construir transições ao socialismo, e um outro grupo, no qual o Brasil incluso, que consistiria no “segundo anel progressista” que se restringiu a políticas de redistribuição de renda buscando dinamizar o mercado interno

Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infraestrutura do país – uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas). Desse modo, com o abandono do programa histórico do PT, de caráter social-democrata-nacional-popular, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele. Portanto, nem de longe, está se vivendo uma fase de transição pós neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal – que tem possibilitado uma maior unidade política do bloco dominante, isto é, tem reduzido o atrito no seu interior (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

As ressalvas sobre a supracitada classificação que coloca maior ênfase na ideia de continuidade plena, e limita a suposição de uma suposta inflexão da política econômica do primeiro governo Lula, são apontadas por Boito Júnior (2003; 2006a) à medida que esse autor concorda, com reticências, à referida ideia de continuidade da hegemonia neoliberal no âmbito da política econômica, assim como a respeito da posição incontestada do capital financeiro no âmbito do bloco no poder, mas considerando que teriam ocorrido “importantes ajustes nas relações de classe e de poder típicas do conjunto do período neoliberal” (BOITO JÚNIOR, 2006a, p. 271). Saes (2007) apresenta um entendimento similar ao mencionar que o referido governo buscou, ao mesmo tempo, conciliar as exigências do capital financeiro internacional mesmo que implementando medidas não necessariamente submetidas a lógica do capital financeiro. Posteriormente Saes (2014) adota uma interpretação mais incisiva em defesa da ideia de que ocorreu a inflexão da política econômica desde o primeiro governo Lula.

Portanto, em termos do primeiro governo Lula, há uma percepção de que é possível caracterizá-lo tanto como de continuidade do modelo neoliberal, quanto de mudanças no âmbito da política econômica, o que também pode ser observado quando se trata do segundo governo Lula. Não obstante os elementos identificados como de continuidade da política econômica, a ênfase da análise dos referidos intérpretes recai sobre os elementos de diferenciação entre a política econômica dos governos Lula e Dilma em comparação aos governos neoliberais, pois são esses elementos que caracterizam a política econômica no referido contexto, e permitem o entendimento do processo de ascensão, ou hegemonia⁷⁰, da burguesia interna no âmbito do bloco no poder.

Isso posto, cabe mencionar que o elemento central das interpretações poulantzianas é a unanimidade na interpretação de que no período que abrange o segundo governo Lula e o primeiro governo

⁷⁰ Conforme dito na nota de rodapé número 32 (ver página 77), ora as interpretações poulantzianas se referem à posição da burguesia interna como de ascensão, ora como de hegemonia, durante os governos Lula e Dilma. Por essas razões no texto também aparecerá dessa forma, como “ascensão, ou hegemonia”.

Dilma, entre os anos de 2006 e 2014, ocorreram mudanças substanciais na política econômica e, conseqüentemente, nos âmbitos do bloco no poder e da correlação de forças no plano político e social brasileiro, que levaram a ascensão, ou hegemonia, da denominada burguesia interna no bloco no poder na primeira década do século XXI no Brasil, em detrimento do capital financeiro internacional e da burguesia associada. Essas medidas de política econômica constituíram a estratégia neodesenvolvimentista, sustentada politicamente, junto dos governos que a empreenderam, pela denominada frente política neodesenvolvimentista. Logo, para a referida interpretação, o entendimento é o de que foi em decorrência dessas medidas de política econômica e da referida frente política que ocorreu a supracitada ascensão, ou hegemonia, da burguesia interna no âmbito do bloco no poder.

Do ponto de vista da política econômica neodesenvolvimentista, não há um esforço dos autores das interpretações poulantzianas em caracterizá-la em si, e de maneira mais ampla, tal qual é feito quando se trata do neoliberalismo. Nesse sentido são apenas apontadas as medidas de política econômica que poderiam ser classificadas enquanto tal, e os entendimentos gerais, como, por exemplo, que essa “política é o desenvolvimentismo possível dentro dos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal” (Boito Júnior, 2016c, p. 83), que “foi interpretada, no auge da luta política, como sendo um novo padrão de desenvolvimento que teria superado o padrão liberal periférico característico dos governos Collor e FHC” (FILGUERIAS, 2017b, p. 159), e que foi “parte do processo em que a burguesia interna “passou a ser objeto prioritário das políticas de Estado [...] sem atingir os interesses fundamentais do capital financeiro” (FILGUEIRAS, 2017a, p. 15-16).

Em vista disso, o que é substancial nas supracitadas caracterizações do neodesenvolvimentismo é o fato que, embora rasas, são suficientes para que seja colocada pela referida interpretações poulantzianas enquanto distinta do neoliberalismo, direcionando a análise dessa interpretação para os efeitos das medidas de política econômica que são classificadas como neodesenvolvimentistas, assim como para a posição das frações da burguesia no bloco no poder, e a sua representação no campo político-partidário. Em outras palavras, trata-se de apresentar exemplos dessas políticas, e observar qual foi o governo, representado por um partido político, que se encarregou de implementá-la, e, em contrapartida, quais foram as frações de classe, especialmente da burguesia, que sob a representação de um campo político, ou de uma frente política, no plano político e político-partidário, que sustentaram, ou se colocaram em oposição à essa política econômica.

Levando em conta a articulação entre as medidas de política econômica, a frente política, as frações da burguesia, o bloco no poder, e os governos e partidos políticos, salienta-se que a interpretação de Boito Júnior (1999), por exemplo, é a de que as alterações nas posições ocupadas por algumas frações da burguesia no bloco no poder se iniciaram no momento de mudança no regime de política econômica, especialmente na política cambial, durante o 2º governo FHC, e que essa mudança é compreendida enquanto um reflexo das críticas e das reivindicações feitas por alguns dos setores econômicos que seriam representativos da burguesia interna, tais como os setores industrial e exportador, e nesse último caso abrangendo também o agronegócio. Assim, os elementos que se colocam para a discussão sobre a burguesia interna no Brasil no século XXI, se situam preliminarmente no final da década de 1990 na medida em que, “No que concerne à relação do bloco no poder, vimos que setores da burguesia industrial têm se comportado como uma burguesia interna, não como uma burguesia nacional” (BOITO JUNIOR, 1999, p. 72). De forma semelhante, e conforme mencionado anteriormente, Saes (2014, p. 116-117), indo além da interpretação exposta no texto de 2007, enfatiza a interpretação de que as mencionadas alterações começaram a ocorrer desde o início dos anos 2000, e alega que “[...] a emergência política da burguesia interna se tornou visível a partir da vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002. O governo de centro-esquerda que se constituiu a partir de então tomou medidas amplamente favoráveis a esse segmento”.

Diante disso, dentre as iniciativas de política econômica classificadas por neodesenvolvimentistas e que diferenciaram os governos de Lula e Dilma em comparação aos governos neoliberais da década de 1990, são apontadas as ações de incorporação progressiva de conteúdo produtivo local na atuação da Petrobras, e de oferta de crédito por bancos públicos, dentre os quais, se menciona a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No caso deste último também é mencionado o aumento no fomento a internacionalização de empresas, e, no caso do BNDES Participações (BNDESPar), o aumento na participação no capital de empresas. Essas medidas tinham centralidade nas empresas que eram consideradas como representativas da burguesia interna, visando o fortalecimento e a criação de grandes grupos econômicos nacionais. Outra iniciativa de política econômica que é apontada como importante pelos intérpretes poulantzianos corresponde aos projetos de investimento por meio de medidas de expansão fiscal, em que, mesmo diante de uma meta de superávit primário, induziram e impulsionaram a expansão do gasto e do investimento do setor privado, como, por exemplo, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Saes (2007) ainda aponta para outras

iniciativas que visaram a proteção dos bancos nacionais, o estímulo a exportação de produtos industriais, e o congelamento do processo de privatizações.

Em síntese, o entendimento é o de que, no geral, os principais setores econômicos beneficiados por essas iniciativas de política econômica foram os que representavam a referida burguesia interna, e que por meio dessas iniciativas foi possível alterar a posição dessa fração dentro do bloco no poder.

Nesse sentido, Boito Júnior (2006b, p. 252-253; 2012a, p. 82-83) constrói duas análises utilizando dados econômicos e que buscam se colocar como evidências da supracitada articulação entre as iniciativas de política econômica do governo Lula e de como essas iniciativas foram ao encontro dos interesses da burguesia interna, possibilitando uma mudança da posição dessa fração no âmbito do bloco no poder, de ascensão, ou hegemonia. Em Boito Júnior (2006b), é apresentado um quadro das vinte empresas que tiveram os maiores lucros líquidos no primeiro trimestre de 2005, sendo a maior parte empresas exportadoras do setor industrial, e que supostamente esses resultados refletiam as iniciativas da política econômica do primeiro governo Lula, com ênfase nas políticas de comércio exterior. Boito Júnior (2012a), utiliza dados das vinte maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior de acordo com a receita líquida para demonstrar a participação percentual do BNDES e de fundos de pensão de empresas estatais no capital dessas empresas, como evidência do “novo papel” dessas instituições enquanto instrumento de política econômica que se direcionava ao encontro dos interesses da burguesia interna. De maneira semelhante, esse mesmo autor recorrentemente também se utiliza de publicações de associações empresariais, com ênfase na FIESP, como outra forma de evidência, mas essas enquanto demonstração de apoio político dos setores econômicos representativos da burguesia interna, aos governos Lula e Dilma.

Feitas essas colocações, convém demonstrar, a caráter de exemplo, e de forma complementar ao que foi colocado no sentido teórico no quadro 2, alguns exemplos de quais setores econômicos são considerados como representantes da burguesia interna em alguns dos textos dos autores das interpretações poulantzianas, conforme pode ser visto no quadro 3.

Quadro 3 - Setores econômicos representantes da burguesia interna para os intérpretes
poulantzianos do Brasil recente

Referências	Setores
Boito Júnior (2016a; 2016b)	Grandes empresas nacionais que atuam, na construção pesada, na construção Naval, no Agronegócio, na Mineração, em variados ramos industriais, e inclusive no setor financeiro Construção naval, construção pesada, agronegócio, mineração, bancos nacionais
Filgueiras (2017a; 2017b)	Indústria de transformação (têxtil, alimentos, bebidas, bens de capital, entre outros), cadeia produtiva do petróleo, construção civil pesada, produção de commodities agrícolas e minerais, segmentos do grande comércio varejista, segmentos do agronegócio
Saes (2007; 2016)	Segmentos do setor bancário nacional, agronegócio, parte da burguesia industrial local

Fonte: Filgueiras (2017a; 2017b); Boito Júnior (2016a; 2016b); Saes (2007). Elaboração do autor a partir das referências apontadas.

Antes de adentrar na discussão mais específica a respeito da frente política neodesenvolvimentista, é importante desenvolver a já mencionada aparente dualidade de entendimento nos diversos textos das interpretações poulantzianas que tratam do movimento da burguesia interna no âmbito bloco no poder no contexto dos governos Lula e Dilma. A questão colocada é se houve apenas uma ascensão, sem romper com a hegemonia do capital financeiro, ou se resultou, de fato, no alcance de uma posição de hegemonia no referido contexto. Enquanto Filgueiras (2017b) e Masturcelli, nos textos aqui utilizados, recorrentemente entendem que esse movimento, e as consequentes alterações no bloco no poder, não colocaram em xeque a hegemonia do capital financeiro internacional, mas apenas permitiram uma melhoria da posição da burguesia interna, Boito Júnior corrobora com a ideia de ascensão da burguesia interna no bloco no poder durante os governos Lula e Dilma até os textos do ano de 2013, e apresenta a ideia de hegemonia da burguesia interna nesses governos em seus escritos subsequentes, mencionando, por exemplo, que “a grande burguesia interna assumiu, principalmente a partir de 2008, a hegemonia no interior do bloco no poder” (BOITO JÚNIOR, 2016c, p. 89), e também que os “governos encabeçados pelo PT representavam a hegemonia da grande burguesia interna no bloco no poder” (BOITO JÚNIOR 2021, p. 16).

Isso posto, a questão se direciona para a forma com que as supracitadas medidas de política econômica que caracterizaram os referidos governos enquanto neodesenvolvimentistas, e que posicionaram a burguesia interna em posição mais favorável no bloco no poder em comparação ao período neoliberal, foram colocadas em prática. Nesse sentido, leva-se em conta que, do mesmo modo que no projeto neoliberal, foi imprescindível que os referidos governos Lula e Dilma tivessem uma base de sustentação política e social que os conduziu à vitória eleitoral, e que também

forneceu apoio a execução das iniciativas de política econômica desses governos a partir de um programa político de governo.

Sob esse entendimento, a interpretação poulantziana aponta que a base de sustentação política e social que conduziu as vitórias eleitorais de Lula e Dilma, resultaram na formação de uma frente política de apoio a esses governos e às medidas de política econômica que então foram empreendidas, a supracitada frente neodesenvolvimentista. Essa frente política pode ser caracterizada de forma mais apropriada mediante a apresentação dos segmentos sociais que a formavam, assim como as posições e a relevância desses na frente política, e seus reflexos nos âmbitos político-partidário e sociopolítico. Assim, no primeiro, a frente neodesenvolvimentista era formada pelo PT e demais partidos e parlamentares que constituíam a base aliada no congresso nacional, e no segundo, era formada pela referida burguesia interna, que liderava a frente política atuando enquanto força social hegemônica, e tendo a FIESP como principal representante, e por setores sociais que não faziam parte do bloco no poder, como por exemplo, segmentos da classe trabalhadora tais como o “operariado urbano” a representação sindical a partir da CUT, os movimentos sociais, a baixa classe média, e a massa de trabalhadores “não organizados”, ou desempregados.

Conforme é apontado por Boito Júnior (2012a; 2012b; 2013; 2016c), essa frente política era formada por uma base ampla e heterogênea que apoiava os referidos governos e a sua política econômica neodesenvolvimentista. Essa política econômica objetivava o crescimento econômico por meio de iniciativas que atenderam aos interesses da burguesia interna e, de forma secundária, os interesses da classe trabalhadora e de suas frações marginalizadas que também faziam parte da referida frente política. Também é possível observar em Saes (2007), e corroborado por Filgueiras (2006), a interpretação de que os governos do PT em certo sentido mantinham o movimento sindical e os movimentos populares sob controle, se utilizando, para tanto, de limitadas ações de política econômica e de política social, tais como as políticas de transferências de renda. Desse modo, esses governos se colocavam como sendo representantes tanto dos interesses da burguesia interna, quanto, e de forma secundária, das classes populares, tendo o apoio sociopolítico, também refletido no âmbito político-partidário, de ambos, durante o período que compreende os anos de 2003 a 2015.

Contudo, ao mesmo tempo esses governos tomaram medidas de revisão de direitos sociais e trabalhistas que iam ao encontro dos objetivos do conjunto da burguesia, e em certo sentido do próprio governo, e de encontro aos interesses das classes populares, expressando as contradições

dessa frente política. Assim, a relação entre a burguesia interna e os demais segmentos que faziam parte da frente neodesenvolvimentista se dava de forma populista e permeada de contradições, no sentido que “tanto no período populista e desenvolvimentista, quanto hoje, constatamos a existência de uma frente política ampla, policlassista e, de certo modo instável” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 3).

Em termos comparativos com a frente neoliberal conservadora, em que também havia contradições internas, tendo em vista os conflitos de interesses entre seus integrantes no que se refere a determinadas iniciativas de política econômica, a diferença era a de que, a não ser pelo aparente receio de retorno de um governo que retomasse as políticas neoliberais que priorizaram os interesses da burguesia associada e do capital financeiro, e que foram alvos de críticas por parte dos setores populares afetados no seu nível de bem-estar por essas políticas, e de setores representativos da burguesia interna que ocupavam uma posição inferior no âmbito do bloco no poder, não havia um interesse único, um fator que exercesse a função unificadora dos setores socioeconômicos que formavam a frente política neodesenvolvimentista, especialmente no âmbito político-eleitoral, tal qual existia na frente neoliberal conservadora. Porém o mencionado receio era menor para a burguesia interna, tendo em vista que os setores representativos dessa fração, embora com as referidas críticas eventuais, foram parte da própria frente política neoliberal durante a década de 1990, e apoiaram a derrubada do governo Dilma, a dissolução da frente e da política neodesenvolvimentista em 2016⁷¹, e os subsequentes governos neoliberais de Temer e Bolsonaro.

Não obstante a amplitude, a heterogeneidade, as contradições, e a instabilidade da frente política neodesenvolvimentista, a interpretações poulantzianas enfatiza o entendimento de que essa frente foi o principal recurso que possibilitou a ascensão da burguesia interna no âmbito do bloco no poder, pois foi através dela que a política econômica neodesenvolvimentista, que viabilizou essa ascensão, se sustentou. Do mesmo modo, atribui importância para a formação da referida frente política ao mencionado processo de aproximação entre essa fração da burguesia e segmentos da classe trabalhadora desde a década de 1990, conforme os movimentos de protesto que ocorreram durante os governos FHC, e que repercutiram nas vantagens que essa fração pôde auferir no âmbito do bloco no poder durante a década de 2000.

Ou seja, essa ascensão da burguesia interna no âmbito do bloco no poder ocorreu “graças a constituição de uma frente política que revive, além dessa fração burguesa, os principais setores das

⁷¹ Essa questão será mais bem discutida na seção seguinte quando for tratada a interpretações poulantzianas sobre a crise política que resultou no processo de impeachment de Dilma Rousseff.

classes populares” (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31), sendo possibilitada pelo conjunto de três fatores de ação política que se manifestaram na forma: 1) das pressões e das críticas feitas por essa fração da burguesia, a partir da FIESP; 2) das pressões e das críticas feitas pelos sindicatos, a partir da CUT; 3) a própria eleição de Lula em 2002. Dessa forma, foi estabelecida uma relação de reconhecimento por parte dessa entidade representativa de alguns dos setores econômicos que constituem a burguesia interna, de que o governo Lula era o representante dos interesses econômicos dessa fração (BOITO JÚNIOR, 2012a).

Um entendimento específico acerca da política econômica dos governos Lula e Dilma e da ascensão da burguesia interna nesse período, e que faz parte das interpretações poulantzianas, é a interpretação da posição política de uma das instituições considerada como representante do comportamento político dessa fração da burguesia, que é a FIESP. Sem embargo de que, tal qual aponta Boito Júnior (2006b; 2012a), houve outras instituições representativas do setor industrial, como, por exemplo, a Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e o Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial (IEDI), que naquele contexto manifestaram dissonâncias, não se colocaram na posição de representantes da burguesia interna, e tampouco atuaram politicamente na frente neodesenvolvimentista e na sustentação da política econômica classificada como neodesenvolvimentista, isso não substitui a centralidade da FIESP nas discussões colocadas pela referida interpretação, em que a atuação dessa entidade representativa do setor industrial paulista é considerada como determinante nas disputas entre as frações da burguesia no âmbito do bloco no poder no período dos referidos governos.

Nesse aspecto, a eleição de Paulo Skaf para a presidência da referida entidade em 2004 é apontada como fundamental para a posição de apoio da FIESP às políticas neodesenvolvimentistas empreendidas pelos governos Lula e Dilma, e conseqüentemente a esses governos, sendo essa instituição considerada como uma partícipe da frente neodesenvolvimentista. Esse acontecimento é compreendido enquanto um indicador da consolidação do novo arranjo que se formou no interior do bloco no poder, em que a burguesia interna passou a figurar como base de classe dos referidos governos.

Ainda sobre a FIESP, e associado as disputas entre as frações da burguesia no referido período, cabe reforçar que o entendimento das interpretações poulantzianas é de que, durante a década de

1990, essa entidade já havia manifestado uma posição complexa e oscilante⁷² em relação ao modelo e as políticas neoliberais, chegando a supostamente ter se colocado em diversos momentos em oposição a essas, e, conforme visto, participado de movimentos de protesto em conjunto com a CUT. Essa oscilação é apontada como uma explicação da natureza contraditória, de frágil convergência, e de diversos conflitos de interesses na relação da burguesia interna, e os setores e instituições representativas dessa fração da burguesia, com os demais segmentos integrantes da frente neodesenvolvimentista, tendo em vista as reivindicações feitas pelo movimento sindical e popular, e pelos movimentos sociais, durante os governos Lula e Dilma, que contribuíram para a acentuação desses conflitos e a consequente dissolução da frente política.

Esses conflitos da burguesia interna que são expressos no posicionamento da FIESP, não se restringiram à frente neodesenvolvimentista, e incluem supostos atritos no âmbito da equipe econômica dos governos Lula e Dilma, e internamente à própria fração. Sob esse ponto de vista, da mesma maneira que em relação ao governo FHC, Boito Júnior (2012a) aponta que era possível observar duas perspectivas no interior desses governos, uma desenvolvimentista e outra monetarista, em que, no primeiro governo Lula, o Ministério da Fazenda e o Banco Central representavam os interesses do capital financeiro, e o BNDES representava os interesses da denominada burguesia nacional de Estado e da burguesia interna. No segundo governo Lula e no primeiro governo Dilma, ocorreu uma mudança no sentido que o Ministério da Fazenda passou a ter uma posição de também representar os interesses da burguesia interna. Essa análise reforça a discussão sobre a caracterização dos referidos governos em que, enquanto o primeiro governo Lula é classificado como, se não neoliberal, mas liberal desenvolvimentista, o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma são classificados pela supracitada denominação de neodesenvolvimentista.

Em relação aos conflitos inerentes aos setores que compõem a fração burguesia interna, e que correspondem aos possíveis atritos entre os interesses do setor industrial, do agronegócio e, sobretudo, desses em relação ao setor bancário, em termos da política econômica, a atuação da burguesia interna como um todo, é associada a busca pela garantia de uma unidade entre os setores representativos dessa fração visando sobretudo obter medidas de proteção por parte do Estado brasileiro com o objetivo de resguardar os interesses gerais da fração. Esse entendimento reverbera a ideia de que a burguesia interna tem duas contradições e dois adversários, em que as duas contradições, principal e secundária, respectivamente dizem respeito ao antagonismo entre a

⁷² E do mesmo modo será no período de ruptura com a frente neodesenvolvimentista. Esse movimento é denominado por Martuscelli (2018) por “movimento pendular”.

burguesia interna e o capital financeiro internacional, e ao mencionado conflito setorial, entre o setor bancário e o setor considerado como produtivo, que tem como pano de fundo o conflito de interesses no que se refere ao mercado interno e do mercado externo. Os dois adversários se situam nas discussões sobre o bloco no poder em que o principal adversário é a burguesia associada, e no cenário econômico interno e externo, é o capital financeiro internacional.

Além da burguesia interna, que é uma fração da classe dominante, cabe mencionar alguns aspectos relacionados aos demais componentes da frente neodesenvolvimentista que são apontados pelas interpretações poulantzianas, isto é, ao movimento sindical e as classes populares.

O entendimento que se tem sobre esses demais segmentos sociais é o de que faziam parte da base política e social do PT desde as origens do partido e que, pela forma como foram afetados e encararam a política econômica neoliberal da década de 1990, se colocaram de forma crítica em relação à essa. Nesse sentido, cabe apontar que o PT “foi um partido criado pelo movimento sindical e popular, que retomou a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 3), mas que, conforme já mencionado, a política econômica dos governos Lula e Dilma colocou os interesses desses segmentos em segundo plano. Todavia, isso não significa que esses interesses tenham sido negligenciados por completo, porque, conforme apontado por Saes (2007, p. 171), apesar desses governos serem originados em um partido que supostamente se situa à esquerda no espectro político, “ao mesmo tempo em que representa politicamente a burguesia interna, conta com apoio das classes populares” por meio de políticas sociais, consideradas pelo referido autor como de caráter limitado. Inclusive, é tendo em vista essa não negligência que se considera os mencionados atritos e contradições decorrentes da heterogeneidade de interesses da referida frente neodesenvolvimentista.

Isso posto, cabe ressaltar que foi por meio da referida frente política neodesenvolvimentista, a qual as classes populares e o movimento sindical também faziam parte, que a burguesia interna pode alcançar uma nova posição no âmbito do bloco no poder, e que por mais que tenha sido essa fração a “força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista” (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 8), as taxas de crescimento da economia brasileira refletem a política econômica neodesenvolvimentista adotada no período, e um contexto em que se evidencia tanto essa nova posição da burguesia interna quanto a participação da classe trabalhadora nos indicadores econômicos. Sobre a nova posição da burguesia interna, aponta Filgueiras (2017b):

A melhora desses e de outros indicadores veio acompanhada de uma inflexão do bloco no poder, na qual o capital financeiro sofreu um deslocamento em sua hegemonia absoluta, tendo que admitir o crescimento da influência de outras frações do capital na condução do Estado: o agronegócio, o capital produtor e exportador de *commodities*, as grandes empreiteiras e os grandes grupos do comércio varejista; em suma, a chamada “burguesia interna” (FILGUEIRAS, 2017b, p. 158-159).

E acerca da participação da classe trabalhadora nesse contexto, aponta Boito Júnior (2012b):

[...] com a ascensão à presidência da república de candidatos oriundos do partido dos trabalhadores que o capitalismo brasileiro voltou a apresentar taxas um pouco mais altas de crescimento. Entendemos que temos aí um novo episódio em que a intervenção política dos trabalhadores propicia um novo impulso ao capitalismo brasileiro (BOITO JÚNIOR, 2012b, p. 2).

Portanto, embora a interpretações poulantzianas, quando trata da dinâmica do processo histórico, coloque ênfase na posição e nos conflitos que ocorrem no âmbito do bloco no poder entre as frações da burguesia, e que no referido contexto dos governos Lula e Dilma tenha sido a burguesia interna a principal beneficiária da política econômica empreendida por esses governos, houve outros segmentos sociais, não burgueses, que também foram beneficiados pela referida estratégia de política econômica neodesenvolvimentista, especialmente por meio de políticas sociais. Do mesmo modo que a burguesia interna, esses outros segmentos sociais tiveram relevante atuação na sustentação dessa estratégia, e conseqüentemente desses governos, enquanto parte integrante da frente política neodesenvolvimentista. Ou seja:

Essa hegemonia foi obtida graças à estratégia dos governos encabeçados pelo PT de formar uma ampla frente política, que eu denomino neodesenvolvimentista, frente política essa que incorporou no plano das medidas de política social grande parte da baixa classe média, do operariado, do campesinato e, principalmente, dos trabalhadores da massa marginal (BOITO JÚNIOR, 2021, p. 16).

A apresentação da frente neodesenvolvimentista também se dá em termos da sua posição no plano político-partidário. Nesse caso a interpretações poulantzianas faz associações entre as estratégias de desenvolvimento pautadas por um conjunto de iniciativas de política econômica que são empreendidas por governos capitaneados por partidos políticos, e que, ao mesmo tempo que representaram os interesses de determinadas frações da burguesia, tiveram a oposição de outras frações da burguesia, representadas por outros partidos políticos. Assim, as diferenças apontadas

por essa perspectiva entre as respectivas iniciativas de política econômica classificadas por neodesenvolvimentistas e por neoliberais, considera a disputa entre distintas representações político-partidárias de forma associada aos conflitos entre as frações da burguesia, e tendo como plano de fundo as correspondentes iniciativas de política econômica.

O entendimento da referida interpretação é o de que os governos Lula e Dilma, do PT, ao adotarem uma política econômica caracterizada como neodesenvolvimentista, representaram os interesses da burguesia interna pois, foi por meio dessa política econômica, e durante esses governos, que foi possível que essa fração da burguesia alcançasse a posição em que, se não foi hegemônica, ao menos provocou uma inflexão na configuração do bloco no poder, à medida que deslocou o capital financeiro internacional e frações aliadas desde uma posição hegemônica incontestada, em direção à uma posição de oposição à esses governos, e as suas iniciativas de política econômica. Em contrapartida, por meio das iniciativas de política econômica caracterizadas por neoliberais, os governos FHC, do PSDB, representaram os interesses da burguesia associada e do capital financeiro internacional, e de forma secundária os interesses dos grandes proprietários de terra e da alta classe média, e reforçaram a hegemonia das duas primeiras frações no âmbito do bloco no poder durante o período. Assim, o referido partido é considerado como a vanguarda eleitoral do neoliberalismo no Brasil, e que posteriormente se colocou na oposição, no plano político-partidário, à política econômica e aos governos neodesenvolvimentistas, representando os interesses das referidas frações e sendo o meio pelo qual essas ansiaram o retorno ao poder entre 2003 e 2016.

Em vista disso, as interpretações poulantzianas do Brasil recente sobre os governos neodesenvolvimentistas pode ser sintetizada da seguinte forma.

Inicialmente, é identificado que no final da década de 1990, diante das discordâncias com algumas medidas de política econômica, alguns setores econômicos assumiram um posicionamento que se associa a ideia de burguesia interna. A política econômica do segundo governo FHC, principalmente a adoção do câmbio flutuante, teria sido uma resposta as demandas desses setores econômicos, sendo entendido enquanto o início da possibilidade de alteração da posição da fração da burguesia representativa desses setores econômicos, a burguesia interna, no âmbito do bloco no poder.

Entretanto, foi durante os governos Lula e Dilma que a ascensão, ou hegemonia, dessa fração da burguesia no âmbito do bloco no poder se confirmou. Embora com discrepâncias de entendimento sobre o primeiro governo Lula, tendo em vista a suposta cautela do ponto de vista da política

econômica no que se refere aos interesses do capital financeiro internacional, a partir do segundo governo Lula, e durante o primeiro governo Dilma, é unânime a interpretação de que ocorreu uma ofensiva por meio da implementação da estratégia de política econômica denominada por neodesenvolvimentista, que atendeu prioritariamente aos interesses da burguesia interna, e permitiu a essa fração da burguesia, em detrimento do capital financeiro internacional e da sua aliada, a burguesia associada, seja uma posição de ascensão, seja de hegemonia, no âmbito do bloco no poder. Para tanto, a referida interpretação aponta que foi imprescindível a formação de uma frente política constituída pela supracitada fração da burguesia em conjunto com segmentos não burgueses, tais como setores do movimento sindical e as classes populares, que atuou como base de sustentação a política econômica neodesenvolvimentista, e aos governos que a empreenderam.

Uma questão que é colocada diz respeito aos conflitos de entendimento em relação a ideia da política econômica neodesenvolvimentista enquanto enquadrada nos limites permitidos pelos interesses fundamentais do capital financeiro, e a conseqüente capacidade dessa política econômica de provocar a perda da posição de hegemonia dessa fração do capital no âmbito do bloco no poder. Na maioria dos textos dos intérpretes poulantzianos sobre essa temática, o entendimento é o de que a ascensão da burguesia interna provocou uma maior integração, ou moderação, dos conflitos no interior do bloco no poder, e esse processo condicionou a hegemonia do capital financeiro a uma articulação com essa burguesia interna, deslocando a hegemonia absoluta dessa fração. Ou seja, foi um movimento que decorreu de uma política econômica que proporcionou ou um espaço mais “confortável” para a burguesia interna e os setores econômicos representativos dessa, especialmente os setores industrial e exportadores, dentro do modelo neoliberal, ou até mesmo uma posição considerada como hegemônica no âmbito do bloco no poder, sendo essa a razão para que esses setores econômicos, e essa fração da burguesia, apoiassem os referidos governos Lula e Dilma.

Portanto, considerando o entendimento que se tem sobre a supracitada frente política, e a posição de liderança da burguesia interna nessa frente, Boito Júnior, por exemplo chegou a classificar que essa fração da burguesia era “uma nova burguesia nacional”, inclusive referenciando a discussão sobre a burguesia nacional na década de 1950, tendo em vista o interesse da burguesia interna em participar da referida frente política de sustentação a política econômica que atendia aos seus interesses. Contudo, compreende-se que essa frente política não resultou em alterações substanciais na política econômica e social, e tampouco provocou rupturas institucionais no Estado e no âmbito da representação política.

Os conflitos entre as frações da burguesia também podem ser vistos no plano político-partidário. Nesse sentido, o entendimento é o de que os governos de FHC, do PSDB, empreenderam a política econômica neoliberal que atendeu prioritariamente os interesses do capital financeiro internacional e da burguesia associada, consolidando a posição hegemônica dessas frações no bloco no poder, em detrimento da burguesia interna, e os governos Lula e Dilma, do PT, que empreenderam a política econômica neodesenvolvimentista que atendeu prioritariamente os interesses da burguesia interna, permitiu a ascensão ou hegemonia dessa fração no bloco no poder, em detrimento do capital financeiro internacional e da burguesia associada. Logo, a evidência dos conflitos no âmbito do bloco no poder pode ser vista pelo fato que o PSDB, representante dos interesses das frações que disputam posição com a burguesia interna, ao se colocar em oposição as políticas econômicas neodesenvolvimentistas que eram favoráveis a essa fração da burguesia, refletiu, no plano político-partidário, as discordâncias do capital financeiro internacional e da burguesia associada em relação à essas políticas econômicas, e tentativa de retorno dessas frações a posição que possuíam durante a década de 1990 no âmbito do bloco no poder, por meio do retorno do PSDB à presidência da república.

Por fim, do mesmo modo que apresentado no final da discussão sobre os governos neoliberais, e conforme aponta Saes (2007), não estava colocada qualquer garantia de que as políticas associadas ao neodesenvolvimentismo poderiam continuar a ser implementadas tendo em vista que sempre existe a possibilidade de que a frente política de sustentação de uma determinada estratégia de desenvolvimento, que é referendada por um conjunto de iniciativas de política econômica, seja politicamente derrotada. Assim, os atritos no âmbito do bloco no poder durante os governos neoliberais no final da década de 1990, eram uma oportunidade a ser explorada pelo campo político opositor, com o objetivo de construir uma alternativa política a partir dos setores que eram críticos a essa política, o mesmo podia acontecer com a frente política neodesenvolvimentista. Embora haja reticências à retomada do neoliberalismo por parte da burguesia interna, pois resultaria na restauração da hegemonia política da burguesia associada, e na hegemonia incontestada do capital financeiro internacional no âmbito do bloco no poder, deve ser levado em consideração que a burguesia interna fez parte da frente política de sustentação aos governos que empreenderam as políticas econômicas neoliberais durante a década de 1990, e que poderia voltar a apoiar esse tipo de política econômica, conforme ocorreu a partir dos anos de 2015 e 2016, e que será visto na seção seguinte.

3.2.3 Burguesia interna e bloco no poder nos governos pós “neodesenvolvimentistas” (2016 - 2021)

Conforme já era esperado de ocorrer, tendo em vista a trajetória histórico-político brasileira em retrospectiva, as iniciativas de política econômica, e a frente política de sustentação que caracterizaram os governos Lula e Dilma, começaram a ruir a partir de 2013, devido as próprias características da frente política e a repercussão de indicadores econômicos da economia brasileira durante a primeira metade da década de 2010, especialmente no que se refere ao crescimento econômico. Além disso, convém destacar também que houve uma crise no campo político opositor, que era liderado pelo PSDB, e que pode ser entendida enquanto uma crise de representatividade entre esse partido político e as frações de classe, da burguesia e não burgueses, que se sentiam representadas por esse no plano político-partidário.

Nesse sentido, a discussão proposta pelas interpretações poulantzianas do Brasil recente abrange os anos de 2013⁷³ a 2018, período que é denominado por crise política, e que pode ser compreendido enquanto uma crise do neodesenvolvimentismo (BOITO JÚNIOR, 2016a; 2016b; 2016c), com ênfase na interpretação do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, e nas consequências desse processo até os dias atuais, a partir da caracterização do governo Bolsonaro. No geral, o entendimento é o de que esse período expressa a ofensiva neoliberal liderada pelo capital financeiro e a burguesia associada a partir das manifestações de 2013, sendo seguida pelo acirramento político e social observado desde as eleições de 2014, com continuidade no processo de impeachment, e alcançando o seu ápice com a eleição de Bolsonaro em 2018.

Isso posto, o ponto de partida para a compreensão da referida crise política pela perspectiva poulantziana segue o mesmo entendimento acerca dos movimentos da história política brasileira contemporânea, isto é, a subsunção da luta de classes entre capital e trabalho pela disputa entre as frações da burguesia em torno da acomodação dessas frações em determinadas posições no bloco no poder, em que “é o acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder que desencadeia a crise política” (BOITO JÚNIOR, 2021, p. 11). Logo, e correspondendo a forma com que esse capítulo está estruturado, retoma-se a ideia de que em determinadas conjunturas ocorre a reconfiguração da correlação de forças no interior do bloco no poder, correspondendo as mudanças que ocorrem na cena política, e que envolve o plano político-partidário, e que refletem as distintas iniciativas de política econômica, ou de regime macroeconômico, que os governos executam em cada uma dessas conjunturas (FILGUEIRAS, 2017a, p. 17; 2017b, p. 160).

⁷³ Embora Boito Júnior (2021) situe entre 2014 e 2018, em outros textos (2016a; 2016b; 2016c) entende que se inicia desde o ano de 2013.

Iniciando a discussão pela interpretação do processo de impeachment ocorrido durante o segundo mandato de Dilma Roussef, tanto Filgueiras (2017a; 2017b; 2019) quanto Boito Júnior (2016a; 2016b; 2016c; 2021) entendem que esse processo é parte da referida crise política, e apontam para quatro elementos que possibilitam a compreensão do mesmo: 1) os efeitos da crise econômica de 2008 e das decisões de política econômica do primeiro governo Dilma; 2) as manifestações de 2013; 3) o acirramento entre duas propostas de política econômica durante as eleições de 2014; 4) as decisões de política econômica do segundo governo Dilma. No geral, todos esses elementos apontam para uma mesma direção de acentuação de dois tipos de contradições que correspondem à contradição principal, que provocou a crise política e decorreu dos conflitos entre o campo da burguesia internacional e o campo da burguesia interna, isto é, se circunscrevem as discussões da frente neodesenvolvimentista, e às contradições originárias, que dizem respeito a fatores internos a frente política e a política econômica neodesenvolvimentista, que, ao assumir novos componentes a partir das manifestações de 2013, evidenciou as limitações e o esgarçamento da referida frente política.

Sob essa interpretação, Filgueiras (2017a, p. 16; 2017b; p. 160; 2019) e Boito Júnior (2016a, p. 157; 2016c, p. 93) apontam que a crise econômica de 2008 impôs limites à continuidade de flexibilização do tripé macroeconômico por meio das políticas neodesenvolvimentistas e dos resultados econômicos, especialmente de crescimento econômico, alcançados até então e que suscitaram a implementação dessas políticas e a formação da própria frente política neodesenvolvimentista. O primeiro autor argumenta acerca da sua interpretação sobre as políticas econômicas neodesenvolvimentistas, o contexto de sua implementação, as suas limitações, e os efeitos da crise econômica de 2008 sobre a capacidade de continuidade delas, ao dizer que:

Esse momento conjuntural específico do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico, produto de uma conjuntura internacional favorável e caracterizado por um regime de política macroeconômica que flexibilizou o “tripé”, reacomodou as distintas frações do capital no interior do bloco no poder e permitiu incorporar, via mercado e de forma passiva, determinadas demandas populares. Essa circunstância conjuntural, que trouxe para o primeiro plano a constituição de uma aliança informal entre os interesses da burguesia interna e de segmentos da classe trabalhadora, propiciando a incorporação de algumas de suas demandas, foi “vendida” politicamente pelo PT e o Governo Lula como sendo um novo padrão de desenvolvimento, denominado por eles de Neodesenvolvimentismo (desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social) – que teria superado o Padrão Liberal-Periférico característico dos Governos Collor e FHC. No entanto, a crise mundial do capitalismo deflagrada em 2008, com a conseqüente piora da conjuntura internacional, desmentiu categoricamente essa ilusão. Ela inicialmente dificultou e, depois, acabou por inviabilizar a continuação da flexibilização do tripé macroeconômico e a compatibilização dos interesses divergentes das distintas frações do capital e dos distintos

setores populares. Com isso, a fragilidade e reversibilidade dos benefícios conjunturais concedidos à classe trabalhadora vieram à tona, com o retorno do tripé macroeconômico em sua versão rígida e a ameaça de novas reformas neoliberais e aprofundamento das já efetivadas (FILGUEIRAS, 2017a, p. 15-16).

Todavia, isso não elimina o fato que, conforme interpreta Boito Júnior (2016a, p. 157), durante todo o 1º governo Dilma houve tentativas de ampliar a política neodesenvolvimentista por meio de “medidas visando, por intermédio da intervenção do Estado na economia, estimular o crescimento econômico – redução da SELIC, do spread, desvalorização do real, ampliação da política de conteúdo local, isenções para o capital produtivo”, e que foram parte do que ficou conhecido por “nova matriz de política econômica”, sendo interpretadas por Boito Júnior (2021) como uma tentativa de radicalização dessas políticas. Embora aparentemente possa ser feita a interpretação apenas no sentido de que algumas dessas medidas foram de encontro aos interesses do capital financeiro internacional e da fração da burguesia aliada a esse capital, e assim supostamente tenha propiciado o acirramento dos conflitos entre a burguesia interna e essas duas frações da burguesia, e no interior da própria burguesia interna, entre o segmento produtivo e o segmento bancário, à medida que os indicadores econômicos começaram a apresentar sinais de baixo nível de crescimento econômico, e de iminência do aumento do desemprego, da queda da renda, da inflação, da fragilidade financeira do Estado, e da possibilidade de crise cambial devido a deterioração das contas externas, esses elementos da conjuntura econômica foram incorporados e fortaleceram o discurso crítico da oposição à política econômica neodesenvolvimentista, e ao governo Dilma.

Nesse mesmo contexto, durante a segunda metade do 1º governo Dilma, ocorreram as manifestações que se iniciaram em junho de 2013. Embora tivessem inicialmente expressado pautas e a participação de setores das camadas populares, sendo capitaneada por movimentos sociais e pelo movimento estudantil, foi posteriormente capturada por parte da alta classe média, que incluiu discursos contra a forma de atuação do Estado e a magnitude do gasto público, em defesa de um programa de ajuste fiscal, contra a corrupção, a má qualidade dos serviços públicos, e o desperdício do dinheiro público, e, prioritariamente, contra o governo Dilma. A partir de então, houve a ampliação da cobertura midiática das manifestações sob esse viés, e, sendo a insatisfação política e o discurso anticorrupção potencializados pelos efeitos da crise econômica de 2008, de maneira que a crítica ético-moral se sobrepôs à crítica econômica, o referido discurso foi absorvido e proporcionou o crescimento do número de candidaturas para as eleições de 2014 que se colocavam na oposição no plano político-partidário, pelo campo neoliberal.

Essa conjunção de fatores possibilitou que o campo neoliberal ortodoxo, representante do capital internacional e da burguesia associada, e contando com apoio do Estado norte-americano (BOITO JÚNIOR, 2021), reagisse, se reorganizasse, e atuasse politicamente com o objetivo prioritário de ampliar o descontentamento social para além dos segmentos que já estavam em uma posição crítica ao governo desde 2013, tais como outras faixas da classe média, segmentos sociais considerados como bases políticas mais tradicionais do PT e que deixaram de apoiar o governo, e a própria burguesia interna, e assim alcançar a vitória nas eleições de 2014. Esse movimento do campo político neoliberal recebe a denominação de ofensiva restauradora (BOITO JÚNIOR, 2016a; 2016b; 2016c; 2020a)⁷⁴.

A interpretação de Boito Júnior (2016a, p. 159; 2016c, p. 93) de que, embora possa parecer que foram as manifestações que desencadearam a crise política, essas foram apenas uma peça, mesmo que relevante, tendo em vista as novas fissuras e contradições na base de apoio aos governos neodesenvolvimentistas, por meio do afastamento da denominada baixa classe média, e que foi incorporada ao que é entendido como o que realmente desencadeia a crise política, que é o acirramento dos conflitos no interior do bloco no poder. Nesse sentido, entende-se que a atuação do referido campo político foi o fator que condensou a crise política pois tinha o objetivo de restaurar a hegemonia do capital financeiro internacional e da burguesia associada no bloco no poder por meio do programa neoliberal ortodoxo, e mesmo que para isso fosse necessário romper com a democracia e substituir o governo⁷⁵ que representava prioritariamente os interesses da burguesia interna.

Conforme mencionado, o cenário político decorrente do viés assumido pelas manifestações de 2013, reverberou em diversas candidaturas de oposição nas eleições de 2014, que tiveram como pano de fundo a crítica à política econômica do governo Dilma e o discurso contra a corrupção, sendo a candidatura presidencial de Aécio Neves, pelo PSDB, a que teve maior êxito nesse sentido ao alcançar o segundo turno do referido pleito. O tom da campanha por parte da chapa de Dilma Roussef, que foi a vencedora do pleito, foi o de estabelecer um discurso de reação à ofensiva neoliberal que estava em curso desde a segunda metade de seu mandato, e que havia ganhado força durante as referidas manifestações do ano de 2013, e com o alinhamento da mídia às pautas que eram sensíveis ao governo naquele momento, como a questão econômica e sobretudo da corrupção, tendo em vista que começavam a avançar as iniciativas de investigação a membros do governo federal, e empresas públicas federais, por parte do poder judiciário.

⁷⁴ O autor associa esse campo à direita do espectro político.

⁷⁵ Nesse caso, isso ocorreu por meio do processo de impeachment da presidente Dilma Roussef em 2016.

Nesse contexto ainda prevaleceu a identificação em termos da representação política-partidária tal qual foi apresentada até aqui por esse trabalho, isto é, em que a cena política era demarcada por dois programas políticos. De um lado, o PT, por meio do programa neodesenvolvimentista, era o representante dos interesses prioritários da burguesia interna, e de maneira secundária, da baixa classe média e dos trabalhadores da massa marginal, embora alguns setores da burguesia e não burgueses hesitaram em apoiar essa candidatura e se retiraram da frente neodesenvolvimentista. De outro, o PSDB, através do programa neoliberal, era o representante dos interesses do capital financeiro internacional e das frações da burguesia brasileira que se associam a esse capital, e de maneira secundária, da alta classe média urbana e dos grandes produtores rurais.

Desse modo, as eleições de 2014 foram polarizadas entre o denominado campo neodesenvolvimentista, representado pela candidatura de Dilma Roussef, do PT, e o campo neoliberal ortodoxo, representado pela candidatura de Aécio Neves, do PSDB, sendo interpretado por Boito Júnior (2021) como o último momento em que o PSDB representou o capital internacional e a burguesia associada, e tendo a classe média como base social no campo político. Embora o partido já estivesse em uma trajetória de declínio em termos de resultados eleitorais, o desempenho nas eleições presidenciais de 2014 pode ser entendido como uma reação passageira influenciada pela incorporação do discurso crítico ao governo Dilma em termos dos indicadores econômicos e da crítica ética e moral. Portanto, a partir do conflito entre os de cima, isto é, entre as frações da burguesia, que se expressava por meio de dois programas político-econômicos e de duas frentes políticas, o polarizado processo eleitoral se acirrou no sentido que a candidatura do bloco da frente neodesenvolvimentista assumiu uma postura contundente de crítica à proposição de retorno à política neoliberal tal qual se propunha a candidatura do bloco opositor.

Sob esse aspecto, a crise política incorporou uma força ainda maior quando diante do resultado eleitoral, de diferença ajustada, houve diversas tentativas de questionamento do resultado das eleições presidenciais do ano de 2014 no plano jurídico, com ações na justiça eleitoral, e no plano social, com manifestações de rua.

Essa força da crise política ainda pode ser vista no sentido que, conforme apontam Boito Júnior (2016b; 2016c; 2021) e Filgueiras (2017a; 2017b; 2019), uma vez alcançada a vitória nas eleições presidenciais, o governo Dilma assimilou parcialmente a política econômica do campo político que foi derrotado eleitoralmente, e enviou ao congresso nacional um conjunto de medidas que visavam aplicar um ajuste fiscal nas contas públicas do governo federal. O entendimento que se tem dessa assimilação, especialmente pelo primeiro autor, diz respeito a influência exercida pela ofensiva

restauradora sobre a sociedade e, conseqüentemente, sobre o governo, assim como a busca do governo em retomar a confiança do “mercado” mediante a adoção dessas medidas, que em certo sentido remonta a estratégia de política econômica adotada no 2º governo FHC e no 1º governo Lula.

No entanto, além dessas medidas não resultarem em adesão por parte da oposição, que obstaculizou as suas aprovações no âmbito no congresso nacional, também reforçaram as contradições da frente neodesenvolvimentista, à medida que não surtiram os efeitos esperados em termos de resultados econômicos, e a recessão econômica, e o conseqüente aumento da insatisfação social, se acentuaram. Boito Júnior (2016b) aponta que essa situação deve ser entendida sob a luz do que é o fato causador da crise política, que são os conflitos entre as frações da burguesia para além das disputas entre correntes e doutrinas que, embora existam e sejam relevantes, se consideradas de forma isolada, levam a interpretação superficial de que a decisão do campo neoliberal de não apoiar as políticas neoliberais seriam contraditórias, do mesmo modo que a proposição dessas medidas pelo campo neodesenvolvimentista também iria de encontro as suas premissas.

Não obstante, Filgueiras (2017a, p. 18; 2017b, p. 161) classifica essa adesão ao ajuste fiscal no 2º governo Dilma, e as suas repercussões, como uma forma de “piostrar a correlação de forças contra si a partir de suas próprias ações”. Boito Junior (2016b) entende que, ao invés de partilhar as ideias da oposição neoliberal, o ideal naquele contexto seria que o governo Dilma:

[...] resistisse à ofensiva política restauradora, mesmo que fazendo concessões menores e táticas para dividir o inimigo, os movimentos populares teriam um quadro mais favorável para, em primeiro lugar, barrar o golpe de Estado branco que ainda se encontra em marcha e, em segundo lugar e ao mesmo tempo, lutar pela adoção de um programa mais ambicioso de reformas, posto que as reformas modestas da era PT estariam preservadas. Teríamos, nesse cenário, uma continuidade, em bases novas, do quadro que se desenhou no segundo turno da eleição de 2014: uma campanha política que reagiu, no nível do discurso, à ofensiva restauradora que a direita já então iniciara (BOITO JÚNIOR, 2016b, p. 1-2).

De acordo com o referido autor, pelo fato do governo Dilma optar por essa posição de recuo passivo ao invés de ter resistido a ofensiva política restauradora, resultou em direcionar o movimento popular à uma posição de dificuldades pois teve que atuar, ora combatendo as decisões do próprio governo Dilma, e as medidas que iam de encontro as pequenas conquistas obtidas durante os governos neodesenvolvimentistas, e assim se afastando da base do governo, ora se contrapondo, de forma praticamente isolada, às tentativas de impeachment, limitando ainda mais as ações em defesa do governo, e de impedimento do avanço e da concretização do processo de impeachment.

Logo, o que se depreende dessa trajetória é que a deterioração das condições de governabilidade do governo Dilma resultou no aumento dos pedidos por impeachment e no prosseguimento do processo no âmbito do poder legislativo. Esse processo deve ser entendido sob a luz dos diversos interesses de classes e de frações de classe em disputa, sobretudo das frações da burguesia, e dos diversos segmentos sociais que foram partícipes dos movimentos pró-impeachment, dentre os quais, aponta Filgueiras (2017a), forças políticas dos três poderes, o vice presidente da república, grandes grupos de comunicação, agentes do mercado financeiro, organizações empresariais, inclusive a FIESP, que havia liderado a frente neodesenvolvimentista, e organizações políticas e sociais de direita e extrema direita no espectro político, que se organizaram desde as manifestações de 2013. Cada um desses segmentos teve uma atuação específica para a concretização da deposição da presidente, sendo que a denominada grande burguesia cosmopolita foi o segmento principal, a classe média atuou como massa de manobra por meio da visibilidade e da robustez das manifestações em favor do impeachment⁷⁶, a mídia corporativa, o Poder Judiciário, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, e o Poder Legislativo, atuaram como operadores, e lideranças das igrejas evangélicas, especialmente das neopentecostais, serviram de apoio.

De forma similar, Boito Júnior (2016b; 2016c) aponta que o impeachment foi politicamente e juridicamente preparado pelo PSDB, e contou com o apoio de instituições de Estado tais como a Polícia Federal, o Ministério Público, e o Poder Judiciário⁷⁷, teve como base social a fração superior da classe média, que foi a mais ativa nas manifestações e conseguiu atrair e neutralizar setores que até então davam apoio aos governos do PT, seja na burguesia, a exemplo da já mencionada FIESP, que passou a fazer oposição sistemática a política econômica e atuar com um “ativismo frenético pela deposição do Governo Dilma” (BOITO JÚNIOR, 2016c, p. 95), ou no movimento popular e no movimento sindical, a exemplo da Força Sindical que aderiu ao movimento pró-impeachment, ou no plano político-partidário, como, por exemplo, por meio da passagem do PSB para a oposição, e da divisão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em que uma parcela desse partido passou a organizar o processo de impeachment no âmbito do Congresso Nacional.

Ainda, cabe mencionar que o referido processo de impeachment é classificado por Filgueiras (2019) como um golpe de Estado de novo tipo, constituído por uma peculiar conjunção de interesses que

⁷⁶ Filgueiras (2019, p. 15) aponta que a atuação desse segmento se deu principalmente guiado pela “miopia do combate a corrupção e pelo preconceito contra os de baixo”.

⁷⁷ Boito Júnior (2020b) ressalta a operação Lava Jato, que não visava de fato combater a corrupção, mas atender aos interesses do capital internacional e as expectativas ideológicas da alta classe média.

teve por objetivo redefinir o capitalismo brasileiro, neste caso para pior, a partir do retorno da burguesia cosmopolita à posição hegemônica no âmbito do bloco no poder. De forma similar, Boito Júnior (2016b; 2016c) o classifica como um golpe de Estado branco, ou um golpe de Estado parlamentar. Sendo parte da crise política, esse processo também tem por elemento central o impulsionamento da disputa entre a burguesia cosmopolita e a burguesia interna pelo comando do Estado, que resultou na derrota da burguesia interna e na prisão de alguns de seus membros, e o consequente retorno da agenda neoliberal mais radical, com a imposição dos interesses da aliança entre burguesia cosmopolita e o imperialismo, que se expressa em todas as esferas da sociedade. Logo, deve ser entendido considerando a disputa entre os diversos interesses de classes e frações, isto é, um desdobramento do último dos acontecimentos que tem caracterizado a histórica política do Brasil recente, isto é, “rupturas institucionais que redefinem e reacomodam o bloco no poder, reorientando as políticas econômicas e sociais do Estado de acordo com a nova correlação de forças daí derivada” (FILGUEIRAS, 2017b, p. 147). De acordo com Boito Júnior:

Inicia-se com o Governo Michel Temer (2016-2018) uma política neoliberal agressiva cujo objetivo era desmontar o que fora feito nos dois governos Lula (2003-2010) e nos dois governos Dilma (2011-2016). Aprovou uma reforma trabalhista que mutilou o direito do trabalho no Brasil (Krein, 2018) e uma emenda constitucional que congelou, em termos reais, o gasto do Estado com investimento e política social por vinte anos. Foi o encerramento do ciclo de governos neodesenvolvimentistas do PT, o fim da hegemonia da grande burguesia interna e o fim da frente política neodesenvolvimentista que os governos do PT tinham construído envolvendo as classes populares e que tinha permitido melhorias nas condições de vida de seus diferentes segmentos (BOITO JÚNIOR, 2020a, p. 20).

Enfim, é possível chegar a algumas conclusões a respeito dos referidos elementos da crise política que foram colocados até aqui. Cabe recordar que para Filgueiras (2017b, p. 159), essa trajetória que remete à crise de 2008, os movimentos de protesto de 2013, ao impeachment da presidente Dilma Roussef, e a retomada do programa neoliberal, desmentiu categoricamente a ilusão de caracterizar o neodesenvolvimentismo enquanto um novo padrão de desenvolvimento, e explicitou que era apenas uma flexibilização do regime macroeconômico dentro do modelo neoliberal. Além disso, o referido autor aponta que a sobreposição da crítica ética e moral é passageira pois a suposta necessidade de expurgar a corrupção é ocultada tendo em vista os diversos casos subsequentes, seja no governo Temer ou no governo Bolsonaro, e o que se observa diante desses casos é o silêncio do judiciário, da mídia, e dos manifestantes de outrora. Por fim, menciona que o impeachment de Dilma Roussef, enquanto parte, e em decorrência da referida crise política, evidenciou as diferenças fundamentais que existem entre os projetos políticos representados por partidos políticos através de estratégias de

política econômica, e das correntes de pensamento que fundamentam as estratégias de política econômica, e que expressam os conflitos entre as frações da burguesia.

Ou seja, se não houvesse as diferenças entre o PT e o PSDB, como a crise poderia ser explicada? Para as interpretações poulantzianas, a crise política exemplifica que o que está em jogo são os interesses que se colocaram em disputa por meio do conflito entre as frações da burguesia, e que também abarca as frações das classes dominadas que se articulam com as frações da burguesia em distintas frentes políticas. Logo, esse conflito vai além das personalidades individuais que se colocam no plano político-partidário e das proposições de política econômica, mesmo que, sobretudo as disputas em termos de doutrinas, tais como o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, tenham relevância na explicação da crise política, pois são superficiais em termos do que é realmente explicativo da crise. Essa “importância superficial” se coloca por meio de outra pergunta, isto é, por quais razões neoliberalismo e neodesenvolvimentismo?

A resposta apontada por Boito Júnior (2016b) se encontra nos interesses das frações de classe e na adesão, ou não, a determinados projetos políticos. Sob esse entendimento, não há aleatoriedade nessa adesão pois se trata de interesses das frações da classe dominante que se dividiram entre uma que apoiou a política neodesenvolvimentista até 2014, e outra que desejava o retorno da política neoliberal e se associou as críticas do campo opositor aos governos do PT desde antes do contexto de crise econômica e política, sendo essa “insatisfação burguesa” vocalizada no plano político partidário pelo PSDB.

Conforme visto, o fundamento dessa interpretação é a ideia de que a burguesia não deve ser considerada como uma classe social unificada e sem fissuras, mas uma classe que se divide em interesses econômicos distintos, tal qual pode ser vista na criação de vínculos de representação de interesses e na adesão de diferentes frações a frentes políticas que representam estratégias de política econômica distintas, pelo fato de que cada uma das estratégias, neoliberal e neodesenvolvimentista, afetam as diferentes frações da burguesia de maneira distinta. Em vista disso, a crise de governabilidade do governo Dilma supostamente não refletiu o combate de toda a burguesia à esse governo, mas uma situação ocasional em que, devido à crise política e econômica, a burguesia interna, fração que apoiou os governos neodesenvolvimentistas até 2014 por ter seus interesses representados pela política econômica desses governos, e que foi hegemônica no âmbito do bloco no poder em detrimento de outra fração da burguesia brasileira, foi atraída, ou se “bandeou” (Boito Júnior, 2016b) para o campo político opositor do qual faziam parte o capital estrangeiro e a burguesia associada. Essa situação reflete a ideia de que as frações de classe se

colocam para além da sua inserção econômica pois, considerando uma determinada conjuntura, dependem da relação com a política econômica, e de que maneira essa política impacta nos interesses dessas frações, levando-as a aderirem a determinada frente política que pode se contrapor, ou executar uma determinada política econômica. Ou seja, à medida que no final da década de 1990 o comportamento de uma fração da burguesia foi interpretado por Boito Júnior (1999) como o de uma burguesia interna, e que se perpetuou até 2014, a adesão dessa fração ao campo opositor representa, para Boito Júnior (2016b), a possibilidade do seu desaparecimento enquanto fração de classe.

Com base na perspectiva poulantziana, os referidos acontecimentos da crise política brasileira que foram descritos até aqui, culminaram no último elemento dessa crise, e que diz respeito a “improvável” vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 em conjunto à consolidação de um movimento neofascista que se originou na referida trajetória de acontecimentos como parte da ofensiva restauradora, e que tanto serviu de base à essa candidatura no processo eleitoral, quanto tem atuado ativamente até os dias atuais de vigência desse governo. As análises feitas sobre o governo Bolsonaro com base nessa perspectiva mantêm as questões relacionadas as frações de classe, especialmente da burguesia, e ao bloco no poder, e por isso se faz necessário apresentar de que maneira esse governo é tratado sob a referida perspectiva⁷⁸.

Boito Júnior (2020a) afirma que, do mesmo modo que durante a década de 2000, o contexto político brasileiro na segunda metade da década de 2010 tem particularidades e semelhanças quando comparado com o que ocorreu em outros países da América Latina. No que se refere as semelhanças, assim como no limiar do século XXI ocorreram as vitórias eleitorais de governos que tinham por base a crítica ao neoliberalismo, o que caracteriza o período mais recente é a eleição, por meio do voto popular, de governos de viés conservador, neoliberal e autoritário⁷⁹. Sob esse contexto, a particularidade política brasileira reside justamente no fato de que a ascensão de governos sob esses vieses decorreu da trajetória de crise política mencionada, e especialmente do processo de impeachment de Dilma Roussef, tendo em vista o entendimento desse processo enquanto um golpe de Estado que propiciou a consolidação do supracitado movimento neofacista que serviu de base para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, e de seu governo.

⁷⁸ O principal autor da interpretações poulantzianas que tem se dedicado a discussão sobre o governo Bolsonaro tem sido Boito Júnior, embora Filgueiras também tenha escritos sobre o tema, mas em menor quantidade.

⁷⁹ Boito Júnior (2020a) aponta especificamente para os casos da Argentina e Chile.

Isso posto, o ponto de partida de Boito Júnior (2019; 2020a; 2020b; 2021) e de Filgueiras (2019), é a constatação de que após o neoliberalismo da década de 1990, e o neodesenvolvimentismo de meados da década de 2000 e 2010, o contexto pós-eleições de 2018 é caracterizado pela ascensão do neofascismo, e da consolidação do retorno do neoliberalismo no Brasil. Para fundamentar essa primeira caracterização do governo Bolsonaro, sobretudo enquanto um governo neofascista, o primeiro autor recorre a extensa argumentação, e também se contrapõe aos entendimentos de determinados autores, como, por exemplo, Atilio Boron, a respeito da impossibilidade de se falar em fascismo no século XXI, e Gilberto Maringoni, acerca de que o governo Bolsonaro é o primeiro governo do lumpesinato em um país com as dimensões geográficas do Brasil.

Nos supracitados textos, Boito Júnior argumenta que o cerne da referida caracterização do Brasil no governo Bolsonaro é a possibilidade de comparação entre as crises políticas que levaram, respectivamente, à ascensão do que denomina fascismo original na Itália da década de 1920 e na Alemanha na década de 1930, com a crise política brasileira de meados da década de 2010, e que levou a ascensão do neofascismo por meio do referido governo. Sob esse entendimento, o aludido autor faz a ressalva de que esse entendimento pode causar desconfiança e dúvida, tendo em vista que o modo de produção capitalista, embora já estivesse em uma etapa de financeirização e internacionalização durante a década de 1920, tem diferenças em relação ao contexto contemporâneo, considerando a organização da classe operária nos partidos socialistas e comunistas, a proeminência desses partidos no cenário político europeu, bem como a repercussão da revolução russa de 1917. Todavia, enfatiza (BOITO JÚNIOR, 2021, p. 9) que à luz da sua interpretação, e do mesmo modo que economistas e historiadores apontam semelhanças de aspectos fundamentais entre as crises econômicas dos anos de 1929 e de 2008 considerando que ambas ocorreram em um mesmo tipo de Estado, isto é, o Estado capitalista, em economias capitalistas, em contextos de predomínio do capital financeiro, e que se iniciaram nos países centrais, é também possível estabelecer semelhanças entre as duas referidas crises políticas e seus desdobramentos no fascismo original e o neofascismo.

Logo, sob esse entendimento, as crises no modo de produção capitalista variam dentro de certos limites, e que entre essas duas crises políticas prevalecem as semelhanças em detrimento das diferenças. Tanto a crise que gerou o fascismo original, quanto a que gerou o neofascismo no Brasil, decorreram da articulação dos conflitos entre as frações da classe dominante, e dessas frações com as classes populares, no âmbito do processo político.

Em Boito Júnior (2020a), essa comparação entre as crises políticas perpassa fatos, dados históricos, algumas generalidades, e uma perspectiva teórica, em busca de localizar o que é essencial para a análise do referido contexto brasileiro. Nesses termos, o autor estabelece a distinção entre forma de Estado, que pode ser ditatorial ou democrático, regime político, que pode ser uma democracia presidencialista ou parlamentarista, ou uma ditadura militar ou fascista, e bloco no poder, em que as classes e frações de classe hegemônicas exercem o poder de Estado de acordo com a forma de Estado e o regime político. Sob esse aspecto, aponta que diferentes democracias e ditaduras são passíveis de resultarem em distintos arranjos no bloco no poder, e que um mesmo arranjo no bloco no poder pode se manifestar em diferentes democracias e ditaduras⁸⁰.

Além disso, como fundamentação da sua interpretação sobre o Brasil atual, e buscando estabelecer comparações com o denominado fascismo original, o referido autor faz uma caracterização do que seria o fascismo, o movimento fascista, a ideologia fascista, e o governo fascista.

Nesse sentido, o fascismo é entendido enquanto um conceito geral que diz respeito à organização específica do aparelho e do poder do Estado na forma de um Estado ditatorial burguês, que se distingue das ditaduras militares, e que necessita tanto de uma ideologia própria que justifique essa forma de Estado, quanto de um movimento reacionário de massas, popular, que se baseia nessa ideologia para implantar o fascismo e que seja organizado e enraizado em classes intermediárias, como, por exemplo, a pequena burguesia e a classe média. Assim, esse Estado ditatorial burguês, na forma do Estado fascista, é uma forma excepcional do Estado capitalista na forma ditatorial, que se distingue da forma ditatorial militar pelo fato de ser imprescindível a ideologia e o movimento reacionário que, com base nessa ideologia, serve de base de sustentação a esse Estado, e coloca a disputa cultural e moral da sociedade, como prioridade de sua atuação, de modo que essa disputa é assimilada por esse Estado.

Também cabe mencionar que esse Estado fascista comporta diversas composições de frações da burguesia no âmbito da hegemonia do bloco no poder, havendo apenas diferenças em termos comparativos entre o fascismo original e o neofascismo, especialmente quando se trata do neofascismo em países de capitalismo dependente. Todavia, ressalta-se que o Estado fascista não é, necessariamente, uma finalidade em si mesmo do movimento fascista, mas sim uma consequência da situação econômica e da luta política de classes, pois é possível ocorrer a formação de um governo fascista mesmo na ausência de um Estado propriamente fascista.

⁸⁰ De forma semelhante ao que foi apresentado, em termos teóricos, na primeira parte desse trabalho

O movimento fascista tem como base a pequena burguesia e a classe média, consideradas classes intermediárias, e é classificado enquanto um movimento reacionário que critica superficialmente, e de forma conservadora, aspectos da economia, o Estado capitalista, e a democracia burguesa, com base em uma ideologia anticapitalista do *status quo*. Atua de forma ativa por meio da constante mobilização em prol, e com base na ideologia fascista, de uma eventual forma de Estado fascista, ou de um governo liderado por um agente político que seja o principal representante desse movimento.

De forma mais específica, esse movimento tem dois objetivos principais que seriam a mencionada organização ditatorial do Estado, ou de um governo fascista, e a eliminação, no âmbito do processo político, dos partidos e movimentos que sejam associados à esquerda no espectro político (socialistas, comunistas, democrático-popular). Para tanto, adota um discurso que visa ir além da sua base social de origem e que converge para a ideia de reforçar o autoritarismo do Estado com o intuito de ter, se não uma adesão ativa de outros segmentos das classes dominadas, ao menos uma posição de neutralidade no sentido desses não se colocarem em oposição a esse discurso⁸¹, embora isso também dependa da evolução da situação econômica e política de determinada formação social.

Ou seja, o movimento fascista não é um movimento burguês tendo em vista que, por parte dos seus integrantes, há interesses ideológicos, e sobretudo econômicos, que podem eventualmente entrar em conflito com os interesses da burguesia. Todavia, à medida que assume o combate aos setores políticos adversários das frações da burguesia que se pretendem hegemônicas, é cooptado por essas frações da burguesia como forma dessas frações alcançarem a hegemonia no âmbito do bloco no poder, tornando o referido movimento, de alguma forma, dependente dessas frações.

No que se refere a ideologia fascista, é considerada o que fundamenta a atuação do movimento fascista, sendo classificada como uma ideologia heterogênea, de pouca sistematização, e de caráter negativo-destrutivo. Esse caráter decorre de uma sensação de mal-estar social baseada na percepção de descenso econômico e social, e de desestruturação da ideologia patriarcal, em que, ao serem ignoradas as causas e a forma de superação dessa sensação, resulta em aspirações reacionárias e de negacionismo da realidade, que correspondem à atitude negativa-destrutiva.

O teor dessa ideologia se reflete na incapacidade hegemônica dos segmentos sociais que constituem a base do movimento fascista, devido a inserção econômica desses segmentos e pelo fato que são

⁸¹ Um dos principais elementos desse discurso que vai além da base social de origem do movimento neofascista diz respeito a questão da segurança pública.

capazes de definir quem são os seus inimigos no âmbito sociopolítico, mas são incapazes de definir o que colocar no lugar, uma vez que assumem a posição de governo. Ou seja, é uma ideologia que carece de propostas estruturadas em uma plataforma política própria no que se refere à política externa, à política social, e principalmente à política econômica, se atendo apenas à atribuição de importância ao autoritarismo, e à busca por símbolos que expressem a distinção social dos segmentos que fazem parte do referido movimento fascista. Sob esse entendimento, Boito Júnior (2020a) diz se tratar de uma utopia, e que, pelas razões descritas, nos momentos de ascensão do fascismo, o movimento fascista atua apenas como base, mas que não necessariamente assume a posição de governo, ou de hegemonia no âmbito do bloco no poder. A burguesia se encarrega dessa função de direção do movimento e do governo de teor fascista por meio da mencionada cooptação desse movimento, realizada pelas frações dessa classe que almejam ser hegemônicas.

Assim, o movimento fascista tem uma relação de dependência com a burguesia devido a sua incapacidade hegemônica, e a formação de um governo fascista ocorre mediante a cooptação do referido movimento pelas frações da burguesia que alcançam a posição de hegemonia no bloco no poder. Ao cooptar o movimento, essas frações atuam como força externa e superior, deslocando as classes intermediárias que constituem o movimento fascista desde uma posição de dirigentes do movimento, para se tornarem classe de apoio ativo do governo fascista, ou, em outras palavras, um instrumento da hegemonia da fração hegemônica no bloco no poder.

Cabe mencionar ainda que o governo fascista se distingue do movimento fascista, e que para alcançar o governo, o movimento fascista não necessariamente planeja, *ex-ante*, a estruturação de um Estado ditatorial. O fato do governo fascista se estruturar por meio de uma forma de Estado ditatorial, ou não, depende da situação econômica e da luta de classe no momento de ascensão desse governo. Ou seja, a forma de Estado não resulta unicamente das ambições e de projetos autoritários do movimento fascista que são a base de sustentação para a ascensão desses governos, tendo em vista que em determinadas conjunturas, o movimento fascista pode inclusive renunciar à luta por uma ditadura em prol de alcançar o governo por meio de uma liderança que seja considerada representativa de sua ideologia.

Essa distinção entre o movimento e o governo fascista reforça o fato que esse tipo de governo não é um representante direto das classes intermediárias que compõem o movimento, mas se utiliza politicamente do movimento para alcançar o mesmo objetivo de superar a crise política e implantar um governo com viés antidemocrático e antipopular. O fundamental para a compreensão dessa distinção é a complexa relação, em termos de conflito de interesses, entre o governo fascista e o

movimento fascista, pois, uma vez no governo, as frações da burguesia se reorganizam no âmbito do bloco no poder e direcionam a política econômica para atender aos seus interesses, o que por vezes pode gerar conflitos com os interesses dos segmentos sociais que são a base do movimento. Portanto, um governo fascista é um governo burguês que atende prioritariamente aos interesses econômicos e políticos das frações hegemônicas no âmbito do bloco no poder, e não necessariamente aos interesses dos segmentos que são a base de apoio ao fascismo.

Feitas essas premissas, cabe avançar no que é importante em termos das interpretações poulantzianas do Brasil recente, e que consiste nos pontos considerados em comum e específicos, e que “foram reproduzidas em condições históricas novas” (BOITO JÚNIOR, 2020a, p. 21), quando se leva em consideração os denominados fascismo original e o neofascismo.

Enquanto o fascismo original se situa no contexto das décadas de 1920 e 1930 em países europeus, como, por exemplo, na Itália e na Alemanha, o neofascismo se situa no contexto do século XXI, e de maneira específica para o caso desse trabalho, considerando os textos de Boito Júnior (2019; 2020a; 2020b; 2021) e Filgueiras (2019), em um país de capitalismo dependente tal qual o Brasil. Boito Júnior (2021) aponta para quatro (4), dentre nove (9), características similares entre a crise política que possibilitou a ascensão do fascismo original e a crise política que possibilitou a ascensão do neofascismo no Brasil: 1) as sucessivas derrotas da classe operária e do campo democrático; 2) a ofensiva de um movimento reacionário de classe média e pequeno burguês; 3) o acirramento dos conflitos no âmbito do bloco no poder; 4) a crise de representatividade dos partidos burgueses tradicionais. O detalhamento de cada um desses elementos, e as comparações com o fascismo original, constitui a base das interpretações poulantzianas para a caracterização do governo Bolsonaro enquanto um governo neofascista.

No que se refere as sucessivas derrotas da classe operária e do campo democrático, Boito Júnior (2019) destaca o período de três a quatro anos das mencionadas manifestações de rua contra o governo Dilma, que se estruturaram em torno do discurso crítico à corrupção, à velha política, sendo essa correspondente a política parlamentar e a democracia burguesa, à política econômica, e com aspiração de ascensão de governos que tomem decisões por decreto, a despeito dos demais poderes, legislativo e judiciário. A consolidação do processo de impeachment em 2016, e a prisão e impedimento da candidatura de Lula nas eleições de 2018, são entendidas por Boito Júnior (2020a) como a representação do ápice dessas sucessivas derrotas, e ressalta que não houve reação à altura por parte do movimento popular. Sob esse ponto de vista, os movimentos sociais que têm por base as classes populares, e que foram partícipes da frente neodesenvolvimentista, estão desde então em

posição defensiva, incapazes de apresentarem uma alternativa política própria e viável, e sem ter participação destacada nos conflitos políticos da conjuntura recente, embora tenham demonstrado, pontualmente, relativa capacidade de mobilização, a exemplo dos movimentos de protesto contra a reforma da previdência em 2017, e contra os cortes na educação em 2019 (BOITO JÚNIOR, 2021).

A irrupção do movimento neofascista, que é caracterizado como um movimento reacionário de massa, constituído pela classe média e a pequena-burguesia, incapaz de impor a sua própria hegemonia, e por isso é cooptado por frações burguesas que almejam ser hegemônicas, retoma a referida trajetória de manifestações contra o governo de Dilma Roussef. Esse movimento se consolidou durante as eleições de 2018, e desde então se organiza atuando como base do governo Bolsonaro, recebendo a denominação de bolsonarismo.

É importante destacar que, enquanto no fascismo original o movimento fascista se defrontava com um movimento operário de massa e organizado em partidos políticos, tornando imprescindível a organização desse movimento também em um partido de massas, como por exemplo o partido fascista ou o partido nazista, e até mesmo em milícias, o movimento neofascista se defrontou com o reformismo burguês que caracterizou a estratégia neodesenvolvimentista, de base popular desorganizada. Portanto, é considerado um inimigo menos ameaçador e mais frágil, que não demanda a organização dos movimentos neofascistas em um partido de massa, mas sim por meio das redes sociais e com ameaças contra grupos específicos em locais públicos, e contando, em ambos os contextos históricos, com a anuência do aparato policial e judicial. Sobre essa questão, Boito Júnior (2020b) exemplifica que, enquanto os grupos específicos alvos do fascismo original eram os judeus, os ciganos, e os comunistas, no neofascismo trata-se dos nordestinos, dos negros, e da população de baixa renda.

Também são feitas associações com relação a ideia de que, devido a incapacidade hegemônica, e em um contexto de crise de representação partidária, os movimentos fascista e neofascista são capturados por frações da burguesia que disputam a hegemonia no bloco no poder. Em ambos os contextos históricos, o processo de cooptação do movimento pelas frações da burguesia diante da crise de representação partidária, e a formação de governos fascista e neofascista, sucedem à governos conservadores anteriores. No fascismo original a cooptação do movimento pela grande burguesia nacional resulta da não aceitação, por parte do grande capital, da política de conciliação proposta pelos governos anteriores a ascensão de Mussolini e Hitler na Itália e na Alemanha respectivamente, em que essa fração da burguesia se apoiou nesse movimento para organizar a hegemonia política do capital monopolista nesses Estados imperialistas.

Na conjuntura brasileira recente, a crise de representação partidária dos partidos tradicionais da burguesia abrangeu as candidaturas presidenciais do PSDB e do PMDB nas eleições de 2018, tendo em vista o cálculo de viabilidade eleitoral dessas candidaturas no referido pleito, e a insatisfação de setores da burguesia com um suposto neoliberalismo moderado dos candidatos presidenciais desses partidos. Após parte da classe média e da pequena burguesia, que outrora eram base sociopolítica do PSDB e se distanciaram desse partido político desde 2013, se posicionaram enquanto base de apoio à candidatura Bolsonaro, e da mesma maneira os grandes e médios proprietários rurais, as frações da burguesia em posição hegemônica no bloco no poder semelhantemente seguiram a adesão à essa candidatura, com um discurso em defesa de “reformas econômicas” de maior amplitude. Assim, em um Estado capitalista dependente como é o Estado brasileiro, o movimento neofascista foi cooptado pelo capital internacional e pela burguesia associada, que se apoiaram nesse movimento para perpetuar a hegemonia dessas duas frações no âmbito do Bloco no poder, tal qual durante o governo de Michel Temer, no governo Bolsonaro.

O quarto e último elemento diz respeito ao acirramento dos conflitos entre as frações da burguesia que almejam a posição hegemônica no âmbito do bloco no poder, que é classificado por Boito Júnior (2021) como o principal fator de uma crise política que pode levar ao fascismo. No fascismo original esse conflito se deu entre o grande capital, ou capital monopolista, e o médio capital, em que o primeiro alcançou a hegemonia no bloco no poder. No neofascismo no Brasil, esse conflito se deu entre a associação da burguesia associada e do capital internacional, que foram as frações hegemônicas durante a década de 1990, e que almejaram retornar a essa posição por meio da denominada ofensiva restauradora, e a burguesia interna, que foi a fração hegemônica durante os governos Lula e Dilma.

Para o contexto do Brasil recente, a importância dessa discussão é a de que o bloco no poder é um conceito relevante para a discussão sobre o fascismo além do âmbito dos casos originais, tendo em vista que permite ir além da mera descrição do fenômeno a partir de determinados atributos, e da relação intrínseca entre o conceito de fascismo e a história do fascismo original. Tendo em mente que a caracterização feita por Boito Júnior leva em consideração a forma de Estado, o regime político, e a composição do bloco no poder, retoma-se o argumento de que é possível a constituição de diferentes composições do bloco no poder nas diferentes formas de Estado, democrático-

burguesa ou ditatorial⁸², e regimes políticos, tendo em vista a hierarquia das frações da burguesia em disputa, e a ocupação da posição hegemônica por determinadas frações burguesas. O que especifica o bloco no poder em termos da sua composição e das posições de hierarquia entre as frações, é o “jogo político” entre um determinado governo e as forças políticas e sociais, o que pode ser observado por meio do programa de política econômica e, conseqüentemente, das posições que as distintas frações da burguesia ocupam na hierarquia desse bloco no poder.

Por isso que não há razão para que no fascismo seja diferente e o bloco no poder não varie, ou seja, não há univocidade entre uma forma de Estado, ou um regime político, e uma determinada composição do bloco no poder. Portanto, uma mesma fração burguesa pode exercer sua hegemonia em diferentes formas de Estado e de regimes políticos. Diz Boito Júnior a respeito dessa questão:

Sob um Estado fascista pode-se ter uma política econômica nacionalista ou entreguista, intervencionista ou neoliberal, políticas essas que refletirão composições e arranjos distintos dos blocos no poder vigentes. Por essa razão, pensamos que é sim possível o reaparecimento do fascismo no século XXI. (BOITO JÚNIOR, 2019, p. 3)

Diante disso, a discussão sobre o bloco no poder é o elemento central da discordância de Boito Júnior em relação a ideia de impossibilidade de reprodução do fascismo enquanto fenômeno histórico, e a negação da caracterização do governo Bolsonaro como um governo neofascista. A fundamentação dessa perspectiva a qual o referido autor se coloca enquanto crítico é a de que, uma vez que não se considera mais a existência de uma burguesia nacional, que era a fração hegemônica do bloco no poder em termos do fascismo original, não é possível falar de um neofascismo sem a representação dessa fração, e menos ainda enquanto fração hegemônica no âmbito do bloco no poder. O autor busca responder ao questionamento sobre como falar de neofascismo no século XXI em um país localizado na periferia do capitalismo internacional, a exemplo do Brasil, apontando que a referida ideia de impossibilidade e de negação da caracterização do governo Bolsonaro como neofascista, tem como fundamento uma análise restrita do bloco no poder enquanto específico para cada forma de Estado e de regime político.

É nesses termos que se refere à crítica feita por Boito Júnior a Boron, em que, de acordo com o primeiro, o segundo defende a tese de que o conceito de fascismo está atrelado a história do

⁸² Boito Júnior (2019), aponta especificamente para o caso das ditaduras militares na América Latina em que enquanto a brasileira supostamente teria sido guiada por um programa desenvolvimentista, as ditaduras chilena e argentina adotaram um programa neoliberal.

fascismo, e, portanto, não é possível de se falar em fascismo no século XIX ou depois da segunda metade do século XX, sendo então um fenômeno historicamente irreproduzível. Essa crítica reside em duas constatações feitas por Boito Júnior a respeito das análises de Boron. Inicialmente, pelo fato que Boron considera que o fascismo, sendo uma forma excepcional do Estado capitalista que se difere tanto do Estado democrático, quanto do Estado ditatorial militar, resultou em um arranjo específico das frações da burguesia no âmbito do bloco no poder, em que a burguesia nacional imperialista era a fração hegemônica. Consequentemente, pelos efeitos do processo de internacionalização e de financeirização da economia capitalista⁸³, e a própria ideia da ausência de burguesias nacionais, ainda mais como imperialistas quando se trata de países dependentes, torna impossível o ressurgimento do fascismo, seja em países centrais, e de forma mais evidente, em países dependentes.

É essa análise específica do bloco no poder aplicada para o fascismo clássico enquanto arranjos específicos que caracterizam essa forma de Estado, que é apresentada como o fundamento da tese da impossibilidade de repetição histórica do fascismo, e de forma particular, em países de capitalismo dependente. Ou seja, diante da especificidade do bloco no poder para cada tipo de forma de Estado e de regime político, e na ausência da fração hegemônica representativa de cada tipo de Estado e de regime político, se qualifica a argumentação a respeito da impossibilidade de repetição de uma forma de Estado ou de um regime político, como por exemplo, o fascismo.

Essa ideia de impossibilidade de se falar em fascismo no período atual, e no Brasil, é contradita por Boito Júnior sob uma argumentação teórica e uma argumentação histórica, que remonta ao contexto do fascismo original, mas também leva em consideração o contexto brasileiro atual. A argumentação teórica ressalta a constatação de que é possível ocorrerem distintas composições do bloco no poder para um mesmo regime político, e que uma mesma fração burguesa pode ser hegemônica em diferentes regimes políticos. As argumentações históricas se referem ao fato que, no mesmo período do fascismo e do nazismo na Itália e na Alemanha das décadas de 1920 e 1930, quando se analisa os casos da França, da Grã-Bretanha, e dos EUA, as respectivas burguesias nacionais foram hegemônicas no bloco no poder, a política econômica visava melhorar a posição econômica dessas frações tanto no âmbito interno quanto externo, mas não se formou um Estado fascista, e tampouco um regime de governo que se aproximasse dessa caracterização.

⁸³ Aponta Boito Júnior (2019) que Boron supostamente se associa a tese da burguesia mundial.

Isso posto, a caracterização do governo Bolsonaro é a de que mesmo sendo um governo que não alcance o status de uma ditadura fascista, considerando que o regime político vigente ainda guarda elementos da democracia burguesa, mesmo que deteriorada, e diante da ausência da burguesia nacional, à medida que se constata a existência e atuação de um movimento neofascista de base à esse governo, que se originou em um contexto de crise política e de acirramento no bloco no poder, e em que o próprio presidente é um dos principais expoentes desse movimento, e que foi cooptado pelas frações que almejavam a hegemonia no Bloco no poder, isto é o capital internacional e a burguesia associada, é possível dizer que se trata de um governo neofascista. A diferença entre as frações hegemônicas no bloco no poder nos dois contextos históricos apenas diferencia as “espécies” do fascismo em um país imperialista, em relação ao fascismo em um país dependente. Sendo assim, o fascismo é um fenômeno reproduzível na história, capaz de se manifestar no contexto do século XXI guardando, no geral, as características do fascismo original, e se afastando desse apenas por questões inerentes ao próprio contexto em que ambos se situam, ou conforme já mencionado, mudando apenas o que deve ser mudado.

Cabe ainda reforçar uma discussão que se associa ao acirramento dos conflitos no âmbito do bloco no poder tanto no fascismo original quanto no neofascismo. A burguesia que pretende assumir a posição hegemônica e que coopta o movimento fascista, estabelece uma relação contraditória de interesses, sobretudo econômicos, com segmentos integrantes desse movimento no interior da base do governo fascista, tendo em vista que o governo fascista é um governo da burguesia.

No governo Bolsonaro é possível observar diversos conflitos dentre os quais se pode mencionar os que ocorrem entre o movimento neofascista e a burguesia, entre o movimento neofascista e aqueles que se identificam com a ideologia fascista e ocupam cargos no governo, pois esses últimos reconhecem a importância da burguesia para que o governo fascista se perpetue no poder, entre esses agentes públicos e o grupo militar que também ocupa cargos no governo, e o recorrente conflito entre o governo e as instituições de Estado, a exemplo do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Dentre esses conflitos, o mais importante diz respeito aos interesses econômicos, pois repercute na discussão apontada por Boito Júnior acerca da representação do caráter do governo Bolsonaro, tendo em vista a contraposição feita pelo referido autor ao entendimento de Maringoni de que o governo Bolsonaro seria o primeiro governo, em um país da dimensão do Brasil, em que o lumpesinato teria chegado ao poder.

A posição hegemônica no bloco no poder em um governo fascista, conforme já mencionado, é constituída por frações da burguesia que atuam como forças externas e superiores ao cooptar e usar

o movimento fascista como instrumento para o alcance da hegemonia, e que o movimento fascista depende dessa força externa para, ou alcançar o governo, ou alçar uma liderança que seja representativa desse movimento. No caso do neofascismo no Brasil, diante da crise do PSDB, que até então tinha sido o partido político representante da capital internacional e da burguesia associada, essas duas frações atuaram como forças externas e cooptaram o movimento neofascista, alcançando a posição hegemônica no bloco no poder e direcionando a política econômica à atender, prioritariamente, os interesses dessas frações, o que por vezes contraria os interesses dos segmentos que compõem o movimento neofascista, e que são base sociopolítica do governo. Um dos exemplos apontados por Boito Júnior (2019; 2020b) é o dos caminhoneiros e da classe média em relação a política de preços dos combustíveis estabelecida pela Petrobrás, no sentido que à medida que, por um lado, esses segmentos sociais constituem a base sociopolíticas do referido governo, por outro, essa política de preços vai de encontro aos interesses desses segmentos, e ao encontro dos interesses dos investidores internacionais. Outro exemplo apontado é o dos produtores rurais diante do acirramento da participação em mercados de países como a China e países Árabes em virtude do alinhamento do governo brasileiro ao governo dos EUA. Por fim, também são mencionadas as medidas de ajuste fiscal que seriam de interesse apenas das frações financeiras do capital nacional e do capital internacional.

Esses seriam alguns exemplos para ilustrar os possíveis casos de conflitos de interesses entre os representados de fato por um governo, e aqueles que se imaginam representados. Esses conflitos manifestam a diferença entre a representação objetiva de interesses econômicos, e a representação baseada em uma ilusão ideológica, em que um determinado governo toma decisões em favor dos representados de fato. Todavia, ressalta-se que a representação baseada em uma ilusão ideológica é um importante recurso político para qualquer governo pois, enquanto persistir essa representação, o governo mantém como base de apoio os segmentos que se baseiam nela. De forma a exemplificar essas diferentes formas de representação, ilustra-se que nos governos do PT a representação objetiva seria da burguesia interna, e de forma superficial da classe trabalhadora, enquanto a representação baseada na ilusão ideológica teria como fundamento a própria representatividade da liderança política, nesse caso, do ex-presidente Lula⁸⁴. Em contrapartida, no governo Bolsonaro, a representação objetiva seria do capital internacional e da burguesia associada, e a representação baseada na ilusão ideológica seria dos segmentos que compõem o movimento neofascista.

⁸⁴ É parte do que fundamenta a ideia de “Lulismo”, e que também justifica a ideia de “Bolsonarismo”.

Por conseguinte, retomando a discussão em torno da caracterização do governo Bolsonaro como um governo do lumpesinato, a questão que se coloca diz respeito a quem toma a decisão em um determinado governo e quem se beneficia dessas decisões. Quem toma a decisão são os denominados *policy makers*, e quem se beneficia prioritariamente são as frações hegemônicas no âmbito do bloco no poder, o capital financeiro internacional e a burguesia associada, e de forma secundária outras frações da burguesia. Por mais que o denominado lumpesinato possa fornecer pessoal para ocupar cargos no governo, esses agentes públicos apenas prestam um serviço político, tendo em vista que a composição de uma equipe governamental não define diretamente a natureza de um governo em termos da representação objetiva dos interesses econômicos, influenciando apenas de forma secundária no teor das decisões de política econômica. Em outras palavras, do mesmo modo que foi feita a análise em termos dos governos da década de 1990 e das décadas de 2000 até a primeira metade da década de 2010, o que define um governo é o conteúdo das decisões de política econômica, que expressam as classes e frações de classe que ocupam a posição hegemônica no bloco no poder, e não necessariamente a origem dos agentes que ocupam posições no governo.

Em síntese a caracterização do governo Bolsonaro enquanto um governo neofascista e neoliberal na forma como é feita por Boito Júnior (2019, 2020a, 2020b, 2021), se fundamenta na ideia de que é um governo que resulta da mencionada ofensiva restauradora, e que reacomodou a associação entre o capital estrangeiro e a burguesia associada na posição hegemônica no bloco no poder em detrimento da burguesia interna, que tinha sido a fração hegemônica durante os governos do PT, mas que posteriormente passou para uma posição subordinada no interior do Bloco no poder, do mesmo modo que na década de 1990. É a consolidação de uma nova hegemonia dessas mesmas frações, tendo em vista que foram hegemônicas durante a década de 1990, e que já eram hegemônicas desde o impeachment de Dilma Roussef. De acordo com Boito Júnior, essas são as razões do governo Bolsonaro executar uma política econômica neoliberal tal qual era a reivindicação das referidas frações, que se colocaram de forma crítica ao programa neodesenvolvimentista ao longo dos governos do PT. Em outras palavras:

Elementos da política econômica dos governos FHC, Temer e Bolsonaro, todos eles representantes da hegemonia do capital internacional e da burguesia associada, e, de outro, a política econômica dos governos encabeçados pelo PT, que organizaram a hegemonia da grande burguesia interna. O que queremos indicar é que, em seus múltiplos e variados aspectos, a política neoliberal fere, para atender aos interesses do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada, os interesses de diferentes segmentos da

grande burguesia interna e que a política neodesenvolvimentista dos governos encabeçados pelo PT fez exatamente o oposto, isto é, relegou a um plano secundário os interesses do capital internacional para atender a grande burguesia interna (BOITO JÚNIOR, 2021, p. 15).

Além disso, essa recuperação da hegemonia no âmbito do bloco no poder pelo capital financeiro internacional e a burguesia associada, tem por base o referido movimento reacionário de massa que atua como base do governo Bolsonaro, e que recebe a denominação de Bolsonarismo. Por ser incapaz de impor a sua própria hegemonia, esse movimento foi cooptado pelo capital financeiro internacional e pela burguesia associada diante da crise de representatividade e do declínio da viabilidade eleitoral dos partidos políticos tradicionalmente representantes dessas frações.

Conforme mencionado, embora não se tenha no Brasil um Estado ditatorial, o governo Bolsonaro é classificado enquanto um governo neofascista considerando os quatro elementos citados que correspondem a crise política que origina o fascismo original, e que em certo sentido podem ser vistos no contexto brasileiro que leva à ascensão do referido governo, isto é, as sucessivas derrotas do movimento popular, um movimento reacionário de massa que serve de base para esse governo, a crise de representatividade dos partidos burgueses tradicionais, e o acirramento dos conflitos no bloco no poder. O então candidato Bolsonaro foi eleito por um pequeno partido político nas eleições de 2018, e em uma democracia burguesa deteriorada em que os processos democráticos de escolha da representação política seguem vigentes, o congresso nacional segue funcionando, mas que ao mesmo tempo ocorreram casos de cerceamento da livre atividade de um dos poderes da República e da participação política, em que os exemplos citados por Boito Júnior (2020b) nesse sentido se referem à posição do Exército brasileiro em relação ao STF, e a atuação da “Operação Lava Jato”, e a aplicação da Lei da “Ficha Limpa”, que seriam filtros de impugnação de candidaturas que se situam à esquerda, ou a centro-esquerda, no espectro político, a exemplo da candidatura de Lula naquele contexto.

Por fim, o governo Bolsonaro é classificado como um governo radical de extrema direita, que conta com ampla participação de militares, e de lideranças neofascistas e neoliberais. O Presidente da República, ao ser o principal representante do movimento neofascista, recorrentemente profere discurso contra as instituições democráticas, e recorre a aparentes recuos desses discursos por meio de “pactos conciliatórios” com os demais poderes. É nesse sentido que Boito Júnior, nos diversos textos citados que buscam caracterizar o referido governo, aponta que o neoliberalismo e o neofascismo não são excludentes.

Considerações finais

Esse capítulo teve o objetivo de apresentar uma síntese das denominadas interpretações poulantzianas do Brasil recente, considerando os elementos gerais da argumentação colocada por essa interpretação, e as principais ideias dela relativamente aos três subperíodos considerados dentro da ideia de Brasil recente.

Nesse sentido, foi visto que a referida interpretação se fundamenta em três ideias gerais, e que dizem respeito aos entendimentos de que a história, e as vicissitudes no âmbito político, decorrem dos conflitos entre as frações da burguesia em disputa pela posição hegemônica no âmbito do bloco no poder, de que o denominado processo de financeirização da economia não resulta na impossibilidade de se falar na existência de uma burguesia interna, tal qual nos termos de Poulantzas, para a realidade brasileira da última década do século XX, e das duas primeiras décadas do século XXI, e que o período da história brasileira denominado nesse trabalho por Brasil recente, pode ser dividido em três subperíodos que abrangem os anos de 1990 a 2002, de 2003 a 2015, e de 2016 a 2021, e que correspondem a três arranjos do bloco no poder.

Nesse período, os conflitos entre as frações da burguesia se deram entre a fração denominada por burguesia interna em relação a associação entre as frações denominadas por capital financeiro internacional e burguesia associada. No primeiro subperíodo, sob o predomínio das iniciativas de política econômica dos governos classificados por neoliberais, a primeira fração foi preterida em detrimento das duas últimas, enquanto no segundo subperíodo, em virtude das políticas econômicas empreendidas pelos governos classificados por neodesenvolvimentistas, a burguesia interna pôde melhorar sua posição no âmbito do bloco no poder em detrimento do capital financeiro internacional e da burguesia associada, sendo essa melhora até mesmo considerada como uma posição hegemônica, e, por fim, no terceiro subperíodo, houve uma retomada das políticas econômicas neoliberais por meio dos governos classificados como neoliberais e até mesmo neofascistas, como é o caso do governo Bolsonaro, que redirecionou a burguesia interna, de uma forma passiva e sem a contestação verificada em outros períodos históricos, para uma posição inferior no bloco no poder, e o capital financeiro internacional e a burguesia associada para a posição hegemônica. Uma síntese dessa interpretação pode ser vista no quadro 4.

Quadro 4 - Síntese da posição das frações da burguesia no bloco no poder de acordo com as interpretações poulantzianas do Brasil recente

	Burguesia interna (FIESP)		Capital Financeiro Internacional e Burguesia Associada	
	Posição em termos do governo/política econômica	Posição no bloco no poder	Posição em termos do governo/política econômica	Posição no bloco no poder
Governos Neoliberais (1990 – 2002)	Oscilação entre apoio e crítica/oposição as políticas econômicas e aos governos	Inferior	Apoio as políticas econômicas e aos governos	Hegemonia inconteste
Governos Neodesenvolvimentistas (2003 – 2015)	Apoio as políticas econômicas e aos governos (até 2013) Dualidade entre crítica/oposição e apoio às políticas econômicas e aos governos (movimentos de 2013 e eleições de 2014)	Ascensão/ Hegemonia	Crítica as políticas econômicas e oposição aos governos	Hegemonia contestada/ Preterida pela burguesia interna
Impeachment (2015-2016)	Crítica as políticas econômicas e oposição ao governo Dilma (A favor do impeachment)	Ascensão/ Hegemonia em direção a inferior	A favor do impeachment, contra o governo Dilma	Hegemonia contestada/ Preterida pela burguesia interna/em direção a Hegemonia
Governos pós-neodesenvolvimentistas (2016 -)	Apoio as políticas econômicas e aos governos	Inferior	Apoio as políticas econômicas e aos governos	Hegemonia

Fonte: Elaboração do autor.

Tendo em vista os elementos apresentados nesses dois primeiros capítulos, cabe seguir para o último capítulo, onde serão apresentados os elementos colocados pela argumentação das interpretações poulantzianas que são considerados como insuficientes e limitados para a análise da realidade brasileira, em virtude da forma de utilização dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, por essa interpretação.

4 Apontamentos para uma crítica às interpretações poulantzianas do Brasil recente

Nos capítulos anteriores foram demonstrados os fundamentos e as bases dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, a partir do autor que os propôs, Nicos Poulantzas, e tendo como referência os dois livros que são os mais referenciados pelos intérpretes poulantzianos do Brasil recente, “Poder Político e Classes Sociais” (POULANTZAS, 2019) e “As Classes Sociais no Capitalismo Hoje” (POULANTZAS, 1978), assim como de que maneira a mencionada interpretações poulantzianas se apropria desses conceitos e os utiliza com o objetivo de interpretar, histórica e politicamente, o contexto denominado por Brasil recente, que abrange o período desde a década de 1990 até o momento atual. Diante do que foi exposto até aqui, o objetivo desse último capítulo, e que corresponde à tese desse trabalho, é fazer apontamentos sobre alguns dos elementos da argumentação da interpretações poulantzianas que são considerados limitados e insuficientes para lidar com a realidade brasileira no período classificado como Brasil recente mediante a utilização dos mencionados conceitos, e que tornam possível fazer uma crítica à essa interpretação pela forma como esses conceitos são utilizados.

A princípio, cabe ressaltar que, em levantamento bibliográfico feito, não foi encontrado nenhum trabalho que fizesse uma crítica, ou um questionamento direto, aos pontos aventados pelas referidas interpretações poulantzianas, e principalmente à utilização dos mencionados conceitos pela mesma, como forma de interpretação do Brasil, ou que ao menos suscitasse essas possibilidades. Essa constatação também se apoia no fato de que até o texto escrito por Boito Júnior (2021), não se encontra nenhum tipo de menção por parte dos intérpretes poulantzianos acerca de alguma crítica que tenha sido feita à essa interpretação, ou de proposição de debate por essa interpretação. Esse indício de que a referida interpretação poderia estar começando a ser alvo de críticas recentemente, aparece no referido texto de Boito Júnior quando o autor, com o intuito de defender a argumentação que o fundamenta, isto é, da centralidade dos conflitos no âmbito do bloco no poder entre a burguesia interna em relação ao capital internacional em associação com a grande burguesia associada, como explicação da trajetória histórico-política no Brasil recente, considera que a interpretações poulantzianas, que utiliza os conceitos de bloco no poder e burguesia interna, é polêmica e tem propiciado críticas. Entretanto, o supracitado autor aponta que essas críticas são anacrônicas, tendo em vista que se utilizam de bibliografias datadas entre as décadas de 1960 e 1970, e que tratavam de uma discussão especificamente sobre a existência ou não de uma burguesia nacional anti-imperialista no Brasil.

Em vista disso, e como se trata de uma tese, esse capítulo é constituído pelas ideias críticas do autor deste trabalho acerca das interpretações poulantzianas, tendo como base tanto os trabalhos já elaborados pelo mesmo, e que dizem respeito à essa temática, tais como Oliveira (2014; 2016; 2018), assim como alguns apontamentos feitos em Almeida Filho (2021), que indicam a necessidade de qualificação da literatura em termos das condições sociais brasileiras, e da insuficiência do uso extensivo dos mencionados conceitos de bloco no poder e de burguesia interna para a complexa estrutura social brasileira. Ressalva-se que não é o intuito desse trabalho, e especificamente desse capítulo, apenas repetir o que já foi apontado nos mencionados trabalhos anteriormente feitos pelo autor dessa tese, tendo em vista que esses trabalhos se restringiram à crítica aos escritos de apenas um autor das interpretações poulantzianas, Boito Júnior, no período entre 2003 e 2013, e também não se teve atenção específica ao entendimento de como os conceitos utilizados pelas referidas interpretações são formulados pelo autor que os propõem, isto é, por meio de uma leitura de obras de Poulantzas.

Nesse sentido, embora o capítulo perpassasse alguns elementos contidos em Oliveira (2016; 2018), conforme pôde ser visto, a abordagem sobre a temática foi ampliada em comparação a esses trabalhos anteriores, mediante a inserção de outros intérpretes poulantzianos e a ampliação da dimensão temporal da análise, o que possibilita uma compreensão mais profunda da discussão sobre a temática proposta por esse trabalho. Portanto, o objetivo desse capítulo é fazer apontamentos sobre os elementos das interpretações poulantzianas que são insuficientes e limitados para a explicação da realidade brasileira no contexto do Brasil recente, e assim possibilitar uma crítica à essa interpretação, principalmente devido a utilização, em suas análises, “livremente um conceito elaborado por Nicos Poulantzas (1974)” (BOITO JÚNIOR, 2020a, p. 20)⁸⁵.

De forma a introduzir o que será apresentado nas seções seguintes, os apontamentos para a construção de uma crítica a interpretações poulantzianas levam em consideração os seguintes elementos: 1) as diferenças de trajetória entre as formações sociais que Poulantzas observa e toma como base para o desenvolvimento dos referidos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e que os utiliza para explicá-las, em comparação com a formação social brasileira, e as particularidades dessa formação, no sentido que a interpretação poulantziana do Brasil recente não leva em conta essas diferenças e particularidades na utilização desses conceitos para interpretar a realidade brasileira, sobretudo das duas primeiras décadas do século XXI; 2) as diferenças dos contextos que servem de base para o desenvolvimento dos referidos conceitos, que remontam a

⁸⁵ Nesse texto, a referência feita a burguesia interna é com base no livro “As classes sociais no capitalismo hoje”.

meados do século XIX e as décadas de 1960 e 1970 do século XX, em comparação com o contexto em que são utilizados pela referida interpretação, que abrange a última década do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI, tendo em vista os efeitos do processo de financeirização da economia em escala mundial, e uma aparente subestimação dos impactos desse processo para a validade dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna; 3) as dificuldades de se visualizar a representação das frações por meio de diferenciações partidárias, tendo em vista a centralidade atribuída a posição da FIESP e de seus dirigentes enquanto representantes da posição da burguesia interna, o retrato de que os governos Lula e Dilma, por meio da política econômica desses governos, teriam sido representantes dos interesses dessa fração da burguesia em detrimento dos interesses de outras frações, como, por exemplo o capital financeiro e a burguesia compradora, e a burguesia interna enquanto partícipe e líder da frente política de sustentação a esses governos e as suas políticas econômicas, a denominada frente política neodesenvolvimentista.

Ou seja, uma das limitações e insuficiências da mencionada interpretação reside na ausência de mediação e adaptação na utilização dos conceitos de bloco no poder e de burguesia para serem feitas as análises acerca da realidade brasileira, e que levasse em conta as diferenças de trajetória dessa formação social em comparação as formações sociais que servem de base para o desenvolvimento desses conceitos, e para as quais foram utilizados originalmente. Do mesmo modo, se observa a ausência de mediação e adequação desses conceitos tendo em vista as diferenças dos contextos que servem de base para o desenvolvimento desses, em comparação ao contexto em que são utilizados pela referida interpretação. Por fim, as dificuldades de se visualizar a representação das frações a partir de uma diferenciação partidária reside no fato de que, além de ter uma concentração demasiada na FIESP, a despeito de outras entidades representativas que poderiam atestar o posicionamento das diferentes frações da burguesia, os poucos elementos empíricos utilizados para evidenciar a materialidade dos mencionados conceitos na realidade brasileira, consistem em pinçar fatos, declarações, e dados para tentar encaixar os conceitos nessa realidade.

Isso posto, e seguida a essa introdução, esse capítulo está estruturado em quatro seções e breves considerações finais. Na primeira seção, serão apresentados os aspectos relacionados as diferenças de realidades das formações sociais em que Poulantzas se baseia para o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e que são utilizados para fazer análises dessas formações, e a realidade da formação social brasileira. Posteriormente, serão discutidas as diferenças de contextos que servem de base para a formulação desses conceitos e os que são

utilizados pelas interpretações poulantzianas do Brasil recente. Na terceira seção, são feitos os apontamentos acerca da diferenciação das frações no âmbito político e da cena política, e da ênfase dada ao posicionamento da FIESP como evidência do posicionamento da burguesia interna, e dos conflitos dessa fração da burguesia com o capital financeiro internacional e a burguesia associada. Por fim, na última seção é feita uma breve discussão acerca do possível retorno do neodesenvolvimentismo no contexto brasileiro atual.

4.1 Diferenças de realidade no desenvolvimento e na utilização dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna.

No capítulo 1 foram apresentados os elementos que fundamentam a elaboração dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna conforme pode ser visto em Poulantzas (1978; 2019), e se constatou que ambos os conceitos foram desenvolvidos tendo por referência as formações sociais de metrópoles europeias.

No que se trata do bloco no poder, tem-se como base os escritos políticos de Marx e de Engels relacionados aos países em que se situam os casos considerados pela historiografia como “clássicos” processos de revolução burguesa, ou de transição do feudalismo para o capitalismo, de meados do século XIX, tais como a Alemanha, a Grã-Bretanha, e com ênfase para a França, mesmo que se considere as especificidades desse processo em cada um dos países considerados. Em todos os exemplos sobre essas formações sociais que são utilizados por Poulantzas, há em comum a discussão sobre o estabelecimento do modo de produção capitalista na agricultura sob a direção, ou da nobreza, ou da burguesia, por meio da institucionalização da propriedade privada da terra e da concentração da propriedade fundiária, isto é, a classificação da grande propriedade fundiária como classe no modo de produção capitalista. E isso tendo em vista o fator característico do fenômeno do bloco no poder, que é a coexistência de vários modos de produção em uma formação dominada pelo modo de produção capitalista, que diz respeito a pluralidade das classes, ou frações dominantes.

E no que se refere a burguesia interna, a fundamentação desse conceito decorre da insuficiência de utilização dos conceitos de burguesia nacional e burguesia compradora para analisar as burguesias de metrópoles imperialistas diante da expansão do capital norte-americano, também com ênfase para o caso francês, e os conflitos entre essas burguesias com esse capital, internamente e externamente, mas considerando o contexto das décadas de 1960 e 1970.

Nesse sentido, cabe apontar quais são os dois primeiros questionamentos acerca dos limites e das insuficiências das interpretações poulantzianas do Brasil recente, a partir das seguintes indagações: as diferenças de trajetória das formações sociais das metrópoles europeias que servem de base para o desenvolvimento dos mencionados conceitos, e para as quais originalmente são feitas análises utilizando esses conceitos, em comparação a formação social brasileira, não implicam na necessidade de serem feitas adequações e mediações desses conceitos, com base nessa formação social, para então serem utilizados para analisá-la? Do mesmo modo, as diferenças entre o contexto histórico de referência para o desenvolvimento desses conceitos, e o contexto que abrange a ideia de Brasil recente, não suscita a necessidade de serem feitas ponderações que levem em consideração essas diferenças, para que então os mencionados conceitos sejam utilizados para analisar a realidade brasileira das décadas de 1990, e principalmente, de 2000 e de 2010?

Iniciando a discussão pelas formações sociais que servem de base, e para as quais são originalmente pensadas a utilização dos referidos conceitos, conforme pôde ser visto no capítulo 1, os exemplos mais utilizados por Poulantzas (2019) para fundamentar a discussão sobre o bloco no poder, apontam para a realidade francesa de meados do século XIX, envolvendo os governos de Luís Felipe e Luís Bonaparte, e abrangem as disputas entre as frações da burguesia, entre essas frações e resilientes setores sociais associados a monarquia e ao antigo regime, entre os setores sociais que aspiravam a consolidação da república e os saudosistas da monarquia e do império, e a relevância das frações de classe não burguesa, especialmente os camponeses parcelares, nessas disputas. Tendo sido a transição do feudalismo para o capitalismo nessa formação social, entendida enquanto um processo que foi liderado pela burguesia na forma de um movimento de oposição à nobreza e aos setores associados à monarquia, visando expropriá-los, ressalta-se que essa liderança se deu corriqueiramente com o apoio de outras frações não burguesas tais como o campesinato, a pequena burguesia, e eventualmente do proletariado, permitindo a consolidação de determinados arranjos no âmbito do bloco no poder, sob a hegemonia de frações da burguesia, mas também suscitando a incapacidade hegemônica dessa classe, ao menos até a queda de Luís Bonaparte em 1871.

Nesse sentido, sobressai especialmente a relevância dos camponeses parcelares como classe distinta, o que decorreu da especificidade do processo de dominação do modo de produção capitalista no campo, em que foi o Estado, e não a propriedade agrária da renda fundiária, que assumiu esse papel. À medida que as distintas frações da burguesia, especialmente a comercial e a industrial, demandaram o apoio dos camponeses em sua luta contra a nobreza, e posteriormente, eventualmente também contra a classe operária, não ocorreu o processo de expropriação dos

pequenos proprietários e produtores agrícolas, mas sim a constituição do estatuto da pequena propriedade, e o surgimento dos camponeses como força social relevante politicamente. Dessa forma, não se rompe a relação com outros modos de produção nas relações de produção no campo, prevalecendo a pequena propriedade, e, de maneira similar, no meio urbano também se perpetua a pequena produção e a existência da pequena burguesia como fração relevante politicamente em que, as demais frações da burguesia se associam em distintos momentos, seja em seus movimentos contra a nobreza, ou contra o proletariado.

Assim, a burguesia somente se desembaraça da nobreza no contexto em que Luís Bonaparte está no poder, e dependendo dessas alianças com os camponeses parcelares, com a pequena burguesia, e eventualmente com o proletariado após a mencionada queda de Luís Bonaparte em 1871. Tendo em vista as oscilações na relação entre a burguesia, os camponeses, a pequena burguesia, e o proletariado, em relação a nobreza, e entre os três primeiros em relação ao proletariado, suscita a configuração de um Estado burguês que surge e se dá em benefício da burguesia, mas que também incorpora, em diversos momentos, os interesses dos camponeses, da pequena burguesia, e do proletariado. Esse Estado burguês assumiu funções econômicas e, principalmente, funções políticas relevantes, sobretudo quando se compara com o Estado liberal britânico, pois as supracitadas frações de classe não burguesa também se colocaram como forças sociais na cena política, fazendo com que a burguesia renunciasse a seu poder político hegemônico para que o aparelho de Estado conduzisse seus negócios.

Sobre a Grã-Bretanha, os exemplos apontados por Poulantzas (2019) se concentram na discussão que abrange o processo de capitalização da renda fundiária, entendido como o meio pelo qual se implementou a dominância do modo de produção capitalista, e na ênfase à liderança da nobreza nesse processo, e na sua conseqüente absorção enquanto uma fração da burguesia. Esse processo possibilitou, por um lado, o desenvolvimento da burguesia comercial, industrial, e posteriormente a financeira, e por outro, a ausência do campesinato e da pequena burguesia como forças sociais nessa formação social.

Os exemplos utilizados pelo referido autor apontam para o fato que, embora a dominância econômica tenha ficado com a burguesia, a dominância política se manteve com a nobreza fundiária, o que fez com que, no âmbito da cena política, a burguesia, sobretudo a fração industrial, inicialmente fosse representada por intermédio da nobreza, que representava os proprietários de terra e da renda fundiária e a burguesia comercial, ascendendo durante o século XVIII ainda sob a hegemonia da nobreza. Apenas em 1832, a partir do denominado *Reform Act*, é que a burguesia

alcançou a hegemonia do bloco no poder, com predominância das frações industrial e financeira, e sendo representada pelo partido Whig, que até então era representante dos proprietários da renda fundiária, mas esses já enquanto fração autônoma da burguesia, uma força social. Todavia essa representação ainda mascarava a hegemonia das referidas frações da burguesia na cena política. Da mesma maneira, o caráter do Estado se manteve com dominância do tipo feudal, mesmo na forma do Estado liberal e diante da ascensão da burguesia ao poder político.

Sobre a Alemanha, com ênfase para a Prússia, o que aparece nos exemplos apontados por Poulantzas (2019) dizem respeito ao fato que o caso desse país é considerado o mais efusivo de permanência das características de outros modos de produção no processo de dominação do modo de produção capitalista. Em comparação com a Grã-Bretanha, o processo de transição do feudalismo para o capitalismo no campo se deu por meio da expropriação dos pequenos produtores, o que também resultou na concentração da propriedade agrícola, entretanto, foi um processo de capitalização da renda fundiária mais lento, tendo em vista a reminiscência de marcas de servidão, e a transformação da classe que realizou esse processo, a nobreza fundiária, em fração da burguesia, também sendo considerado um processo de dominação do modo de produção capitalista no campo que se deu em benefício da nobreza.

O campesinato e a pequena burguesia tiveram menor relevância como forças sociais em comparação à França, não conferindo ao Bismarckismo o caráter de força social, ao contrário do bonapartismo, sendo importantes no âmbito sociopolítico enquanto forças sociais, apenas na primeira metade do século XX, quando deram apoio ao fenômeno do nazismo. Tal qual na Grã-Bretanha, a superestrutura do Estado se manteve com dominância das estruturas feudais, assim como o poder político permaneceu nas mãos da nobreza fundiária, embora por um período mais amplo, até o final da Primeira Guerra Mundial. E mesmo durante o período Bismarckiano, que marca o avanço do processo de industrialização, esse processo não se dá por meio da capitalização da renda fundiária, mas sim sob as disputas entre a nobreza e o Estado, e sob a liderança desse Estado.

Dessa forma, na experiência alemã a burguesia, mesmo após alcançar a dominação política que se deu sob as mãos do Estado nacional no período de Bismarck, e à medida que esse Estado se aburguesou, se colocou no âmbito político não rompendo com a nobreza, mas sim em conflito com a nascente classe operária. Assim, o conflito principal no processo de transição do feudalismo para o capitalismo se dará entre a nobreza e o Estado.

Ou seja, nos três casos mais referenciados e que são apontados exemplos sobre o bloco no poder, a discussão se direciona para o caráter do Estado, o poder político e o aparelho de Estado, os conflitos entre classes e frações de classes, e a questão da propriedade da renda fundiária.

Sobre o Estado e o poder político e econômico, se constata que na França, o poder político e econômico se concentra na burguesia, tal qual as posições no aparelho de Estado. Na Grã-Bretanha, o poder político inicialmente se perpetua com a nobreza fundiária, embora o poder econômico resida na burguesia, e o aparelho de Estado se mantém com a nobreza fundiária. Na Alemanha, ambos permanecem sob o poder da nobreza fundiária, devido a liderança do Estado no processo de industrialização.

Em relação as classes sociais e frações de classe, na França o conflito se dá entre a burguesia, reiteradamente associada aos camponeses e a pequena burguesia, contra a nobreza. Na Grã-Bretanha, o conflito é entre a nobreza e a burguesia, embora a burguesia surja como fração da nobreza fundiária, e posteriormente uma parte da nobreza fundiária se transforme em burguesia, sendo essa a razão da reminiscência do poder político e do aparelho de Estado nas mãos da nobreza fundiária. Na Alemanha o conflito é entre a burguesia e a nascente classe operária, e o Estado Bismarckiano em detrimento da nobreza fundiária, com menor relevância, em comparação a França, da importância dos camponeses e da pequena burguesia durante o processo de transição.

Por fim, a respeito da capitalização da renda fundiária, na Grã-Bretanha o processo se deu de forma plena, tendo decorrido da expropriação dos pequenos produtores e resultando na concentração da propriedade fundiária e na dominação do modo de produção capitalista no campo. Na França, pelo contrário, não ocorre esse processo pois foi instituído o estatuto da pequena propriedade que resultou na permanência dos pequenos produtores e da pequena produção no campo, mesmo que isso não suscite a não dominação do modo de produção capitalista. Na Alemanha, ocorreu processo parecido com o da Grã-Bretanha, embora tenha beneficiado os denominados *Junkers* que correspondia a nobreza fundiária, assim como se mantiveram traços de servidão nas relações sociais do campo.

Avançando um pouco na discussão sobre o local da análise, cabe mencionar as implicações dos distintos processos de formação da burguesia enquanto classe, e de suas respectivas frações, nos países que são utilizados por Poulantzas como referências para a construção dos referidos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, em comparação com a trajetória histórica da formação social brasileira. Nos países que Poulantzas se debruça a analisar com vistas ao desenvolvimento

dos referidos conceitos, a consolidação da burguesia enquanto classe distinta, e que busca o poder político, decorre dos mencionados processos de transição entre dois modos de produção, do feudalismo para o capitalismo, e da superação, por meio da revolução industrial britânica e dos demais processos de industrialização dessas economias entre os séculos XVIII e XIX, dos obstáculos colocados por estruturas não capitalistas, que eram organizadas em sistemas de valores incompatíveis com o modo de produção capitalista, e conseqüentemente ofereciam resistência a dominância desse modo de produção.

Diante disso, no âmbito político e econômico desses países, as classes dominantes uma vez sendo representadas pelas respectivas burguesias enquanto classe distinta, vão reafirmar as suas posições no âmbito da divisão internacional do trabalho, desde uma posição de produtoras de produtos manufaturados para uma posição de produtoras de produtos manufaturados e industrializados. Além disso, exercerão a função de financiar os fluxos comerciais desses produtos, bem como de produtos agrícolas, como por exemplo, os exportados por países como o Brasil, acirrando a competição entre essas burguesias, e esses países, no mercado internacional desses produtos. Essa competição é reforçada por uma trajetória de conflitos militares e de expansionismo territorial dos países europeus utilizados como base para a construção dos referidos conceitos, que abrange os períodos do colonialismo, entre o século XIV e o século XVIII, e do imperialismo, entre o século XIX e meados do século XX. Nesses contextos se observa a formação e a atuação de burguesias nacionais nos mencionados países utilizados como exemplo por Poulantzas (2019; 1978), no sentido de serem burguesias que vão conflitar, no cenário de competição econômica nos mercados interno e externo, com as burguesias de outros países.

Dessa forma, essas burguesias se constituíram pelos meios os quais os seus países de origem se inseriram no sistema econômico internacional, isto é, enquanto metrópoles no período colonial dos séculos XIV a XVIII, e como nações imperialistas no período neocolonial do final do século XIX até meados do século XX, e até mesmo no contexto atual. Sob esse entendimento, ressalta-se que a própria relação dessas burguesias com o respectivos Estados nacionais ocorrerá de forma particular, e distinta, quando se compara com o Brasil, tendo em vista que as iniciativas de expansão territorial e econômica estiveram umbilicalmente interligadas, tal como ocorreu no final do século XIX, no período do imperialismo, ou neocolonialismo, e nos acontecimentos das duas grandes guerras mundiais. Essa relação também pode ser observada pelos fatores relacionados a interesses econômicos que envolveu os Estados nacionais beligerantes nesses conflitos armados, como, por exemplo, os acirramentos a respeito da partilha de territórios na África e na Ásia no contexto prévio

a Primeira Guerra Mundial, e os impactos do Tratado de Versalhes na economia alemã⁸⁶, no interregno entre as duas grandes guerras mundiais.

Todas as questões mencionadas anteriormente, o processo de transição e a dominação do modo de produção capitalista, os processos de revolução burguesa, a inserção no sistema econômico internacional, a posição das burguesias, e o entrelaçamento das burguesias com os Estados nacionais nos processos de expansão econômica, territorial, e de conflitos militares, consistem em diferenças comparativas entre a formação social brasileira e as formações sociais que servem de referência para a construção dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e para as quais esses conceitos foram originalmente utilizados. Logo, cabe apontar sobre as especificidades da trajetória que corresponde a formação social brasileira, e suas diferenças nos supracitados quesitos, de forma a ser possível estabelecer uma comparação tendo em vista o entendimento de que, não levar em consideração essas diferenças na utilização dos referidos conceitos resulta em limitações e insuficiências na utilização desses para analisar realidades e contextos distintos daqueles que embasaram os seus desenvolvimentos, e para os quais foram utilizados originalmente.

Com esse propósito, é necessário retomar ao que foi apontado por Poulantzas (2019) no que se trata das razões que o levaram a utilizar os textos de Marx para fundamentar, especialmente, o desenvolvimento do conceito de bloco no poder. A explicação dada pelo referido autor corresponde ao seu entendimento sobre Lênin, em que aparentemente esse último argumenta que o contexto analisado por Marx, de meados do século XIX na França, expressa os traços comuns da evolução moderna dos Estados capitalistas em geral, e que o referido país, nesse contexto, nitidamente manifestou processos de desenvolvimento que são próprios do conjunto do mundo capitalista⁸⁷. O intuito dessa retomada é justamente o de criticar essa ideia de “traços comuns” da evolução moderna dos “Estados capitalistas em geral” e do “conjunto do mundo capitalista”, ressaltando a importância de se levar em consideração as diferenças de trajetória histórica, sobretudo entre as formações sociais dos países que são utilizados como referência para o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, em comparação com a formação social brasileira. De maneira semelhante, salienta-se também a importância de se considerar a especificidade da inserção dessa formação social no âmbito do capitalismo mundial, assim como de que forma essa inserção moldou tanto a sociedade, no âmbito econômico e político, quanto o Estado o qual essa sociedade nacional está circunscrita, isto é, as determinações históricas dessa sociedade.

⁸⁶ Sobre a discussão dos impactos do Tratado de Versalhes na economia alemã, ver Keynes (2002).

⁸⁷ Ver: (p. 45).

Entretanto, ressalva-se que não se trata aqui de fazer uma análise específica dessas diferenças de trajetória, o que implicaria na elaboração de um outro trabalho com objeto e objetivos distintos, mas apenas apontar, como subsídio à argumentação, alguns dos elementos que caracterizam essa distinção, e as implicações dessa distinção para a utilização dos referidos conceitos de bloco no poder e burguesia interna nas análises sobre o Brasil recente. E isso levando em conta que as formações sociais que fundamentam a construção desses conceitos, e para as quais são utilizados originalmente, são completamente distintas, o que contribui para a insuficiência e as limitações deles, para a explicação da realidade brasileira.

Sob essa perspectiva, uma ponderação que deve ser feita em termos comparativos entre a trajetória da formação social brasileira e das realidades das metrópoles europeias que fundamentam o desenvolvimento dos referidos conceitos, e para as quais são originalmente utilizadas, é o entendimento acerca das especificidades e das diferenças das origens e da forma de inserção dessa formação no âmbito da economia capitalista mundial. E isso devido ao fato que as distintas trajetórias e formas de inserção desses dois conjuntos de países repercutem em uma formatação do modo de produção capitalista, e conseqüentemente em um Estado e uma estrutura de classes, que são distintas e específicas em comparação às metrópoles europeias, o que prejudica a utilização direta, ou “livre”, dos mencionados conceitos, sem levar em consideração essas diferenças e especificidades.

As origens da formação social brasileira, no sentido da “descoberta” do território, e principalmente da sua colonização, podem ser entendidas no contexto da crise de desagregação do modo de produção feudal, e do desenvolvimento de novas relações de produção e forças produtivas que constituíram a gênese do modo de produção capitalista a partir da Europa. Trata-se de um capítulo da história da expansão marítima dos países europeus que se tornaram as metrópoles no contexto do sistema colonial que foi estabelecido durante os séculos XV e XVI, e do desenvolvimento do comércio continental europeu por meio das empresas comerciais levadas pelos navegadores desses países, e que instituíram nesses territórios “descobertos” e colonizados, uma estrutura econômica que se inseriu no âmbito do mercado internacional com uma finalidade bem delineada.

Sob esse entendimento, constata-se que, diante do processo histórico que decorre da mencionada expansão europeia, ao mesmo tempo em que há uma ligação entre as trajetórias desses dois tipos de países, conforme mencionada anteriormente, também há uma diferença entre as trajetórias desses dois tipos de formações sociais. Essa diferença entre esses dois conjuntos de países se refere ao fato que, no caso dos países europeus que se tornaram metrópoles, trata-se de uma trajetória correlata a

mencionada expansão comercial, enquanto no caso do Brasil, diz respeito a uma trajetória que é derivada dessa expansão, e que resultou na forma de inserção da economia colonial brasileira no sistema econômico mundial, e nas funções assumidas por essa economia, no sentido de afiançar e acelerar o processo de acumulação de capital das metrópoles.

Nesse contexto de passagem da centralidade desde a circulação para a produção de mercadorias, o elemento determinante da colonização do referido território era a necessidade de produção de mercadorias para um mercado em expansão na Europa, caracterizado pelo aumento do universo da circulação e do consumo de mercadorias. É a expansão da economia de mercado e o direcionamento da utilização das colônias, tal como o Brasil, como centros produtores, em larga escala, de valiosas mercadorias primárias nesse mercado em expansão, que dão sentido e determinam o surgimento do sistema colonial, a partir da sua articulação estrutural com o incipiente modo de produção capitalista, que se concretiza com particularidades e especificidades nas formações sociais que se desenvolvem nas colônias americanas.

Logo, o papel da formação social brasileira no sistema colonial se expressa mediante a sua articulação e integração ao capitalismo, sendo elemento integrante da expansão da economia de mercado, dos mercados europeus, e do modo de produção capitalista no contexto do século XVI, e parte do conjunto de acontecimentos que suscitaram a reprodução ampliada do processo de auto reposição do referido modo de produção, a chamada era do capitalismo. Entretanto, reitera-se que nesse sistema, as economias coloniais eram o elo débil da cadeia internacional, o que expressa o papel dessas na divisão internacional do trabalho que se estruturou nesse contexto.

Salienta-se que diante do descompasso entre a necessidade de ampliação da produção e as condições existentes nas relações de trabalho da época, há outra particularidade relevante na trajetória da formação social brasileira que foge das tipificações, e das formas puras de interpretação do desenvolvimento do modo de produção capitalista, e que diz respeito à escravidão.

Tal qual o próprio sistema colonial, o escravismo também deve ser explicado no contexto em que, diante da expansão da economia de mercado e da necessidade de aumento da produção de mercadorias valiosas no mercado europeu, em alguns países desse continente havia um reduzido contingente de força de trabalho livre diante do incipiente processo de subsunção do trabalho ao capital em diversas localidades da Europa ocidental. Assim, tendo em vista as exigências de ampliação da produção, se fez imperativo a implementação do trabalho escravo nas colônias, especialmente nas denominadas colônias de exploração, caracterizadas pela destinação da produção

ao mercado mundial e pela suscetibilidade dessa produção as especulações desse mercado, sendo o Brasil “um exemplo” em termos quantitativos e de duração desse regime de trabalho. Ou seja, a introdução do trabalho escravo se coloca como uma aparente necessidade objetiva da produção ampliada de mercadorias para os centros consumidores europeus em expansão, sendo a produção colonial dos mencionados produtos altamente comercializáveis nas áreas centrais do capitalismo mercantil, feita especificamente em estruturas produtivas que tinham por base a utilização desse tipo de mão de obra.

Além disso, o regime de trabalho escravo diferencia a formação social brasileira das formações sociais utilizadas como referência por Poulantzas (2019; 1978), tanto em relação à questão da capitalização da propriedade fundiária e da transformação das classes proprietárias de terra em frações da burguesia, quanto em relação a ausência de trabalhadores no campo, isto é, um campesinato como força social e política, enquanto classe distinta, e do próprio proletariado e da pequena burguesia⁸⁸.

Também se ressalta que a escravidão, a despeito de aparecer como antagônica ao trabalho livre e que descaracterizaria essa economia colonial como uma economia capitalista, é justamente o latifúndio escravista que conforma o caráter capitalista da economia colonial brasileira, assim como a própria forma de capitalização da renda fundiária. Bem como é o que diferencia essa economia em comparação as colônias de povoamento, em que a produção não era direcionada para o mercado externo e nem regulada segundo as necessidades do mercado mundial, e sobretudo no que se refere as formações sociais metropolitanas no contexto do sistema colonial e de expansão do modo de produção capitalista. No contexto do sistema colonial, os capitalistas e os proprietários de terras se confundem, no sentido que a economia do latifúndio, embora caracterizada pela predominância da família rural com maneirismos aristocráticos, além de direcionar a produção para o mercado externo e estar suscetível as oscilações desse mercado, tinha o mesmo ímpeto de busca por lucros que fundamenta o comportamento burguês.

Nesse sentido, sendo as formações sociais o próprio modo de produção concretizado, não podem ser tomadas como modelos e construções tipificadas, mas sim como interações entre as particularidades e as universalidades delas. As particularidades e as especificidades do desenvolvimento das formações sociais coloniais que as diferenciam das formações sociais capitalistas europeias, não implicam em modos de produção específicos, distintos ou subsidiários ao capitalismo, ou de

⁸⁸ Ressalta-se que, conforme visto no capítulo 2, a capitalização da renda fundiária e o campesinato enquanto força política são dois exemplos reiteradamente utilizados por Poulantzas (2019) na discussão sobre o bloco no poder.

qualquer desvio nesse sentido⁸⁹, mas apenas expressam formas atípicas, não clássicas, desse modo de produção. Não obstante serem dois tipos de formações sociais, decorrem do mesmo processo histórico de expansão e domínio do modo de produção capitalista. Portanto, a ideia de ser a economia colonial brasileira algo distinto do modo de produção capitalista, como por exemplo, uma “economia escravista colonial”, resulta de uma transposição mecânica e reducionista das análises de Marx, Engels, e Lênin, acerca das realidades particulares das formações sociais europeias, para as formações sociais latino-americanas.

Logo, mesmo que não se encontre as formas puras do modelo de interpretação do modo de produção capitalista, isso não implica que, por circunstância do escravismo, a formação social colonial brasileira não seja capitalista, tendo em vista as relações entre o desenvolvimento do capitalismo europeu e o caráter das formações social colonial brasileira. Essa formação social colonial se apresenta como uma forma atípica e não clássica, isto é, enquanto um capitalismo particular, desigual e combinado, que se articula com os polos econômicos dominantes da Europa enquanto integrante do vasto processo de acumulação mundial do capital, e que, desde a “descoberta” do território e da colonização, progressivamente o capitalismo, como modo de produção, se tornou dominante. A produção capitalista, ao reproduzir sua própria existência de forma contínua, resulta em desintegrar, reintegrar, ou criar realidades, com determinadas particularidades, e para se auto repor.

Trata-se então de atestar que o modo de produção capitalista não é um processo em que a formação social pode conter um ou mais modos de produção, como por exemplo com a coexistência de relações de produção feudais e capitalistas, em que se constata uma predominância qualitativa do novo, materializado pelo nascente capitalismo e pela hegemonia da economia mercantil. E isso porque este modo de produção determina e contém várias formações sociais, em diversos estágios e formas de organização do trabalho, em diferentes momentos de subsunção do trabalho ao capital, que definem o caráter particular e concreto, em termos de leis universais, desse modo de produção. Pensar em síntese de dois modos de produção, ou na convivência de um modo de produção anterior junto ao modo de produção capitalista, deixa de ser síntese para se tornar um elemento novo, com características históricas próprias, concretudes próprias, na qual se nega, em essência, as características do modo de produção menos complexo. A sociedade capitalista se manifesta mais ou menos livre dos elementos feudais conforme as particularidades do desenvolvimento histórico de

⁸⁹ Mais sobre essa discussão ver Fernandes (2020), Granato (2021), e Mazzeo (2015).

cada país, e o modo de produção capitalista se define como um complexo de complexos, uma síntese de múltiplas determinações.

Assim, a caracterização da formação social brasileira como capitalista desde o período colonial, deve considerar que essa formação se desenvolveu com especificidades próprias tendo em vista a capacidade desse modo de produção amoldar-se, e constituir novas situações para sua autorreprodução. Essa tipificação na forma de uma economia capitalista é derivada da compreensão de que essa formação social se origina enquanto uma particularidade histórica de uma universalidade que corresponde ao modo de produção capitalista em precipitação. Conforme mencionado, a “descoberta” do território, e sobretudo a sua colonização, se situa no contexto da expansão europeia diante da crise de desagregação do modo de produção feudal, e das necessidades colocadas pelas novas relações de produção das forças produtivas que constituíram a gênese do modo de produção capitalista. Nesse contexto, o sistema colonial, do qual a formação social brasileira, em suas origens, foi parte, foi um dos elementos fundamentais para que a referida expansão possibilitasse a reprodução ampliada do processo de auto reposição do modo de produção capitalista, e a passagem da centralidade da circulação em direção à produção de mercadorias. Ou seja, para que houvesse o desenvolvimento do capitalismo europeu, as colônias do continente americano, a exemplo do Brasil, foram elementos basilares na concentração capitalista que posteriormente resultou nos processos de revolução industrial.

É nesse sentido que se colocam as impossibilidades de explicação da formação social brasileira sem remeter ao processo de reposição de capital no contexto da expansão europeia do século XVI, que é o momento crucial em que o nascente modo de produção capitalista amplia suas condições de existência. A formação de uma estrutura social com base na economia escravista, tal como na colônia do Brasil, é uma formação social particular da universalidade capitalista, pois o modo de produção se estabelece de forma concreta por meio da mediação entre a particularidade e a universalidade, assim como a particularidade enquanto forma concreta de uma universalidade, é o que define a própria formação social.

Ou seja, o domínio do modo de produção capitalista, a estrutura e o fracionamento das classes sociais, que ocorrem nos respectivos países utilizados como base para o desenvolvimento desses conceitos, apresentam elementos que os distinguem frontalmente quando comparados a um país de passado colonial e escravista como o Brasil, tendo em vista o processo histórico de formação e de domínio do modo de produção capitalista, a estrutura e o fracionamento das classes sociais.

Isso posto, outra ponderação importante de ser feita, se refere as implicações dessa origem e forma de inserção para a burguesia que se desenvolve nessa formação social. Essa discussão leva em conta que os elementos essenciais da produção e da reprodução dessa economia passam pelos mecanismos do mercado mundial, e tem efeitos para a classe dominante brasileira em termos da sua distinção em comparação a determinadas burguesias europeias, tais como as consideradas nos casos clássicos de revolução burguesa, e que servem de base para o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna.

Inicialmente cabe destacar que o surgimento da burguesia brasileira resulta de um processo em que os colonizadores trouxeram capital e arcabouço cultural para a então colônia, e que em certo sentido a vida cotidiana nesse território buscou espelhar a vida europeia, na forma de um prolongamento dessa, baseada nos traços culturais e institucionais europeus, mas adaptados as condições do território colonial. Essa adaptação se tornou a nova síntese que se manifestou tanto no âmbito da estrutura produtiva quanto na determinação dos aspectos particulares superestruturais da formação social brasileira, e que resultou na monopolização pelos latifundiários, tanto da grande propriedade rural quanto do poder político, em que até mesmo os poucos homens livres tinham suas vidas controladas pelo latifundiário, seja no incipiente meio urbano, e com mais intensidade, no meio rural.

Essa burguesia que surge nessa formação social apresenta debilidades que as distinguem das burguesias revolucionárias europeias pois, diferente dessas que empreenderam os denominados processos clássicos de revolução burguesa, e se colocaram como classe dominante ao pôr abaixo a ordem anterior, associada ao feudalismo, a burguesia agrário-mercantil, tal como se depreende do processo de emancipação política brasileira a partir do processo de independência e de constituição do Estado nacional brasileiro, atuou pela conservação dos pilares econômicos e políticos do ordenamento colonial. No âmbito econômico, essa burguesia atuou exclusivamente pelo rompimento da interferência nos negócios internos e da fluidez dos maiores lucros para a metrópole, buscando alcançar a autonomia comercial sem passar pelos entraves do exclusivismo metropolitano, mas sem propor mudanças na estrutura econômica que visassem o desenvolvimento das forças produtivas e das relações da produção em moldes plenamente burgueses, isto é, de ruptura real com a estrutura colonial brasileira, e especialmente com a questão da escravidão. Apesar da incipiente luta política de setores da pequena burguesia, funcionários públicos, e classe média, no meio urbano, permaneceram inalteradas as relações de produção e de classe, e o caráter colonial da estrutura produtiva brasileira. Do ponto de vista político, o referido processo será

conduzido por essa burguesia com o permanente cuidado de excluir a participação de outros segmentos da estrutura social brasileira, tendo o intuito de afastar qualquer iniciativa que apontasse para transformações mais radicais e, conseqüentemente, qualquer perigo de revolução ou rupturas, principalmente que colocasse a escravidão em xeque.

Essa postura de conciliação com o passado colonial mediante a manutenção da estrutura produtiva, mas com a necessidade de uma nova estruturação do poder político, de novas instituições modernas, e de novas formas político-organizativas a partir da emancipação política, reverberava a postura da própria burguesia metropolitana acerca do risco de qualquer movimento com caráter revolucionário que representasse, para essa burguesia, o risco de rompimento da estrutura metropolitana do mercantilismo e a perda do controle colonial, com a conseqüente bancarrota da economia do império. Para a burguesia brasileira, representava o fim da estrutura latifundiária escravista e do poderio político e econômico dos setores da sociedade brasileira associados a essa estrutura.

Além disso, evidencia a postura que remonta ao caráter da constituição da burguesia brasileira, e que diz respeito a subsunção e a busca por conciliação, por composições, e por acordos com as burguesias reinóis e as proposições metropolitanas. Essa unidade entre colonos e a metrópole se explica pela própria estrutura da economia colonial, a partir da escravidão, e devido a pulverização regional que submetia os donos de terras e de escravos a reforçar os vínculos com a metrópole, sob o entendimento de que apenas o poder metropolitano era capaz de garantir a produção escravista e latifundiária. É esse compromisso da burguesia colonial com a metrópole, e vice-versa, que reforça o conservadorismo e o aspecto antirrevolucionário da colônia. Não por acaso, a emancipação política se deu por meio da temporização da classe dominante brasileira com a monarquia portuguesa na forma de uma articulação pelo alto em que, ao mesmo tempo que se teve a ruptura com Portugal, a unidade das frações das classes dominantes na colônia permitiu a entronização do próprio príncipe regente, e herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, como imperador do Brasil, resultando em um processo em que, a despeito de movimentos contestatórios posteriores, foi feito sem traumas, convulsões sociais, e a participação das massas populares.

O principal elemento dessa emancipação se coloca então distante de alterações de maior magnitude na estrutura econômica, política, e social da colônia, e se concentra nos efeitos da crise mundial da estrutura mercantilista que caracterizava o sistema colonial, e na desconexão do país com os propósitos recolonizadores que emanavam desde a metrópole. Antes desses propósitos, era predominante na colônia a posição favorável a união com Portugal, mas a partir da ideia de recolonização do início da década de 1820, posterior a união do Brasil a posição de reino unido, as

classes dominantes brasileiras se direcionaram a buscar o redimensionamento do seu poder político por meio da autonomia política, tendo em vista que o Brasil, e sua burguesia, eram o sustentáculo da economia do império português, e do próprio reino unido.

Esse processo confirma a sobressalência da ausência de divergências fundamentais entre as frações burguesas em disputa, e dessas em relação ao regime de governo monárquico, tendo em vista que essas enxergavam que o processo de emancipação política deveria conter duas características fundamentais aos olhos de seus interesses gerais, e que se referem a condução e participação exclusiva dessas classes, ou seja, ser antipopular, e a manutenção dos elementos centrais da economia colonial, tal como a escravidão. Assim, para se manter no poder, essa burguesia busca sempre conciliar os interesses internos e externos, se articulando internamente de forma a reprimir e alijar as massas populares do processo político e social, recorrentemente por meio da violência, e tendo certa aversão a formas democráticas de governo, e dada desconfiança no povo.

A não ruptura concreta com a estrutura socioeconômica colonial é o que possibilita a assunção do processo de independência pela burguesia latifundiária, assim como a criação de um aparelho de Estado dentro de suas diretrizes ideológicas. Dessa maneira, a sociedade brasileira, de origem escravista e aristocrática, será pautada por um conservadorismo expresso nas ideias e nas práticas das classes dominantes no âmbito econômico e político. Especificamente, a burguesia brasileira é caracterizada pelos ditames da trajetória histórica da formação social da qual faz parte, ou seja, uma sociedade conservadora e rígida, e um Estado nacional, em que ambos expressam a gênese da sua classe dominante, que é subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros do capitalismo mundial, e que impõem fórmulas políticas autocráticas que se amoldam as novas situações histórico-concretas da sociedade, na forma de sínteses que não quebram as “raízes genéticas” dessa formação social.

Outro fator que explica esse comportamento político-econômico dessa burguesia, que resulta da formação social brasileira como uma formação capitalista de extração colonial, é o modo de absorção das ideias liberais pela classe dominante local, e que de certo modo tem conexão com a maneira como se deu essa absorção pela classe dominante metropolitana. Essa assimilação é engendrada pela organização produtiva da colônia, isto é, agroexportadora e escravista, mas também por uma metrópole decadente e subsumida a interesses externos, por exemplo, ingleses, mesmo que de forma não transposta entre essas realidades, ou por uma relação de causa e efeito, mas em virtude das evidentes conexões entre a colônia e a metrópole tal qual colocado pelo sistema colonial.

Em vista disso, o norteamento mercantilista determina a dimensão das colônias na estrutura produtiva metropolitana em que, no contexto de difusão e incorporação das ideias liberais e de livre comércio, o Estado português reforçou as suas instituições absolutistas. A forma de absorção do liberalismo pela burguesia metropolitana corresponde a um liberalismo reformado e adequado para a mencionada ideia de conciliação, e não com uma perspectiva revolucionária, possibilitando a convivência do velho com o novo, e se diferenciando de outras formações sociais metropolitanas em que o desenvolvimento do capitalismo não apareceu de forma tardia, e as suas burguesias lideraram os referidos processos de revolução burguesa que destruiu a ordem anterior associada ao antigo regime. Essa convivência do velho e do novo será vista na forma da mentalidade nobre-mercantil-burguesa diante da persistência da dominação do mercantilismo, e da não existência de uma burguesia de mentalidade industrial forte, e hegemônica no âmbito político, no âmbito da metrópole, o que caracteriza a transformação da nobreza em uma burguesia comercial embebida em tintas aristocráticas.

Assim, o pensamento liberal na metrópole, e suas reverberações para a colônia, será direcionado para uma perspectiva de reformas, mas com um sentido conservador de preservação do *status quo*, adequando as perspectivas desse pensamento as condições particulares seja as de Portugal, seja as do Brasil, e as defesas das respectivas burguesias locais em relação ao mercantilismo, considerando a utilidade dessa perspectiva para cada formação social. Esse ecletismo conforma a ideia de conciliação, e de crítica e negação dos aspectos revolucionários que imbuíram determinadas burguesias da época, sendo convenientemente útil para a classe dominante da antiga colônia porque permitiu a agregação entre o anseio pela modernidade, com as particularidades da estrutura econômica local, isto é, a reivindicação de determinados aspectos do liberalismo, tais como o livre comércio, pari passu a permanência da realização das principais atividades econômicas pela mão de obra escrava. Assim, o liberalismo no Brasil se defrontou com a necessidade de preservar a unidade nacional no contexto pós-independência, associado a permanência do regime de trabalho característico do período colonial, sendo assimilado como exemplo de manutenção do *status quo* e com reformas dirigidas exclusivamente pela burguesia brasileira, com a sobressalência do liberalismo no âmbito econômico, e sendo associado ao livre comércio.

De forma semelhante deve ser interpretada, em termos comparativos, as diferenças nos processos de formação do Estado burguês nessas duas distintas trajetórias de formações sociais.

Conforme visto, nas referidas metrópoles europeias que servem de base para a fundamentação dos mencionados conceitos, o processo de formação do Estado burguês se deu a partir do referido

processo de transição do feudalismo para o capitalismo, cada um com as suas especificidades e enfrentando diferentes obstáculos para a dominação do modo de produção capitalista, tendo ênfase o que ficou conhecido na literatura por revolução burguesa. Entretanto, a formação e a caracterização do Estado nacional no Brasil se dão, em primeiro lugar, a partir do processo histórico que o precede e que o determina, ou seja, do conjunto socioeconômico em que esse Estado se insere.

Tal qual mencionado anteriormente, esse conjunto socioeconômico foi forjado por meio de conexões com o mercado mundial, e suas determinações se encontram, historicamente, fora do sistema produtivo local, mediante as ligações desse conjunto com as metrópoles. Além disso, a formação social brasileira se origina a partir da força produtiva do Estado, sob o entendimento de que a formação desse Estado nacional resultou no esforço de unificação nacional em um contexto em que as principais atividades econômicas de produção, exportação, e importação, tinham relevante participação de estrangeiros, como por exemplo ingleses, franceses, e portugueses⁹⁰, e que as burguesias locais não estavam plenamente definidas.

Assim, o Estado nessa formação social, é uma instância que se antecipou as outras, na medida que organizou a sociedade, determinou as classes, e precedeu a própria ideia de nação dentro dessa sociedade. A força desse Estado resulta da incapacidade de acumulação de capital das incipientes burguesias locais, o que o incumbe de suprir a falta de uma autêntica burguesia nacional, embora seja um Estado forte para dentro, mas fraco para fora, em que os interesses externos se fazem presentes por meio das próprias burguesias locais, e soberano, mas que é organicamente dependente e subordinado aos ciclos do capital internacional.

Tampouco resultou a formação do Estado brasileiro, e do aburguesamento desse Estado, de um processo de transição entre um modo de produção tal qual o feudalismo para capitalismo, permeado de conflitos entre os ordenamentos políticos e econômicos correspondentes a esses dois modos de produção, a exemplo dos mencionados casos da França, entre monarquistas e republicanos, e da Grã-Bretanha, entre burguesia e nobreza. A formação do Estado brasileiro é marcada pela continuidade da estrutura econômica, política, e social representativa do período colonial, estruturada nos pilares do sistema socioeconômico que se fundamentava no regime de trabalho escravo. Tanto esse processo, quanto o que é considerado por uma parte da literatura como o aburguesamento do Estado brasileiro, a partir do processo de transição em direção ao regime de

⁹⁰ Ver Costa: (1999, p. 19-60; p. 131-168).

trabalho livre e assalariado, consolidado com a abolição da escravidão, é desprovido de conflitos comparáveis com a forma que se deu nos mencionados países europeus utilizados como exemplo para o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, além de não ter rompido com a forma de inserção da economia brasileira no sistema econômico internacional, que remonta ao seu passado colonial.

Uma outra discussão relevante para os objetivos desse trabalho é que devido ao mencionado processo histórico de inserção dependente da economia brasileira no capitalismo mundial, e na medida em que os elementos essenciais da produção e reprodução dessa economia passam pelos mecanismos do mercado mundial, esses elementos também se submetem aos interesses de aproveitamento econômico e controle político das classes dominantes dos países centrais, tal qual colocado, em certo sentido, pela interpretações poulantzianas do Brasil recente, na observação do capital financeiro internacional e da burguesia associada como frações da burguesia que atuam dessa maneira no âmbito econômico e político brasileiro, e no âmbito do bloco no poder. Entretanto, e dessa vez diferente do que é colocado pelas referidas interpretações em termos da discussão sobre a burguesia interna, essa questão suscita discussões sobre a diferença das classes dominantes, e de suas frações, nos dois grupos de países, os que se submetem e os que têm os interesses atendidos, implicando também na necessidade de um tratamento distinto quando se fala de burguesia interna considerando esses distintos conjuntos de países.

Em outras palavras, cabe dizer que é diferente falar em burguesia interna considerando o processo de formação histórica e de inserção na economia mundial dos países metropolitanos, em comparação a um país como o Brasil. Por mais que, conforme é mencionado por Poulantzas (1978), seja possível se falar em uma fração da burguesia, nos moldes da burguesia interna, em “formações periféricas”, ou em países de “industrialização periférica”, tal como é o Brasil, é fundamental remontar ao que foi apontado neste trabalho para demarcar que o referido autor não especifica de que forma essa possibilidade se coloca, nem a maneira sobre como observar essa fração da burguesia nesses países, e tampouco leva em consideração que existem diferenças entre essas formações periféricas e seus correspondentes processos de industrialização, como apontado em Bambirra (2013) para o caso da América Latina.

Do mesmo modo, o referido autor reforça que no nível econômico ela possui fundamento econômico e base de acumulação próprios, o que, conforme visto anteriormente, em certo sentido é diferente para o caso brasileiro, e fundamentalmente no nível político e ideológico, prende-se à sua situação presente e ao passado de capital imperialista “autocentrado”, o que nas palavras do referido

autor a distingue das burguesias das formações periféricas. Logo, a despeito de tentativas de adaptação, tal qual a feita por Martuscelli acerca do termo “burguesia interna dependente”⁹¹, para embasar a breve, e desprovida de qualquer fundamentação mais ampla, menção que Poulantzas (1978) faz acerca da possibilidade de utilização do conceito de burguesia interna nas análises de países como o Brasil, se torna imprescindível que se leve em consideração as referidas diferenças de trajetória de formação, de inserção na economia mundial, de formação do Estado, e de estrutura de classes, para a concepção e a utilização desse conceito nesse tipo de análise.

Sendo um país que se estruturou historicamente em conexão com os interesses das metrópoles, e se inseriu no sistema econômico mundial de forma subordinada a esses, a força da burguesia local brasileira depende justamente do grau dessa conexão, que é definida pelo nível de inserção do capital estrangeiro nessa economia, e a dependência cultural e tecnológica dela. Ou seja, é a mesma discussão colocada pela interpretações poulantzianas do Brasil recente em termos dos conflitos entre a burguesia interna, de um lado, e o capital financeiro internacional e a burguesia associada, de outro, mas tendo em vista que, em virtude da trajetória histórica, existem diferenças entre as burguesias locais que se colocam como burguesia interna nos países centrais, e as burguesias locais que se colocam como burguesia interna em países periféricos, pois as próprias burguesias internas dos países centrais são burguesias estrangeiras em países periféricos, sendo mais fortes econômica, e politicamente, do que as supostas burguesias internas desses países. Cabe destacar também que nas metrópoles europeias trata-se de um conflito entre duas burguesias imperialistas, enquanto no Brasil não há esse conflito, pois, a burguesia local, desde suas origens, é dominada e conectada à burguesia imperialista, o que inclusive suscita o questionamento acerca da possibilidade de se falar em uma burguesia nacional em qualquer período da história brasileira.

Inserindo essa questão na discussão sobre o bloco no poder, os interesses das frações da burguesia local e da burguesia estrangeira, em que no caso dessa última insere a própria burguesia interna dos países centrais, se articulam no Estado e por meio de suas representações locais, tais como os partidos políticos, as filiais comerciais, industriais, e bancária-financeiras, viabilizando a assunção da posição hegemônica por uma dessas frações. À medida que as burguesias dos países centrais são historicamente superiores econômico-financeira, tecnológica, e militarmente, a pressão dessas burguesias mediante as suas formas de representação local tornam o Estado dependente mais permissivo ao atendimento dos interesses das frações dessa burguesia.

⁹¹ Ver: p. 87.

Logo, esse Estado, e que implica toda a discussão sobre o bloco no poder e a burguesia interna, se torna um Estado frágil e vulnerável à medida que a sociedade a qual está circunscrito não tem poder político para controlar as bases econômicas que o determinam, e uma das saídas encontradas para influenciar a conexão das burguesias estrangeiras com suas formas de representação nessa formação social é por meio do controle de atividades econômicas, tal qual a discussão feita a respeito do desenvolvimentismo e que é retomada no período recente sob a denominação de neodesenvolvimentismo, em que nesse último aparece nas interpretações poulantzianas do Brasil recente sob a explicação da ascensão da burguesia interna em detrimento do capital financeiro internacional e da burguesia associada, no âmbito do bloco no poder.

Feitas essas considerações acerca das diferenças de trajetória histórica entre as formações sociais que servem de base para o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e a formação social brasileira, cabe iniciar a discussão sobre as diferenças de contexto dos exemplos utilizados, e das análises feitas por Poulantzas a partir desses conceitos, e o contexto para o qual são utilizados nas análises das interpretações poulantzianas do Brasil recente.

4.2 Questões de contexto sobre a aplicabilidade dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna para o Brasil do século XXI

A ponderação feita acerca das inequívocas diferenças da trajetória histórica brasileira em relação as formações sociais que Poulantzas (2019; 1978) toma como parâmetro para a formulação dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, e que os utiliza para análise, também assume relevância pelo fato de permitir a discussão sobre os limites e as insuficiências da utilização desses conceitos sem uma mediação e adequação dos mesmos em relação ao contexto em que a análise está sendo feita, tendo em vista a realidade brasileira situada na última década do século XX, e principalmente nas duas primeiras décadas do século XXI. Ou seja, as transformações ocorridas no modo de produção capitalista desde a década de 1970 não suscitam a necessidade de mudanças e adequações nos fundamentos desses conceitos⁹²?

Nesse sentido, cabe inicialmente mais uma vez ressaltar que os contextos utilizados como referência para o desenvolvimento dos mencionados conceitos de bloco no poder e burguesia interna se referem, respectivamente, a meados do século XIX e as décadas de 1960 e 1970. Os panos de fundo

⁹² Tal qual é feita na discussão sobre o antigo e o Novo-Desenvolvimentismo, isto é, readequar conceitos para novas realidades e contextos.

são os processos de transição do feudalismo para o capitalismo, e a expansão do capital norte-americano que resulta no acirramento da competição entre empresas multinacionais de metrópoles europeias, especialmente francesas, e as multinacionais norte-americanas, dentro e fora das economias dessas metrópoles.

Conforme apontado no capítulo 2 a respeito das questões gerais que são colocadas pelas interpretações poulantzianas do Brasil recente, o ponto de partida dessas interpretações é a ideia de que, a despeito do reconhecimento dos efeitos do processo de financeirização ocorrido desde as décadas de 1970 e 1980, esses efeitos não resultaram na extinção das frações da classe burguesa, ou na sua unificação, e conseqüentemente na inviabilização da utilização de determinados conceitos, tais como bloco no poder e burguesia interna, a partir das disputas entre essas frações. Assim, mesmo considerando o mencionado processo, é possível se falar no contexto abrangido pelas análises da mencionada interpretação, em uma fração da burguesia brasileira que é considerada enquanto uma representação, com base nos termos teóricos de Poulantzas (1978; 2019), do conceito de burguesia interna, sob a discussão do conceito de bloco no poder.

Essa questão deve ser explorada enquanto um apontamento das limitações e insuficiências da utilização desses conceitos para a análise da realidade brasileira, com ênfase no contexto do século XXI, pois tanto o bloco no poder quanto a burguesia interna são conceitos elaborados em contextos históricos distintos, que não abrangem os efeitos econômicos, políticos, e sociais do processo de financeirização, seja nas metrópoles europeias as quais servem de base para o desenvolvimento dos referidos conceitos, seja em países como o Brasil. O atual contexto e suas implicações se direcionam para a crítica de um dos critérios utilizados por Saes (2014) para fundamentar o fracionamento da burguesia, que é o critério do fracionamento de acordo com as funções do capital, isto é, capital bancário, capital industrial, e capital comercial. Por mais que Martuscelli (2009) aponte que a ideia de interpenetração de capitais remonta ao final do século XIX e início do século XX, tal qual é apontado, por exemplo, nos escritos de Rudolph Hilferding e Lênin, e que Saes (2014) reforce esse reconhecimento e faça diversas ponderações, como por exemplo, de que o segmento denominado nesses escritos por capital financeiro não é uma fração da burguesia que é dotada de uma função específica e diferenciada das demais frações dessa classe, mas um grupo multifuncional que não anula a segmentação da classe capitalista em diferentes frações, o referido processo de financeirização que se situa inicialmente no contexto das décadas de 1970 e 1980, e que se perpetua até os dias atuais, foi acompanhado por conjunto de outras mudanças estruturais que ocorreram nesse mesmo contexto no âmbito do modo de produção capitalista em escala mundial, e

também de elementos inovadores que dizem respeito a própria natureza desse processo de financeirização.

Do ponto de vista das mudanças estruturais no modo de produção capitalista, menciona-se que o referido processo de financeirização, que consolida um novo padrão de acumulação do modo de produção capitalista, é acompanhado de inovações que ocorreram no âmbito das tecnologias da informação e da comunicação, que foram incorporadas pelo setor financeiro, de mudanças na regionalização do espaço produtivo mundial, a partir do deslocamento das estruturas produtivas em direção à países localizados no continente asiático, e do fim da URSS, no final da década de 1980, que implica a discussão sobre as possibilidades de uma organização alternativa da economia para além do capitalismo *stricto sensu*.

Em relação as inovações da própria natureza desse processo, e que o diferencia daquele que foi observado por Lênin e Hilferding entre o final do século XIX e o começo do século XX, menciona-se a influência das novas tecnologias da informação e da telecomunicação para a progressiva conexão global de bolsas de valores e instituições financeiras ao redor do mundo, o encurtamento do tempo e do espaço das transações financeiras, a amplitude de difusão de antigos e novos produtos financeiros, como, por exemplo, o firmamento de contratos de swap, seguros, e outras formas de derivativos financeiros, e o papel sobressalente, enquanto investimento financeiro, que os títulos da dívida pública assumiram⁹³. Do mesmo modo, é possível apontar o desenvolvimento de instituições financeiras, tais como os fundos e as gestoras de investimento, as novas funções que outras instituições já existentes passaram a assumir, como, por exemplo, os fundos de pensão, e a relevância da influência econômica e política que os denominados investidores institucionais, a exemplo dos fundos de pensão, dos fundos coletivos de aplicação, das sociedades de seguros, dos bancos que administram sociedades de investimento, e das agências de classificação de risco, passaram a ter sobre a condução da política econômica por governos nacionais, sejam esses governos democraticamente eleitos, ou não⁹⁴.

Ainda em termos das diferenças de contexto, no Brasil, e também como resultado do processo de financeirização, ao contrário do que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, dos planos nacionais de desenvolvimento e projetos de industrialização liderados por iniciativas do Estado nacional com participação da iniciativa privada local e estrangeira, que tinham como um dos seus objetivos alterar

⁹³ Sobre essa discussão e os impactos dessas inovações para o caso brasileiro, ver BAER (1994).

⁹⁴ Sobre a discussão da influência das instituições financeiras nas decisões de instituições multilaterais no relacionamento dessas com os governos nacionais, e especificamente para o caso brasileiro, ver o já citado texto de Batista (2009).

qualitativamente a forma de inserção econômica do país no sistema econômico mundial, e que possivelmente serviu de base para a breve menção feita por Poulantzas (1978) sobre a possibilidade de observação de frações da burguesia que remetem ao conceito de burguesia interna em países “periféricos” e de “industrialização periférica”, o período que abrange as décadas de 1980 em diante demarca a mencionada substituição do MSI pela implementação do modelo neoliberal, que é caracterizado pelo esvaziamento desses planos e iniciativas mediante, por exemplo, as mencionadas iniciativas de abertura comercial, abertura financeira, de privatizações, e de reorientação do regime macroeconômico. Tal como são reconhecidas pelas próprias interpretações poulantzianas do Brasil recente, a implementação desse modelo e de suas iniciativas de política econômica alteraram a forma como se organizavam as frações da burguesia no âmbito político e econômico brasileiro, isto é, no bloco no poder, e reafirmaram de maneira acentuada as implicações da forma histórica de inserção desse país no sistema econômico internacional. O que não é colocado pela referida interpretação são as implicações desse processo para os fundamentos e a utilização dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e, principalmente, as diferenças dessas implicações para o Brasil em comparação aos países utilizados como base para o desenvolvimento desses conceitos, e para os quais são originalmente utilizados para análise.

Enquanto nas metrópoles europeias a burguesia interna, que é parcela da burguesia local anteriormente dividida entre a burguesia nacional e a burguesia compradora, e que assumiu o caráter de burguesia interna mediante os conflitos internos e externos com o capital norte-americano, ampliou a sua atuação internacional, inclusive na economia brasileira, por meio dos processos de financeirização, privatizações, e de abertura comercial e financeira, e tornou a burguesia desse país ainda mais apêndice do capital estrangeiro, no Brasil, conforme pôde ser visto em Batista (2009), a crítica em relação a ampliação da participação do capital estrangeiro na economia interna foi inicialmente liderada justamente por representantes de filiais do capital estrangeiro. Ou seja, ao invés da burguesia local ter assumido uma posição política da forma como é caracterizada a burguesia interna, tendo em vista a ampliação da participação e o acirramento da competição com capital estrangeiro, no Brasil, é parte da representação do próprio capital estrangeiro que em certo sentido teve a atitude de defender a sua posição no mercado interno brasileiro, em detrimento da entrada de novo capital estrangeiro. Apenas posteriormente, conforme visto no capítulo 2 na forma como são tratados pelas interpretações poulantzianas do Brasil recente, é que setores da burguesia brasileira passaram a fazer críticas não ao conteúdo dessas medidas de

política econômica e da expansão do capital estrangeiro na economia brasileira, mas apenas a aspectos qualitativos, tais como o ritmo que essas medidas estavam sendo empreendidas.

Portanto, o processo de financeirização, do qual a implementação do modelo e das políticas neoliberais são implicações umbilicais, reforça os elementos que constituem a determinação histórico-estrutural da economia brasileira a partir do caráter de sua burguesia, considerando a posição e os laços estabelecidos por essa burguesia local em relação a burguesia estrangeira, e a maneira como essa economia se insere no sistema econômico internacional. Entretanto, não há por parte das interpretações poulantzianas qualquer tipo de mediação ou adequação dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, que leve em consideração o contexto em que são elaborados e, para o caso da burguesia interna, é feita a supracitada menção de Poulantzas sobre a possibilidade de sua utilização para além das metrópoles europeias, e as especificidades em relação ao local em que a análise é feita utilizando esses conceitos.

Desse modo, esses elementos em conjunto dão o sentido de que esse processo de financeirização não deve ser subestimado e tratado “apenas como uma questão de multifuncionalidade do capital”, ou de antigas formas de interpenetração entre as “finanças” e a “indústria” tal como apontado por Martuscelli (2009) e Saes (2014), para fazer a crítica a ideia de extinção do fracionamento setorial da burguesia, pois, tal qual demonstrado por Oliveira (2016) a partir das empresas listadas por Boito Júnior (2006b; 2012a), é evidente a relação entre as funções do capital a partir da participação e controle acionário entre empresas de setores distintos. A forma como esses elementos devem ser tratados é a partir do seu entendimento enquanto reflexo de um novo padrão de acumulação e uma nova fase do capitalismo (DUMENIL; LEVY, 2003; CHESNAIS, 2003), que se encaixaria perfeitamente nos termos de Poulantzas (2019) enquanto uma nova forma e estágio do Estado capitalista, e que tem implicações para os conceitos que derivam do entendimento sobre esse Estado, tais como bloco no poder e burguesia interna, que todavia são subestimadas, e em certo sentido até desconsideradas pela interpretações poulantzianas do Brasil recente. Cabe ressaltar que esse novo padrão, fase, forma, e estágio, tem implicações tanto para os países que servem de referência para a construção desses conceitos, mas sobretudo para o Brasil, tendo em vista as diferenças e particularidades apontadas anteriormente, e que essas implicações, além de serem distintas quando se comparam os seus efeitos para os dois grupos de países mencionados, não puderam ser observadas no momento da construção, e na possível revisão desses conceitos por Poulantzas, e tampouco os são nas análises dos referidos intérpretes poulantzianos do Brasil recente.

4.3 Questionamento às evidências da representação e dos conflitos entre as frações da burguesia no Brasil recente

Além dessas questões mais gerais e que dizem respeito as limitações e insuficiências colocadas pelas diferenças dos locais e dos contextos que servem de base para o desenvolvimento dos mencionados conceitos, e para os quais são originalmente utilizados para análise, cabe adentrar no apontamento crítico às questões que se referem especificamente ao que é apontado pela interpretações poulantzianas acerca da trajetória histórica e política do Brasil recente, mediante os seguintes questionamentos: a ideia de representação dos interesses das frações da burguesia vista por uma dicotomia na cena política e nas iniciativas de política econômica executadas por dois diferentes tipos de governos, liderados e sustentados socio-politicamente por distintos partidos políticos e frentes políticas, é suficiente para explicar as divisões e os conflitos no âmbito do bloco no poder, e assim evidenciar a existência da burguesia interna? Os elementos apresentados para embasar a argumentação a respeito da participação e da posição de liderança da burguesia interna no âmbito da denominada frente neodesenvolvimentista, são suficientes? A ênfase dada no posicionamento da FIESP e de seus dirigentes, por si só, é suficiente para evidenciar a existência da burguesia interna, e explicar o posicionamento político dessa fração da burguesia, e de suas antagonistas nas disputas no âmbito do bloco no poder?

Conforme visto, na construção da ideia de existência de uma burguesia interna no Brasil recente, a interpretações poulantzianas tem como ponto de partida as disputas dessa fração com as frações denominadas por capital financeiro internacional e burguesia associada no âmbito do bloco poder, a forma como essas disputas se refletem na cena política por meio da posição de apoio, ou de oposição, dessas frações, as políticas econômicas empreendidas por dois tipos de governo caracterizados por neoliberais/neofascistas, e neodesenvolvimentistas, e isso por meio de entidades representativas dos setores econômicos que se enquadram nas definições dessas frações. Sob esse entendimento, essa interpretação aponta que as políticas econômicas empreendidas pelos governos Collor e FHC, caracterizadas por neoliberais, e que foram sustentadas pela frente política neoliberal conservadora, e pelo governo Bolsonaro, também caracterizadas por políticas neoliberais, mas sustentadas por um movimento neofascista, se colocaram ao encontro prioritário dos interesses do capital financeiro internacional e da burguesia associada, e em detrimento dos interesses da burguesia interna. Em contrapartida, as políticas econômicas dos governos Lula e Dilma, caracterizadas por neodesenvolvimentistas, e sustentadas pela frente política

neodesenvolvimentista, foram ao encontro prioritário dos interesses da burguesia interna, em detrimento dos interesses do capital financeiro internacional e da burguesia associada.

O que fundamenta essa ideia é a análise das posições que essas frações da burguesia assumem na cena política diante dos efeitos das referidas políticas econômicas empreendidas por cada um dos mencionados governos. Ou seja, no que diz respeito a burguesia interna, a interpretação poulantzianas do Brasil recente aponta que a sua emergência enquanto fração da burguesia ocorre durante a década de 1990, tendo em vista as críticas qualitativas que foram feitas por entidades representativas de determinados setores econômicos que são apontados como integrantes dessa fração, a algumas das iniciativas de política econômica empreendidas pelos governos da época, classificadas por neoliberais, e com ênfase nos efeitos que algumas dessas medidas tiveram sobre esses setores econômicos. De acordo com a mencionada interpretação, diante desses efeitos, esses setores econômicos, especialmente os setores industrial e exportador, se organizaram por meio de entidades de representação de classe, a qual se menciona especificamente a FIESP, no sentido de se opor, mesmo que qualitativamente, a essas políticas.

Os exemplos apontados acerca desse posicionamento, e da consequente classificação desses setores enquanto burguesia interna a partir desse contexto, são a organização de protestos e as declarações públicas de lideranças dessa entidade representativa durante os governos FHC, e a interpretação de que a flexibilização da política macroeconômica a partir do ano de 1999, principalmente a implementação do regime de câmbio flutuante, representou uma resposta as demandas desses setores, resultando em favorecimento dos interesses da indústria exportadora e do agronegócio. A referida interpretação concede destaque ao fato que alguns desses movimentos de protesto foram organizados em conjunto, e em suposto apoio a manifestações propostas por determinadas centrais sindicais, tais como a CUT e a Força Sindical, que também se colocavam de maneira crítica as supracitadas medidas de política econômica e aos seus efeitos, o que alegadamente contribuiu para que posteriormente fosse formada a denominada frente neodesenvolvimentista, com a participação e a liderança da burguesia interna nessa frente política.

No período seguinte, durante a década de 2000, e com ênfase na vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, na política econômica adotada durante os seus dois mandatos, e relativamente na política econômica do primeiro governo Dilma, tem-se o entendimento de que a burguesia interna se consolidou como fração da burguesia à medida que supostamente passou a participar, no âmbito político, da denominada frente política neodesenvolvimentista, a qual também exerceu a liderança, e proporcionou, na cena política, apoio a esses governos. Retomando o que foi

apresentado no capítulo 3, essa frente política atuava na sustentação sociopolítica desses governos e das iniciativas de política econômica empreendidas pelos mesmos, se colocando, conseqüentemente, em oposição ao programa político-econômico do principal antagonista do PT na cena política da época, o PSDB, pois esse partido, e o seu programa político econômico, aparentemente representava os interesses do capital financeiro internacional e da burguesia associada, que disputavam posições no bloco no poder em detrimento da burguesia interna, e que almejavam o retorno de um candidato do PSDB ao posto de Presidente da República para empreender as políticas econômicas neoliberais que atenderiam prioritariamente os interesses dessas outras frações. Dessa forma, em contraposição aos interesses da burguesia interna, e da política econômica neodesenvolvimentista empreendida pelos governos Lula e Dilma, e sustentadas pela frente neodesenvolvimentista, o capital financeiro internacional e a burguesia associada se colocaram em defesa das políticas econômicas neoliberais e lideraram a frente política de sustentação à essas políticas econômicas e de críticas as políticas econômicas neodesenvolvimentistas, a denominada frente neoliberal conservadora, ou campo neoliberal ortodoxo. Essas críticas eram vocalizadas à época pelo principal partido de oposição, o PSDB, e essas frações da burguesia concediam apoio a esse partido que era considerado o representante dos interesses dessas frações da burguesia e que tinha em seus planos de governo, a retomada das políticas econômicas neoliberais.

Assim, a despeito da referida dicotomia no âmbito da cena política que supostamente justifica a existência da burguesia interna, cabe desenvolver as indagações que foram feitas anteriormente, com ênfase no que se coloca como insuficiente e limitado na argumentação da interpretações poulantzianas, isto é, os elementos utilizados por essa interpretação para embasar essa relação entre a mencionada divisão, e as disputas entre os supracitados partidos políticos na cena política, e as frentes políticas, em termos das representações de interesses das referidas frações da burguesia que disputam posição no âmbito do bloco no poder, por meio desses partidos e frentes políticas. Logo, é necessário identificar quais são esses elementos utilizados pela referida interpretação para sustentar a mencionada argumentação de que determinados governos, e suas políticas econômicas, representaram os interesses de uma determinada fração da burguesia em detrimento de outras, e que permitiu que essa fração prioritária alcançasse uma posição que, se não foi de hegemonia, ao menos possibilitou a sua ascensão no bloco no poder em virtude dessas políticas econômicas.

Conforme visto no capítulo 3, a interpretações poulantzianas se baseia basicamente em três parâmetros para fundamentar a supracitada análise, e que correspondem: 1) aos efeitos das distintas

iniciativas de política econômica; 2) se esses efeitos ensejam críticas, ou a defesa dessas iniciativas de política econômica e dos governos que as empreendem, pelas entidades representativas dos setores econômicos que constituem as mencionadas frações da burguesia; 3) se a política econômica, e seus efeitos, levam à participação das distintas frações da burguesia para diferentes frentes políticas, que se conflitam no âmbito político, e se esses conflitos podem ser visualizados no âmbito da cena política. Sobre esses parâmetros, cabe ressaltar que os dois primeiros têm como embasamento alguns elementos empíricos que supostamente evidenciam os efeitos da política econômica sobre determinados setores econômicos que constituem uma determinada fração da burguesia, tais como as análises sobre as mencionadas manifestações que ocorreram na segunda metade da década de 1990, a utilização de alguns dados econômico-financeiros, como por exemplo de lucros, de receita, e de participação de empresas estatais e fundos de pensão de empresas públicas no capital de um grupo de empresas supostamente representativas da burguesia interna, e as publicações e declarações de dirigentes de entidades representativas de setores econômicos que compõem as distintas frações da burguesia, com ênfase para o caso da FIESP enquanto entidade que alegadamente refletia o comportamento da burguesia interna no sentido de reconhecimento dessa fração em relação à política econômica dos governos Lula, e em certo sentido do primeiro governo Dilma, enquanto representantes prioritários de seus interesses. No entanto, ressalva-se que o terceiro parâmetro é o que mais carece de elementos empíricos que poderiam auxiliar na robustez da análise proposta pela interpretação poulantziana do Brasil recente, sendo apenas uma interpretação derivada do que é desenvolvido acerca dos dois primeiros, apontando para a posição da burguesia interna enquanto partícipe, e líder, da frente neodesenvolvimentista.

Assim, independente da utilização de elementos empíricos, ou não, a questão que se coloca é até que ponto os elementos utilizados pela interpretações poulantzianas para embasar a sua argumentação são suficientes para evidenciar a ideia de existência de uma burguesia interna no mencionado contexto brasileiro, tal qual o conceito elaborado por Poulantzas, considerando os mencionados conflitos dessa fração da burguesia em relação a outras frações da burguesia, e a associação desses conflitos com a diferenciação entre partidos políticos, frentes políticas, e iniciativas de política econômica.

A respeito das mencionadas publicações e declarações de dirigentes de entidades de representação dos setores econômicos que constituem as referidas frações da burguesia, a argumentação da interpretações poulantzianas carece de aprofundamento e amplitude pelo fato que as análises feitas se concentram nas publicações e declarações de dirigentes da FIESP, não levando em consideração

as publicações e declarações de dirigentes de outras entidades representativas de setores econômicos que compõem, seja a burguesia interna, seja as demais frações da burguesia que disputam posições no bloco no poder, tal como o capital financeiro internacional e a burguesia associada. Por um lado, são escassos nos textos da referida interpretação, elementos de magnitude próxima aos que são apresentados a partir das publicações e declarações vinculadas a FIESP e a seus dirigentes, como, por exemplo, publicações e declarações de outras entidades representativas dos setores que compõem a burguesia interna, que poderiam conceder maior aprofundamento e amplitude na argumentação sobre o apoio da burguesia interna as políticas econômicas neodesenvolvimentistas, e aos governos Lula e Dilma, que empreenderam essas políticas. Por outro, também se constata a carência de elementos que poderiam embasar essa ideia ao exercer uma função contrafactual, como, por exemplo, mediante a análise de publicações e declarações de dirigentes de entidades representativas de setores econômicos que compõem o capital financeiro internacional e a burguesia associada, que possibilitaria conceder uma maior legitimidade as ideias de disputas entre essas frações e a burguesia interna no âmbito do bloco no poder, de distintas representações de interesses, e de reflexos na cena política, caso constatado que essas frações, por meio de suas entidades representativas, consideravam que tiveram seus interesses preteridos pela política econômica dos mencionados governos em favor da burguesia interna, e assim se colocassem de forma crítica a essas políticas econômicas, e em apoio ao programa político-econômico do PSDB.

Ressalta-se que Boito Júnior é o único dos autores aqui referenciados enquanto intérpretes poulantzianos que se debruça sobre a análise que busca utilizar de publicações e de declarações de dirigentes de entidades representativas de setores econômicos que constituem as frações da burguesia, enquanto forma de embasamento à argumentação sobre o posicionamento das distintas frações da burguesia no âmbito político e da cena política. Todavia, esse autor se concentra na análise do posicionamento da FIESP e de seus dirigentes como representação do posicionamento da burguesia interna, e admite a limitação dessa ao ponderar que: “embora não tenhamos feito uma pesquisa sistemática em outras associações que representam setores da grande burguesia interna” (BOITO JÚNIOR, 2012a, p. 95). Ressalva-se que nesse mesmo texto, o autor pinça e utiliza uma declaração de um proprietário de um grupo empresarial sucroalcooleiro que aparentemente fez críticas ao então candidato José Serra, do PSDB, durante o contexto das eleições de 2010, enquanto suposta evidência, junto as demasiadas menções a publicações e declarações de dirigentes da FIESP, de que a burguesia interna apoiava os governos Lula e Dilma em detrimento dos candidatos,

e do programa econômico do partido político de oposição na cena política, que na época era vocalizado pelo PSDB.

No que se trata da ausência de elementos contrafactuais que poderiam robustecer a argumentação acerca da oposição do capital financeiro internacional e da burguesia associada, no mesmo supracitado texto de Boito Júnior, o autor faz uma breve menção ao Instituto Internacional de Finanças (IIF), se utilizando de declarações de um dos analistas dessa instituição, dadas em um evento sobre as eleições 2010, em que foi feito um prognóstico negativo a respeito da política econômica de um eventual governo Dilma, em comparação a política econômica de um eventual governo de José Serra. Entretanto, além do fato dessa instituição não ser enquadrada necessariamente enquanto entidade de representação de classe, tal como a FIESP, mas se tratar mais do que se enquadra nas características de um *think tank*, os seus participantes no Brasil são um banco privado nacional⁹⁵, fazendo parte de um setor econômico que recorrentemente também é apontado como constitutivo da burguesia interna, um banco de origem nacional mas controlado por um banco estrangeiro⁹⁶, e a própria FEBRABAN (IIF, 2022), e tampouco os citados prognósticos feitos por um analista são suficientes para atestar que a referida instituição seja uma representante do capital financeiro internacional e da burguesia associada, no Brasil, e que esses prognósticos refletiam o posicionamento dessas duas frações da burguesia diante das disputas no âmbito do bloco no poder, e seus reflexos na cena política brasileira da época.

Posteriormente, conforme pode ser visto em Boito Júnior (2016c, p. 89), aparentemente houve a tentativa desse autor em suplantar as limitações colocadas ao se restringir as análises das publicações e declarações de dirigentes da FIESP, à medida que faz uma menção, em nota de rodapé, alegando que estaria realizando, junto a outros pesquisadores, uma ampliação da análise e abrangendo outras entidades representativas de setores que compõem a burguesia interna, tendo em vista o período da crise política da década de 2010, e sob o pretexto de que houve uma mudança de posição da burguesia interna em relação ao período anterior da década de 2000. No entanto, em nenhum texto de Boito Júnior posterior a esse, e que trate dessa temática, ou de qualquer outro dos referenciados intérpretes poulantzianos, são encontrados os resultados dessas análises, ou a utilização desses resultados para embasar a argumentação e torná-la mais condizente com o que se coloca no plano teórico dos conceitos utilizados por esses autores. Também não se tem registros das razões e dos parâmetros utilizados para que fosse feita a escolha da FIESP, a não ser que ela é a

⁹⁵ Banco Bradesco S.A. e Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.

⁹⁶ Banco BOCOM BBM.

entidade representativa da indústria paulista, e do mesmo modo em relação a IIF, mas não de outras instituições representativas dos setores econômicos que constituem as distintas frações da burguesia que se colocavam em disputa no âmbito do bloco no poder, e alegadamente no âmbito político e na cena política, naquele contexto.

Assim, o que de fato aparece nos diversos textos das interpretações poulantzianas ou são as demasiadas menções às publicações e declarações de dirigentes de uma entidade que é representativa do setor industrial de uma unidade federativa, a FIESP, assim como deduções que levam a conclusão de que a FIESP tinha uma posição de “apoio ativo aos governos neodesenvolvimentistas” (BOITO JÚNIOR, 2016c, p. 95), ou são as citações que se referem ao próprio Boito Júnior. Portanto, a utilização de publicações e declarações relativas a apenas uma entidade representativa de setores econômicos que constituem a mesma fração da burguesia, e sem detalhar e especificar as razões de porquê selecionar essa e não outras entidades, assim como a ausência de elementos contrafactuais, a exemplo de publicações e declarações de entidades representativas e de dirigentes dos setores econômicos que constituem as demais frações da burguesia que disputam posições no âmbito do bloco no poder com a burguesia interna, tornam a argumentação insuficiente e limitada em termos de embasamento da ideia de que a política econômica empreendida pelos governos Lula, e pelo primeiro governo Dilma, exerceu o mencionado efeito sobre as frações da burguesia, e repercutiu no âmbito das frentes políticas e da cena política.

Também é passível de crítica por razões semelhantes, a utilização de determinados dados econômicos para fundamentar a ideia de que a política econômica neodesenvolvimentista teria ido ao encontro dos interesses da burguesia interna, e assim possibilitado uma posição que, se não de hegemonia, ao menos foi de ascensão dessa fração no âmbito do bloco no poder, em detrimento das demais frações da burguesia. Tal qual na discussão anterior, Boito Júnior (2006b; 2012a) também é o único autor que se debruça sobre dados econômicos e os utiliza como forma de embasar a sua argumentação sobre essa questão.

Conforme mencionado no capítulo 3, Boito Júnior (2006b) utiliza dados do valor do lucro líquido das vinte empresas que tiveram os maiores lucros líquidos no primeiro trimestre de 2005, e da variação percentual desse valor em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Diante desses dados, o autor deduz que sendo o quadro constituído majoritariamente por grandes empresas exportadoras, o resultado apontado pelos valores e percentuais da variável utilizada como parâmetro, refletiu a importância das iniciativas de política econômica do governo Lula,

especialmente da política de comércio exterior, para a burguesia interna, que é representada no quadro pelas empresas industriais exportadoras, e conseqüentemente possibilitou a posição de ascensão, ou melhora, dessa fração no âmbito bloco no poder. De maneira semelhante, também de acordo com o que foi indicado no capítulo 3, em Boito Júnior (2012a), o autor utiliza dados da participação percentual do BNDES, do BNDESPar, e de fundos de pensão de empresas estatais, no capital das vinte maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior de acordo com a receita líquida no ano de 2008, e considera que os dados apresentados evidenciavam o “novo papel” dessas instituições, especialmente das duas primeiras, enquanto um dos elementos da política econômica que se direcionava a priorizar os interesses da grande burguesia interna em detrimento dos interesses do capital financeiro internacional e da burguesia associada, ressaltando que a atuação dessa instituição era criticada por lideranças do PSDB.

No entanto, e ainda sobre os mencionados dados utilizados, não há nenhuma menção das razões de terem sido escolhidos dados de lucro e de receita líquida, e do porquê no texto de 2006 o parâmetro ter sido o lucro líquido, e no texto de 2012 ter sido a receita líquida, e nem mesmo o significado desses dados em termos econômicos, e da sua relação com a política econômica. A argumentação se restringe apenas a dizer que esses dados consistem em evidências da relação entre a política econômica dos governos Lula e os interesses da burguesia interna. Ademais, são dados que correspondem a apenas um período, o que impede a comparação entre dois, ou mais, períodos do tempo, e assim atestar, ou não, as mudanças que pudessem ter ocorrido entre os diferentes governos e suas iniciativas de política econômica, assim como os efeitos dessas políticas sobre as distintas frações da burguesia.

Também é possível ir além na crítica sobre a forma como essa análise é feita pois, à medida que se considera que as empresas listadas nos textos de 2006 e 2012 são representativas da burguesia interna, não foi feita uma investigação acerca da propriedade e do controle delas, isto é, de que maneira estavam repartidas as ações, especialmente as que concedem o poder de decisão em empresas de capital aberto, como é o caso das ações ordinárias. Oliveira (2016), por meio dessa análise, apresentou evidências da limitação do critério das funções do capital como forma de demonstrar o fracionamento da burguesia, tendo em vista que, por meio da análise do controle e da propriedade, foi possível verificar que, embora a interpretação poulantzianas se refira sobretudo a grande indústria exportadora como principal setor econômico da burguesia interna, há a proeminência de instituições financeiras, nacionais e internacionais, no controle das referidas empresas, assim como a participação dessas mesmas empresas listadas como representantes da

burguesia interna, em diversas instituições financeiras, e vice-versa. Ou seja, a questão da multifuncionalidade do capital não deve ser subestimada pois incide no que é uma das bases das interpretações poulantzianas, e que diz respeito ao mencionado critério das funções do capital como forma de classificação e identificação das frações da burguesia.

Portanto, e da mesma maneira que a discussão sobre as publicações e declarações de dirigentes de entidades representativas de setores econômicos que supostamente constituem as distintas frações da burguesia, aparentemente os dados utilizados foram pinçados como forma de tentar encaixar determinados conceitos para a análise da formação social brasileira, e não consta junto à argumentação com base nesses dados, qualquer apresentação de justificativa e dos critérios que apontem para as razões das escolhas desses dados, e não de outros, e porque foram utilizados dois tipos de dados, cada um em um texto diferente. O que é feito é uma rasa interpretação dos dados utilizados no que se trata dos seus significados e de sua relevância para embasar a argumentação que é colocada.

Seguindo nos questionamentos, o mais intrincado dos argumentos utilizados pelas interpretações poulantzianas, e que também é passível de questionamento, concerne a questão da posição da burguesia interna enquanto partícipe e líder da frente política neodesenvolvimentista. Tal qual apontado sobre os dois pontos anteriores, seja no que se refere a participação, ou a liderança, essa interpretação apresenta escassos elementos que as evidenciem, e que possam tornar a argumentação mais robusta e condizente com o que propõem os conceitos de bloco no poder e burguesia interna.

No que se trata da participação da burguesia interna na frente política neodesenvolvimentista, as ênfases recaem sobre as circunstâncias que levaram essa fração a fazer parte dessa frente política, e a alguns pontos do programa político dessa frente que supostamente foram ao encontro dos interesses da referida fração, tal como apontado em Boito Júnior (2012b; 2013) e em Filgueiras⁹⁷ (2017a; 2017b). No entanto, também são apontados os momentos que aparentemente evidenciaram a atuação dessa frente política e, hipoteticamente, o envolvimento da burguesia interna nela, que são: 1) a mencionada crítica as políticas neoliberais, e a organização de protestos pela FIESP, em conjunto com centrais sindicais, na década de 1990, sendo este o momento que a burguesia interna supostamente emerge e suscita, posteriormente, a formação da frente neodesenvolvimentista; 2) a convergência ocorrida entre “grandes empresários e o movimento sindical e popular” no posicionamento contra a ALCA e pelo fortalecimento do Mercosul, embora sem especificar quais

⁹⁷ Sobre essa questão, o referido autor usa como referência os escritos de Boito Júnior

grandes empresários e segmentos do movimento sindical e popular estiveram envolvidos, qual foi a relação entre eles, e o papel de cada um nesse processo; 3) “as campanhas conjuntas organizadas por associações de grandes empresários da indústria e pelas centrais sindicais” (BOITO JÚNIOR, 2013, p. 33) em defesa de proteção alfandegária para a indústria local e da redução da taxa SELIC, também sem especificar quais associações e quais centrais sindicais participaram dessas campanhas, e de que forma cada uma se colocou nessas; 4) a convergência de interesses entre os sem-teto e o ramo da construção civil em torno do programa habitacional minha casa minha vida, mesmo considerando as críticas que podem ser feitas a forma de financiamento da habitação nesse programa.

Além desses, há outros quatro momentos mencionados em que, diante da ameaça aos governos neodesenvolvimentistas, alegadamente houve uma atuação de todos os segmentos que faziam parte da frente neodesenvolvimentista em apoio, de diversas maneiras, as candidaturas e aos governos de Lula e Dilma, e que correspondem as campanhas presidenciais de 2002, de 2006, e de 2010, e a crise do mensalão em 2005. Da mesma maneira, não há qualquer menção sobre quais importantes associações patronais, e de que maneira essas associações se manifestaram em apoio, nesses momentos, em termos de pedido ou declarações de voto, diferente do que é detalhado a respeito de outras frações não burguesas que são consideradas como base sociopolítica do PT desde a sua fundação, e que também eram partícipes da referida frente política.

Do mesmo modo cabe o questionamento sobre o exercício do papel de liderança da burguesia interna nessa frente política. Sobre essa questão, também não há nenhuma menção à de que forma, ou em que momento, a atuação dessa fração se deu nesses termos. O que consta nos textos das interpretações poulantzianas são apenas silogismos sobre a necessidade de uma base de sustentação sociopolítica para a execução de iniciativas de política econômica, as limitações políticas do movimento operário e popular organizado em dirigir a frente política que foi formada, e que, diante das mencionadas circunstâncias que decorrem da segunda metade da década de 1990, essa fração da burguesia alcança o poder político *pari passu* a eleição de Lula em 2002, sendo então “empurrada” a participar da referida frente política, e assumindo a função de ser a força hegemônica da mesma. Não há exemplos, tampouco demonstrações, sobre a forma com que essa posição de liderança foi exercida, nem mesmo nas supostas ações políticas da burguesia interna em conjunto dos demais membros da frente política, que são apontados para alegar a existência da frente neodesenvolvimentista, e a participação da burguesia interna nela. Pelo contrário, o que se constata nos textos das interpretações poulantzianas ou é a ausência dessa discussão, ou o realce dos

elementos que afastam a atuação conjunta dos segmentos que faziam parte dessa frente política, com ênfase na heterogeneidade e nas contradições que refletem os conflitos de interesses que existiam entre eles.

Em vista disso, é reforçada a constatação de que a interpretações poulantzianas ora opta por pinçar uma entidade representativa de um setor econômico que é apontado como parte da burguesia interna, ora opta por não apresentar especificações e se utilizar de generalizações para tratar do apoio concedido por essa fração aos referidos governos, e as suas respectivas iniciativas de política econômica, ou da sua participação na frente neodesenvolvimentista. Outrossim, a despeito da retórica argumentativa apresentada para justificar a ideia da burguesia interna e da sua participação na frente política neodesenvolvimentista, não há qualquer menção às situações em que representantes de alguma das frações da burguesia, participes de qualquer uma das mencionadas frentes políticas, teriam se associado ou feito campanha política diretamente, ou como parte de coligações eleitorais enquanto candidatos, junto a algum dos dois partidos mencionados.

Por fim, cabe fazer o questionamento acerca do posicionamento da FIESP e de onde está a burguesia interna no atual contexto sociopolítico brasileiro. Retomando que a interpretações poulantzianas enfatiza o posicionamento político da FIESP e de seus dirigentes como exemplo para embasar empiricamente a argumentação acerca da ideia de existência de uma burguesia interna durante o período classificado como Brasil recente, e do comportamento dessa fração no âmbito político e da cena política por meio da participação e liderança dessa fração na frente política neodesenvolvimentista, e do apoio as políticas econômicas empreendidas durante os governos de Lula e Dilma, a base para esse entendimento sobre a posição da referida fração da burguesia a partir da posição dessa entidade representativa de alguns dos setores econômicos que constituem essa fração, é a trajetória dessa entidade ao longo do período que compreende a ideia de Brasil recente. Nesse sentido, inicialmente, essa entidade, e por consequência a burguesia interna, tem uma posição oscilante durante a década de 1990 em que, ao mesmo tempo que aderiu e foi base da frente neoliberal conservadora, também demonstrou discordâncias seletivas quanto a algumas das medidas da política econômica neoliberal, participando dos mencionadas movimentos de protesto durante os governos FHC, que se direcionavam contra algumas dessas medidas de política econômica e de seus efeitos sobre os setores econômicos representados pela referida entidade. A interpretações poulantzianas entende que, posteriormente, a partir da eleição de Paulo Skaf para a presidência dessa entidade no ano de 2004, a burguesia interna consolidou a sua participação e liderança na frente neodesenvolvimentista, tendo por evidência as já mencionadas publicações e declarações,

seja do próprio Skaf, ou de outros dirigentes dessa entidade, em apoio as políticas econômicas neodesenvolvimentistas dos governos Lula e Dilma.

No entanto, nos textos mais recentes das interpretações poulantzianas, em particular desde 2015, a referida interpretação também tem se debruçado a analisar o movimento de inflexão que ocorre no posicionamento dessa entidade em relação aos ditos governos neodesenvolvimentistas e as suas políticas econômicas. Aponta-se que essa inflexão teria se iniciado na segunda metade do primeiro governo Dilma, a partir das manifestações de 2013 e as eleições de 2014, quando o próprio Paulo Skaf, então presidente da referida entidade e candidato ao governo do Estado de São Paulo, se recusou a dividir palanque com a então candidata à reeleição a Presidência da República, Dilma Roussef, durante o processo eleitoral do referido ano, e se consolidou no ano de 2015, quando a FIESP passou a apoiar ferrenhamente os movimentos de oposição ao governo Dilma e em defesa do impeachment da mesma. Mesmo que não se tenha menção, e a FIESP tenha deixado de ter centralidade nas análises feitas pela referida interpretação no que se refere ao período mais recente do governo Bolsonaro, cabe ressaltar que a posição da referida entidade e de Skaf se perpetua até os dias atuais, tal como pode ser visto na participação do mesmo, em diversos momentos ainda como presidente da referida entidade, ou não, como organizador de eventos políticos, jantares, e reuniões com a participação de lideranças empresariais e do presidente Bolsonaro, e por muitas vezes, até mesmo no momento posterior a sua saída desse posto, sendo apontado como possível candidato ao senado ou ao governo do Estado de São Paulo com o apoio do atual Presidente da República⁹⁸.

Nesse sentido, a medida que as posições políticas assumidas pela FIESP, ao longo da trajetória histórica que remete a ideia de Brasil recente, aparecem na argumentação da interpretações poulantzianas como o reflexo do comportamento da própria burguesia interna como um todo, e de sua posição no âmbito do bloco no poder em termos da posição do capital financeiro internacional e da burguesia associada, a trajetória percorrida pela burguesia interna correspondeu a sair de uma posição inferior-não hegemônica no bloco no poder durante a década de 1990, para assumir uma posição de ascensão, ou de hegemonia, durante a década de 2000 e até a primeira metade da década de 2010, e enfim retornar a uma posição inferior-não hegemônica desde o ano de 2016, quando a saída dessa fração da frente neodesenvolvimentista resultou no esfacelamento dessa frente política, e repercutiu no enfraquecimento das tentativas de evitar a deposição do governo Dilma Roussef por meio do processo de impeachment, conduzindo o capital financeiro internacional e a burguesia

⁹⁸ Paulo Skaf foi presidente da FIESP de 2004 até 2021. No momento em que esse trabalho está sendo escrito, no primeiro semestre de 2022, a sinalização política é a de que deve ser candidato ou a suplente a senador, ou a vice-governador.

associada, novamente a posição de hegemonia no bloco no poder. O entendimento apresentado nos textos das interpretações poulantzianas é o de que, sendo considerados parâmetros do posicionamento político da própria burguesia interna como um todo, esse movimento de inflexão e mudança de posição reflete uma suposta “cooptação”, ou “bandeamento”, da referida entidade e de seus dirigentes e, conseqüentemente, da própria burguesia interna, para o lado do capital financeiro internacional e da burguesia associada, e esse entendimento tem suscitado a discussão sobre o desaparecimento, ou não, dessa fração enquanto fração da burguesia no contexto brasileiro atual.

Em vista disso, e para finalizar os apontamentos que situam os limites e insuficiências das interpretações poulantzianas do Brasil recente, cabe continuar fazendo indagações a respeito das questões que permeiam a argumentação da referida interpretação, ainda tendo em vista a ênfase que é dada ao posicionamento da FIESP enquanto manifestação do posicionamento da burguesia interna, mas acrescentando questões sobre de que maneira é possível visualizar a burguesia interna no contexto atual. Ou seja, se a burguesia interna está desde 2015 em uma posição inferior no Bloco no poder, quais as razões que a levaram a aceitar passivamente essa posição? Não existe mais nenhum tipo de conflito de interesses no âmbito da política econômica entre essa fração da burguesia em relação às frações que reassumiram a posição hegemônica no bloco no poder, isto é, o capital financeiro internacional e a burguesia compradora? O que faz a política econômica executada pelos governos Temer e Bolsonaro, classificada pelas interpretações poulantzianas por neoliberal, ser suficiente para acomodar passivamente essa fração da burguesia em uma posição que ocasionou, em outros momentos históricos, a sua reação, inclusive levando a sua articulação como partícipe de frentes políticas junto a outras frações não burguesas? Tendo em conta que a identificação de uma burguesia interna leva em consideração o comportamento dessa fração em termos de medidas de política econômica que suscitam conflitos de interesses com outras frações da burguesia, onde está, e como visualizar a burguesia interna no contexto brasileiro atual?

O que suscita esses questionamentos, novamente é a constatação da fragilidade da argumentação apresentada pelas interpretações poulantzianas, especificamente no que se trata do entendimento de que o processo histórico e político do Brasil recente decorre de conflitos entre frações da burguesia, e que esses conflitos acarretam disputas no âmbito político e na cena política, resultando na reorganização dos arranjos do bloco no poder, e da posição dessas frações enquanto hegemônicas nesse bloco no poder. Soma-se a isso as já mencionadas insuficiências e limitações dos elementos utilizados para embasar a argumentação dessa interpretação tal como demonstrado anteriormente, a exemplo das ausências de contrafactuais, as escolhas discricionárias e sem embasamento dos fatos e

dos dados utilizados para a justificação dos argumentos apresentados por essa interpretação, na tentativa de encaixá-los nos conceitos de bloco no poder e burguesia interna.

Assim, conforme os supracitados questionamentos se direcionam para a compreensão do posicionamento mais recente da burguesia interna, cabe inicialmente argumentar que a denominada crise política brasileira da década de 2010, que resultou tanto no processo de impeachment de Dilma Roussef, quanto na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, aparentemente não se explica da maneira como é exposta pelas interpretações poulantzianas. Ou seja, essa crise não foi consequência de um acirramento dos conflitos no âmbito do bloco no poder, baseados na mencionada dicotomia entre a burguesia interna e o capital financeiro em conjunto a burguesia associada, e que pode ser vista tanto no âmbito político por meio das disputas entre duas frentes políticas, a frente neodesenvolvimentista e a frente neoliberal ortodoxo, quanto na cena política, mediante as disputas eleitorais entre o PT e o PSDB.

Essa crise política, e os fatos indicados como decorrentes dela, resultaram de um processo de mão dupla em que, por um lado, se sobressaíram as convergências, e não os conflitos, de interesses entre as frações da burguesia que alegadamente disputavam posições no bloco no poder, tal qual é possível de ser observado de forma recorrente em outros momentos da história política brasileira. Essa sobressalente convergência tem se dado em torno do programa político-econômico aplicado no Brasil desde 2016, que tem como seu principal substrato deter o avanço do programa político-econômico daquela que é considerada, inclusive de forma correta pela interpretações poulantzianas, a principal adversária da burguesia no plano político, que são as frações alijadas do âmbito do bloco no poder, ou seja, da classe trabalhadora, embora seja importante ressaltar que nem todas as frações da classe trabalhadora se colocaram em favor do programa político econômico neodesenvolvimentista, mesmo que tenham logrado melhorias de vida no período de vigência desse. Por outro lado, a crise política é explicada pelo fato que também se sobressaíram as contradições e divergências dentro do que se alega ter sido a frente política a qual a burguesia interna fez parte e liderou, sendo que essa fração foi a responsável pela implosão dessa frente política à medida que se direcionou a atuar em conjunto às demais frações da burguesia, e às frações não burguesas que se colocaram em oposição ao governo Dilma Roussef.

Logo, tendo em vista a convergência de interesses entre as frações da burguesia em torno do programa político-econômico que vem sendo aplicado no Brasil desde 2016, e a sobressalência das contradições internas na frente neodesenvolvimentista, o que leva a burguesia interna a aceitar passivamente o retorno, e a sua permanência, à uma posição inferior no âmbito do bloco no poder,

pode ser entendido pelo fato que essa fração já foi parte integrante de frentes políticas de sustentação a medidas de política econômica de teor semelhante às que vem sendo empreendidas desde o governo Temer, e que, quando comparado com as demais frações não burguesas que faziam parte da alegada frente neodesenvolvimentista, historicamente tem mais pontos em comum com o programa político-econômico que também tem sido defendido pelas frações não burguesas que participaram dos movimentos em defesa do mencionado processo de impeachment, e pelo denominado movimento neofascista, que serve de base de apoio ao governo Bolsonaro.

Em verdade, tendo em vista a inconsistência das evidências utilizadas pela interpretações poulantzianas para embasar a existência, a participação, e a liderança da burguesia interna na frente política neodesenvolvimentista, o que ocorreu nos mencionados momentos que supostamente justificariam empiricamente essas ideias que dizem respeito a essa frente política, foram ações ocasionais em que, por circunstâncias específicas, podem ter ocorrido convergências de interesses entre as mencionadas frações apontadas enquanto partícipes dessa frente política à época. Mas, e em certo sentido atestado pela ausência de elementos que abrangem as posições de cada segmento dessa frente política, e de que forma se deu a participação desses em cada um dos momentos mencionados, não necessariamente ocorreu um alinhamento no sentido de um programa político, e de política econômica, no geral.

Além disso, a mencionada passividade da burguesia interna também pode ser explicada pelo questionamento à própria ideia de conflitos entre as mencionadas frações da burguesia diante da realidade e do contexto em que os conceitos de bloco no poder e burguesia interna são empregados. A subestimação dos efeitos do mencionado processo de financeirização em termos da ideia de fracionamento da burguesia, bloco no poder, e burguesia interna, inibe a reflexão sobre a sobressalência das convergências de interesses entre as alegadas frações da burguesia tendo em vista o seu entrelaçamento, tal como pode ser visto mediante análises de controle acionário e participação no capital, e realça uma anacrônica perspectiva de conflitos entre essas frações, como determinante do processo histórico-político.

Em síntese, o caráter teórico dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna é realçado na sua utilização pelas interpretações poulantzianas devido aos poucos elementos que são apresentados pela mesma na tentativa de evidenciar empiricamente as posições das frações da burguesia no bloco no poder, no plano político, e na cena política, no período que abrange a ideia de Brasil recente. Um exemplo dessa situação é a mencionada ausência de elementos contrafactuais que poderiam atestar o alegado preterimento do capital financeiro internacional e da burguesia associada diante das

políticas econômicas dos governos Lula e Dilma, e os reflexos dessa situação no âmbito político e da cena política. Em contrapartida, se verifica o desproporcional e demasiado direcionamento para a análise apenas da posição da burguesia interna, e de maneira restrita, pois tem como base as publicações, e as declarações, de apenas uma entidade representativa de setores econômicos constitutivos dessa fração da burguesia, que alegadamente foi favorecida pela política econômica desses, e que assim ascendeu, ou alcançou a hegemonia, no bloco no poder durante esse período.

Ou seja, nos textos da referida interpretação, há um desbalanceamento nos elementos apresentados para evidenciar as duas partes da argumentação dos mencionados conflitos entre as frações da burguesia. De um lado, não são apontadas evidências de reação, ou de contestação as políticas econômicas neodesenvolvimentistas, por entidades representativas do capital financeiro internacional, ou da burguesia associada, e tampouco de que maneira essa reação ou contestação reverberou no plano político, e principalmente na cena política. De outro, há um desmedido esforço de apontar que as publicações e declarações de dirigentes da FIESP podem ser entendidas enquanto apoio da burguesia interna à essas políticas econômicas, e aos governos que as empreenderam. Assim, não é possível constatar, de fato, esses conflitos e os seus reflexos no âmbito político e da cena política, mas apenas letras e palavras, tinta no papel, assim como silogismos, que são limitados e insuficientes, e que, em conjunto, suscitam o questionamento a própria ideia de conflitos entre frações da burguesia.

Do mesmo modo, se o entendimento é o de que a crise política é provocada pelo acirramento dos referidos conflitos entre as frações da burguesia, a interpretação poulantziana não apresenta evidências de que, mesmo durante o período em que a burguesia interna supostamente apoiava o primeiro governo Dilma, como, por exemplo, durante o início das manifestações sociais que se colocaram em oposição a esse governo durante o ano de 2013, alguma entidade representativa dessa fração da burguesia tenha se posicionado em defesa desse governo, ou de sua política econômica, que alegadamente atendia aos interesses dessa fração. Igualmente, sendo as eleições de 2014 interpretadas como um momento de acirramento da disputa entre dois projetos de política econômica que representavam, de um lado, a política econômica que priorizava os interesses da burguesia interna a partir da candidatura de Dilma Rousseff, e de outro, a política econômica que priorizava os interesses do capital financeiro internacional e da burguesia associada a partir da candidatura de Aécio Neves, tampouco são apresentados quaisquer posicionamentos das entidades representativas dessas distintas frações em relação à essas candidaturas presidenciais e aos seus

programas de política econômica, pelo contrário, tal como visto anteriormente em relação à posição de Paulo Skaf desde as eleições de 2014, e da FIESP a partir de 2015.

Isso posto, deve ser considerado que a ruptura da frente política neodesenvolvimentista, ou a “cooptação”, “bandeamento”, da burguesia interna, ocorreu antes mesmo da deflagração dos movimentos em direção ao impeachment, e não se deram necessariamente por um conflito de interesses entre frações da burguesia. Nem mesmo o processo eleitoral de 2014 pode ser caracterizado como tendo por pano de fundo esse conflito, expresso em dois projetos de governo distintos, tal como é colocado pelas interpretações poulantzianas.

Por isso que, sendo a burguesia interna uma fração da burguesia que é identificada especialmente pelo seu comportamento no âmbito político e no plano político partidário, são escassas as evidências que permitam atestar que, de fato, essa fração pôde existir no Brasil desde a década de 2000 até o momento atual. E se utilizar da ideia de que a crise política, as eleições de 2014, a formação de frente política, dentre outros argumentos tais como apresentados ao longo desse trabalho, decorrem do conflito entre frações da burguesia, é apenas uma tentativa de fazer valer conceitos desenvolvidos e utilizados para explicar realidades e contextos distintos, pinçando fatos e dados, e se utilizando de silogismos, sem evidências, e sem contrafactuais, para tentar encaixa-los nesses conceitos.

Em vista disso, não há no atual momento, e quiçá não houve, nenhum elemento da política econômica vigente desde o governo Temer e Bolsonaro que suscite algum movimento de oposição e crítica por parte dos setores econômicos que eram considerados como representantes da burguesia interna. Assim, o que era considerado como burguesia interna atualmente está apoiando a política econômica que vem sendo executada desde o processo de impeachment em 2016, e que tem como seus principais exemplos a Emenda Constitucional n. 95 (BRASIL, 2016) que limita o crescimento dos gastos públicos ao crescimento da inflação, popularmente denominada à época da sua discussão por “teto de gastos”, que sucateia os serviços públicos, as políticas sociais, e a capacidade de investimento público, a reforma trabalhista aprovada na lei 13.476 no ano de 2017, e a reforma da previdência aprovada na Emenda Constitucional n. 103 no ano de 2019, e segue atuando politicamente como base de apoio do governo Bolsonaro.

4.4 Um retorno ao neodesenvolvimentismo?

Essa última seção tem o objetivo simplificado de estabelecer alguns apontamentos sobre a conjuntura sociopolítica do Brasil no momento em que esse trabalho foi finalizado. Nesse sentido o contexto sociopolítico em que esse trabalho foi concluído está permeado das discussões que aqui foram colocadas, tendo em vista a formação das alianças eleitorais e as propostas contidas nos planos de governo com vistas às eleições presidenciais de 2022 no Brasil. Nesse sentido, ao contrário do que foi apontado em Oliveira (2018), não está descartado um possível retorno do que foi preconizado pelas interpretações poulantzianas como política econômica neodesenvolvimentista e a frente política neodesenvolvimentista, mas com algumas particularidades importantes.

A primeira dessas particularidades é que no momento pré-eleitoral, o que se observa é um movimento de esforços da candidatura de Lula, pelo PT, em direção à setores políticos considerados historicamente antagônicos no plano político-partidário, e que tiveram participação favorável ao processo de impeachment em 2016. Em uma espécie de hierarquia, ou de graus de discordância e de convergência, em que o topo, ou o maior grau, é o da convergência de críticas ao governo Bolsonaro, esses esforços tem se direcionado para a atração desses setores seja no sentido de estabelecer uma composição de aliança em chapa eleitoral, como por exemplo mediante a confirmação do nome de Geraldo Alckmin, ex-presidenciável pelo PSDB e opositor dos governos Lula e Dilma, para ocupar o posto de candidato de vice-presidente pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), assim como de outros nomes e partidos que tiveram participação no impeachment em 2016, a exemplo do PMDB e do próprio PSB, seja para uma possível base de apoio ou de aparente “neutralidade” no primeiro turno.

Outra particularidade é que ainda não é visto no plano político-partidário qualquer movimento que se assemelhe a conflitos entre frações da burguesia no âmbito do bloco no poder. Pelo contrário, e de maneira a corroborar com as indicações de críticas propostas nesse capítulo, independentemente do setor de atuação, não há nenhuma fração da burguesia, ou entidade de representação empresarial que abranja setores econômicos que sejam representativos dessas frações, que demonstre contestação contundente aos rumos da política econômica do governo Bolsonaro. Em verdade, o que tem majoritariamente ocorrido é justamente o contrário, isto é, um certo receio por parte de diversos setores empresariais em relação ao retorno de uma política econômica nos moldes do que é denominado por neodesenvolvimentismo.

É certo que ainda não há elementos que permitam confirmar esse retorno, mas que possivelmente em caso de sucesso dessa chapa presidencial, tanto a discussão proposta pelas interpretações poulantzianas, quanto a que se apresenta nesse trabalho, terão material para dar prosseguimento as interpretações propostas no contexto do Brasil recente.

Considerações finais

O objetivo desse capítulo foi apresentar alguns elementos considerados como insuficientes e limitados na argumentação das interpretações poulantzianas do Brasil recente, e que permitem serem feitos apontamentos críticos à mesma. Conforme pôde ser visto, são alguns os flancos possíveis de serem explorados como insuficientes e limitados na argumentação dessa interpretação, e diante do que foi colocado, os principais apontamentos residem basicamente em três questões: 1) a não consideração das diferenças de trajetória histórica e da forma de inserção no sistema capitalista mundial, entre o Brasil e os países que servem de base para o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, e para os quais são utilizados originalmente; 2) a não consideração das diferenças dos contextos que servem de base para o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, e o contexto em que é utilizado para a interpretação do Brasil; 3) a fragilidade dos argumentos sobre o Brasil recente no que diz respeito aos conflitos entre as frações da burguesia, e o reflexo desses conflitos no âmbito político a partir da participação dessas frações em duas frentes políticas, e na cena política, por meio dos apoios e oposições dessas frações à dois tipos de governos liderados por partidos políticos distintos, assim como a ênfase dada a posição da FIESP, e a ausência de elementos contrafactuais que poderiam evidenciar o posicionamento das frações que disputam a hegemonia no âmbito do bloco no poder com a burguesia interna.

De acordo com o que foi visto, para o primeiro apontamento, o essencial é que não se deve perder de vista que o desenvolvimento dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna tem por referência as formações sociais de metrópoles europeias, países e burguesias de passado imperialista, e que implicam a discussão sobre o Estado capitalista, e conseqüentemente acerca da estrutura de classes e da disseminação do capitalismo nessas formações sociais. Nesse sentido, o que é possível identificar nos referidos países europeus no que se trata do modo de produção capitalista, da atuação política das classes sociais e das frações de classe, e conseqüentemente dos arranjos formados pelas frações da classe dominante, e dos conflitos entre essas em torno do bloco

no poder, não é semelhante em comparação a formação social brasileira, tendo em vista o conjunto de particularidades que diferenciam essa formação social em relação à formação social desses países europeus. Por isso, entende-se que as discussões sobre o bloco no poder e a burguesia interna em países como o Brasil devem ir além do que é estabelecido por um sentido tradicional, uma ideia universal, uma teoria geral do Estado e da sociedade capitalista, ou ainda do que se considera por traços comuns do conjunto do mundo capitalista, pois esse modelo típico, de traços comuns, enquanto uma tendência teórica, não se enquadra para o caso brasileiro à medida que o caráter da sua formação lhe confere uma individualidade histórica substancialmente distinta dos países europeus que servem de base para a construção dos mencionados conceitos, e para os quais esses conceitos são originalmente utilizados.

Em vista disso, é necessário ser feita uma mediação para a aplicação mais adequada desses conceitos, considerando as especificidades e as diferenças dessas formações sociais e de suas trajetórias históricas quando comparada as dos ditos países que possuem burguesias de passado imperialista “autocentrado”. A utilização livre e direta dos referidos conceitos, tal como em Boito Júnior (2021), sem considerar as diferenças entre desenvolvimentos históricos, realidades socioeconômicas, e trajetórias das formações sociais que fundamentam o desenvolvimento dos referidos conceitos, em termos daqueles para os quais são utilizados, resulta em um conjunto de limitações e insuficiências para a interpretação de realidades como a brasileira, caracterizada por um processo histórico tão distinto.

Para o segundo apontamento, deve ser ressaltado que o conceito de bloco no poder tem como base determinados exemplos que remontam as referidas formações sociais europeias em contextos que se situam entre meados do século XVIII e XIX, e o conceito de burguesia interna surge da insuficiência dos conceitos de burguesia nacional e de burguesia compradora para analisar as burguesias das metrópoles imperialistas em suas relações com a expansão do capital norte-americano nessas metrópoles, tendo como ênfase o caso particular da França, no contexto das décadas de 1960 e 1970. Em vista disso, o entendimento é o de que as transformações ocorridas no modo de produção capitalista em escala mundial desde as décadas de 1970 e 1980, não devem ser subestimadas, tanto no que se refere a maneira distinta com que os efeitos dessas transformações afetam as referidas metrópoles e um país como o Brasil, quanto no que se refere aos pilares nos quais esses conceitos se estruturam, e foram utilizados originalmente.

Desse modo, é importante reforçar que é imprescindível serem feitas mediações e adequações também entre os contextos que são tomados como base para o desenvolvimento desses conceitos, e

o contexto e a realidade com que esses conceitos são utilizados, a exemplo do Brasil, especialmente nas décadas de 2000 e 2010. A não consideração dessas diferenças de contextos implica na constatação de que, se existe anacronismo em fazer discussões sobre a realidade brasileira do século XXI, e embasar uma crítica a interpretações poulantzianas a partir de autores, como, por exemplo, Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, a utilização livre dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna para analisar essa mesma realidade no referido contexto torna essa utilização tão anacrônica quanto a utilização dos supracitados autores, e ainda mais desprovida de embasamento na realidade dessa formação social.

Para o terceiro apontamento, o importante é ressaltar que a despeito da utilização de elementos empíricos como forma de fundamentar uma determinada argumentação, esses devem ser acompanhados de justificativas e da possibilidade de comparação por meio de uma trajetória temporal, quando se trata de dados, e da demonstração de contrafactuais em magnitude equivalente às dos elementos utilizados para essa fundamentação, como, por exemplo, publicações de entidades, e declarações e discursos. No entanto, na busca em demonstrar a existência da burguesia interna e dos conflitos dessa com outras frações da burguesia, tais como a burguesia associada e o capital financeiro internacional, por meio de uma dicotomia entre dois partidos políticos, das políticas econômicas que esses partidos empreenderam quando estiveram na posição de governo, e das frentes políticas de sustentação à essas políticas, a interpretação poulantziana carece de justificativa em termos: 1) das razões de se utilizar de determinados dados econômicos, como os de receita líquida e participação no capital de empresas, e não de outros; 2) da explicação do significado desses dados e de que maneira eles expressam os efeitos da política econômica; 3) dos dados remontarem a apenas um período de tempo, não sendo possível comparação com outros períodos de tempo; 4) da utilização de publicações e declarações de dirigentes de entidades de forma concentrada em uma entidade de representação empresarial, a FIESP e seus dirigentes, enquanto representante do comportamento político da burguesia interna, e da ausência de publicações e declarações de outros dirigentes de entidades empresariais de setores que constituem, seja a própria burguesia interna, seja o capital financeiro internacional e a burguesia associada.

Portanto, no intuito de dar embasamento a argumentação proposta, ao invés de analisar a realidade e desenvolver conceitos, ou, reconstruí-los teoricamente a luz dessa realidade e do contexto por meio de mediações e adequações, a interpretação poulantziana parte de conceitos pré-concebidos, baseados em realidades e contextos distintos, e busca elementos da realidade que está sendo analisada para tentar encaixar esses conceitos, e assim justificar o seu uso para essa realidade em

determinado contexto. Em outras palavras, pinça certos fatos e dados, e diante da ausência desses e de seus contrafactuais, se embasa, em demasia, em silogismos como forma de tentar encaixar os fatos e os dados nos conceitos.

Assim, a interpretação poulantziana do Brasil recente é insuficiente e limitada, e passível de críticas, por três razões, sendo elas: 1) a ausência de mediação, ou adequação, dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna para tratar de uma formação social caracterizada por processos históricos tão específicos e distintos em comparação às metrópoles europeias que servem de base para o desenvolvimento desses conceitos; 2) a ausência de mediação, ou adequação, desses conceitos para um contexto distinto daqueles que serviram de base para os seus desenvolvimentos; 3) a ausência de elementos que permitam constatar, na realidade de uma formação social específica como a brasileira, a forma como esses conceitos se apresentam, isto é, adequar e mediar determinados conceitos, ou construir novos, com base nessa realidade, e não se utilizar de conceitos já pré-estabelecidos, que se fundamentam em realidades sociais e contextos distintos dos quais estão sendo utilizados, e buscando elementos dessa realidade para tentar encaixar os conceitos e justificar a sua utilização. Logo, implica na necessidade de elaboração ou de uma teoria e de conceitos que tenham por base os elementos inerentes a essa formação social, principalmente que leve em consideração a sua trajetória histórica e o contexto do século XXI, ou, minimamente, uma mediação e adequação em torno das especificidades da formação social brasileira e do contexto de análise, para reduzir as insuficiências e as limitações na utilização dos referidos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna.

Conclusão

Esse trabalho se inclui em um conjunto de análises que têm por fundamento uma temática clássica das ciências humanas e sociais, que corresponde a vinculação do processo político com o desenvolvimento capitalista, e que foram amplamente retomadas no que se trata da interpretação da realidade brasileira, desde o começo da década de 2000 e se perpetuando até os dias atuais. Uma das vertentes que se dedicam a esse tipo de análise se fundamenta nas ideias de frações de classe, especialmente da burguesia, e nos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, a partir dos escritos de Nicos Poulantzas, e têm sido desenvolvidos diversos textos que se utilizam dessas ideias e conceitos para fazer análises da realidade brasileira na última década do século XX, e sobretudo das duas primeiras décadas do século XXI, em que parte foi intitulada nesse trabalho por interpretações poulantzianas do Brasil recente.

Nesse sentido, o objeto desse trabalho consistiu nas denominadas interpretações poulantzianas do Brasil recente, com a tese de que determinados elementos da argumentação colocada por essas interpretações são limitados e insuficientes para fazer a análise da realidade brasileira. Para tanto, buscou-se apresentar de que forma a ideia de frações de classe, e dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna, que são utilizados por essas interpretações, aparecem em duas obras do autor que as originou, Nicos Poulantzas (2019; 1978), e que são majoritariamente referenciadas por esses intérpretes, assim como de que maneira se estrutura a argumentação dessas interpretações, para que então fossem feitos os apontamentos críticos sob o entendimento de que, a forma direta e livre com que os conceitos de bloco no poder e burguesia interna são utilizados por esses intérpretes para analisar a formação social brasileira dentro do contexto que se denominou por Brasil recente, torna essas análises limitadas e insuficientes. Aparentemente, pelo que foi constatado em pesquisa bibliográfica, esse trabalho é o primeiro esforço que se coloca de maneira direta enquanto crítica em relação a referida interpretação e a utilização dos mencionados conceitos para a interpretação do Brasil recente.

A iniciativa de demonstrar como a ideia de frações de classe, e dos conceitos de bloco no poder e de burguesia interna aparecem, quais são as bases e as referências dos seus desenvolvimentos, e os exemplos apresentados para fundamentá-los nas duas referidas obras do autor que as origina, corresponde a constatação de que isso não é contemplado nos mencionados textos dos autores que se utilizam dessas ideias e conceitos. Nesse sentido, foi constatado que em Poulantzas (2019), o autor atribui importância, para além do âmbito econômico, ao âmbito político e a conjuntura para considerar a presença das classes e das frações de classe, como força social, em uma determinada

formação social, e que essa presença pode ocorrer a partir da organização dessas classes e frações em partidos políticos, isto é, na cena política, ou na ausência dessa organização desde que possuam influência política sobre determinada conjuntura, considerando a ideia de efeitos pertinentes. Também foi visto que o conceito de bloco no poder é apresentado como uma particularidade do modo de produção capitalista, e do Estado capitalista, sob o entendimento da coexistência complexa em uma formação social de diversos modos de produção e de classes sociais, e frações, dos modos de produção dominantes e dominados. Dessa forma, as frações da classe dominante, isto é, da burguesia, disputam a posição hegemônica nesse bloco no poder em cada conjuntura, no sentido de terem seus interesses econômicos priorizados pela política econômica, e à medida que essa posição é alcançada, os interesses políticos dessa fração também se tornam os interesses do conjunto da sociedade, ou do povo nação, conformando um determinado arranjo no bloco no poder. Por fim, a partir de Poulantzas (1978), foi visto que o conceito de burguesia interna busca suprir a insuficiência dos conceitos de burguesia nacional e burguesia compradora no contexto da expansão do capital norte-americano, e da competição desse capital com as burguesias das metrópoles europeias nas décadas de 1960 e 1970, como forma de interpretar o comportamento político dessas burguesias no referido contexto, e também, embora sem detalhamentos, acerca da possibilidade de utilização desse conceito para formações sociais “periféricas”.

Como o objetivo desse trabalho foi discutir criticamente as denominadas interpretações poulantzianas, em seguida foi feita a apresentação dos argumentos colocados por essas interpretações, podendo então ser compreendido como as ideias de frações de classe, e os referidos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, são utilizados por esses autores para a análise do período que aqui foi denominado por Brasil recente. Sob essa perspectiva, pôde ser visto que os autores classificados como intérpretes se fundamentam em três ideias gerais que se referem a centralidade da disputa entre frações da burguesia em torno da posição hegemônica no bloco no poder como elemento explicativo do processo histórico-político, a possibilidade de se falar na existência de uma burguesia interna no Brasil recente a despeito dos efeitos do processo de financeirização da economia desde as décadas de 1970 e 1980, e a divisão do período intitulado nesse trabalho por Brasil recente em três subperíodos que abrangem a última década do século XX e as primeiras duas décadas do século XXI, correspondendo a três distintos arranjos do bloco no poder. O entendimento é o de que essa divisão corresponde a mudanças que ocorreram no âmbito do bloco no poder, e que refletem os conflitos que ocorreram entre as diversas frações da burguesia nesses períodos, tendo como pano de fundo as medidas de política econômica empreendidas pelos

diferentes governos do período, e sustentadas pelas distintas frentes políticas que se formaram em cada um desses períodos. Esses três arranjos do bloco no poder no período representam a hegemonia do capital financeiro internacional e da burguesia associada nos governos classificados por neoliberais entre os anos de 1990 a 2002, a ascensão ou hegemonia da burguesia interna durante os governos classificados por neodesenvolvimentistas entre os anos de 2003 e 2015, e o retorno da hegemonia do capital financeiro internacional e da burguesia associada desde o ano de 2016, sob os governos classificados por neoliberais, e inclusive neofascista, como é o caso do governo Bolsonaro.

Por último, foram feitos alguns apontamentos críticos a essas interpretações, com ênfase em alguns elementos da argumentação colocada por essas, dentre os quais as diferenças de realidade e de contexto que servem de base para Poulantzas e os que são objeto de análise pela interpretações poulantzianas do Brasil recente, a ausência de esforço de mediação por parte dessa interpretação para lidar com essas diferenças, considerando que a mesma faz uma utilização direta e livre dos referidos conceitos, a ausência de justificativa da escolha de determinados dados, e não de outros, e de amplitude e contrafactuais na escolha de fatos para embasar a argumentação, o que parece ser uma certa tentativa de buscar encaixar a realidade da formação social brasileira no contexto do Brasil recente nos pressupostos teóricos dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna.

Como não existe nem teoria, e tampouco análises e interpretações isentas de críticas, e ainda mais quando são conceitos adaptados e sem as necessárias mediações para tratar de realidades e contextos tão distintos daqueles que serviram de base para serem formulados e utilizados originalmente, os elementos anteriormente mencionados permitem a crítica a essas interpretações tanto do ponto de vista acadêmico, quanto no que se trata da sua transposição para o âmbito político. Além disso, em certo sentido o próprio desenvolvimento histórico da realidade política brasileira desde 2015, e até o momento atual, se encarregou de demonstrar algumas das insuficiências e limitações das interpretações poulantzianas, e da forma com que se utilizam dos conceitos de bloco no poder e burguesia interna, nas análises sobre essa realidade.

Isso posto, essa tese advoga que as referidas interpretações poulantzianas do Brasil recente são limitadas e insuficientes na análise sobre o processo histórico-político nesse contexto, considerando que: 1) As análises feitas por Poulantzas (2019) sobre frações de classe e o conceito de bloco no poder se fundamentam em formações sociais de trajetória histórica distinta da formação social brasileira, e o referido autor se utiliza de exemplos que remontam a contextos de transição do feudalismo para o capitalismo, de meados do século XIX nessas formações sociais, as quais não se

tem paralelo em comparação a trajetória histórica da formação social brasileira; 2) As análises feitas por Poulantzas (1978) sobre a burguesia interna, explicitamente se referem a realidade das burguesias das metrópoles europeias, e suas relações com o capital norte-americano no contexto das décadas de 1960 e 1970, e, embora sejam feitas menções a possibilidade de utilização desse conceito em formações dependentes e periféricas, essas menções são feitas poucas vezes nessa obra e de maneira genérica, além de sem qualquer especificação acerca das formas de sua utilização para uma formação social com uma trajetória histórica tal qual a formação social brasileira; 3) Essas questões de diferença de realidade e de contexto poderiam não ser um problema em termos das limitações e insuficiências das análises dos intérpretes por utilizarem os referidos conceitos, desde que fossem feitas mediações com vistas a adequá-los para a realidade da formação social, e do contexto, para os quais são utilizados, tal qual o Brasil na última década do século XX, e nas duas primeiras décadas do século XXI, e não a utilização direta e livre desses conceitos; 4) há escassa evidência empírica de sustentação da existência da burguesia interna, e principalmente dessa existência a partir do que é colocado como o seu fundamento, que são os conflitos dessa fração com as frações intituladas por capital financeiro internacional e burguesia associada, e seus reflexos no âmbito político e da cena política; 5) a ênfase dada a FIESP como representação da burguesia interna, sem outros elementos que pudessem conceder amplitude e robustez, como, por exemplo, a análise de declarações de entidades e dirigentes representativos dos demais segmentos da burguesia interna, e exercer a função de contrafactual mediante a análise de declarações de entidades e dirigentes representativos das demais frações da burguesia.

Diante disso cabe então mencionar o que tornaria a referida interpretação mais condizente para lidar com as vicissitudes de uma formação social como a brasileira no contexto do século XXI. O fundamental é ter em mente as implicações de se fazer uma aplicação direta e livre de determinados conceitos formulados com base, e para serem utilizados originalmente para o entendimento de formações sociais com características históricas tão distintas em comparação a trajetória histórica do Brasil. Em certo sentido, a relevância das análises dos autores intitulados na literatura por intérpretes do Brasil das décadas de 1930 a 1970, tenha sido justamente essa tentativa de mediação entre referenciais teóricos concebidos à luz de formações sociais estrangeiras e a sua aplicabilidade para a formação social brasileira. A despeito do que é apontado acerca do suposto anacronismo de se utilizar das interpretações de autores, como, por exemplo, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes a respeito do Brasil, a utilização dos mencionados conceitos de bloco no poder e

burguesia interna de forma livre e direta para a análise do Brasil recente, a torna tão anacrônica quanto, além de não ter embasamento nessa formação social.

Além disso, também é importante evitar que uma forma de interpretação com base na utilização de determinados conceitos seja manobrada de acordo com a conjuntura, pois assim os conceitos deixam de ser conceitos e se tornam palavras utilizadas por conveniência. No caso, poderia ser utilizado principalmente o conceito de burguesia interna de acordo com a conveniência de se buscar fundamentar, academicamente, as medidas políticas e de política econômica que em certo sentido seria passível de crítica, ou de apoio, por parte da base sociopolítica de oposição ou de apoio a um determinado governo. Essa conveniência pode ser vista principalmente na própria dubiedade da caracterização da posição da burguesia interna, que, em diversos textos, é apontada a ideia de que essa fração teria ascendido ao bloco no poder, mas sem ocupar a posição hegemônica, mas em outros mais recentes, é apresentada a ideia de que essa fração teria ocupado a posição hegemônica. Ou seja, o timão teórico não pode ser direcionado de acordo com as mudanças dos ventos da conjuntura, no sentido de se ajustar uma teoria com o objetivo de encaixar os seus conceitos de acordo com as vicissitudes de cada contexto.

Por fim, ressalta-se a relevância desse trabalho tanto no âmbito teórico quanto político. No âmbito teórico, contribui na forma de uma revisão, seja dos escritos de Poulantzas (2019; 1978), seja das denominadas interpretações poulantzianas do Brasil recente, acrescentando o que foi mencionado anteriormente, que esse trabalho aparentemente se coloca como o primeiro esforço de uma crítica direta à essas interpretações, e a forma de utilização dos referidos conceitos de bloco no poder e burguesia interna para análise da realidade brasileira nesse contexto. Diante disso, pode suscitar críticas e desenvolvimentos posteriores por parte de eventuais leitores, e desse autor. No âmbito político, sob o entendimento de que a prática política não é eximida de um substancial teórico, contribui para revisar e questionar determinados posicionamentos e interpretações do cenário político brasileiro até então, e em auxiliar no pensamento e na prática política diante do contexto de eleições presidenciais e de um possível novo governo que se coloca.

Referências

- ALMEIDA FILHO, N. Notas sobre as implicações da natureza do processo de transição ao capitalismo no Brasil para a reprodução da condição de dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l.], n. 59 (edição especial), p. 136-154, mai-jun., 2021. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/734>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- BAER, M. **O rumo perdido: A crise fiscal e financeira do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994, cap. 2.
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 48-63.
- BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In*: BATISTA JÚNIOR (org.). **Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil – ensaios e palestras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 115-162.
- BERRINGER, Tatiana. A escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. **Crítica marxista**, [s. l.], n. 51, p. 37-56, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2021_06_22_17_39_19.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
- BOITO JÚNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, [s. l.], n. 17, 2003. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.
- BOITO JÚNIOR, A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. *In*: CAETANO, G. (org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO) 2006a, p. 271 – 296. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/caeta/P IICdos.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BOITO JÚNIOR, A. A burguesia no governo Lula. *In*: BASUALDO, E., M.; ARCEO, E. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes – tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales (CLACSO) 2006b, p. 237 – 263. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101031249/9Boito.pdf>. 30 ago. 2021.
- BOITO JÚNIOR, A. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 28, p. 57-73, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/YbjVShycwhW9mzrh5KzwJtK/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100005>
- BOITO JÚNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. *In*: BOITO JÚNIOR, A.; GALVÃO, A. (org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012a. p. 67-104.

BOITO JÚNIOR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *In: FÓRUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS*, 9., 2012b, São Paulo. Disponível em: <https://biblioteca.digital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BOITO JÚNIOR, A.; BERRINGER, T. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>

BOITO JÚNIOR, A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica marxista**, [s. l.], n. 42, p. 155-162, 2016a. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_10_57_34.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

BOITO JÚNIOR, A. **A natureza da crise política brasileira**. [s. l.]. 2016b. Portal: *Le monde diplomatique*. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-natureza-da-crise-politica/>. Acesso em: 15 set. 2021.

BOITO JÚNIOR, A. Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo. **Revista História & Luta de Classes**, [s. l.], v. 12, p. 83-95, 2016c. Disponível em: <http://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2018/03/21e11c1b2df815cde3db4f747f81d780c34efe7b>. Acesso em: 19 set. 2021.

BOITO JÚNIOR, A. O neofascismo no Brasil. **Boletim LIERI**, Seropédica, n. 1, mai. 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

BOITO JÚNIOR, A. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil e no governo Bolsonaro. **Revista observatório latino-americano y caribeno**, [s. l.], v. 4, n. 2, jul-dec, 2020a. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/observatoriolatinoamericano/article/view/6026>. Acesso em 25 out. 2021.

BOITO JÚNIOR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica marxista**, [s. l.], n. 50, p. 111-119, 2020b. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2021_03_19_16_30_32.pdf. Acesso em 15 out. 2021.

BOITO JÚNIOR, A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/CSKYLS49WkF4Zr7fnFJTMmm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Novo regime fiscal. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivi1_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%2095%20DE,do%20C%20A7%203%20BA%20do%20art. Acesso em 20 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.476, de 13 julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em 20 mar. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 103**. Altera o sistema de previdência social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em 20 mar. 2022.

CHESNAIS, F. “A nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. *In*: DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (org). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Editora Xamã, 2003, p. 43-70.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DUMENIL, G.; LEVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. *In*: DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. (org). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Editora Xamã, 2003, p. 15-41.

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA (ENEP). **Manifestações sociais no Brasil sob o NeoDesenvolvimentismo**. Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c5HSCudquxA>. Acesso em 30 abr. 2022.

FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba e São Paulo: Editoras Kottter editorial e Contracorrente, 2020.

FILGUEIRAS, L. A. M. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. *In*: BASUALDO, E. M. ARCEO, E. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 179-206. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FILGUEIRAS, L. A. M. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização. **Programa de Bolsas de Pesquisa Centro Celso Furtado e BNB**. 2012.

FILGUEIRAS, L. A. M. Política, Economia e Corrupção: A Reconfiguração do Bloco no poder no Brasil. **Observatório de análise política em saúde**, 2017a. Disponível em: <https://observatorio.analisepoliticaemsaude.org/debate/5be24078b400ab6191da0e8afa8c38f3/>. Acesso em: 29 out. 2021.

FILGUEIRAS, L. A. M. Economia, política e o bloco no poder no Brasil. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 27, n. 2, p. 147-173, jul.-dez. 2017b. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/retrospectivas_%202017.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

FILGUEIRAS, L. A. M. Estrutura e conjuntura: a economia política brasileira e o “future-se”. **Dossiê sobre o programa Future-se do governo/MEC e as implicações para a universidade e a sociedade**, p. 231-249, ago. 2019. Disponível em: <https://gtfuturese.paginas.ufsc.br/files/2019/08/Dossie%CC%82-FUTURE-SE-ufba.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

GRANATO, L. **O Estado latino-americano: teoria e história**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE (IIF). Portal. Disponível em: <https://www.iif.com/membership/our-member-institutions>. Acesso em 15 mai. 2022.

KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MARTUSCELLI, D. E. A burguesia mundial em questão. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 33., 2009, Caxambu. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt24-16/2027-danilomartuscelli-a-burguesia/file>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MARTUSCELLI, D. E. A transição para o neoliberalismo e a crise do governo Collor. *In: BOITO JÚNIOR, A.; GALVÃO, Andréia (orgs.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 19-65.

MARTUSCELLI, D. E. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. **Crítica Marxista**, [s. l.], n. 47, 2018, p. 55-73. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2019_04_21_10_42_35.pdf. Acesso em: Acesso em 07 out. 2021.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

NAKATANI, P.; OLIVEIRA, F. A. Política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990 – 2007. *In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J (orgs.). O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, cap. 2, p. 22-50.

PIMENTA, A. M. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT (Resenha). [S. l.], set., 2018. Portal: Marxismo 21. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2018/09/Reforma-e-crise-pol%C3%ADtica-ABJr.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978

OLIVEIRA, R. R. de. **Do antigo ao novo-desenvolvimentismo: aspectos históricos e críticos à ideologia do desenvolvimento no Brasil (1930-2014)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

OLIVEIRA, R. R. de. **“Nova burguesia nacional” nos governos Lula e Dilma? Uma crítica às teses de Armando Boito Júnior (2003-2013)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Política Social) –

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

OLIVEIRA, R. R. de. 2018. “Novo-desenvolvimentismo” no Brasil: gênese, ascensão, e queda. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA (ENEP)*, 23., 2018. Niterói. Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Niterói: ENEP, 2018. Disponível

SAES, D. A. M. O governo FHC e o campo político conservador. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 40, p. 11-16, fev./abr. 1996.

SAES, D. A. M. Modelos políticos latino-americanos na nova fase de dependência. *In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTTO, M. L. F. (orgs.). Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 2007.

SAES, D. A. M. Entrevista para Marcelo Lira Silva. **Revista Aurora**, Marília, n. 2, p. 19-32, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HZImT5-Uq8qxr8gb-wKdiF8RVG4a2ZH/view>. Acesso em: 10 out. 2021.

SAES, D. A. M. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 6, n. 1. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/267>. Acesso em 19 abr. 2022.

SAES, D. A. M. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. *In: PINHEIRO, M. (org.). Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. cap. 3, p. 105-118.